

Marina Mujica de Paiva

**RESILIÊNCIA CULTURAL E SOCIOBIODIVERSIDADE:
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC)**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do Grau
de Doutora em Ciências Humanas.
Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli
Nodari
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo
Stanziola Vieira

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Paiva, Marina Mujica de

Resiliência cultural e sociobiodiversidade:
Contribuições para o desenvolvimento turístico
sustentável do município de Bombinhas (SC) / Marina
Mujica de Paiva; orientadora, Eunice Sueli
Nodari, coorientador, Ricardo Stanziola Vieira,
2019.

312 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Turismo em áreas
protegidas. 3. Sociobiodiversidade. 4. Resiliência
cultural. 5. Pesca artesanal. I. Nodari, Eunice
Sueli. II. Vieira, Ricardo Stanziola. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.
IV. Título.

MARINA MUJICA DE PAIVA

Resiliência Cultural e Sociobiodiversidade: Contribuições para o desenvolvimento turístico sustentável do município de Bombinhas (SC)

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019.

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (orientadora)

Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (presidente) - UFSC

Profa. Dra. Cornélia Eckert (membro externo) - UFRGS

Profa. Dra. Cibele Dias da Silveira (membro externo)

Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial (membro interno) - UFSC

Este trabalho é dedicado à minha família e a toda comunidade da cidade de Bombinhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, meus pais, Márcia e Gabriel, minhas irmãs Antonia e Luiza, meu irmão André e padrasto Luiz Alberto, por todo incentivo, formação e carinho na jornada da vida. Ao meu filho amado, Antônio, que sempre me motiva a encarar novos desafios.

Agradeço ao meu amor e companheiro João Eduardo, pelo apoio, carinho, atenção e paciência, em todos os momentos alegres e também difíceis que vivemos juntos durante a trajetória do doutorado.

Aos meus queridos sogros, Cleuza e Oswaldo pela ajuda e acolhimento, especialmente a Cleuza pela ajuda e força para concluir a escrita da tese.

As amigas e amigos queridos do doutorado, em especial a Maria Helena, Marie, Luana, Melissa, Cecília, Maurício, Marcos, Liane, Rochelle, enfim, todas as amigas e amigos de estudo que foram fundamentais para minha formação acadêmica e humana.

A denominada família Floripa, Ana Paula, Eveline e George, pelas trilhas, aventuras, bandejões e rodízios que compartilhamos.

A grande amiga Adriana, que conheci durante o doutorado, mas que tenho a sensação de que nos conhecemos de outras vidas, pois nossas conversas e almoços me fortaleceram para enfrentar as dificuldades que fazem parte do percurso acadêmico do doutorado.

A minha querida orientadora Eunice Nodari, pela confiança e carinho durante os anos do doutorado.

Ao meu coorientador e amigo Ricardo Stanziola, pela troca de ideias, atenção e incentivo.

A todas(os) as(os) professoras e funcionárias(os) do DICH, especialmente à querida professora Luzinete Simões, por sua erudição, generosidade, atenção e carinho não só comigo, mas com todos(as) os(as) colegas do doutorado.

Agradeço a instituição de pesquisa CAPES, pelo financiamento da minha bolsa de estudos.

A colaboração de todas as pessoas entrevistadas, além de todas as pessoas locais de Bombinhas que participaram direta ou indiretamente dessa pesquisa. Agradeço de coração à Equipe Saragaço por ter me possibilitado participar de um evento tão importante em prol da luta pela manutenção da cultura e tradição local da comunidade pesqueira.

As diversas instituições que forneceram informações para realização do trabalho, como, Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza, FAMAB, EPAGRI, Colônia de Pescadores Z-22, entre outras.

Por fim, agradeço a todos que não estão aqui nominados, mas que direta e indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

“Olhe profundamente para natureza, e então você entenderá tudo melhor”.

Albert Einstein

RESUMO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais se expande no mundo. Nas últimas décadas o turismo foi um dos setores da economia que movimentou e gerou mais recursos. O desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas vem crescendo atualmente tanto no Brasil como no mundo. O aumento da demanda por atrativos naturais e o desenvolvimento do turismo de natureza nas áreas litorâneas brasileiras vem causando a desterritorialização de atividades e populações locais preexistentes, produzindo novas configurações geográficas e socioculturais. O objetivo desta tese é analisar o processo de ocupação territorial no município de Bombinhas (SC) enfocando a pesca artesanal e a participação da população local na criação do plano de manejo das unidades de conservação existentes. A adoção de uma perspectiva sócio ecológica para conservação de espaços naturais nos remete a questão da sociobiodiversidade. Esta tese trata de um estudo de caso de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Foram realizadas entrevistas com pescadores artesanais e a comunidade local. A pesquisa dá ênfase à observação participante e se fundamenta em uma metodologia etnográfica que tem como foco os conflitos socioambientais presentes na relação entre o turismo, as áreas naturais protegidas e o modo de vida da população local de Bombinhas. Este estudo parte da perspectiva de que o reconhecimento e valorização, por boa parte dos moradores dos lugares turísticos, de seu patrimônio histórico-cultural e ambiental se constituem em fatores positivos para estimular a participação desses atores nos processos decisórios de planejamento e gestão dessa atividade. Dessa forma, analisamos como a resiliência cultural pode vir a contribuir para manutenção da sociobiodiversidade em lugares que passaram por mudanças significativas a partir do desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: Turismo em áreas protegidas. Sociobiodiversidade. Resiliência cultural. Pesca artesanal.

ABSTRACT

The development of tourism in protected areas has been increasing in the last decades both in Brazil and in the world. In the last decades the tourism was one of the sectors of the economy that moved and generated more resources. The development of tourism in protected natural areas has been growing both in Brazil and in the world. The increase in demand for natural attractions and the development of nature tourism in the Brazilian coastal areas has been causing deterritorialization of preexisting local activities and populations, producing new geographic and socio-cultural configurations. The objective of this thesis is to analyze the process of territorial occupation in the municipality of Bombinhas (SC) focusing on artisanal fishing and the participation of the local population in the creation of the management plan of the existing conservation units. The adoption of a socio-ecological perspective of the conservation of natural spaces reminds us of the issue of socio-biodiversity. This thesis deals with a qualitative, exploratory and descriptive case study. Interviews were conducted with artisanal fishermen and the local community. This research emphasizes participant observation and is based on an ethnographic methodology that focuses on the socio-environmental conflicts present in the relationship between tourism, natural protected areas and the way of life of the local people of Bombinhas. This study is based on the fact that the recognition and appreciation of the historical, cultural and environmental heritage of the inhabitants of tourist sites are positive factors to stimulate the participation of these actors in the decision-making processes of tourism activity planning and management. In this way, we analyze how cultural resilience can contribute to the maintenance of socio-biodiversity in places that have undergone significant changes from tourism development.

Keywords: Tourism in protected areas. Sociobiodiversity. Cultural resilience. Artisanal Fishing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrevista com o senhor Vardinho na Praia dos Ingleses. (<i>In memorian</i>)	46
Figura 2 – Localização do Estado de Santa Catarina no mapa do Brasil	126
Figura 3- Localização do Município de Bombinhas no Estado de Santa Catarina	127
Figura 4 – Principais Praias de Bombinhas, SC	128
Figura 5 – Mapa dos municípios da Região da Foz do Rio Itajaí	129
Figura 6 – Ilhas Oceânicas do Litoral de Bombinhas.....	130
Figura 7 - Mapa dos bairros de Bombinhas.....	134
Figura 8 - Enseada de Zimbros	135
Figura 9 - Embarcações em Zimbros.	135
Figura 10 - Vista do alto do Morro do Macaco das Praias do Canto Grande de Dentro e Morrinhos (esquerda) e Praias do Canto Grande de Fora e Mariscal (direita)	136
Figura 11 - Praia de Bombinhas, Centro	137
Figura 12 - Cruz de madeira da Praia de Quatro Ilhas	138
Figura 13 - Oficinas líticas na Praia do Embrulho	142
Figura 14 - Oficinas líticas na Praia do Embrulho	142
Figura 15 - Sambaquis.....	143
Figura 16 - Lançamento do esgoto in natura direto no mar.....	148
Figura 17 - Construções a beira mar na Prainha e Praia do Embrulho	150
Figura 18 - Área de Preservação Ambiental em Bombinhas.....	156
Figura 19 – Mapa 1 - Macrozoneamento	158
Figura 20 - Construção do calçadão da Praia de Bombas	161
Figura 21 - Construção do calçadão da Praia de Bombas.	161
Figura 22 - Canoa de um pau só utilizada na pesca da tainha.	162
Figura 23 – Produção de pescado nacional em toneladas (2010-2011)	173
Figura 24 - Pesca em Bombinhas	181
Figura 25 - Colônia de Pescadores Z-22 de Bombinhas.	184
Figura 26 - Homens puxando a rede durante a temporada de pesca da tainha	186
Figura 27 - Localização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em relação à Bombinhas	195
Figura 28 - Praia de Morrinhos com casas a beira mar.	204
Figura 29 - Grande lanço de tainhas em 2017 na Praia dos Ingleses (Retiro dos Padres)	227
Figura 30 - Puxada de rede, na pesca da tainha, Praia de Bombas.....	228

Figura 31 - Equipe e participantes do Evento Saragaço 2017..... 233

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número e área dos Parques brasileiros nas esferas Federal, Estadual e Municipal.....	93
Quadro 2 - Proporção de áreas protegidas terrestres e marinhas na América Latina e Caribe.	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cobertura de Área Protegida Terrestre e Marinha por Regiões da ONU.	94
Tabela 2 - Dinâmica demográfica de Bombinhas, Santa Catarina e Brasil (1996 a 2016)	150
Tabela 3 – Característica dos domicílios do município de Bombinhas	153
Tabela 4 - Arrecadação anual da TPA (2015-2018).....	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMP – Áreas Marinhas Protegidas
APA – Área de Proteção Ambiental
CB – Convenção sobre a Biodiversidade
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CEL – Conhecimento Ecológico Local
CI – Conservation International
CNPPA – Commission on National Parks and Protected Area
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN – International Union for Conservation of Nature
IUNP – International Union of Nature Protection
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONU – Organização das Nações Unidas
PARNA – Parque Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas
SFF – Serviço Florestal Federal
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UN – Nações Unidas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNEP-WCMC – United Nations Environment Program - World Conservation Monitoring Centre
WDPA – World Database Protected Areas (Base Mundial de Dados sobre Áreas Protegidas)
(NRC/NAS) National Research Council/National Academy of Sciences

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 TURISMO E TERRITÓRIO	49
1.1 TERRITÓRIO EM UMA PERSPECTIVA CULTURALISTA	50
1.2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE	58
1.3 TERRITÓRIO TURÍSTICO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO	65
2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	75
2.1 PARQUES NATURAIS E O TURISMO DE NATUREZA	77
2.2 CULTURA MATERIAL/IMATERIAL E MODO DE VIDA RELACIONADO À ATIVIDADE PESQUEIRA	103
2.3 A QUESTÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE.....	112
3 BOMBINHAS	125
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS	125
3.1.1 Aspectos Históricos e Geográficos	140
3.1.2 Aspectos ambientais e demográficos	147
3.1.3 Aspectos Socioeconômicos e Culturais	161
3.2 A PESCA ARTESANAL.....	169
3.2.1 A pesca artesanal no município de Bombinhas	180
3.2.2 Território Tradicional Pesqueiro.....	189
3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOMBINHAS.....	194
3.3.1 Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.....	194
3.3.2 Parque Natural Municipal da Galheta.....	196
3.3.3 Parque Natural Municipal do Morro do Macaco.....	197
3.3.4 Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros	198
4 PESCA ARTESANAL, TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS EM BOMBINHAS: MUDANÇAS TERRITORIAIS E ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	201
4.1 BOMBINHAS E O TURISMO	202

4.2	BOMBINHAS E A PESCA.....	221
4.3	BOMBINHAS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	234
4.4	RESILIÊNCIA CULTURAL E SOCIODIVERSIDADE: PERSPECTIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO MAIS SUSTENTÁVEL	240
4.4.1	Território, construção da identidade e resiliência cultural	243
4.4.2	Atividade econômica como fator constitutivo da resiliência cultural	245
4.4.3	Memória coletiva e a transmissão de saberes e fazeres .	247
4.5	BOMBINHAS E A VALORIZAÇÃO CULTURAL: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA DE UM LUGAR	249
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	261

INTRODUÇÃO

Pescaria

*Ô canoeiro
bota rede,
bota rede no mar
ô canoeiro,
bota rede no mar.*

*Cerca o peixe,
bate o remo,
puxa corda,
colhe a rede,
ô canoeiro,
puxa rede do mar.*

*Vai ter presente pra Chiquinha
ter presente pra laiá
ô canoeiro
puxa rede do mar.*

*Cerca o peixe,
bate o remo,
puxa corda,
colhe a rede,
ô canoeiro
puxa rede do mar.*

*Louvado seja Deus
Ó meu pai.*

*Vai ter presente pra Chiquinha,
ter presente pra laiá
ô canoeiro puxa rede do mar.*

Dorival Caymmi

Esta tese foi desenvolvida a partir de uma abordagem interdisciplinar, fundamentada pelo diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, a fim de compreender fenômenos híbridos contemporâneos, que exigem novos olhares, como é o caso dos estudos sobre os impactos socioculturais e ambientais causados pelo desenvolvimento turístico de uma localidade. Desse modo, utilizamos

nessa abordagem teórica interdisciplinar, um referencial bibliográfico de áreas como a Antropologia Ecológica, Ecologia Humana, História Ambiental, Geografia Humanista, Direito Ambiental e Sociologia.

Este estudo analisa as mudanças socioespaciais do município de Bombinhas/SC a partir do desenvolvimento turístico espontâneo e as consequências desse processo no modo de vida local, sobretudo na pesca artesanal, ou pesca em pequena escala, ou ainda também referida como pesca local¹. A tese investiga a forma como estão sendo criadas as unidades de conservação² de uso turístico em Bombinhas, no que diz respeito à participação da população local na criação do plano de manejo dessas áreas. Além disso, discutimos sobre o reconhecimento e valorização do modo de vida local, analisando como a resiliência cultural pode contribuir para manutenção da sociobiodiversidade em lugares que passaram por mudanças significativas a partir do desenvolvimento turístico.

O objetivo geral desta tese é analisar as formas de apropriação/expropriação territorial que vem ocorrendo no município de Bombinhas nas últimas três décadas e seus efeitos sobre a pesca artesanal e as áreas naturais protegidas. Assim, discutimos sobre alternativas para o desenvolvimento do turismo em Bombinhas de forma sustentável com a finalidade de oferecer subsídios às políticas públicas de planejamento turístico do município em questão.

Diante deste contexto, partimos da hipótese de que lugares onde existe uma valorização cultural por parte dos próprios moradores, em relação ao seu estilo de vida, suas tradições, seus costumes, suas

¹O tema da pesca artesanal será tratado no capítulo 3 da tese.

²São espaços territoriais definidos por ato específico dos governos, por decreto ou lei, com a finalidade de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como de outros recursos naturais estratégicos. As Unidades de Conservação são áreas protegidas que fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é estabelecido nacionalmente por meio da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implementação e gestão das unidades de conservação no Brasil. Engloba o conjunto das UC municipais, estaduais e federais, além de classificá-las em dois tipos, com relação ao uso e/ou restrição dos recursos naturais: A UC de Proteção Integral, que admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, tais como Parque, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre); e a UC de Uso Sustentável, que busca compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto e planejado de parte dos recursos naturais disponíveis, composta pela Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Floresta Nacional, Reserva Particular de Patrimônio Natural, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

identidades, são lugares onde os moradores apresentam uma maior resiliência frente às mudanças sociais provocadas pelo turismo.

Para a sociologia, a resiliência é definida como “a habilidade de grupos ou comunidades de enfrentar estresses externos e perturbações como resultado de mudanças sociais, políticas e ambientais” (ADGER, *apud* Brand; Jax, 2007, p.3). As mudanças sociais causam impacto cultural que podem ser sentidos a longo e médio prazo, ou seja, as culturas sofrem modificações a partir de sua própria dinâmica, ou como resultado de acontecimentos específicos que têm a capacidade de acelerar esse processo de mudanças, que são tanto positivas como negativas.

Nessa perspectiva, a resiliência se apresenta como uma capacidade para lidar com os fatores negativos intrínsecos as mudanças culturais. Usamos como fundamento teórico nesta tese o conceito sociológico de resiliência, adaptando-o ao conceito de resiliência cultural, tendo como contexto a inserção turística em um determinado lugar e suas implicações no âmbito da cultura local (PAIVA, 2010). Entendemos, de maneira geral, que a resiliência cultural faz parte de um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva de comunidades locais em contextos adversos.

O uso do conceito de resiliência, no contexto de mudanças socioculturais e ambientais, vem sendo estudado pela presente autora desde a pesquisa de mestrado, e tem como objetivo, nesta tese, aprofundar as discussões sobre a capacidade de adaptação de comunidades locais as mudanças geradas pelo desenvolvimento turístico espontâneo, intenso e acelerado em regiões litorâneas brasileiras. O interesse em pesquisar esse tema surgiu durante a graduação no curso de Ciências Sociais. A capacidade que tem o turismo de transformar as localidades onde se desenvolve chamou minha atenção pelo fato dessas mudanças causarem impactos significativos na organização social e modo de vida das comunidades locais afetadas por esse processo. Durante o mestrado no Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento, havia partido para o trabalho de campo, realizado em um povoado pesqueiro localizado no Litoral Sul do Estado de Alagoas, com a hipótese de que a população local apresentava uma tendência a incorporar certos comportamentos e traços culturais dos turistas que visitavam aquela localidade. Esse processo tem sido denominado de efeito demonstração pela área de conhecimento do Turismo. No entanto, me deparei com uma realidade diferente, pois, embora recebesse influência dos turistas, o povoado pesquisado apresentou uma cultura local reconhecidamente valorizada por seus habitantes, uma cultura local relacionada à pesca e ao

artesanato confeccionado com a palha de ouricuri, uma matéria prima do lugar. Esse fato me fez refletir sobre o potencial que o turismo também tem de funcionar como um fator que pode vir a estimular o reconhecimento e valorização, por parte da população local, do seu modo de vida, reafirmando sua cultura. E, nesse contexto, surgiu a apropriação e conceituação da resiliência cultural.

A resiliência cultural, no que diz respeito ao fenômeno do turismo, pode ser entendida como uma forma ao mesmo tempo de resistência e adaptação das comunidades turísticas receptoras às mudanças trazidas pelos turistas e demais tipos de visitantes, que apresentam outras visões de mundo e, por isso mesmo, outros signos, valores e atitudes. A resiliência cultural está relacionada a um modo de vida peculiar, por parte dos moradores da localidade turística, por uma identidade cultural associada ao lugar, à coesão social e à transmissão de certas tradições passadas de geração para geração. Assim, a resiliência cultural é definida como a capacidade que um determinado grupo social tem em resistir a mudanças provocadas pelo contato com culturas diferentes, preservando seu patrimônio cultural (*op.cit.* 2010).

Nesta tese, não defendemos uma visão antropológica de compreensão “fossilizada” de uma suposta autenticidade cultural. Partimos da ideia de que a cultura está em constante transformação, pois ela é dinâmica e seletiva, e se processa através de mecanismos de adoção e/ou exclusão de “novos” elementos ou características. Sendo assim, consideramos que existem grupos humanos que apresentam modos de vida diferenciados e se expressam através de suas peculiaridades culturais que, por sua vez, lhe conferem identidade. Qualquer acontecimento que, de alguma forma, cause desorganização ou expropriação material ou simbólica no modo de vida de um grupo social, a ponto de comprometer sua reprodução social, pode ser considerado um impacto sociocultural negativo em uma determinada comunidade. Desse modo, defendemos a hipótese de que, se existe um nível alto de capacidade resiliente por parte da comunidade local, a sustentabilidade tem muito mais chances de ser garantida, uma vez que esta será capaz de manter elementos da sua base social e ambiental no futuro, apesar das situações adversas que possam vir a ocorrer.

A existência de resiliência cultural se mostra um fator positivo no que diz respeito ao desenvolvimento turístico de uma localidade, já que se relaciona com a questão da sociodiversidade. Para analisar a existência de resiliência cultural em grupos humanos, foram escolhidos três eixos considerados importantes para auferir a presença dessa característica em uma comunidade, a saber: a perspectiva de que a construção da identidade

se dá a partir do território aonde se nasce e vive; a manutenção de atividades econômicas tradicionais passadas de geração para geração; e a questão da memória e oralidade no que tange aos saberes e fazeres, os quais envolvem um conhecimento tradicional, que também é transmitido de maneira geracional.

A importância de estudar esse tema se justifica pelo processo de urbanização em algumas localidades da região costeira brasileira que vem desencadeando uma série de transformações e impactos sociais e ambientais, destacando-se o turismo de massa, a especulação imobiliária e a pesca predatória, implicando, por um lado, em processos de exclusão social das populações que viviam nestas áreas, dependendo de seus recursos naturais, e, por outro, na adoção de práticas e estratégias de sobrevivência nas quais esses grupos mantêm sua herança cultural frente a injunções de mudança.

Nessa lógica, podemos observar que em grande número de países, o turismo tem sido um dos eixos desencadeadores de mudanças espaciais, sociais, culturais e paisagísticas, com uma predominância de áreas localizadas próximas a corpos d'água – como é o caso das orlas marítimas. Em tais ambientes, o turismo age desterritorializando atividades e populações locais preexistentes, produzindo novas configurações geográficas e socioculturais. Portanto,

(...) o turismo é na atualidade um dos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, regiões litorâneas, originalmente ocupadas por indígenas, pescadores, comunidades tradicionais – os chamados “povos do mar” – são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo (CORIOLANO; SILVA, 2007, p. 46).

Assim, junto a capacidade de gerar crescimento econômico, de aumentar a renda nas destinações turísticas e de contribuir para a balança de pagamentos, o turismo tem também a capacidade de causar profundos impactos negativos nas áreas que se tornam objeto dos fluxos turísticos,

quando o modelo empregado para a turistificação do espaço³obedece a uma lógica de planejamento que diz mais respeito a interesses exógenos do que aos interesses de desenvolvimento das comunidades em questão. Em relação a isso, (COLCHESTER, 2000, p. 244) afirma que,

(...) na verdade, muitas comunidades tradicionais estão conscientes do fato que, quanto mais as pressões externas aumentam e suas economias e organizações sociais se transformam para acomodar um envolvimento cada vez maior com a economia de mercado, elas precisam elaborar novos mecanismos para controlar e usar os recursos naturais.

Nessa perspectiva, o turismo, além de ter como uma de suas características mais marcantes a capacidade de transformação e de consumo do espaço, traz também consequências em relação à dimensão sociocultural de comunidades locais que habitam essas áreas. Ou seja, ameaçam a própria organização dos sistemas políticos de posse da terra e da distribuição dos recursos naturais. Desse modo, a constatação de como esses aspectos, advindos do turismo, interfere tanto na vida social como no ambiente físico de determinada comunidade, é a premissa para se desenvolver meios, junto à população local, de decidir a melhor forma de se estabelecer o turismo nessa área.

Nesse contexto, a tese tem como objeto de investigação o município de Bombinhas, que está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, distante 70 km da capital Florianópolis (BOMBINHAS, 2013). A escolha desse lugar se deve ao seu histórico de intensa ocupação turística em um espaço de tempo relativamente curto, o que ocasionou mudanças socioespaciais significativas nesse território (HILLESHEIM, 2005). No município de Bombinhas, o processo de turistificação foi acompanhado por forte especulação imobiliária e formas de expropriação territorial, ou seja, espaços antes utilizados e acessados pela população local foram sendo ocupados por casas de veraneio e pela infraestrutura voltada para atender os turistas. Além disso, o fenômeno de urbanização sem o devido planejamento tem ocupado ou comprometido (poluição) áreas importantes para o equilíbrio do ecossistema marinho, como os mangues (BOMBINHAS, 2010). Além disso, foram criadas três unidades

³O termo “turistificação” refere-se à agregação de infraestruturas e equipamentos turísticos ao espaço geográfico, visando à realização da função turística.

de conservação que ainda não tem plano de manejo⁴ definido. Outro fator importante para escolha desse lugar foi a atividade tradicional da pesca artesanal. Antes da chegada do turismo, e mesmo até os dias atuais, a pesca foi e continua sendo uma das principais atividades econômicas de Bombinhas (POLETTE; CAVEDON, 2001; VERAS, 2007). Muito além de uma fonte de renda, sua vocação pesqueira representa uma marca que confere identidade ao lugar e à grande parte da população local que se dedica a essa atividade. A pesca envolve um conhecimento tradicional que é transmitido de geração a geração e se apresenta como uma forma de resistência ao processo de descaracterização que vem ocorrendo com a turistificação do lugar.

O desenvolvimento do turismo em áreas naturais vem crescendo nas últimas décadas tanto no Brasil como no mundo. O Brasil, particularmente, apresenta enorme biodiversidade, marcada por regiões com diferentes biomas e formas de organização social tradicional de rica cultura. As áreas naturais que fazem parte das unidades de conservação são lugares de beleza cênica, que se tornam alvo de fluxos turísticos internacionais, principalmente aqueles do segmento de sol e praia. São povoados, vilas, pequenos municípios, que, embora localmente isolados, se tornam conhecidos numa dimensão global devido aos meios de comunicação e a facilidade de mobilidade e acesso.

Sendo assim, a procura por lugares turísticos paradisíacos se mostra intensa na contemporaneidade devido a um ritmo de vida estressante nas grandes cidades. A ideia do mito da natureza intocada de (DIEGUES, 1998) está posta na sociedade ocidental quando mostra o desejo humano de uma volta ao seu estado natural. Segundo (DIEGUES, 1998, p. 60),

As áreas naturais protegidas são representadas, como indica Thoreau, por símbolos que remetem aos espaços mais profundos da psique humana, tais como *refúgio de contemplação, ilhas* onde a mente humana pode proteger-se da devastação da sociedade urbano-industrial.

⁴É definido pela lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas de utilização da área de uma unidade de conservação e o manejo dos seus recursos naturais.

Nessa circunstância, as sociedades ocidentais e alguns movimentos ambientalistas têm criado representações simbólicas que tem por objetivo estabelecer ilhas intocadas de floresta onde a natureza pode ser admirada e reverenciada. A base ideológica que fundamenta essa perspectiva se baseia em uma visão dualista entre natureza/cultura e corrobora com a ideia de um meio ambiente estático, separado dos seres humanos. A concepção do homem como necessariamente destruidor da natureza remete aos modelos de parque norte-americanos criados no século XIX, como é o caso de Yellowstone⁵. A transposição do modelo norte-americano de área protegida, onde não é permitida a presença de moradores, se mostrou incompatível com a realidade brasileira e gerou questionamentos acerca da implementação das unidades de conservação no Brasil e o impacto causado nas populações tradicionais que habitam essas áreas e seu entorno (DIEGUES, 1998).

Um dos grandes desafios que se apresentam em relação às áreas naturais protegidas é a preocupação em preservar os processos que geram e mantém a diversidade biológica existente no lugar. Surge, dessa forma, a questão em relação à gestão e a pressão de uso sobre os recursos naturais dessas áreas. Segundo (BENSUSAN, 2002, p. 1),

(...) Apesar das diversas modalidades de áreas protegidas que existem hoje no Brasil, não será possível conservar todos os processos geradores e mantenedores de biodiversidade utilizando apenas esse instrumento. É necessário conciliar o uso e a presença humana com a proteção da biodiversidade.

Por outro lado, a demarcação de áreas protegidas vem se caracterizando como um processo complexo, pois envolve um conflito de interesses de diversos atores sociais. Cada um desses atores apresenta concepções muito diferenciadas sobre as áreas que se tornam unidades de

⁵A criação do primeiro parque nacional no mundo, o de *Yellowstone*, foi o resultado de ideias preservacionistas que se tornavam importantes nos Estados Unidos desde o início do século XIX. A noção de “*wilderness*” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada e se propunha reservarem-se grandes áreas, colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1998).

conservação. As instituições públicas responsáveis pela demarcação dessas áreas, geralmente apresentam uma perspectiva mais voltada para o conservacionismo e, em alguns casos, relegam os aspectos socioculturais do processo de organização, apropriação e redefinição desses espaços (DIEGUES, 1998). Para a população local, a criação de uma área protegida pode se realizar como forma de expropriação de seu território, com o impedimento ou limitação do uso de recursos naturais utilizados para reprodução de sua vida material. Pelo fato da ordenação territorial se sustentar sobre critérios científicos dos especialistas, muitos usos e saberes locais são excluídos desse processo, prevalecendo, desse modo, o conhecimento técnico que, em muitos casos, não considera o saber da experiência. O predomínio de uma visão conservacionista e a falta de uma articulação efetiva entre um conhecimento técnico sobre os sistemas de manejo e gestão de áreas protegidas, com análises antropológicas e sociológicas sobre a comunidade local pode vir a acarretar impactos sociais e ambientais negativos (REIS DA SILVA, 2015).

Desse modo, é de suma importância reconhecer o valor do conhecimento tradicional das comunidades locais, pois, muitas vezes, essas comunidades conhecem a dinâmica dos ecossistemas e das espécies presentes na região. Nesse sentido, o apossamento tradicional das diversas populações como, seringueiros, remanescentes de quilombo, castanheiros, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, deve ser respeitado e integrado às políticas de conservação e desenvolvimento dentro das unidades de conservação.

A adoção de uma perspectiva socioecológica para conservação de espaços naturais nos remete a relação intrínseca entre a biodiversidade⁶ e a sociodiversidade⁷ (BERKES; FOLKE, 1998). Essa relação mútua pode ser entendida a partir da visão de (DIEGUES, 1999, p. 3), que mostra que “a biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular, das sociedades tradicionais não industriais (...) ela é também uma construção cultural e social”.

⁶A variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas” (Convenção sobre a Diversidade Biológica/Artigo 2).

⁷Está relacionada à existência de diferentes grupos humanos com padrões próprios de organização social, com modelos diferentes de autoridade política, de acesso a terra, de padrão habitacional, de hierarquias de valores ou prestígio e etc.

A criação de unidades de conservação, que no caso do município de Bombinhas são três parques naturais de uso turístico, levanta diversas questões sobre a apropriação e uso dos recursos naturais por parte da população local. Como são unidades de conservação de proteção integral, ou seja, que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais argumenta-se se a demarcação dessas áreas tem modificado negativamente a relação que a população local estabelece com seu meio natural. As unidades de conservação de proteção integral têm como objetivo preservar a natureza mantendo suas condições originais a fim de promover a conservação da biodiversidade. Se por um lado a criação de unidades de conservação traz benefícios ambientais, econômicos e culturais, por outro lado, podem implicar impactos negativos quando as populações locais não são inseridas no processo de criação e gestão dessas áreas. Ocorre que, em alguns casos, a criação de Unidades de Conservação da Natureza nem sempre assegura corretamente o respeito à natureza e a manutenção dos modos de ser e viver dos povos ou comunidades tradicionais que habitam esses locais (COCA; QUINTERO, 2006). Nesse sentido, as comunidades locais pesqueiras vêm se mobilizando para o reconhecimento dos territórios tradicionais pesqueiros como forma de assegurar a reprodução física e cultural dos pescadores e pescadoras artesanais (CARTILHA do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, s/a).

Em outra vertente, a criação de parques naturais coloca em evidência a discussão acerca das políticas conservacionistas “neoliberais” apresentadas e revestidas como ecológicas (VICTORIANO; MORA, 2014). De acordo com (BELTRÁN; PASCUAL; VACCARO, 2008), a “patrimonialização da natureza” vai além dos objetivos ambientais e passam a incorporar-se como bens de consumo, ou seja, a proteção desses lugares levaria a regularização da natureza através de forma de mercantilização, inserindo-a como mercadoria nos circuitos do mercado global. A mercantilização da natureza através de unidades de conservação também modifica os direitos de uso da terra em geral. Em muitos casos vemos um maior controle das classes mais favorecidas que ocupam o entorno de áreas naturais protegidas, promovendo forte especulação imobiliária e desterritorializando a população local (SANTAMARINA, 2009).

A situação descrita acima engendra um conflito socioambiental caracterizado por formas desiguais de apropriação dos territórios e dos recursos naturais e remete a temática da justiça ambiental que envolve os conflitos por direitos territoriais e significados culturais, como definem (ZHOURI *et. al.*, 2005, p. 18),

(...) O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Podemos dizer, de maneira geral, que os conflitos socioambientais se caracterizam pelos embates nas formas de apropriação, ocupação e uso do território e a relação que estabelecemos com nosso meio natural. Desse modo, (ACSERALD, 2010) entende que os conflitos socioambientais evidenciam a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades atribuem a suas bases materiais, de forma a mostrar que o ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros.

Essa apropriação desigual de espaços pode ser considerada uma das características da expansão do turismo em uma localidade afetada pelo processo de especulação imobiliária. Por conseguinte, se esse crescimento urbano for guiado apenas pela lógica do capital, de curto prazo, essa expansão se mostra potencialmente negativa para a capacidade de suporte do lugar turístico, comprometendo, dessa forma, não só as atividades econômicas, mas também o bem-estar da população local.

Na concepção de (LITTLE, 2006, p. 91), os conflitos socioambientais podem ser definidos como,

(...) embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *sócio-ambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

Dessa forma, os conflitos socioambientais se tornam mais evidentes no processo de produção do espaço, já que este é construído a partir de interesses diversos. Nesse seguimento, o Estado e o mercado são considerados atores hegemônicos da produção do espaço. Podemos considerar o Estado, como comentado acima, como ator hegemônico na

produção do espaço, dado o seu papel de ente regulador das relações sociais e de provedor de infraestruturas. Por outro lado, (CRUZ, 2009, p. 97) ressalta que,

(...) agentes de mercado tomam para si a hegemonia do processo de produção do espaço no sentido de assegurar a consecução de seus interesses. No entanto, esse processo pode ser contestado pela sociedade civil organizada, através de associações e organizações não-governamentais que reivindicam, por sua vez, seu direito ao uso e a integridade desses espaços para seu bem estar socioambiental.

Como dito anteriormente, os conflitos socioambientais são constituídos por grupos sociais que apresentam interesses diferenciados e, em alguns casos antagônicos, sobre o uso e ocupação do espaço. No caso do desenvolvimento turístico, podemos identificar grupos sociais que estabelecem uma relação mercadológica com o lugar. Essa visão estritamente econômica se dá através de uma perspectiva do espaço como um local de investimento, sem uma preocupação mais profunda com a história sociocultural do lugar, ou com possíveis danos ambientais que seus empreendimentos imobiliários podem vir a causar. De acordo com o exposto, (VIEIRA; VIVACQUA, 2005, p. 140) entendem que,

(...) o termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Essas situações de litígio vigentes nos níveis material e simbólico podem ou não assumir a forma de um embate mais direto. Elas decorrem, muitas vezes, do esforço investido na simples prevenção ou mesmo na reparação de danos ambientais (ORMEÑO; SAAVEDRA, 1995; CARVALHO; SCOTTO, 1995 Apud VIVACQUA; VIEIRA; 2005).

Nessa perspectiva se insere a questão da justiça ambiental, ou seja, na luta, por parte da população local, pelo direito de uso e ocupação de seu território, como forma de manutenção de seu estilo de vida e conservação de seu meio natural. A possibilidade de identificar os direitos em conflito desses atores sociais amplia o debate político para incluir

direitos culturais ou sociais ignorados pelo Estado ou por atores hegemônicos. Essa temática se insere na discussão do campo da justiça socioambiental, adotada como um dos referenciais teóricos dessa tese (MARTÍNEZ ALIER, 2012; ACSELRAD, 2010).

Utilizamos nessa tese o conceito de Justiça Socioambiental por entender que muitos problemas ambientais envolvem questões de classes sociais, onde os custos ecológicos recaem sobre as populações mais pobres e vulneráveis.

Por outro lado, independente das questões de classe, no que se refere aos direitos fundamentais de todo ser humano, o direito a um meio ambiente saudável está previsto na Constituição brasileira aprovada em 1988, que afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225). O direito ambiental se insere na terceira geração dos direitos humanos⁸. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, afirma e enfatiza a relação entre meio ambiente e os direitos humanos, ao propor um panorama comum e de princípios comuns que inspirem e guiem os povos do mundo na preservação e fortalecimento do meio ambiente humano. Sendo assim, o direito a um meio ambiente saudável como direito fundamental humano, está consolidado na atualidade através das instituições no âmbito dos Estados, assim como pelo Direito Internacional.

Nessa perspectiva, (DALLARI, 2009) chama a atenção para a relação indissociável entre direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento também faz parte da terceira geração dos direitos humanos. O conceito de desenvolvimento sustentável ou Ecodesenvolvimento surge a partir dessa perspectiva, ao

⁸A primeira geração de direitos humanos surge na emergência do Estado moderno e se caracteriza pela fundamentação e estruturação de mecanismos políticos e institucionais destinados a assegurar a preservação da autonomia do indivíduo em face do poder do Estado. A segunda geração de direitos humanos é marcada pela afirmação dos direitos sociais, impulsionada pela demanda por direitos trabalhistas, resultando no fortalecimento do papel do Estado na proteção e promoção desses direitos. Já na terceira geração de direitos humanos, na qual aparece o direito ambiental, inclui-se o direito do consumidor e o direito ao desenvolvimento. Atualmente se fala sobre a quarta geração de direitos humanos, que está relacionada aos efeitos da pesquisa biológica a partir da manipulação no patrimônio genético dos indivíduos, representada pela disciplina da Bioética (DALLARI, 2009).

considerar a temática ambiental como requisito essencial ao pleno desenvolvimento. Dessa forma, o direito ao meio ambiente saudável e o direito ao desenvolvimento passam a ser tratados de forma conjunta e de maneira integrada, no âmbito dos direitos humanos. Essa ideia pode ser encontrada na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, que ficou conhecida por Eco-92. O Princípio de número 3 dessa Declaração afirma que, “o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais de gerações presentes e futuras” (MMA, 2018).

O conceito de sustentabilidade tem sido interpretado de muitas maneiras, mas há bastante tempo alguns princípios centrais ao conceito de desenvolvimento sustentável foram reconhecidos como indissociáveis (BRAMWELL *apud* ARAUJO, 2004). A proposta do desenvolvimento sustentável defende que o crescimento econômico deveria acontecer de forma igualitária estando apoiada sobre o tripé do crescimento econômico, da proteção dos recursos naturais e da equidade social. Esse conceito surge na segunda metade do século XX a partir da reflexão sobre a relação do humano com seu meio natural, levantando questões sobre a finitude dos recursos naturais e os problemas socioambientais causados pelas sociedades urbanas e industriais.

Nesse trabalho entendemos o conceito de sustentabilidade a partir da perspectiva de (IGNACY SACHS, 2002) e (AMARTYA SEN, 2010). Os respectivos autores partem da ideia de que a sustentabilidade é um processo que leva em consideração aspectos sociais, culturais, ambientais e não está relacionado apenas ao crescimento econômico de uma sociedade. Para (SACHS, 2002) o caminho para sustentabilidade tem como fundamento a procura por padrões de desenvolvimento mais justos e, ao mesmo tempo, com maior respeito pela natureza. Sendo assim, o autor entende o desenvolvimento “como a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente (SACHS, 2002, p. 60).

De maneira análoga, (SEN, 2000) afirma que o processo de desenvolvimento vai além do crescimento medido pelo PIB de um país, pois ele envolve a expansão das liberdades individuais que as pessoas desfrutam. Sendo que a visão de liberdade adotada pelo autor envolve tantos os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. Assim, o autor afirma que,

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 7).

Desse modo, a análise do desenvolvimento para (SEN, 2000) considera as liberdades dos indivíduos como elementos constitutivos básicos. Por isso, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Posto isto, podemos afirmar que as liberdades individuais substantivas são essenciais para o pleno desenvolvimento das sociedades.

Assim, entendemos a sustentabilidade como um processo de transformação social onde são levados em conta uma série de fatores tais como: democratização dos processos decisórios relativos às condições de existência e de trabalho das populações através de mecanismos equânimes, participativos e transparentes; respeito e promoção da diversidade cultural como forma de resistência às pressões dos modelos de produção e consumo; resistência estratégica à privatização da natureza, entre outros (ACSERALD, 1997).

Nessa conjuntura, a justiça ambiental é analisada por (MARTINEZ ALIER, 2009), que a associa aos movimentos sociais dos pobres que lutam pela sobrevivência, no sentido de garantir seu direito ao uso/acesso aos recursos naturais, em termos de necessidades ecológicas para a vida, retirando os recursos naturais da esfera econômica e devolvendo-os para o campo da ecologia humana. Segundo (ALIER, 2009, p. 9) esse movimento se configura como uma nova corrente do ecologismo denominada “ecologismo dos pobres”, que pode ser pensado a partir da ideia de “expansão do capitalismo e suas consequências para o meio ambiente e para os pobres”. Esse autor parte da hipótese de que o sistema de mercado e/ou o controle do Estado sobre os recursos naturais se insere em uma lógica de curto prazo, onde não são assumidos os custos ecológicos. Já para os pobres, o acesso aos recursos, diferentemente da lógica do capital e do Estado, contribui para conservação dos recursos, pois seus objetivos são definidos em termos das necessidades ecológicas para a vida (energia, água, espaço para habitar). Nesse sentido (ALIER,

2009, p. 10), afirma que “a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos”.

Em vista disso, essa corrente de pensamento evidencia que o crescimento econômico resulta em maiores impactos ao meio ambiente, e, dessa maneira (ALIER, 2009), constata que não é a pobreza a principal causa dos problemas ambientais, e sim, a riqueza, já que esta apresenta um consumo elevado de energia e materiais e maior produção de rejeitos resultante desse consumo. Assim, o autor chama a atenção para o estudo da ecologia da sobrevivência, ou seja, a necessidade da conservação dos recursos naturais como pertencentes à esfera da economia moral, contra sua inclusão na valorização mercantilista.

Dentro dessa perspectiva se inserem as lutas, por exemplo, por espaços verdes contra a especulação imobiliária e a manutenção da pesca artesanal contra a utilização abusiva da pesca industrial. Essas temáticas dizem respeito ao que vem ocorrendo no município de Bombinhas e o seu processo de desenvolvimento turístico espontâneo. Nesse caso, o poder público tem a responsabilidade de ordenar o crescimento urbano de maneira que não comprometa a qualidade socioambiental do lugar. Em alguns casos, o poder público assume um discurso ambientalista, mas sua forma de atuação demonstra uma concepção sobre seus recursos socioambientais mais voltados para valoração mercantilista sobre a natureza. Deste jeito, a lógica mercantilista que prevalece por parte do poder público se choca com outra visão sobre os recursos e o meio natural de moradores que tem não só uma relação de dependência com esses recursos naturais, mas também dependem desses recursos para manutenção de sua qualidade de vida.

No caso de Bombinhas, uma das formas pelas quais a injustiça socioambiental vem se manifestando é através da despossessão de alguns territórios essenciais à reprodução identitária da comunidade local, formados por grupos socioculturais ligados a atividade pesqueira. A apropriação do território geralmente é feita por grandes projetos construtivos voltados para o turismo, onde prevalece o interesse e o benefício de investidores externos, que desestabilizam as práticas culturais da população local.

Em relação ao exposto acima, é possível afirmar que o processo de mudanças socioespaciais já vem ocorrendo em Bombinhas há algumas décadas (HILLESHEIM, 2005; VERAS, 2007; BARETTA, 2009). Com o crescimento da atividade turística no lugar, a cidade foi sendo construída movida pelos investimentos imobiliários e a conseqüente redução dos espaços públicos, de uso comum da comunidade, por empreendimentos turísticos, que em alguns casos só funcionam durante o

período da temporada de verão, ou seja, apenas quatro meses no ano, segundo constatação da própria autora durante a realização do trabalho de campo desta tese. Alguns desses empreendimentos turísticos foram sendo construídos em espaços irregulares, sem uma distância adequada da faixa de areia da praia, atingindo as áreas de restinga ou até mesmo em áreas com remanescentes de mata atlântica. Áreas essas consideradas de preservação permanente.

Essa situação apresenta um caráter contrastante, pois, se por um lado, o turismo se constitui em uma atividade que gera lucro e renda para população local, por outro lado, a maneira como ele vem sendo desenvolvido, faz com que seja considerado um dos principais responsáveis pelos impactos socioambientais negativos presentes na cidade de Bombinhas.

Levando em consideração o contexto descrito acima, podemos observar que nas últimas décadas o turismo vem sendo abordado de forma ampla, de maneira a contemplar seu caráter multidimensional, superando, dessa forma, a perspectiva que concebe essa atividade como exclusivamente econômica. As novas abordagens sobre a atividade turística são analisadas a partir de suas diferentes dimensões: econômica, social, cultural e ambiental. Desse modo, a temática do turismo passa cada vez mais a incorporar uma análise crítica sobre os impactos socioculturais e ambientais negativos que essa atividade, quando não planejada, pode vir a causar nas destinações turísticas (CRUZ, 2000; RUSHMANN, 2000; SWARBROOKE, 2000; IRVING, 2005; CORIOLANO, 2007; VASCONCELOS, 2008).

No bojo dessa discussão encontra-se o caráter paradoxal do turismo: ao mesmo tempo em que valoriza e promove um lugar a partir de seus atrativos turísticos, também pode vir a desencadear uma interferência negativa, causando problemas socioambientais nesses mesmos atrativos que o tornaram famoso/conhecido turisticamente. Em outras palavras, o processo descrito acima se mostra contraditório, pois o desenvolvimento turístico espontâneo, ou seja, sem planejamento a curto, médio e longo prazo, pode vir a comprometer a própria atratividade do lugar, seja esse atrativo natural e/ou sociocultural, afetando a própria continuidade dessa atividade, que se mostra tão promissora para contribuir com o desenvolvimento local.

Por isso, os estudos e debates acerca do turismo na atualidade têm considerado a questão do desenvolvimento socioeconômico local, que visa à distribuição mais equitativa e justa dos benefícios gerados por essa atividade econômica. Outro aspecto relevante nesse contexto, diz respeito

à maneira como será desenvolvido o turismo no lugar, ou seja, qual o tipo de turismo se mostra mais afinado com a realidade local e como conciliar os diversos interesses de distintos atores sociais que participam direta e indiretamente das atividades turísticas.

O Turismo de Base Local ou Turismo de Base Comunitária, como é mais conhecido, parte da ideia do caráter endógeno do turismo, que se reflete na organização da população local quanto à participação e decisão sobre qual o tipo e forma de turismo deve ser desenvolvido no lugar.

Na definição de (CORIOLANO, 2009, p. 282) o turismo de base local “é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. Dessa forma, esse tipo de turismo surge como contraposição ao chamado turismo de resorts ou de mega-empresendimentos, evitando que empreendedores externos dominem a comunidade. Nesse sentido, (CORIOLANO, 2009, p. 280) afirma que,

Algumas comunidades litorâneas maltratadas pelo processo de especulação imobiliária, em nome do turismo, criaram um novo eixo do turismo – o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades.

Nessa perspectiva, o turismo de base local se apresenta como uma nova proposta política para promover um tipo de turismo mais comprometido com o desenvolvimento local. O desenvolvimento local emerge das potencialidades e identidades internas de uma região. O caráter endógeno do desenvolvimento local possibilita a construção de modelos de desenvolvimento e planejamento turístico que contemplem as peculiaridades do lugar, ao invés de copiar modelos que não tenham a ver com a realidade local, evitando assim a degradação ambiental, a destruição cultural do lugar e a concentração dos lucros gerados. O desenvolvimento local ligado ao turismo possui plena capacidade de atrair e fixar a população ao seu lugar, através de um processo que assegure melhores condições de vida, tendo como aspecto basilar a revitalização e a diversificação econômica do lugar. Nessa perspectiva de revitalização e diversificação econômica, o turismo não substituirá as atividades anteriores e sim as complementarás, contribuindo para que os lugares passem a contar com mais possibilidades de desenvolvimento (PAIVA, 2010).

Sendo assim, no turismo de base local estão presentes precauções e orientações centrais, tais como,

(...) a manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística; a construção de uma via democrática para desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante de valorização de suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo e, finalmente, o estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infra-estrutura turística ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços (...) (BENEVIDES, 1997, p. 25).

A partir das orientações acima, podemos afirmar que um dos elementos significativos do turismo de base local é o forte componente de afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2008).

De acordo com essa perspectiva, (BURSZTYN et. al., 2009, p. 81) afirma que, conceber as atividades turísticas como promotoras de desenvolvimento na região, “implica em pensar uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas”. Seguindo essa concepção, afirmamos que a construção e o resgate da memória dos lugares turísticos são considerados essenciais para a afirmação de contextos e modos de vida locais

No que se refere aos conflitos socioambientais e as formas de apropriação turística do território, podemos evidenciar os movimentos de resistência contra os processos de construção do espaço a partir de interesses hegemônicos que visam o turismo de massa. Nesse sentido (BURSZTYN et. al., 2009, p. 86), afirma que alguns desses atritos expressam resistências situadas de comunidades cujos sítios de pertencimento são fortemente impactados por práticas turísticas por elas percebidas como predatórias e seus patrimônios relacionais.

A lógica que subjaz ao turismo de natureza é a utilização da paisagem, do ambiente natural como uma mercadoria vendida e consumida no sentido literal da palavra, pois a maneira como esse tipo de turismo é realizado pelos seus empreendedores, na maioria das vezes, não

apresenta um planejamento sobre o impacto em relação aos aspectos socioambientais do lugar em questão. Nesse sentido, podemos destacar, como um dos impactos ambientais causados pelo desenvolvimento turístico litorâneo, o desmatamento da Mata Atlântica, em decorrência da expansão dos territórios urbanos. Desse modo, a rápida ocupação da zona costeira brasileira por diversos agentes econômicos vem impactando algumas comunidades litorâneas que se tornaram famosos destinos turísticos.

No que se refere à metodologia adotada nesta tese, trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Utiliza as ferramentas das Ciências Sociais com o intuito de entender a realidade social da comunidade local estudada em suas variadas formas. Esta pesquisa dá ênfase à observação participante a fim de examinar cuidadosamente a realidade social circundante, tentando captar conflitos e tensões que estão presentes. Partimos do princípio que a observação participante é um processo permeado por intersubjetividades e que exige uma constante vigilância do pesquisador no que se refere a sua presença em campo.

A pesquisa de campo desta tese está fundamentada em uma metodologia etnográfica que tem como foco os conflitos socioambientais presentes na relação entre o turismo, as áreas naturais protegidas e o modo de vida da população local, com enfoque nos pescadores artesanais do município de Bombinhas. A etnografia pode ser considerada a essência da antropologia, já que é através desse método que são descritos os elementos socioculturais fundamentais de uma organização social. O método etnográfico se caracteriza pela presença da relação humana e a familiaridade com grupos que procuramos conhecer. A etnografia acontece através de uma atitude de impregnação e aprendizagem (LAPLANTINE, 2004).

O método etnográfico é antes de tudo uma atividade de observação, uma atividade visual. Mas, além disso, a descrição etnográfica consiste em escrever o que vemos. No entanto, é importante considerar que o que está em jogo não é apenas o que o etnógrafo escreve, mas a maneira como escreve, a linguagem empregada e sua capacidade de apreensão da realidade multifacetada para a escrita. Portanto, segundo (LAPLANTINE, 2004, p. 10), “é na descrição etnográfica que entram em jogo as qualidades de observação, de sensibilidade, de inteligência e de imaginação científica do pesquisador”. Nesse sentido, o método etnográfico exige do pesquisador uma capacidade de refletir sobre atos cognitivos tão triviais, quanto olhar, ouvir, sentir, que ao serem empregados no trabalho de campo assumem um caráter peculiar. Sendo

assim, ao nos remetermos à experiência prática do campo, ressaltamos que a descrição etnográfica mobiliza toda gama de sentidos empregada pelo pesquisador, pois “trata-se de uma visibilidade não apenas ótica, mas também tátil, olfativa, auditiva, gustativa” (Idem, p. 20). O grande desafio é tentar justamente estabelecer relações entre todas essas formas de apreensão do real, ou seja, romper com a ideia de que são atos cognitivos fragmentados, mas sim complementares. Desse modo, o método etnográfico se configura como uma experiência de imersão total no ambiente pesquisado (OLIVEIRA, 2000).

Sendo assim, para realização deste estudo a pesquisadora conviveu durante um período de um ano e oito meses com a comunidade a fim de captar as experiências diárias e facilitar o processo de inserção, de coleta de dados, de identificação dos problemas centrais e de diálogo. Para (CRAPANZANO, 1991), o diálogo cria uma compreensão de diferenças entre dois mundos, enseja uma aproximação. O diálogo é o fundamento da autenticidade etnográfica. Na antropologia dialógica, o diálogo permanece além do campo, ou seja, ele está presente também na hora de escrever. Sendo assim, o diálogo dentro e fora do campo é visto como um processo contínuo perpassado pelo seu caráter intersubjetivo. A questão do diálogo se refere à inclusão do pesquisador observador na descrição etnográfica, ou seja, onde este assume a posição do etnógrafo falante (TEDLOCK, 1986; CRAPANZANO, 1991).

Nas Ciências Sociais, sobretudo na antropologia, destaca-se a análise relativa às mudanças sociais em comunidades litorâneas brasileiras com um olhar voltado para suas práticas socioculturais. Desta forma, esse estudo utiliza uma metodologia indutiva, pois parte de um caso particular, o município de Bombinhas, para compreender um fenômeno que vem ocorrendo em muitos outros lugares do litoral brasileiro, a saber, o processo de ocupação intensiva do território pela atividade turística. Geralmente, lugares litorâneos de grande potencial turístico são impactados por um ordenamento espacial do solo que muitas vezes atende as exigências de uma especulação imobiliária que investe em uma estrutura verticalizada onde ocorre o aproveitamento máximo da área construída. Esse processo de turistificação do lugar vem se caracterizando como um dos principais responsáveis pelas transformações das paisagens, pela perda da qualidade ambiental e por formas de expropriação nos modos de vida da população local.

A primeira etapa da pesquisa teve início com a constituição de um referencial teórico a respeito dos temas que envolvem o trabalho. Foi realizado um levantamento em fontes com a finalidade de criar um banco

de dados que agregassem informações sobre as características da região e da comunidade local. Foram consultados documentos oficiais, bibliografias, trabalhos técnicos e acadêmicos realizados, censos, sobre a localidade estudada. De maneira complementar ao levantamento bibliográfico e documental sobre o município de Bombinhas, durante o primeiro ano da pesquisa foram consultados e lidos trabalhos acadêmicos que tratavam direta e indiretamente do crescimento urbano de Bombinhas e das transformações socioespaciais. Essa bibliografia forneceu uma base teórica para compreender a realidade local.

Além disso, o primeiro ano do trabalho de campo se constituiu em um processo de exploração e reconhecimento do espaço sociogeográfico, sendo o conceito de espaço compreendido nesse trabalho a partir da perspectiva de (MILTON SANTOS, 1978), que o concebe como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que se manifestam através de processos e funções. Nesse sentido, “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p. 122). Desse modo, o espaço é formado tanto por aspectos físicos e geográficos, como também é constituído pelas práticas humanas, ou seja, sociais. Ele é tanto objeto como também é agente de sua formação, quer dizer, os homens atuam no espaço a partir de interesses, ideologias, necessidades criados em determinados contextos temporais. Assim, as características espaciais de uma região também contêm as possibilidades de ação dos agentes sociais que nela atuam. Em outras palavras, por ser algo dinâmico, o espaço também exerce influência na sociedade, por ter como uma de suas características as formas, objetivamente materializadas nas infraestruturas físicas produzidas por nossos antepassados.

Desta maneira, nos primeiros meses busquei identificar pessoas e instituições envolvidas com a temática da tese: comunidade local, com foco nos pescadores de Bombinhas, movimentos e/ou organizações da sociedade civil que estavam engajados nas causas pertinentes ao conflito socioambiental presente naquele contexto de crescimento turístico, especulação imobiliária, verticalização, unidades de conservação e reprodução das práticas socioeconômicas e culturais locais.

No que se refere às primeiras impressões ao iniciar o trabalho de campo a partir da observação dos eventos cotidianos daquele lugar, me senti muito mais sendo observada do que observando aquela comunidade. A peculiaridade do trabalho etnográfico está nessa integração do pesquisador com aquilo que estuda. Existe uma reciprocidade na relação

entre observador e observado. Segundo (LAPLANTINE, 2004, p. 24), “nós nunca somos testemunhas objetivos, observando objetos, mas sujeito observante de outros sujeitos no seio de uma experiência na qual o observador é ele mesmo observado”. Assim, há que se ter cautela ao cair na ilusão do método científico objetivo no que concerne à antropologia, pois não existe etnografia sem confiança mútua e sem intercâmbio.

Nessa tese, partimos da perspectiva que o trabalho de campo envolve relações humanas e, por conseguinte, voluntária ou involuntariamente, envolve relações afetivas. As emoções, subjetividades, sensações, são partes integrantes da pesquisa no campo e não devem ser isoladas de sua análise etnográfica. Na antropologia os observadores são susceptíveis de se observarem a si mesmos (Idem, p. 26). A experiência da alteridade acarreta uma modificação do olhar que dirigimos para nós mesmos, tornando o familiar exótico e o exótico familiar. Esse confronto, essa interação entre o pesquisador e aqueles que ele estuda e que constitui o objeto da experiência etnográfica se encontra no campo da intersubjetividade humana.

No primeiro e segundo semestre do ano de 2017 foram realizadas entrevistas com a população local e alguns pescadores artesanais. A escolha de meus interlocutores foi motivada pela busca de pessoas nativas, que tivessem uma relação geracional com o lugar, ou seja, que seus antepassados também apresentassem uma relação de pertencimento com aquele lugar. Por questões éticas, e como acordado com meus interlocutores antes da realização das entrevistas, optei por não identificar a pessoa no texto da tese. Sendo assim, ao citar trechos transcritos da fala dos entrevistados, mantenho o anonimato das pessoas. Desse modo, para referenciar as falas transcritas escolhi identificar o entrevistado a partir do bairro onde mora e/ou a ocupação que exerce. No entanto, como toda regra tem uma exceção, pedi a permissão a um participante das entrevistas, para publicar na tese uma foto em que aparece.

Na foto abaixo, registrada espontaneamente por um camarada do rancho, apareço com o senhor Vardinho (Figura 1), grande mestre de pesca e renomado cidadão bombinense, que não se encontra mais entre nós, mas que deixou muitos conhecimentos relacionados à pesca para seus filhos, netos e muitos pescadores locais.

Figura 1 - Entrevista com o senhor Vardinho na Praia dos Ingleses. (*In memoriam*)



Fonte: Thiago Cabral, 2017.

Inicialmente, houve muita dificuldade no que diz respeito à inserção em campo, no sentido de estabelecer contato com meus possíveis interlocutores. Embora os bombinenses sejam pessoas educadas e hospitaleiras, por outro lado, e acredito que tenha alguma relação com o crescimento acelerado da cidade, os moradores locais são pessoas mais reservadas, às vezes desconfiadas, com as pessoas que são “de fora”. Mas, ainda durante o primeiro semestre do ano de 2016, nos primeiros meses da pesquisa de campo, através da minha participação no evento Saragaço⁹, relacionado à pesca artesanal da tainha, foi possível estabelecer contato com as pessoas que participaram das entrevistas realizadas.

A partir desse primeiro contato com a comunidade local, levando-se em consideração as falas e os temas levantados nas conversas informais e na observação participante, foram elaborados dois roteiros de entrevista (APÊNDICES B e C), um para ser aplicado a um grupo de pescadores artesanais nascidos em Bombinhas e o outro direcionado às pessoas nativas não pescadoras. Foram realizadas dezessete entrevistas no total, sendo treze com pescadores artesanais, e outras quatro entrevistas com a população local. Dentre as pessoas entrevistadas, treze são do gênero

⁹ Esse evento é comentado no capítulo 3 da tese.

masculino e quatro do gênero feminino, com idades entre 16 e 84 anos. Em relação aos pescadores entrevistados, procurei realizar as entrevistas com três diferentes gerações que se dedicam ou se dedicavam a essa atividade. Por isso, foram entrevistados rapazes jovens, homens de meia idade e os mestres de pesca que representam a geração antiga. Quanto às mulheres, segui a mesma metodologia, entrevistando, duas mulheres jovens e duas senhoras.

A partir disso, foram utilizados dois roteiros de entrevistas semi-estruturadas, com enfoque em assuntos como pesca artesanal, turismo, unidades de conservação e mudanças pelas quais a cidade passou nos últimos 30 anos. Para a realização das entrevistas, foi utilizado o método de entrevista semi-estruturada, na qual a entrevistadora segue um roteiro de temas e questões de interesse, com perguntas abertas que podem ser aprofundadas na medida em que os entrevistados vão respondendo e surgem elementos para elaboração de novas questões. As entrevistas foram realizadas durante o período de abril a novembro de 2017. Em janeiro e fevereiro de 2018 foram realizadas as transcrições das entrevistas, para posteriormente proceder à análise das mesmas. Durante o trabalho de campo também foram elaborados outros dois roteiros de entrevistas (APÊNDICES A e D) com foco nas questões ambientais e na pesca local. Assim, foi realizada uma entrevista com um funcionário de um órgão ambiental municipal, a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente de Bombinhas (FAMAB), e a outra entrevista foi realizada com um funcionário da Colônia de Pescadores Z-22 de Bombinhas.

A pesquisa de campo também envolveu a participação da pesquisadora em eventos que diziam respeito ao tema da tese, como, por exemplo, as audiências públicas realizadas em cada bairro do município de Bombinhas para revisão do Plano Diretor da cidade e a Audiência Pública sobre a Unidade de Conservação Parque Municipal da Costeira de Zimbros. A participação nesses eventos possibilitou uma melhor inserção no campo de pesquisa, favorecendo a observação participante, a coleta de dados, permitindo também, desse modo, estabelecer contato com alguns interlocutores importantes para o estudo em questão. De maneira complementar, durante a pesquisa de campo foram realizados registros fotográficos e anotações importantes registradas em um diário de campo. Desse modo, através da utilização de diferentes estratégias de coleta de dados (conversas informais, observação participante, abordagem etnográfica, registro fotográfico e entrevistas), foi possível examinar a questão de pesquisa sob diferentes ângulos, uma estratégia chamada de *triangulação* (ROBSON, 1993).

No capítulo 1 da tese, desenvolvemos algumas noções sobre território a partir de uma perspectiva culturalista. O território é concebido como uma referência no processo de construção da identidade. O primeiro capítulo aborda os processos de desterritorialização e reterritorialização gerados pelo desenvolvimento turístico do município de Bombinhas, desencadeando mudanças significativas na organização territorial e causando impactos socioculturais à população local, assim como na pesca artesanal.

O capítulo 2 desta tese trata da relação entre o turismo e as áreas naturais protegidas. Apresentamos um panorama histórico-analítico da constituição das áreas naturais protegidas no Brasil e no mundo, com enfoque na criação de Unidades de Conservação para uso turístico, como é o caso dos Parques Naturais. Fazemos uma discussão sobre a importância da participação da população local na gestão e manejo dessas áreas de maneira a considerar a questão da sociobiodiversidade nas políticas públicas brasileiras.

No capítulo 3 apresentamos a área de estudo, contextualizando os aspectos históricos, geográficos, econômicos e socioculturais do município de Bombinhas. Analisamos o processo de ocupação territorial do município e abordamos a importância sociocultural e econômica da pesca artesanal para o lugar.

O capítulo 4 faz uma discussão sobre a pesca artesanal, o turismo e as unidades de conservação em Bombinhas, analisando as mudanças territoriais ocorridas nas últimas décadas e os conflitos socioambientais latentes na atualidade. Apresentamos o conceito de resiliência cultural mostrando sua importância como fator que contribui para valorização da cultura e do modo de vida da população local, preservando seu patrimônio sociocultural e ambiental, contribuindo, dessa forma, com o planejamento turístico sustentável do município de Bombinhas.

As considerações finais apresentam as conclusões gerais do estudo.

1 TURISMO E TERRITÓRIO

Neste primeiro capítulo, analisamos a relação entre turismo e território, com enfoque nos processos de desterritorialização e reterritorialização da população local, no contexto de turistificação de um lugar.

O território é concebido a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que abrange seus aspectos materiais e simbólicos. Nesse trabalho, o território se define pela intersecção entre o material e o imaterial, ou seja, é entendido pela relação que se estabelece entre sociedade e seu meio, é o espaço vivido e pensado, onde são criados os próprios referenciais de identidade e modos de vida. Segundo (SANTOS, 2000, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Assim, o território só pode ser apreendido a partir de uma dimensão relacional, onde ocorre uma inter-relação ou interdependência daquele que habita, conhece/reconhece, se identifica e faz uso material desse território.

O território também se caracteriza pelo seu dinamismo. Os processos de desconstrução/reconstrução do território são contínuos. As configurações territoriais se modificam assim como as percepções sobre ela se transformam. Esse movimento é influenciado por vários fatores como a lógica do capital financeiro, o avanço da ciência e tecnologia e a maior mobilidade de pessoas e coisas na sociedade contemporânea.

As modificações socioespaciais desencadeadas pelo desenvolvimento turístico intenso têm gerado formas de expropriação material e simbólica para os moradores de muitos lugares da zona costeira brasileira (CORIOLANO; SILVA, 2007; VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Desse modo, o desenvolvimento turístico de uma localidade é acompanhado por novos processos de territorialização e desreterritorialização, com a construção de casas de veraneio e a instalação de infraestrutura para receber os visitantes. O uso e a ocupação do solo nessas localidades privilegiam a proximidade do mar, o que gera forte especulação imobiliária e a expulsão dos antigos moradores, como por exemplo, aquelas pessoas que vivem da pesca artesanal.

O modo de vida ligado a pesca artesanal se configura a partir de uma base territorial que se constitui, ao mesmo tempo, como referência simbólica e material, no sentido de meio produtivo que garante a reprodução socioeconômica das comunidades pesqueiras. Em outras palavras, a pesca artesanal apresenta grande importância para as comunidades tradicionais, como meio de subsistência, assim como pelas

marcas culturais e de tradição e, pelo amplo conhecimento tradicional acumulado. Os novos usos dados ao território, em um contexto de turistificação de um lugar, vêm causando impactos negativos na estrutura de vida dos pescadores artesanais, nos seus hábitos, costumes e cultura.

1.1 TERRITÓRIO EM UMA PERSPECTIVA CULTURALISTA

Território e territorialidade são conceitos centrais para a geografia, mas ao mesmo tempo são conceitos que tem certa tradição em outras áreas do conhecimento, cada uma delas dando enfoque a uma determinada perspectiva.

A geografia enfatiza a materialidade do território, incluindo a interação sociedade-natureza; a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; a economia o percebe como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a psicologia o incorpora no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007).

Dentre as diversas definições de território podemos mencionar aquelas que enfatizam sua ligação com as relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Nessa concepção, o território é antes de tudo um conjunto de relações sociais. Enquanto relação social o território pressupõe uma historicidade, associada a sua dinâmica temporal, que se realiza a partir de uma base material.

Nessa perspectiva, podemos dizer que existe uma prática que produz o território. De acordo com (RAFFESTIN, 1993, p. 144) espaço e território não são termos equivalentes. Para o autor o espaço é anterior ao território. O território só se forma a partir do espaço como resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um “programa”. Ao se apropriar de um espaço, de maneira concreta ou abstrata, o ator “territorializa” o espaço. Segundo o referido autor, o território, nessa perspectiva, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Nessa concepção, o território se associa a ideia de apropriação e uso de um determinado espaço. Essa apropriação pressupõe formas de controle sobre o uso de recursos que são determinadas por relações políticas ou relações de poder.

A noção de relações de poder no controle e uso do território também pode ser encontrada na perspectiva de (SACK, 2009, p. 1), que

entende a territorialidade humana como uma “base de poder”. Para o referido autor, a territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”. Ela também pode ser melhor entendida como “uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada ou desativada” (SACK, 2009, p. 1). Desse modo, (SACK, 2009, p. 6) afirma que a territorialidade humana pode ser compreendida como uma “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território”. Dessa forma, o território emerge a partir das relações sociais, relações que não são neutras ou livres de tensões e conflitos. Em outras palavras, o território é produto de relações de poder. O poder manifesta-se nas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços.

Por conseguinte, podemos abordar o território culturalista através da ideia de territorialidade humana. De acordo com (RAFFESTIN, 1993, p.158),

(...) territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtiva. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Segundo o autor, a territorialidade procede de uma problemática relacional, no sentido que o território mediatiza as relações do homem com o meio e com os outros homens. Podemos então afirmar que a construção da territorialidade é um fenômeno cultural, que ocorre através das manifestações sociais dentro do território.

De maneira geral, a definição do conceito de território diz respeito às múltiplas relações de poder que são estabelecidas pelos atores sociais que atuam e interagem nesse espaço. Essas relações de poder são caracterizadas tanto por sua dimensão material de ordem econômica e política, quanto pela dimensão simbólica, nas relações de ordem mais estritamente cultural.

Nesta tese adotamos uma perspectiva interdisciplinar de território, ou seja, aquela que parte de uma visão integradora, onde o território é concebido como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural (HAESBAERT, 2006). Nessa perspectiva, o território é concebido como um híbrido entre sociedade e natureza. Essa perspectiva se aproxima da concepção que Milton Santos (2006) faz sobre o espaço geográfico como um híbrido, onde é impossível separar o “sistema de objetos” dos “sistemas de ações”. Segundo o autor, a ideia de forma-conteúdo é, em Geografia, o correlato dessa ideia de mistos e híbridos. Para (SANTOS, 2006, p.66) a ideia de forma-conteúdo “une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”. Dessa forma, em termos de significação e de realidade a forma não pode ser entendida sem o conteúdo, pois um não existe sem o outro, e, desse modo, não há como separá-los.

Sendo assim, o objetivo de desenvolver um aprofundamento teórico neste trabalho, do que vem a ser o território a partir de uma perspectiva culturalista, advém da insatisfação sobre o fato de que esse conceito tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território. Os significados simbólicos e as representações construídas sobre o território são elementos importantes para compreender as ligações entre o ser humano e seu meio.

Desse modo, afirmamos a impossibilidade de desvincular o espaço físico, que vem a se tornar um território a partir do uso e do controle exercido sobre ele, e as representações que são criadas sobre esse espaço vivido. Nesse sentido, (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p. 10) afirmam que,

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (*apud* HAESBAERT, 2006, p. 72).

A ênfase dada nesse trabalho a uma perspectiva ideal-simbólica do território entende que a noção de território está associada aos referenciais afetivos que desenvolvemos ao longo do tempo com nosso lugar de origem. Esses referenciais são criados a partir de vivências significativas, as quais envolvem emoção e sentimento de pertencimento, identificação, história de vida e relações de parentesco. Essa apropriação simbólica do

território é tratada por (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996, p. 13-14), que afirmam que,

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (*apud* HAESBAERT, 2007, p.73).

Nesse sentido, o território está impregnado de memórias, vivências, heranças de um passado em comum. Estabelecemos ligações afetivas com o território que habitamos e ao qual construímos um sentimento de pertencimento. Essa concepção de território se aproxima da noção de lugar para Geografia Humanística, que se caracteriza pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente, ou seja, seu entorno físico-natural, cultural e social. O lugar representa o centro de significados construídos pela experiência. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 1983, p. 04). Trata-se de referenciais afetivos que desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro, no contexto de uma ambiência cultural particular.

Nessa perspectiva, (HAESBAERT, 2007, p.40) afirma que a concepção do território a partir de uma vertente cultural é aquela que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.

A noção de território a partir de uma perspectiva culturalista está relacionada com a ideia do habitat/habitar tratada por Leff (2009) como o local que abrange não só o suporte físico e a trama ecológica, mas também como referente de simbolizações e significações que configuram identidades culturais e estilos étnicos diversos. Logo, segundo o autor,

O habitat é o lugar em que se constrói e se define a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade e de uma civilização, onde se

constituem os sujeitos sociais que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas, com seus sentidos e sensibilidades, com seus gostos e prazeres (LEFF, 2009, p.283).

Dessa maneira, o território se identifica com o habitat, pois este se configura como suporte da vida, é o espaço em que se desenvolvem as atividades produtivas, culturais, estéticas e afetivas do ser humano. O habitat, assim como o território, são espaços ressignificados e reconstruídos pela cultura. A cultura, por sua vez, sofre influência do ambiente, daí o caráter dinâmico desta relação complexa de ocupação social do território.

Para Leff (2009), os processos locais de relação entre cultura e natureza, que engendram formas particulares de habitar um habitat, foram transformados e dominados pela globalização da racionalidade econômica que se impõem “sobre a valorização cultural da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, dominando as identidades étnicas e desconhecendo seus saberes” (LEFF, 2009, p. 285). Desse modo, a lógica de mercado que rege a economia globalizada acelera os processos de uniformização da paisagem, de homogeneização cultural e de urbanização dos assentamentos humanos. Esse processo pode ser exemplificado pela “criação” dos lugares turísticos, que ocorrem em muitos casos, a partir de interesses externos, priorizando as demandas daqueles que irão usufruir das infraestruturas criadas naquele espaço. Nessa perspectiva, a forma de ocupação territorial que visa prioritariamente o lucro, em detrimento de aspectos socioculturais e ambientais, acaba “desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais” (LEFF, 2009, p. 285).

A forma como o espaço vai sendo construído vai se refletir em novas configurações territoriais. As novas ocupações e usos do solo interferem na dinâmica das atividades produtivas que são exercidas neste espaço. Quando abordamos a relação do território a partir de uma perspectiva culturalista, não podemos deixar de falar sobre as atividades produtivas que são desenvolvidas nessa área, pois elas implicam em relações sociais significativas para compreender a ligação cultural e o significado que o território adquire para uma pessoa. Em vista disso, Leslie White (apud SAHLINS, 2003) insiste no caráter único do comportamento simbólico, no qual existe o “reconhecimento legítimo de que a razão prática e o simbólico coabitam” (SAHLINS, 2003, p. 106).

As ideias que os homens elaboram sobre o mundo derivam necessariamente do modo pelo qual o conhecem pela experiência, e essa experiência depende do modo pelo qual se articulam tecnicamente com o mundo.

O modo de vida ligado à pesca artesanal, por exemplo, se constitui em uma maneira de apropriação do território que envolve terra e água, no sentido que muitas comunidades pesqueiras utilizam a terra para acessar as matérias primas que são utilizadas para produzir os apetrechos da pesca. Essa inter-relação do ser humano com o seu meio representa sua base material de vida, e se constitui em sua própria condição de existência no mundo. Essa dimensão econômica do território diz respeito ao controle e uso dos recursos que ele dispõe. Seu aspecto econômico abrange também um saber-fazer que se realiza plenamente em um ofício. Esses saberes são oriundos de uma prática que acontece a partir do território e gera conhecimentos sobre as marés, os ventos, as diversas espécies de pescados, o ciclo reprodutivo das espécies, entre outros.

Sendo assim, ao falar sobre a relação entre território e cultura chamamos a atenção para a atividade da pesca artesanal como atividade socioeconômica que se realiza através de uma territorialidade particular. Nesse ponto de vista, podemos expandir nossa análise da territorialidade humana para a territorialidade marítima. Essa forma de territorialidade ligada à pesca envolve formas de conhecimento tradicional que são transmitidas oralmente entre as gerações. De acordo com (DIEGUES, 1995, p. 49),

(...) o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Esse saber é proveniente da prática e de uma herança cultural que constrói e que é construída a partir e pelo território.

Nessa perspectiva, (MALDONADO. 1993. p. 105) afirma que no mar, os territórios vão além de espaços simplesmente demarcados: “são lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo com (...) uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados a sua tradição”. O mar representa o espaço da subsistência onde o território torna-se duradouro como local.

Podemos então entender a relação entre pesca e território a partir da ideia exposta acima, onde o território é concebido como um espaço definido e delimitado por relações de poder, que estão baseadas na

questão do controle, uso e conhecimento que se tem sobre uma determinada área (RAFFESTIN, 1993; SACK, 2009). Essas relações são permeadas por um modo de vida ou uma cultura que determina e, ao mesmo tempo é determinada pela forma como os grupos humanos se apropriam da materialidade do território e criam representações particulares sobre esse espaço.

A disputa pelo uso e controle dos territórios se manifesta na contemporaneidade não só por interesses produtivos, mas também especulativos. Quando a pesca artesanal sofre uma pressão sobre o espaço que ocupa, seja através da construção de casas de veraneio, ou por grandes empreendimentos turísticos, isso se reflete em uma desestruturação no modo de vida do pescador.

Para o pescador artesanal, esse ambiente é indispensável para reprodução do seu modo de vida e para que possa exercer o seu direito de viver a diferença. Pois para a pesca artesanal, o território, ou podemos dizer, a territorialidade do pescador envolve, de maneira concomitante, uma dimensão funcional e simbólica. No que diz respeito ao sentido simbólico, a territorialidade se torna eficaz no processo de construção de identidade.

Segundo a Cartilha do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro (CARTILHA do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, s/a), em muitas ocasiões, os povos e comunidades tradicionais têm exigido do Estado que os locais onde habitam, onde praticam as suas atividades produtivas, que guardam relação com o modo de ser, criar e fazer sejam preservados pelo Estado. Nesse seguimento, a Constituição Federal de 1988, determinou ao Estado o dever de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e valorizando as suas manifestações culturais (art. 215 da Constituição Federal). A Constituição reconheceu pela primeira vez como patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Isso significa que festas, danças, músicas, rituais, lugares sagrados e tudo o mais que represente as diversas culturas presentes na sociedade brasileira, devem ser preservados e garantidos para as novas gerações. É o reconhecimento da sociodiversidade brasileira.

As comunidades pesqueiras marítimas, por sua vez, se caracterizam, segundo (LIMA, 2006. p. 40),

(...) por um processo de trabalho artesanal que se dá no mar (a exemplo da pesca de peixe, de arraia e lagosta), marcado pela hierarquia baseada no “segredo”, e em terra, com a realização de trabalhos artesanais (bordados, labirintos, rendas, fabricação e reparos dos artefatos de pesca) e manuais (pequenos plantios de subsistência e o extrativismo vegetal). Nos dois espaços registram-se relações fundamentadas por laços de afetividade, de parentesco e apadrinhamento, a religiosidade e o lúdico. Em essência, há vínculos e referenciais construídos a partir da relação sociedade-natureza, da produção de meios de vida, de relações sociais as mais variadas, indo do “escambo” ao comércio internacional, do uso do espaço social, da temporalidade cíclica (mas também, sob a influência da temporalidade linear) e da experiência pesqueira na zona costeira.

Em vista disso, o movimento social de reivindicação pela criação do Território Tradicional Pesqueiro visa justamente assegurar o exercício dos direitos culturais daqueles que dependem de um espaço geográfico, não apenas para realização das suas atividades produtivas, como também para preservação da identidade do grupo. Desse modo, consideramos a importância do reconhecimento legal dos territórios tradicionais pesqueiros, pois estes se mostram fundamentais para garantir a vida das comunidades que vivem da pesca artesanal, assim como a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas brasileiros.

O Território Tradicional Pesqueiro é definido da seguinte forma:

(...) como o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim, sobre a vida dos pescadores. Para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados. O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo (CARTILHA do Projeto de Lei

de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, s/a, p. 19).

Portanto, ao falar sobre território a partir de uma dimensão cultural, podemos considerá-lo enquanto representação, como valor simbólico. Esse caráter subjetivo do território se relaciona com a ideia de pertencimento e de construção de identidade a partir de determinados referenciais simbólicos significativos para quem habita aquele espaço. Nesse sentido, o território pode ser compreendido como um espaço que vai além do plano físico material, e se caracteriza como base para construção de identidades, que se encontra no campo da subjetividade e envolve afetos e emoções.

1.2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Existe uma relação muito próxima entre o território e o processo de construção da identidade. O ser humano interage com seu meio e a partir dessa relação vai se constituindo como um indivíduo que compartilha dos significados e valores vigentes naquele lugar. Desse modo, os campos de representação e de identidades estão associados à territorialidade humana.

Neste trabalho abordamos o tema da identidade a partir da sua dimensão espacial. De acordo com (URRUTIA, 2009, p.9), “o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”. Essa concepção de identidade cultural construída a partir do território se aproxima do que afirma (HAESBAERT, 1999, p.172). Segundo o autor,

Partimos do pressuposto de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (...) De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

A ideia de construção da identidade cultural a partir do território está de acordo com a visão de (CHELOTTI, 2010), que afirma que as identidades coletivas são construídas, na perspectiva territorial, a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico, produzindo a chamada identidade territorial.

Atualmente, há diversas definições para identidade. O desenvolvimento da noção de identidade nas ciências sociais contemporâneas privilegia a multiplicidade, a diferença e o contraste. Nessa perspectiva, (HALL, 2011) afirma que a identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Dessa forma, ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sendo “sempre formada”. Por esse motivo, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de “identificação”, e vê-la como um processo em andamento. Em outra perspectiva complementar, (HALL, 1996) concebe a identidade como formada culturalmente e está ligada a discussão das identidades coletivas, como as identidades regionais e nacionais e outras que formam “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real” (HALL, 1996, p. 68). Nessa perspectiva, o caráter da representação coletiva e da identidade é compreendido como um conjunto de significados partilhados. Sendo assim, (HALL, 1996, p. 70) define as identidades culturais da seguinte forma,

As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação e sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa lei de origem sem problemas, transcendental.

Nesse sentido, podemos conceber a construção da identidade como um processo histórico, de caráter dinâmico. Outro autor que adota uma perspectiva construtivista e processual das identidades é (MANUEL CASTELLS, 1999, p. 22), que indica seu caráter contextual e relacional ao afirmar que toda e qualquer identidade é construída. De acordo com o autor,

(...) A construção de identidades se vale da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pelas fantasias pessoais, pelas pompas do poder e por revelações de cunho religioso. Com certeza todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na estrutura social, assim como em função da percepção que têm sobre o tempo/espço.

Este ponto de vista constitui referência importante no que diz respeito aos processos de construção de identidades a partir de uma base territorial. O processo histórico de ocupação de um território, a maneira como se constituem os grupos sociais e suas formas de organização social e política, assim como suas manifestações culturais num determinado espaço, são aspectos que se inter-relacionam e possibilitam compreender como os atores sociais atribuem significados de pertencimento e identidade territorial. A identidade e, por conseguinte, a diferença, não pode ser compreendida fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, pois fazem parte do mundo cultural e social, ou seja, somos nós que a fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais (SILVA, 2000). Nessa perspectiva, (PERICO, 2009, p. 9) afirma que,

No espaço, são gerados – como o produto dos processos históricos que determinam sua construção – processos de inserção da população, definindo distintas características e a expressão destas em seus próprios espaços, resultando na manifestação que denominamos identidade. Esta aparece com o caráter que expressa os atributos – étnicos, culturais, econômicos ou políticos – apropriados pelas pessoas em seus espaços.

Nessa abordagem, a identidade é definida como a “expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço, o que a converte no espírito essencial, básico e estruturante do território” (PERICO, 2009, p. 10).

A realidade de alguns povos que fazem parte do território brasileiro, os chamados povos tradicionais, é emblemática para falar sobre a questão da identidade e suas relações territoriais e paisagísticas.

Os povos ou grupos humanos que exercem atividades produtivas tradicionais apresentam uma cultura ligada ao meio natural em que vivem, dependendo dos recursos naturais e estabelecendo, com estes, relações peculiares. São caracterizados como povos que vivem há gerações nesses lugares e estabelecem uma relação de simbiose com o seu meio. Seu modo de vida está intrinsecamente ligado à atividade produtiva que exercem, seja a pesca, a agricultura, o extrativismo, etc. Além dos recursos naturais, existe todo um conhecimento tradicional acumulado por gerações, em estreita relação com a natureza, incluindo sistemas de classificação, de zoneamento e de manejo. Esse conhecimento não deve ser considerado apenas por sua antiguidade, mas pela maneira como é usado e foi adquirido. Portanto, entende-se por povos ou comunidades tradicionais aqueles que, têm cultura própria e se reconhecem; possuem organização social própria; ocupam e utilizam recursos naturais como parte de sua identidade; vivem baseados em conhecimentos, inovações e práticas tradicionais; o sistema de exploração dos recursos naturais é sustentável e adaptado às condições ecológicas locais e desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (DIEGUES; *et al.*, 1999).

Sendo assim, podemos dizer que o modo de vida de algumas comunidades locais está relacionado aos próprios ciclos da natureza, aos movimentos e ritmos próprios que dão suporte as formas como esses grupos humanos se organizam socialmente. É a partir desse contexto que concebemos o conceito de território, como referência que se encontra no plano material e afetivo, para construção da identidade cultural.

Assim como a Ecologia parte da ideia de relação entre os diversos elementos de um ecossistema, os processos de construção da identidade cultural a partir do território pressupõem o movimento e a intersubjetividade, em um fluxo mútuo, que mais se assemelha a uma via de mão dupla. É um processo de reconhecimento e diferenciação, onde os seres humanos são marcados e deixam suas marcas, em um ciclo ininterrupto e dinâmico que não nos permite estabelecer um princípio, um meio e um fim.

A partir da abordagem da Geografia Humanística, podemos conceber o território como portador de simbolismos culturais, ele representa a interação entre elementos naturais e sócio históricos. Nessa lógica, como afirma (BONNEMAISON, 2002, p. 126),

(...) o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional; ele é vivido. É afetividade,

subjetividade e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende a uniformidade e ao nivelamento o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural.

Assim, ao estabelecermos uma relação entre território e identidade chamamos a atenção para os problemas da descaracterização cultural, da efemeridade dos lugares, a partir de mudanças socioespaciais radicais (AUGÉ, 2004).

A relação entre território e identidade nos remete a concepção do lugar antropológico de (AUGÉ, 2004), que é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. São lugares que se definem como identitários, relacionais e históricos. Se um espaço não pode se definir como identitário, relacional nem histórico ele se definirá como um não-lugar.

Os não-lugares podem ser “tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou até os campos de refugiados” (AUGÉ, 2004, p. 36). São espaços que comportam um alto grau de artificialidade cuja evolução e/ou materialização se deu associada a uma determinada necessidade estratégica, comercial ou mercadológica. São espaços ou ambientes nos quais as pessoas não se reconhecem como comunidade, apenas como viajantes ou consumidores.

Dessa forma, o não-lugar é a negação do lugar, pois carece de identidade própria, são espaços de passagem, onde as pessoas que por ele circulam não estabelecem vínculos, já que as relações estabelecidas ali são limitadas e funcionais. São relações, por assim dizer, datadas, isto é, se esgotam na sua efemeridade, enquanto as relações no lugar permanecem por mais tempo.

Dessa maneira, muitos lugares turísticos vão se modificando para atender interesses econômicos ligados à atividade turística, e acabam perdendo sua autenticidade, e suas características próprias, que o tornava atrativo inicialmente. Estes espaços turísticos, alheios à cultura e aos costumes locais podem ser considerados não-lugares. Para (CARLOS, 2001, p. 26), “longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida”. Ou seja, o lugar turístico é inventado, criado, torna-se um produto, vendido pela “indústria do turismo”, que o comercializa de forma deslocada da sua realidade circundante. Essa homogeneização dos lugares a padrões globais se

identifica com o turismo de massa e a proliferação do não-lugar. De certa forma, pode-se falar que ao visitar esses lugares padronizados viaja-se sem sair do lugar, pois ao procurar esses destinos de viagem alguns turistas dão preferência a lugares que ofereçam uma estrutura muito parecida ao seu lugar de origem (CARLOS, 1996).

Se por um lado, o encontro entre modos de vida diferentes através do turismo tem causado diversos tipos de impactos negativos, existe, por outro lado, a ideia de que essa atividade seja capaz de contribuir para a valorização social das comunidades e de seus hábitos culturais, trazendo para os autóctones efeitos e impactos positivos. Adotando-se uma perspectiva histórico-cultural, o turismo “pode ser um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos do valor da cultura autóctone e do significado do patrimônio (material ou imaterial, natural ou cultural) e do empenho por sua preservação” (SAVIOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 19).

Além disso, há evidências na literatura de que a atividade turística pode trazer benefícios para as populações locais no sentido de contribuir com o fortalecimento de atividades econômicas existentes no lugar. Ao mesmo tempo, através do turismo,

(...) a identidade de uma comunidade pode ser valorizada, pois a relação com o outro evidencia as diferenças culturais fazendo com que ambos passem a valorizar mais a sua própria identidade por meio das diferenças percebidas nas relações entre visitantes e visitados (TEIXEIRA; MICHELIN; DALL'AGNOL, 2008, p. 4).

As identidades, assim como a cultura, são dinâmicas, pois estão em constante processo de reconstrução, recebendo influências externas e internas. Mas segundo (TEIXEIRA; MICHELIN; DALL'AGNOL, 2008, p. 4), um dos grandes desafios contemporâneos “é atingir uma estabilidade prudente entre a manutenção das identidades locais e o desenvolvimento necessário para sua inserção nos processos econômicos”. Em outras palavras, a questão que se coloca atualmente é a de como desenvolver o turismo de forma que este não cause impactos socioculturais negativos em uma comunidade, a ponto de esta perder parte de sua identidade cultural.

A resiliência cultural se apresenta como uma forma de manutenção de traços culturais locais pela comunidade receptora, mesmo após a possibilidade de intenso contato com culturas diferentes proporcionadas

pelo turismo (PAIVA, 2010). É uma forma encontrada pela população nativa de reafirmar sua cultura e sua identidade local, através da conscientização a respeito de seu patrimônio histórico, cultural e natural. Nesse sentido, podemos interpretar a resiliência cultural relacionada ao turismo, como uma forma de resistência à tendência de homogeneização dos lugares turísticos influenciada pelos processos da globalização. Essa forma de resistência está respaldada pelo reconhecimento e valorização da cultura local pelos moradores do lugar turístico. O conceito de resiliência cultural será abordado no capítulo 5 dessa tese.

Nesse sentido, observamos o reforço de certas identidades locais como espaços de resistência frente à lógica global dominante. Ocorre a identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade, no caso o território e suas representações simbólicas. Podemos dizer que alguns grupos de pescadores artesanais apresentam uma identidade de resistência que está ligada à sua cultura e base territorial. Desse modo, é possível afirmar que existe uma preocupação, por parte dos pescadores artesanais, em evidenciar sua identidade cultural, que se manifesta a partir de uma identidade territorial. Segundo essa perspectiva, (SILVEIRA, 2015) afirma que a consciência territorial está estritamente ligada à noção de identidade. Sendo assim, a autora argumenta que a construção identitária surge como estratégia política com fim de assegurar a visibilidade dessas comunidades, tendo como objetivo o alcance de projetos de assistência governamental e às políticas públicas de pesca. Por outro lado, (SILVEIRA, 2015, p. 97), afirma que, “a autoafirmação de sua existência como sujeitos sociais (...) em relação ao exame do nexos e poder, não significa que o grupo tem noção que está exercendo formas de poder, ao aplicar a resistência”. Desse modo, podemos entender que a construção da identidade cultural está alicerçada nas experiências vividas e no modo de vida das comunidades pesqueiras, e que, por sua vez, devem ser asseguradas pelo Estado.

Dessa maneira, as práticas socioculturais dos pescadores artesanais dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, “pois passam a ser o modelo de vida social dos pescadores, pois adquirem valor simbólico e material para a reprodução de sua condição humana” (VINHAS, 2013, p. 7).

Essa identidade com o território que se vive está relacionada a um modo de vida, a uma riqueza cultural, quem vem de uma poesia, de uma comida, de uma cantiga, de um folguedo local, da transmissão dos saberes que conferem valor aquela comunidade. Esses elementos de uma cultura constituem o patrimônio histórico cultural que confere identidade a um grupo social.

Os aspectos específicos do território (por exemplo, tradições e práticas sociais ou paisagens naturais), quando valorizados, não somente reforçam a autoestima dos grupos locais, como também podem se transformar em atividades econômicas que contribuam para a melhoria das condições de vida de suas populações como exposto anteriormente.

Ao estabelecer uma relação entre a construção da identidade cultural com o território, chamo a atenção para o aspecto do vínculo da comunidade local aos seus lugares de origem. A constituição de um modo de vida está associada à forma como as pessoas vivenciam um lugar. As experiências sensoriais, a memória, são fatores que contribuem para a criação de referenciais afetivos oriundos de matérias e ideias que se interconectam. O movimento que rege a vida social, em alguns grupos humanos, obedece a um ritmo influenciado pelos ciclos naturais, que se assemelha a um formato circular, que se dá por um movimento contínuo, ininterrupto, e se diferencia de um tempo linear, predominante no pensamento da sociedade ocidental. Esse movimento cíclico está em consonância com as atividades práticas de produção e reprodução da vida, que por sua vez são caracterizados pela interação com o meio natural. Para (MAURICE GODELIER, 1984, p. 115), “as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens”. Dessa forma, o território pode ser entendido como o espaço físico e socialmente construído, constituído por valores, crenças, símbolos e sentimentos.

Em vista disso, a concepção de identidade territorial é construída através de relações humanas e a partir de um meio, de um lugar onde se é atribuído um valor, um significado. Aquilo que se é, aquilo que se faz está em estreita relação com o território ou a paisagem a qual uma pessoa ou um grupo se identifica. Essa relação vai além de uma dependência física e material de subsistência ela representa uma dimensão afetiva e simbólica, pois é um território e uma paisagem que tem uma ligação direta com o passado (ancestrais), com o presente (aquilo que eu e o meu grupo somos) e o futuro (a continuação através das gerações descendentes).

1.3 TERRITÓRIO TURÍSTICO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

O turismo é uma atividade que transforma, de maneira sutil ou intensa, os lugares aonde ele se desenvolve. Muitas vezes, à medida que o lugar se transforma ele se reorganiza e recebe influências externas, podendo perder suas características de comunidade. Daí a preocupação

de vários grupos sociais que vivem em comunidades litorâneas com a ocupação turística do lugar. Tal preocupação reflete ao mesmo tempo uma consciência do potencial que o turismo tem de alterar os lugares nos quais se desenvolve e um receio de que venham a perder as características que definem a sua marca identitária e seus valores comunitários.

O território turístico consegue abranger diferentes enfoques das diversas áreas de conhecimento, ou seja, ele pode ser visto e entendido a partir de várias perspectivas. Isto se deve ao fato de o turismo ser uma atividade cuja constituição envolve aspectos da realidade que são objeto de estudo de várias ciências ao mesmo tempo.

A atividade turística tem a capacidade de interferir, como foi dito, em diversos setores como o físico espacial, com a mudança da paisagem, a partir da interferência humana, por exemplo; nas relações de poder, de caráter assimétrico, com casos de expropriação de moradores devido à valorização de determinado espaço; de ordem econômica, ao gerar lucros e dividendos, muitas vezes de forma desigual; de ordem subjetiva, impactando nas relações sociais nos lugares que se tornam destinações turísticas e alterando mais ou menos traços culturais presentes em comunidades turísticas ou pelo contrário reforçando esses mesmos traços.

Para (SANTOS, 2000, p. 12) a concepção de território está associada ao seu “uso” (econômico, sobretudo). O “uso” é o definidor por excelência do território. O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Sendo assim, o que faz ele objeto de análise social é seu uso e não o território em si mesmo.

Nessa concepção, (SANTOS, 2000, p. 12-13) faz uma distinção entre território como recurso e território como abrigo afirmando que enquanto “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de seus interesses particulares”, para os “atores hegemonzados” trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares”.

Essa diferenciação entre território como recurso e território como abrigo, pode ser encontrado nas perspectivas diferentes que o turista e o morador desenvolvem sobre uma mesma localidade turística. O morador entende o lugar e o território a ele associado a partir da sua experiência vivida do lugar, ao passo que o turista o percebe com base em uma perspectiva diferente, como um “outsider” que simplesmente passa pelo lugar.

Para o turista o território se apresenta como algo a ser consumido e desfrutado. A relação entre os dois é superficial, pois é passageira e na

maioria das vezes não existe uma ideia de identidade nem de pertencimento em relação ao lugar. Já o morador desenvolve mapas mentais que demarcam o território em que habita, e sente-se parte integrante daquele espaço, pois compartilha dos mesmos códigos dos outros moradores.

Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território (SOUZA; PEDON, 2007).

Para (KNAFOU, 1996, p. 64), o que ocorre na verdade são conflitos de territorialidades entre os turistas (nômades) e os anfitriões (sedentários), como fica evidente na transcrição a seguir:

Há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam.

Por isso, os processos de turistificação do espaço desencadeiam novas e diferentes territorialidades entre turistas e residentes. Seguindo esse pensamento, (TUAN, 1980, p.72), ao analisar a perspectiva do visitante e do nativo, no âmbito do fenômeno turístico, demonstra a diferença do olhar desses atores sociais, que focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Segundo o autor, a percepção do visitante:

(...) frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros, ao contrário o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado (...). Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito.

O autor ressalta ainda que a avaliação do meio ambiente pelo visitante “é essencialmente estética” (...) “é a visão de um estranho que julga pela aparência, por algum critério formal de beleza” (TUAN, 1980,

p. 180). Na percepção do nativo, aquele meio ambiente é impregnado de significados, ou seja, o lugar com seu significado social, econômico, político, cultural. Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São lugares conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente (TUAN, 1983).

Dessa forma, podemos afirmar que a modificação do espaço material e imaterial a partir do desenvolvimento turístico pode gerar, em muitos casos, formas de “desprendimento” cultural em relação a lugares específicos, devido a não identificação de seus moradores com o lugar habitado.

Essa situação relaciona-se com o processo de desterritorialização, que é entendido por (CORRÊA, 1998, p. 252) “como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. A desterritorialização manifesta-se também no campo da cultura, gerando desenraizamento e perda de identidade da comunidade local com seu hábitat.

O processo de desterritorialização está relacionado “a processos de exclusão socioespacial, assim como também está ligado à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente” (HAESBAERT, 2007, p. 172). Para Haesbaert, podemos considerar como quase sinônimos de desterritorialização a desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante.

Segundo (HAESBAERT, 2006, p. 131), a desterritorialização culturalista é percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. Esses “não territórios” perdem o sentido, o valor de espaços aglutinadores de identidades, “na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade”.

A situação descrita acima se identifica com os processos de modificação do espaço causados pela atividade turística. Muitos lugares são alterados profundamente, guardando hoje pouca relação com suas características anteriores, que existiam no lugar antes do início de turistificação. Muitos empreendimentos turísticos vão sendo construídos em áreas antes habitadas pelas comunidades locais, cujo modo de vida se voltava mais para um modelo de subsistência ou de produção de pequena escala, normalmente em torno da pesca, agricultura e artesanato. Além de

serem alijados de seu espaço, os moradores do lugar raramente são consultados sobre a construção de alguma infraestrutura turística, ou mesmo em relação à sua percepção da atividade turística e se estão interessados em se envolver com uma transformação do lugar de vivência deles em um lugar turístico. As modificações impostas ao lugar podem ser tão intensas que, em alguns casos, levam os próprios moradores originários da comunidade local a desenvolver certo estranhamento em relação ao ‘seu’ lugar.

Em muitos casos, o processo de apropriação dos lugares pelo turismo obedece a uma lógica de mercado como bem observa (HAESBAERT, 2012), ao afirmar que parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas visando um padrão ótimo de funcionalidade econômica. Processos de globalização e desterritorialização estão intimamente associados. A desterritorialização extrema é denominada pelo autor como “aglomerados de exclusão”. Os aglomerados de exclusão são marcados por certa fluidez, instabilidade e insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. São “espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica” (HAESBAERT, 2012, p. 185).

Frequentemente locais turísticos litorâneos são invadidos por casarões de veraneio e por novos padrões de comportamento e hábitos que destoam muitas vezes da simplicidade das casas e dos moradores do lugar. O fenômeno das segundas residências faz desencadear novas territorialidades, ao desapropriar e deslocar os antigos moradores dessas áreas privilegiadas. Esse processo de desterritorialização acaba por levar alguns desses moradores a ocupar áreas periféricas ou áreas impróprias para ocupação humana residencial, tais como encostas, manguezais e margens de rios, o que termina causando diversos impactos ambientais nas áreas ocupadas.

Além da descaracterização da paisagem natural, as segundas residências construídas a beira-mar formam verdadeiros ‘paredões’ que impedem a chegada do visitante e dificultam o acesso dos próprios moradores à praia. Há ainda casos nos quais essas construções são erguidas em áreas inadequadas, o que acabam por comprometer a estabilidade da linha de costa, ecossistemas importantes e a qualidade ambiental em geral (ABREU; VASCONCELOS, 2007, p. 343). As mudanças territoriais geradas pela atividade turística, como é o caso das mudanças levadas a efeito pelas segundas residências, não só afetam o cotidiano dos moradores locais, como são também responsáveis pela

apropriação de espaços antes vivenciados e usufruídos de forma coletiva pelos habitantes das comunidades envolvidas.

Essa dinâmica do território pode ser entendida a partir do que se denominou como processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), de modo que a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (mesmo temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

Em algumas situações, o turismo tem contribuído para a insegurança ambiental, a marginalização ecológica, a desterritorialização de grupos humanos e a reterritorialização precária de algumas comunidades. Espaços de reterritorialização precária revelam a diminuição da qualidade de vida e a deterioração do cotidiano das populações locais. Nesse sentido, (FERNANDES, 2013, p. 111) afirma que,

(...) a apropriação alógena de recursos, as restrições de acesso a espaços geográficos, assim como a privatização e o encarecimento dos solos, são alguns dos fatores que podem conduzir ao aumento da fragmentação do espaço e a dinâmica de desterritorialização de comunidades locais.

Dessa forma, a desterritorialização se configura como um processo de quebra de vínculos, de perda ou afastamento de seu território de origem. Esse processo representa uma perda do controle das territorialidades pessoais ou coletivas, assim como a perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos e aos recursos.

O processo de reterritorialização, por sua vez, caracteriza-se por sua instabilidade e complexidade, de forma que, um indivíduo ou grupo se adapta a novos territórios, tornando-se agentes ativos desse novo território.

Para (HAESBAERT, 2007) devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes. Ou seja, todo processo de desterritorialização é procedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política ou cultural. De acordo com o autor, “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros” (HAESBAERT, 2007, p. 138).

Na perspectiva de (LITTLE, 1994, p. 11), a desterritorialização é um processo fundamental da condição humana. Para o autor, o processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial, e se dá, em parte, pela manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local.

É importante ressaltar que a discussão teórica sobre os processos de des-re-territorialização envolve dinâmicas socioespaciais complexas que demandam um diálogo interdisciplinar mais profundo entre as áreas de conhecimento das ciências sociais a fim de compreender a maneira como o território é ocupado na contemporaneidade.

Como exemplo desse processo geográfico de TDR, podemos citar o processo de ocupação territorial pela indústria do turismo que desencadeia formas de expropriação material e simbólica sobre os espaços antes vivenciados e acessados de maneira diferenciada pela população local. Dessa forma, (HAESBAERT, 2006, p. 67) afirma que a

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização das firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial (...) Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

A partir do exposto, podemos observar que a ocupação do espaço pela indústria do turismo revela, em muitos casos, as relações assimétricas e desiguais de apropriação e uso do território. Nesse sentido, em relação à construção do espaço e suas implicações políticas, econômicas e sociais, (QUINTAS, 2000, p. 37) observa que

(...) no Brasil o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente (ou mesmo para evitar sua transformação) seja ele físico-natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes, estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade de modo assimétrico. Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada

decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará com os custos, na sociedade e no país e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído. Daí a importância de se praticar uma gestão ambiental participativa com mecanismos legais difundidos para a sociedade em geral. Somente assim é possível se avaliar custos e benefícios de forma transparente.

Quintas enfatiza ainda, de forma explícita, que os processos de apropriação do espaço estão relacionados diretamente a decisões políticas. Existe uma tendência à valorização da construção de empreendimentos que tragam retorno financeiro, sem se ter em conta os impactos físicos e sociais por ele gerados. A valorização do turismo em determinadas áreas demonstra como o espaço pode ser construído de forma a trazer desvantagens e expropriações para as classes menos favorecidas.

Ao se tornarem território da função turística, os lugares turísticos sofrem uma grande transformação espacial por se tornarem altamente valorizados, alvo de especulações imobiliárias que acabam por prejudicar os moradores locais. Esse é o caso das segundas residências, que ocupam áreas antes habitadas por pescadores locais (MARCELINO, 1999), levando a uma completa re-organização do território no qual ganha predominância os objetos e sistemas de ações que favorecem os grupos políticos e economicamente mais poderosos. Caso as comunidades envolvidas não demonstrem capacidade de se contrapor aos interesses externos e de reivindicar seus interesses, com o tempo pode haver uma completa mudança das características locais que, no início, geraram atração sobre a demanda turística.

Uma forma de amenizar esses impactos negativos gerados pelo turismo é através da gestão ambiental, pois esta apresenta um cunho essencialmente político, representado, em parte, pela expansão do nível de participação da sociedade em fóruns e conselhos voltados para a execução da política nacional de meio ambiente. Por isso mesmo, o poder público já se mostra mais sensível à participação da população local também em projetos de desenvolvimento e planejamento turístico.

Portanto, as mudanças territoriais geradas pela atividade turística, como é o caso das mudanças levadas a efeito pelas segundas residências e construção de infraestrutura para atender a crescente demanda turística, não só afetam o cotidiano dos moradores locais, como são também

responsáveis pela apropriação de espaços antes vivenciados e usufruídos de forma coletiva pelos habitantes das comunidades envolvidas.

2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Neste capítulo abordamos inicialmente a relação entre o turismo e as áreas naturais protegidas¹⁰. Apresentamos um panorama histórico-analítico da constituição das áreas protegidas no Brasil e no mundo, com enfoque na criação de Unidades de Conservação para uso turístico, como é o caso dos Parques. Os Parques são grandes atrativos turísticos não só no Brasil como no mundo. Em alguns casos, a criação e implantação dessas áreas protegidas nem sempre ocorre de forma consensual e, por esta razão, envolve uma diversidade de conflitos, porque, em determinadas situações, não são guiadas verdadeiramente pelo interesse de conservação da biodiversidade e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas sim, são orientadas por uma lógica mercadológica que contradiz o real propósito ao se estabelecer um espaço natural protegido.

Para fins explicativos, utilizamos neste trabalho a denominação de áreas naturais protegidas para todo espaço territorial que apresente uma legislação ambiental de conservação específica. Utilizamos a categoria de Unidades de Conservação (UCs) quando nos referimos especificamente à categoria dos Parques Naturais. Desse modo, no decorrer do texto, não fazemos distinção entre áreas naturais protegidas e unidades de conservação, por entender que as áreas protegidas englobam as unidades de conservação.

É importante ressaltar que a discussão nesse trabalho sobre a criação de unidades de conservação no Brasil não nega a importância desse mecanismo governamental para proteger e manter a riqueza da sociobiodiversidade que o país apresenta. Nem, tampouco, deixa de reconhecer que a expansão e crescimento de áreas naturais protegidas tem sido uma forma de controle contra o processo de desmatamento e depredação dos recursos naturais que marcam a história socioeconômica brasileira. Dessa forma, concordamos com a relevância da criação dessas áreas para manutenção do equilíbrio climático, a diminuição de processos de desertificação e a questão da segurança hídrica.

Por outro lado, a criação de áreas protegidas, tais como os parques naturais, resulta em novas configurações territoriais que modificam o uso e a ocupação daquele espaço. São áreas que passam a contar com uma

¹⁰ Englobam as Unidades de Conservação (UCs), mosaicos e corredores ecológicos, espaços considerados essenciais, do ponto de vista econômico, por conservarem a sociobiodiversidade, além de serem provedores de serviços ambientais e geradores de oportunidades de negócios (BRASIL, MMA).

legislação específica, o que, por sua vez, altera a relação que uma comunidade tem com seu entorno.

Embora a legislação brasileira tenha avançado nos últimos anos na discussão sobre a participação popular, com a criação de conselhos consultivos para elaboração dos planos de manejo¹¹ e gestão das Unidades de Conservação no país, o que ocorre na prática está bem distante do que o direito prevê. Em alguns casos, unidades de conservação são criadas sem cumprir com os objetivos a que se propõem. São os chamados “Parques de Papel”, que existem nas normas legais, mas que, na realidade, são esquecidos pelo poder público (BRITO, 2000; PIMENTEL, 2008). Nesse sentido, a demarcação da área natural protegida é feita, mas aquele espaço permanece abandonado. São áreas que carecem de infraestrutura, com fiscalização e manejo adequados. Grande parte das unidades de conservação brasileiras ainda carecem da elaboração e implementação dos planos de manejo dessas áreas (BENSUSAN, 2006; MORSELLO, 2001).

Por conseguinte, é possível identificar inúmeros conflitos inerentes à questão da regulamentação fundiária, manejo e gestão dessas áreas. Desse modo, um dos grandes desafios no processo de criação das unidades de conservação se refere à conciliação entre interesses conservacionistas, turísticos e de bem-estar da população local que reside no entorno dessas áreas.

Em outra vertente, chamamos a atenção para o fato de que as concepções que permearam a constituição das áreas naturais protegidas brasileiras foram influenciadas por uma linha de pensamento oriunda dos EUA. Essa concepção parte da ideia de uma natureza intocada, sem interferência humana, onde o homem assume um papel de visitante e não morador. Essa concepção de áreas naturais “selvagens” sem presença humana não é válida para realidade brasileira, pois, no caso do Brasil, existe a presença de diversos modos de vida que se caracterizam pela integração de atividades econômicas extrativistas e o ambiente (DIEGUES, 1999).

Outro aspecto que será discutido sobre a relação entre turismo e áreas naturais protegidas se refere às políticas conservacionistas “neoliberais” apresentadas e revestidas como ecológicas. Dentro dessa

¹¹É definido pela lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas de utilização da área de uma unidade de conservação e o manejo dos seus recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

lógica, argumenta-se sobre a legitimidade da demarcação das unidades de conservação, no que diz respeito às relações assimétricas de apropriação e uso desses espaços. Nessa perspectiva, procuramos abordar quais são as consequências práticas da criação de algumas Unidades de Conservação, ou seja, para quem e para quem são criados esses espaços, e se esse processo tem contado com a participação da população local que será diretamente afetada pela mudança territorial.

Em alguns casos, a criação de áreas naturais protegidas está relacionada a interesses políticos e econômicos. No que diz respeito à dimensão política, o interesse está atrelado à promoção de uma imagem associada à sustentabilidade, o que na prática nem sempre se realiza como tal. Na dimensão econômica, existe um interesse pela mercantilização da natureza, como um produto de consumo promissor, sem uma preocupação mais profunda com um planejamento de longo prazo, o que se apresenta como uma medida contraditória.

Buscamos problematizar a forma como essas áreas são incorporadas pelo poder público e privado, com foco nos aspectos que dizem respeito à participação das comunidades locais no processo de implementação desses espaços protegidos.

Nesse caso, partimos da ideia de que as unidades de conservação apresentam uma chance muito maior de obter êxito em seus objetivos quando se incorporam à participação da população local na gestão e manejo dessas áreas. A comunidade local, através de seus conhecimentos práticos construídos, na maioria das vezes, de maneira geracional, mas principalmente de modo empírico, são detentoras de um saber fazer que está em interação direta com seu meio. Esse saber deve ser reconhecido como um conhecimento local e deve ser levado em consideração ao se criar o plano de manejo dessas áreas. Nesse sentido, vinculamos a “bio e sociodiversidade” como as duas faces da mesma moeda. É imprescindível que as políticas públicas brasileiras adotem na prática a noção da sociobiodiversidade, como já vem ocorrendo em alguns casos, como forma de planejar e gerir as riquezas socioculturais e naturais do país.

2.1 PARQUES NATURAIS E O TURISMO DE NATUREZA

O crescimento do turismo de natureza no Brasil vem demonstrando que os principais destinos ecoturísticos brasileiros são lugares onde estão localizadas as Unidades de Conservação (UCs). A criação de unidades de conservação se apresenta como instrumento moderno de ordenamento territorial e ambiental. São áreas separadas para manutenção da

diversidade biológica, a fim de garantir os processos ecológicos essenciais. Enquanto política pública de ordenamento territorial, a criação dessas áreas surge como resposta às ameaças geradas pelo modelo de ocupação predatório da sociedade contemporânea. O estabelecimento de unidades de conservação tem sido uma prática política adotada mundialmente como forma de minimizar a perda da biodiversidade (BRITO, 2000; DIEGUES, 2000; BENSUSAN, 2006).

Dentre as Unidades de Conservação de Proteção Integral brasileiras, tratamos nesse trabalho sobre a categoria dos Parques. Os Parques são áreas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC. Art. 11, cap. III, 2000).

Os Parques brasileiros são criados e geridos nos diversos níveis da administração pública (Federal, Estadual e Municipal) e são classificados, respectivamente, como Parque Nacional (PARNA), Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas (MMA, BRASIL, 2016). Os Parques são considerados como uma das categorias mais representativas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Os Parques e as Áreas de Proteção Ambiental (APA)¹², juntos, protegem 53% de toda a área abrangida por unidades de conservação no Brasil (Idem).

A história das áreas protegidas modernas está intimamente ligada ao conceito de Parque Nacional. O Parque Nacional foi a primeira

¹² Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As APAs são constituídas por terras públicas e privadas (MMA, BRASIL).

categoria de área natural protegida com objetivos de conservação da natureza criada em grandes extensões territoriais. Foram a partir dos parques que se construíram as bases legais e conceituais para a criação de outras categorias de áreas naturais protegidas (VIANNA, 2008).

A conservação de áreas naturais para diferentes fins não é algo recente. Ao longo da história do mundo as áreas protegidas foram sendo criadas a partir de objetivos diversos que refletiam as diferentes concepções sobre natureza e as relações que as sociedades estabeleciam com ela. Existem registros históricos de parques criados na Antiguidade com a finalidade de proteger determinadas espécies animais, como leões e ursos. Alguns exemplos de áreas protegidas no passado podem ser descritos, tais como, uma reserva natural, criada na Índia no século III a.C. pelo Imperador Açoka e a decretação de proteção total da floresta de Bialo Wiesa, pelo Rei Jagellon (CÂMARA, (1993), apud BRITO, 2000). Antigas civilizações do Oriente como, por exemplo, os assírios, estabeleceram reservas em um período anterior ao nascimento de Cristo. Na Europa Medieval, o denominado “parque” era um local delimitado, no qual animais viviam na natureza em áreas sob a responsabilidade do rei. Caso alguma pessoa se aventurasse a entrar no parque, especialmente caçadores, era condenada a morte (RUNTE, 1979, apud MORSELLO, 2001, p. 22). Em outros lugares, foram criados parques de caça (BENSUSAN, 2006). Os normandos introduziram a ideia de parques de caça na Inglaterra no século XI. No reinado de Henry II, aproximadamente a quarta parte do território da Inglaterra era classificada como *Royal hunts*. Esses registros demonstram que as áreas naturais ou sítios culturais valiosos eram preservados por questões religiosas ou históricas e pela existência de espécies silvestres ou algum recurso valioso, além de suas belezas naturais próprias.

A concepção moderna de parque nacional surge no século XIX com a criação do Parque Nacional de Yellowstone¹³ em 1872 nos EUA, embora a definição do conceito de Parque já havia sido esboçada desde 1830 pelo artista George Catlin¹⁴ (1796-1872) apud MCCORMICK, 1992). O conceito de parque nacional foi desenvolvido por um grupo de norte-americanos que pretendiam que as belezas naturais dos EUA

¹⁴ Escritor e viajante estadunidense que afirmava que tanto os búfalos quanto os índios estavam ameaçados de extinção. Ele sugeriu que índios, búfalos e áreas virgens poderiam ser igualmente protegidos se o Governo estabelecesse um parque nacional que contivesse homens e animais em toda a sua rusticidade e beleza natural.

fossem protegidas da exploração e mantidas para o usufruto de todos. O movimento de criação das áreas naturais norte americanas foi influenciado por teóricos como Thoreau¹⁵ e Marsh¹⁶ (DIEGUES, 1998). Prevalencia nesse momento uma valorização e apreciação estética das paisagens naturais que tinham como intuito preservar ambientes especialmente belos para as futuras gerações. Outros parques foram criados em vários países ainda no século XIX após Yellowstone, como foi o caso do Canadá, em 1885; Nova Zelândia, em 1894; Austrália, África do Sul e México, em 1898; e no começo do século XX, em 1903, na Argentina (ARAÚJO, 2007).

No princípio, o objetivo de criação dessas áreas era o seu uso pelo público, através especialmente de lazer e turismo. Ou seja, os parques eram concebidos como recursos recreativos para o homem urbano. Nesse entendimento, (VIANNA, 2008, p. 147) afirma que a criação de parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, “na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava principalmente as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos”. Em um momento posterior, os parques passam a incorporar uma preocupação com a preservação da natureza dentro da lógica ecológica. Ou seja, emerge a visão sobre a necessidade de conservação dos recursos para o futuro da vida humana, com enfoque na proteção de espécies ameaçadas de extinção. Desse modo, a perspectiva da conservação surge a partir da preocupação com o uso racional dos recursos naturais e o manejo de espécies. Em relação à evolução do conceito de conservação e a mudança nos objetivos para criação de áreas naturais protegidas, (VIANNA, 2008, p. 149) afirma que,

(...) À idealização inicial da natureza como objeto de contemplação espiritual e de lazer, sobrepôs-se a percepção cada vez mais premente de seu valor para a sobrevivência humana, considerando-se todos os seus elementos – a água, o ar, a riqueza da biodiversidade e os sistemas ecológicos. Assim, a

¹⁵ Henry David Thoreau (1817-1862) publicou livros, ensaios, artigos, jornais e poesias. Entre suas contribuições mais influentes estão os escritos sobre história natural e filosofia, onde tratou sobre os métodos e preocupações da ecologia e do ambientalismo.

¹⁶ George Perkins Marsh (1801-1882) publicou em 1864 um livro chamado *Man and Nature* em que demonstrava que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem sobre a terra. As ideias de Marsh tiveram muita influência no estabelecimento de uma comissão nacional de especialistas florestais. Marsh afirmava que a preservação das áreas virgens tinha justificativas tanto econômicas como poéticas.

conservação da natureza tornou-se um imperativo para humanidade como um todo, embora os motivos dessa postura resultem da atuação de apenas parte dela – a sociedade urbano-industrial.

Podemos observar, dessa forma, que as concepções acerca do conceito de Natureza foram mudando no decorrer da história do pensamento Ocidental. Assim, as relações entre as sociedades e seus meios físicos naturais passaram por modificações ao longo dos séculos que refletem a forma como os seres humanos se inter-relacionavam com seus ambientes.

Diante desse contexto, considerando o movimento intelectual do humanismo na Europa durante o século XVI, que eclode com o Renascimento, de modo a estruturar e fundamentar o pensamento do período moderno, o ‘Homem’ (que foi criado por Deus), passa a assumir uma posição externa à natureza, elevando-se como dono da Natureza, como seu dominador. A Natureza torna-se objeto da manipulação humana. Nesse sentido, podemos afirmar que a divisão cartesiana do mundo em duas partes é sintomática da cisão entre o Homem e a Natureza (KESSLERLING, 1992; GALIMBERTI, 2005).

Nessa direção, com o avanço no conhecimento das ciências naturais nos séculos XVIII e XIX, ocorre uma mudança na percepção da natureza e das paisagens silvestres. Nesse período, o movimento do Romantismo, que se caracterizou como uma crítica ao racionalismo e ao Iluminismo e teve grande influência tanto nas artes como no pensamento político, reformulou as ideias sobre a relação dos humanos com a natureza, de maneira a promover uma valorização do mundo natural no universo da modernidade. Para os escritores românticos a “natureza selvagem” representava “o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 2000, p. 24). Dessa maneira, as ideias dos românticos do século XIX, que valorizavam o mundo natural, concebendo-os como ambientes selvagens não transformados pelo homem, influenciaram a criação dos parques naturais. Sendo assim, a concepção moderna sobre parques parte de uma perspectiva preservacionista onde a noção de natureza selvagem estabelece que a natureza só possa ser protegida quando separada do convívio humano. Essa visão de separação da natureza e das sociedades humanas está atrelada a uma visão dualista cartesiana enraizada na cultura Ocidental.

Deste modo, no período do século XIX, surgiram nos Estados Unidos duas principais correntes teóricas sobre a conservação das áreas naturais que influenciaram a política de áreas protegidas de outros países. Uma delas foi o Preservacionismo, representado pelas ideias de John Muir (1838-1914), e, por outro lado, o movimento do Conservacionismo dos recursos naturais, criado por Gifford Pinchot (1865-1946).

Na perspectiva preservacionista, a crítica à destruição do mundo natural está associada às ideias do transcendentalismo romântico, que concebe a Natureza como um Ser Universal e transcendente. Já as ideias conservacionistas de Pinchot, defendem o uso racional dos recursos naturais. O conservacionismo tem como enfoque o desenvolvimento em benefício da maioria da população, a partir da redução dos dejetos inerentes ao processo produtivo, de forma a tornar mais eficiente a exploração e consumo dos recursos naturais não renováveis. Suas ideias influenciaram o movimento do eco desenvolvimento, surgido na década de 1970 (DIEGUES, 1998).

Essas duas correntes teóricas conservacionistas representam um exemplo emblemático de duas diferentes concepções acerca das áreas naturais protegidas, ou seja, entre uma abordagem onde prevalece a preservação pura da natureza, ou, por outro lado, uma linha que se volta mais para a questão da conservação dos recursos. Essas ideias e percepções construídas sobre o meio natural influenciaram a história da conservação ambiental no decorrer do século XX e começo do XXI. A razão pragmática presente na relação entre o homem e a natureza se intensifica na modernidade e assume um caráter radical de dominação e instrumentalização do meio natural.

O modelo capitalista de consumo e produção foi revelado pela modernidade, intensificando o processo de extração de recursos naturais e interferindo nos ciclos naturais causando efeitos de degradação ambiental de alta magnitude e de ordem planetária. Já faz algumas décadas que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na produção em larga escala, vem sendo questionado e criticado devido à constatação de sua insustentabilidade em relação aos recursos naturais que dão mostra de sua esgotabilidade.

A questão ambiental emerge na sociedade ocidental como uma preocupação mundial. A partir dessa nova realidade, surgem novos paradigmas e novas abordagens e propostas de conservação da natureza que foram influenciadas diretamente tanto por uma perspectiva biocêntrica quanto antropocêntrica.

Os paradigmas que nortearam as propostas atuais de conservação da natureza podem ser compreendidos, de uma maneira geral, através de

alguns movimentos e enfoques conservacionistas. Dentre esses movimentos e perspectivas podemos citar: o Conservacionismo Preservacionista, a Ecologia Profunda, a Biologia da Conservação e a Ecologia Social. Desse modo, houve uma disputa conceitual acerca dos objetivos de conservação da natureza. Essa disputa conceitual acerca da conservação da natureza segue até os dias atuais. A seguir, abordaremos cada um dos citados movimentos conservacionistas.

O movimento do Conservacionismo Preservacionista está associado, como explicado acima, à ideia de socialização do uso fruto das belezas cênicas das áreas naturais. Na concepção Preservacionista existe a dissociação entre humano e natureza, sendo assim, as áreas virgens deveriam receber proteção total, sendo apenas permitida a presença humana para fins recreativos e/ou educacionais (MCCORMICK, 1992). O Preservacionismo também foi influenciado pelas ideias relacionadas à ecologia, desenvolvidas pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), que em 1866 publicou sua obra *Morfologia Geral dos Organismos*. Essa obra propôs a criação de uma disciplina científica, ligada ao campo da biologia, que teria por objetivo estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico (LAGO; PÁDUA, 1984). Já no século XX, Aldo Leopold (1887-1949), engenheiro florestal, se destacou como uma figura importante da conservação da vida selvagem nos EUA. Sua obra mais conhecida, *A Sand County Almanac*, publicada em 1949, lançou as bases para a Ética Ecológica e se tornou um livro importante para os preservacionistas (DIEGUES, 1998). Deste modo, a perspectiva preservacionista incorpora tanto os aspectos estéticos e espirituais quanto ecológicos de valorização da natureza.

Outra abordagem conservacionista que também parte de um enfoque biocêntrico é a chamada ecologia profunda (*Deep Ecology*), termo cunhado em 1972 pelo filósofo norueguês Arne Naess (1912-2009). Essa perspectiva está fundamentada na ideia de que a vida humana e não humana tem valores intrínsecos, independente do utilitarismo. Dessa maneira, o ser humano é apenas mais uma espécie dentre as demais. Esse movimento ecologista também está associado aos princípios dos direitos intrínsecos do mundo natural. Ou seja, a ecologia profunda reconhece personalidade jurídica à natureza, como titular de direitos próprios, com independência do humano (ZAFFARONI, 2011). Muitos cientistas e filósofos que discutem no campo da ética passam a se incorporar ao movimento da ecologia profunda e defendem a atribuição de direitos a natureza, tal como LUTZENBERGER, 1990.

Já o enfoque da Biologia da Conservação surge como uma disciplina científica nos anos 60, com o objetivo de associar ciência e gestão ambiental. Ela foi desenvolvida a partir da preocupação acerca do desmatamento tropical, do desaparecimento de espécies e pela erosão da diversidade genética dentro das espécies. Desse modo, os biólogos da conservação buscam manter três importantes aspectos da vida na Terra: a diversidade natural encontrada nos sistemas vivos (biodiversidade); a composição, a estrutura e o funcionamento desses sistemas (integridade ecológica); e sua resiliência e habilidade de resistir ao longo do tempo (saúde ecológica) (CALLICOT et al. 1999). Desse modo, a Biologia da Conservação está fundamentada em uma ética de tutela responsável da natureza, se contrapondo tanto ao Preservacionismo romântico, quanto ao utilitarismo.

Para (SAKAR, 1998, apud. DIEGUES, 2000) existe uma relação íntima entre o movimento da ecologia profunda, da biologia da conservação e da proteção do mundo natural despovoados. Desse modo, na década de 1960, surge um pensamento sócio ecológico que vai justamente criticar a ideia de áreas naturais protegidas como ilhas intocadas, já que grande parte das áreas ricas em biodiversidade é habitada por populações com modos de vida próprios. Além disso, os ecologistas sociais afirmavam que os problemas ambientais atuais têm raízes nas questões sociais.

Nessa perspectiva, a Ecologia Social se caracteriza por um enfoque socioambientalista, onde ocorre a associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso a terra e aos recursos naturais e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo, para os quais a crise ambiental está associada ao insustentável modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental (DIEGUES, 1998). Essa nova modalidade de conservação surgiu a partir do momento em que a reflexão ecológica deixou de se ocupar apenas do estudo do mundo natural para abarcar também os múltiplos aspectos da relação entre os humanos e o seu meio natural, enfocando a forma pela qual a ação humana costuma incidir negativamente sobre a natureza (LAGO; PÁDUA, 1984).

É importante considerar, em relação ao pensamento dos movimentos conservacionistas, que estes apresentam diferentes facetas de uma preocupação socioambiental que se complementam mutuamente. Na atualidade, onde as realidades se configuram como acontecimentos híbridos, essas diferentes abordagens sobre a inter-relação do humano com a natureza devem ser repensadas, no sentido de agregar as proposições dessas diferentes correntes, sem, no entanto, recair em

enfoques estritamente biocêntricos e nem estritamente antropocêntricos, de modo a conjugar os direitos humanos aos direitos do mundo natural.

Atualmente, a criação de áreas naturais protegidas pode ser considerada uma das principais políticas adotadas por vários países para conservação *in situ*¹⁷ da biodiversidade de seus territórios. Cada país foi estabelecendo categorias de áreas protegidas a partir de diferentes objetivos de conservação. Cada categoria é conceituada a partir de objetivos próprios de manejo, embora todas tenham como princípio a proteção da natureza. Ou seja, as diferenças de objetivos definem as especificidades de cada categoria. Sendo assim, conforme a finalidade atribuída à área, a categoria é definida pelo maior ou menor grau de intervenção humana permitida (BRITO, 2000).

Podemos destacar alguns eventos significativos que influenciaram na construção de um panorama internacional sobre a criação de áreas naturais protegidas, com enfoque na categoria dos parques. Nesse contexto, podemos considerar como ponto de partida dessa breve descrição histórica a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, realizada em 1933, em Londres. Nessa Convenção foram estabelecidas algumas diretrizes para preservação de áreas naturais, atribuindo o controle e gestão desses espaços ao Estado. Além disso, esse acordo tinha como foco a conservação da natureza nos países coloniais da África, restringindo às ameaças a vida selvagem africana por meio da criação de parques e reservas. No entanto, o tratado foi assinado apenas por potências europeias, o que causou inúmeras críticas dos povos africanos, que alegaram não estarem sendo respeitados seus direitos tradicionais de caça (MCCORMICK, 1992).

Na década seguinte, em 1940 foi realizada em Washington a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. A denominada “Convenção Pan-americana” teve como um de seus propósitos, unificar os conceitos e objetivos das áreas naturais protegidas, como, por exemplo, o conceito de parques nacionais. Na “Convenção Pan-americana” os parques foram definidos como “áreas que deveriam ser estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público, que poderiam usufruir de paisagens naturais colocadas sob superintendência oficial (QUINTÃO, 1983).

¹⁷ Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

Em 1948 foi realizada a Conferência de Fontainebleau, na França, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) com o fim de coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza. Nessa Conferência foi criada a União Internacional de Proteção da Natureza (International Union of Nature Protection - IUNP), mais tarde denominada União Internacional para a Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature - IUCN), tornando-se a maior e mais antiga organização ambientalista do mundo. A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) é uma União de Membros¹⁸ composta por Estados soberanos, agências governamentais e organizações da sociedade civil. Sua missão é influenciar, encorajar e ajudar as sociedades de todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, e assegurar que todo uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável (UICN, 2006, p. 7). Essa organização define o conceito de área protegida como

(...) um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados.

Em 1960, a UICN estabeleceu a Commission on National Parks and Protected Area (CNPPA) – (Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas), com a finalidade de promover, monitorar e orientar o manejo desses espaços (BENSUSAN, 2006). Em 1962 foi realizada a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle (EUA). Nessa conferência foram enunciados os “princípios gerais” que regem um parque e ressaltada, também, a importância da conservação dos ambientes marinhos, destacando, assim, uma nova abordagem no que diz respeito à relação homem-natureza. Essa nova abordagem passa a incorporar a possibilidade de novos usos dos espaços naturais protegidos, no sentido de considerar os direitos privados que existiam antes da criação do parque. Esse fato tornava indispensável o zoneamento dos parques, pois

¹⁸ A UICN conta com o conhecimento, os recursos e o escopo de cerca de 1.300 organizações Membros. Estas incluem Estados e agências governamentais, pequenas e grandes ONGs, agências de desenvolvimento econômico, instituições acadêmicas e científicas assim como associações empresariais.

o mesmo definiria as áreas de proteção dos ecossistemas, mesmo que algumas partes pudessem ser aproveitadas para o uso humano (BRITO, 2000).

Posteriormente, em 1969, na 10ª Assembleia Geral da UICN, realizada em Nova Délhi, na Índia, foi definido um novo conceito para os parques naturais. Nesse momento, foi estabelecida uma definição e as diretrizes de um Parque Nacional.

A partir dos anos 1950 e mais acentuadamente a partir da década de 1970, cresceu significativamente o estabelecimento de áreas naturais protegidas tanto no Brasil como no mundo. Entre 1970 e 80 “criaram-se cerca de 2.100 áreas naturais protegidas nacionais em todo mundo, das quais 1.300 eram parques, cobrindo aproximadamente 3.100.000 km²” (VIANNA, 2008, p. 151).

O aumento quantitativo de áreas protegidas nos países em desenvolvimento deveu-se a preocupação da comunidade internacional com a crescente perda da biodiversidade do planeta, sobretudo nos trópicos. Além disso, esse aumento também se explica pela disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo nas áreas naturais protegidas (GHIMIRE, 1993 apud BRITO, 2000).

É possível observar o crescimento de uma consciência de conservação ambiental desde a década de 1960. Mas somente na década seguinte é que as discussões sobre as questões socioambientais foram evidenciadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. A Conferência de Estocolmo¹⁹ representou um marco legal importante no desenvolvimento do ambientalismo mundial.

Nesse momento surge o conceito de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. Uma ideia central que norteia esse conceito é a de que o desenvolvimento deve atender “as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). A proposta do desenvolvimento

¹⁹Foi a primeira Conferência global voltada para o meio ambiente, sendo considerada um marco histórico político internacional decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção dos países para as questões ambientais. Essa nova visão resultou em proposições que demandaram o engajamento comprometido dos Estados com a cooperação internacional em matéria de meio ambiente, gerando uma nova ordem incorporada ao sistema jurídico nacional dos Estados, concebendo o Direito Ambiental.

sustentável defende que o crescimento econômico deveria acontecer de forma igualitária estando apoiada sobre o tripé do crescimento econômico, da proteção dos recursos naturais e da equidade social. Para (SACHS, 2002), a sustentabilidade se fundamenta em oito critérios: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e da política nacional e internacional.

Ainda no ano de 1972, foi realizada em Banff, no Canadá, a 11ª Assembleia Geral da UICN, que foi marcada por um avanço nas questões relativas à ocupação humana nas áreas naturais protegidas. Nessa Assembleia houve a incorporação oficial do princípio de zoneamento às definições de parques naturais, reconhecendo, desse modo, que as comunidades com características culturais específicas fazem parte integrante desses ecossistemas (Zonas Antropológicas) (BRITO, 2000). Nessa mesma perspectiva, a 12ª Assembleia Geral da UICN, realizada em 1975, no Zaire, chamou a atenção para que a criação de áreas naturais protegidas não causasse a desagregação cultural e econômica das comunidades locais que não afetavam a integridade ecológica desses espaços (AMEND; AMEND, 1992 apud BRITO, 2000, p. 31).

Mas foi somente no III Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, em Bali, na Indonésia, que foram reafirmados os direitos das comunidades com características culturais específicas, com recomendações para o exercício do manejo dessas áreas em conjunto com as comunidades locais.

A partir da década de 1970 também começa a ser discutida a questão dos conflitos entre populações locais e áreas naturais protegidas, sendo esse debate ampliado na década de 1980. Nesse período foram sendo debatidos modelos alternativos de parques nacionais mais permissivos ao uso e a ocupação de suas áreas. Esses debates contribuíram para o desenvolvimento do conceito internacional dos parques, influenciando no surgimento de outras categorias de manejo (WEST; BRECHIN, (1991) apud BRITO, 2000).

No IV Congresso Mundial de Parques da IUCN, realizado em 1992, na cidade de Caracas, na Venezuela, foram discutidas questões relacionadas ao plano de manejo dessas áreas, além de ter sido reforçada a importância das populações locais na criação e implantação das áreas protegidas. A Conferência de Caracas chamou a atenção para necessidade de inserir as áreas protegidas nos planos de desenvolvimento nacionais, para que conferissem benefícios à população local, ao mesmo tempo em que fossem eficazes na proteção da natureza (BRITO, 2000).

Seguindo essa cronologia, em 1994, na 19ª Assembleia Geral da UICN, realizada na cidade de Buenos Aires, Argentina, foi criado um

sistema de classificação de áreas protegidas. O sistema internacional de áreas naturais protegidas é composto por seis categorias de manejo, considerando os graus de intervenção e de naturalidade dos ambientes, são as seguintes: Ia – Reserva Natural Estrita (*Strict Nature Reserve*); Ib – Área Silvestre (*Wilderness Area*); II – Parque Nacional (*National Park*); III – Monumento Natural (*Natural Monument*); IV – Santuário de Vida Silvestre (*Habitat Species Management Area*); V – Paisagem Terrestre/Marinha Protegida (*Protected Landscape/Seascape*) e VI - Área Protegida com Recursos Manejados (*Managed Resource Protected Area*). Essas categorias de gestão das áreas protegidas da UICN constituem um marco internacional de referência, reconhecidas pelo Convênio sobre Diversidade Biológica (IUCN, 2008).

As recomendações da UICN influenciam a política de unidades de conservação de outros países. O Brasil, por exemplo, se enquadra nos critérios definidos pela UICN, no que diz respeito às categorias de manejo de suas unidades de conservação. Dessa forma, o sistema brasileiro de UCs vem se adequando aos padrões e às normas internacionais. Segundo (DRUMMONT; et. al., 2010, p. 350), esse fato,

(...) facilita a definição de estratégias para a captação de recursos, a realização de pesquisas, o intercâmbio de informações e experiências, o diálogo com agências internacionais, a adoção de padrões diferenciados de gestão e a gestão de áreas transfronteiriças.

Em relação à história sobre a conservação ambiental no Brasil, desde o governo imperial é possível identificar uma preocupação com os recursos hídricos, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, no sentido de manutenção dos mananciais para o abastecimento público. A percepção de que o desmatamento de bacias provocava o secamento das nascentes, motivou a primeira tentativa governamental de conservação. Segundo (DEAN, 2004, p.238), esta tentativa foi “empreendida em 1862, quando o governo imperial investiu um modesto nível de recursos em um programa de reflorestamento”. Nesse sentido, como assinalam (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010, p. 344),

(...) o replantio de uma parte da Floresta da Tijuca, dentro da cidade do Rio de Janeiro, entre 1861 e 1889, aproximadamente, é um exemplo brasileiro desse processo, em que a preocupação com a oferta de água para uma grande população urbana gerou

a gestão especial de uma área que, muitos anos mais tarde, se transformou num parque nacional.

No caso do Brasil podemos dizer que, durante o século XVIII e XIX, existia entre parte da intelectualidade brasileira uma linha de pensamento mais pragmática, onde predominava uma preocupação com o uso racional dos recursos naturais. Nesse caso, é possível identificar uma influência do Iluminismo, no sentido de conceber o patrimônio natural brasileiro como um valor político e instrumental para o progresso do país (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015). Essa perspectiva utilitarista se manifesta no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que se destacou por sua crítica ambiental no que diz respeito ao uso racional das riquezas naturais do Brasil como meio de superar sua antiquada herança colonial (PÁDUA, 2002).

No que se refere às linhas de pensamento mais atuais do ambientalismo brasileiro, de uma maneira geral, podemos identificar duas correntes de pensamento: a dos preservacionistas, que defendem o conceito tradicional de Parques, e se fundamenta na ideia de que quando há interferência humana na natureza, esta é sempre destrutiva; e do outro lado, os socioambientalista, mais identificados com a corrente da Ecologia Social, que acreditam que a gestão das áreas protegidas teria melhor êxito se comportassem atividades humanas e tivessem as populações locais como suas aliadas (DIEGUES, 1998). Um dos marcos do movimento socioambientalista brasileiro foi a Aliança dos Povos da Floresta, que defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja sobrevivência dependia da conservação das florestas.

Os primeiros órgãos governamentais criados no Brasil para administrar as áreas cobertas por flora nativa tinham como foco os aspectos produtivos proporcionados pelos recursos naturais presentes nessas áreas. Nesse sentido, podemos citar o Serviço Florestal Federal (SFF), criado em 1925, subordinado ao Ministério da Agricultura que tinha, como uma de suas missões, fomentar a produção florestal. Posteriormente, em 1967, foi criado o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), que representou um avanço na institucionalização da gestão pública da flora e de seus recursos, embora sua ênfase recaísse ainda sobre os aspectos produtivos, e secundariamente sobre a conservação, sendo essa instituição também subordinada ao Ministério da Agricultura (ROCHA; DRUMMOND; GANEN, 2010).

As primeiras iniciativas para a criação de Unidades de Conservação no Brasil datam de 1876, quando o engenheiro André Rebouças (1838-1898) defendia a instituição de parques nacionais no

Estado do Paraná. Na concepção de André Rebouças a proposição de criação dos Parques de Sete Quedas e da Ilha do Bananal estava relacionada ao potencial turístico, enquanto atividade econômica que aparecia como principal motivação (PÁDUA, 2002). Mas somente em 1937 foi criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, localizado no Estado do Rio de Janeiro. De maneira semelhante, o Parque Nacional do Iguaçu teve sua criação defendida por Santos Dumont em 1916, vindo a ser instituído somente em 1939, por decreto do presidente da República Getúlio Vargas (CAMPOS; COSTA, 2006).

Em um primeiro momento, a criação dos Parques Nacionais privilegiava a escolha de lugares de beleza cênica excepcional, com facilidade de acesso e a possibilidade de visitação de massa. Ou seja, a justificativa de criação desses parques era de ofertar áreas de lazer e turismo para população. Já no final da década de 1970, ocorre um esforço de fazer com que a política de criação de UCs ocupasse áreas mais remotas e incluísse amostras grandes e em bom estado dos vários biomas e ecossistemas do país (DRUMMOND, 1997). Esse fato demonstra que, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, os critérios de escolha das áreas para criação dos Parques foram mudando à medida que a questão ambiental ficou em evidência, principalmente pela preocupação com a escassez dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade.

Legalmente, o conceito de Parque Nacional surgiu no Brasil no Código Florestal de 1934, instituído pelo Decreto 23.793, de 23 de janeiro. A categorização das florestas começou a partir desse Código Florestal, que no seu art. 3º classificava as florestas em quatro tipos: protetoras; remanescentes (ambas sob o regime de preservação permanente); modelo e de rendimento (ambas passíveis de exploração comercial). Com base no Código Florestal de 1934 foram criados vários parques nacionais, florestas nacionais e florestas protetoras de mananciais e encostas (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006).

No novo Código Florestal de 1965, Lei nº 4.771, o enfoque da conservação está relacionado à proteção de ecossistemas com espécies ameaçadas ou com estoques comerciais em declínio. No Código Florestal de 1965 e no Código de Fauna, nº 5.197, de 1967, se institui as Unidades de Conservação (UCs) e uso indireto (parques nacionais, estaduais, municipais e reservas biológicas), que não permitiam o uso dos recursos naturais, e as de uso direto (florestas nacionais e parques de caça), que permitiam a exploração direta dos recursos naturais (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006, p. 346).

É importante destacar que as unidades de conservação federais foram administradas pelo Ministério da Agricultura até 1967, quando o Departamento de Parques Nacionais e Reservas equivalentes foi estabelecido no recém-criado IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). No entanto, o IBDF tinha seu foco voltado mais para o desenvolvimento florestal do que para a conservação da natureza, sendo que os Parques Nacionais brasileiros, durante esse período, eram subordinados a uma instituição que visava o desenvolvimento florestal e não um instituto de conservação ambiental (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015).

Com a regulamentação da Lei do SNUC, (Lei nº 9.985/2000), através do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, foram estabelecidos os critérios e normas para criação, implantação e gestão das UCs. Essa lei possibilitou o processo de padronização e organização das categorias de manejo das áreas naturais protegidas brasileiras. Atualmente o SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; o Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão central, com a finalidade de coordenar o Sistema; e o Instituto Chico Mendes (ICMbio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) (em caráter supletivo), os órgãos estaduais e municipais, órgão executores, com a função de implementar o Sistema Nacional de Unidades

de Conservação (SNUC) e subsidiar as propostas de criação e administração das unidades de conservação federais, estaduais e municipais (Redação dada pela Lei nº 11.516 de 2007) (BRASIL; MMA, 2011).

Desde então, a área abrangida por unidade de conservação tem aumentado, especialmente nos últimos anos. Segundo dados do Protected Planet (WDPA), que é a fonte mais atualizada e completa de informações sobre áreas protegidas, o Brasil tem 28,9% de suas terras protegidas (IUCN, 2016).

O número total de parques brasileiros é de 395, que abrangem uma área de 357.533km² (BRASIL, MMA, 2016). O quadro abaixo mostra o número atual de parques no Brasil e suas respectivas áreas nos três distintos níveis: Federal, Estadual e Municipal.

Quadro 1 - Número e área dos Parques brasileiros nas esferas Federal, Estadual e Municipal

Tipo/ Categoria	Esfera						Total	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
	Parque Nacional /Estadual /Municipal	73	262.965	205	94.177	117	391	395

Fonte: CNUC/MMA, 2016.

Segundo o Relatório sobre as Áreas Protegidas na América Latina e o Caribe (2011), houve nos últimos anos um aumento significativo de áreas protegidas terrestres e marinhas. No quadro 2, abaixo, é possível observar o aumento na proporção de áreas protegidas terrestres e marinhas na América Latina e o Caribe, ao longo de três décadas.

Quadro 2 - Proporção de áreas protegidas terrestres e marinhas na América Latina e Caribe.

Região	Proporção de áreas protegidas terrestres (% de superfície terrestre)			Proporção de áreas protegidas marinhas (% de mar territorial até 12 milhas náuticas)		
	Anos			Anos		
	1990	2000	2009	1990	2000	2009
América Latina e Caribe	10,5	16,1	20,8	2,3	9,0	9,8

Fonte: Word Database on Protected Areas, 2011.

É importante ressaltar que os dados disponíveis sobre as áreas marinhas são ainda bastante imprecisos, devido à falta de definição de áreas marinhas protegidas em muitos países latino americanos. No entanto, é possível observar que houve um aumento da superfície marinha protegida desde 1990, embora a proporção de áreas marinhas protegidas ainda seja muito inferior, e que venha crescendo em uma proporção menor que a de seus pares terrestres (UICN, 2011). Atualmente existem

14.688 Áreas Marinhas Protegidas (AMP) registradas na Base Mundial de Dados sobre Áreas Protegidas (WDPA), cobrindo 4,12% (14,9 milhões de km²) do oceano mundial e 10,2% de zonas marinhas e costeiras sob jurisdição nacional. Esse crescimento é localizado, e se concentra em países como, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha (UICN, 2016).

Segundo o Relatório do Centro de Monitoramento da Conservação (UNEP-WCMC, 2016), hoje há uma rede de áreas naturais protegidas em todo o mundo que cobrem 14,7% (19,8 milhões de km²) da superfície terrestre do planeta. A cobertura mais ampla alcançada a nível regional está localizada na América Latina e Caribe, onde 4,85 milhões de km² (24%) da terra está protegida. A metade, (2,47% milhões de km²) da terra protegida de toda a região está no Brasil, o que o torna o país com a maior rede nacional de áreas terrestres protegidas do mundo. A Venezuela, por exemplo, é um país que se destaca na América do Sul por ter 54% de sua área sob a proteção ambiental (UNEP-WCMC, 2016). A tabela 1, abaixo, mostra a cobertura de áreas naturais protegidas terrestres e marinhas por Regiões continentais, segundo a classificação da ONU.

Tabela 1 - Cobertura de Área Protegida Terrestre e Marinha por Regiões da ONU.

Regiões Continentais (ONU)	Nº de Países	Nº de Áreas Protegidas	Área Total Terrestre (milhões km ²)	Área Protegida Terrestre (milhões km ²)	Área Total Marinha (milhões km ²)	Área Protegida Marinha (milhões km ²)	Coertura Área Protegida Terrestre (%)	Coertura Área Protegida Marinha (%)
África	58	8.402	29.410 km ²	4.409 km ²	14.150 km ²	858 km ²	16.98%	3.89%
Ásia e Pacífico	56	31.276	31.130 km ²	4.711 km ²	61.037 km ²	11.074 km ²	17.48%	12.19%
Europa	62	145.818	27.811 km ²	3.154 km ²	17.542 km ²	1.208 km ²	18.77%	10.02%
América Latina e Caribe	52	7.856	20.541 km ²	4.778 km ²	22.902 km ²	3.086 km ²	22.34%	11.49%
América do Norte	3	41.719	19.445 km ²	2.244 km ²	14.301 km ²	3.576 km ²	8.73%	13.99%
Oeste da Ásia	12	350	3.533 km ²	131 km ²	1.443 km ²	12 km ²	6.48%	3.99%

Fonte: World Database on Protected Areas, 2016.

A expansão da cobertura e a quantidade de áreas protegidas são alguns dos grandes objetivos globais de conservação a serem atingidos até 2020. São as chamadas “Metas de Aichi”, da Convenção da Biodiversidade das Nações Unidas²⁰ que estabeleceu um acordo com todos os países para que preservem pelo menos 17% de suas terras e 10% de sua área costeiro-marinha em áreas protegidas bem manejadas, representando todas as formações naturais (UICN, 2014).

Muitas áreas naturais protegidas são compostas por parques ou por categorias similares que tem como foco o uso desses espaços para o turismo e recreação. O Brasil apresenta um vasto conjunto de áreas naturais com grande potencial para fortalecer o turismo, muitas delas protegidas em unidade de conservação. Diversos fatores indicam um crescimento significativo da visitação em áreas naturais, a partir de atividades de turismo que encontram na natureza sua principal motivação.

O segmento do turismo de natureza ou ecológico apresentou um crescimento expressivo nas últimas décadas (LUCHIARI, 2007). Na perspectiva de (BENI, 2000. p. 33) esse tipo de turismo pode ser definido como aquele onde ocorre o “deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Essa forma de turismo também alia o contato com a natureza e a prática de esportes. Nessa forma de turismo, ainda que haja uma preocupação em educar e conscientizar o visitante em relação ao ambiente, a forma como é praticado se caracteriza por uma maior flexibilização ou a inexistência de restrições rígidas e de limites à utilização do espaço visitado (BENI, 2000). Por outro lado, segundo o (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 17), o Ecoturismo é definido como,

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações.

²⁰ A Convenção sobre Diversidade Biológica é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente.

Desse modo, o turismo ecológico ou de natureza não deve ser confundido com o Ecoturismo, pois este último se caracteriza pelo deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado e controlados em parceria com associações locais e ONGs. Além disso, o Ecoturismo,

Pressupõe sempre a utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável dos seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável (BENI, 2000, p. 34).

Nesse sentido, o Ecoturismo está relacionado a uma forma de turismo de menor impacto sobre os ambientes naturais e sociais e apresenta uma preocupação com as populações locais para que se beneficiem da renda gerada pela atividade. De acordo com o exposto, (CORIOLANO, 2002, p. 51) afirma que o ecoturismo “é uma modalidade de turismo dirigida a grupos especiais, evitando grandes concentrações e, sobretudo, integrando o turismo como uma atividade econômico-social ao meio ambiente natural”.

Existe uma grande demanda pelo turismo de natureza praticado nas áreas litorâneas. O processo de urbanização turística da zona costeira brasileira vem se intensificando ao longo das últimas três décadas, reorganizando o espaço e causando diversas mudanças socioambientais. A zona costeira brasileira, banhada pelo Oceano Atlântico, cobre 7.367 km e abriga uma série de ecossistemas de grande interesse ambiental e turístico. Historicamente, a formação do Brasil se deu a partir de um processo de concentração das atividades econômicas, de pessoas e de infraestrutura urbana nas regiões litorâneas. Segundo o IBGE (2013), atualmente, metade da população brasileira reside numa faixa de até duzentos quilômetros do mar, impactando diretamente os ecossistemas litorâneos. Dentre as principais atividades econômicas praticadas no litoral está a pesca e o turismo.

No contexto desse referencial, é possível observar nas últimas décadas um processo de forte pressão imobiliária nas áreas litorâneas brasileiras (CRUZ, 2000; MACEDO, 2002; ABREU; VASCONCELOS, 2007; CORIOLANO, 2007; VASCONCELOS, 2008). O aumento populacional e de infraestrutura urbana no litoral brasileiro é consequência não só do crescimento e expansão das cidades, mas

principalmente é impulsionado pelo desenvolvimento do segmento turístico de sol e praia. Várias acepções têm sido utilizadas para o segmento de Sol e Praia, tais como Turismo de Sol e Mar, Turismo Litorâneo, Turismo de Praia, Turismo de Balneário, Turismo Costeiro, e inúmeros outros.

Para fins de formulação de políticas públicas, considera-se o segmento com a seguinte denominação oficial: “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 16). Esse segmento tem sido associado ao turismo de massa, por ser um resultado do barateamento das tarifas pela oferta/compra de pacotes “*all inclusive*” e, por consequência, concentrar um grande número de pessoas no mesmo período do ano e em um mesmo lugar, apresentando altas taxas de sazonalidade, atraindo mais pessoas nos meses de verão e em períodos de férias ou feriados prolongados.

A partir desse panorama, (SEABRA, 2005, p. 207) constata que,

(...) o turismo de massa, presente em muitas áreas do litoral, sem estudos prévios de capacidade de suporte, descaracteriza ambientes, seja do ponto de vista natural ou cultural, trazendo muitos problemas socioambientais para as áreas receptoras.

O modelo de “sol e mar” da atividade turística no Brasil vem sendo desenvolvido em muitos lugares sem planejamento prévio, e tem gerado diversos problemas nas destinações. Frequentemente, as destinações turísticas se encontram desestruturadas social e fisicamente para receber os fluxos turísticos a elas direcionados. Como consequência, não tem se empregado procedimentos de planejamento e gestão dessa demanda, de tal forma a minimizar os impactos negativos e de maximizar os impactos positivos.

O segmento de sol e praia aliado ao segmento do turismo de natureza movimentam muitos recursos mundialmente. Muitos locais como povoados, vilas, aldeias, embora localmente isolados se tornam conhecidos numa dimensão global devido aos meios de comunicação e a facilidade de mobilidade e acesso. Essa situação, que combina grande fluxo turístico com a presença de ecossistemas muito sensíveis às intervenções humanas, faz com que o turismo tenha alto potencial

impactante, tanto do ponto de vista sociocultural quanto ambiental na zona costeira brasileira.

A partir de uma abordagem crítica, (LUCHIARI, 2007), ao analisar a definição oficial de ecoturismo, chama a atenção para o fato da natureza e a cultura serem consideradas patrimônios orientados para o uso turístico. Dessa forma, o estímulo ao processo de patrimonialização da natureza e da cultura, acaba por atribuir a ambas um caráter de recurso econômico.

De acordo com essa perspectiva, é possível identificar uma tendência por parte de economistas e administradores em superestimar a atividade turística como um negócio gerador de emprego e renda. Muitas localidades são divulgadas devido ao seu potencial eco turístico, embora a atividade praticada não seja necessariamente caracterizada como tal. Esse é o caso do município de Itacaré, localizado no Sul da Bahia. O desenvolvimento turístico de Itacaré se deu através da apropriação de roteiros eco turísticos por outras modalidades de turismo, que exploravam os ambientes naturais sem nenhum respeito aos critérios da sustentabilidade do ecoturismo. A princípio, o turismo era visto como uma alternativa econômica a ser adotada de apoio ao desenvolvimento, com a possibilidade de trazer benefícios à comunidade local. Porém, a falta de um planejamento com base técnico-científica que integrasse os níveis socioambiental e cultural tem revelado as outras faces da atividade turística, como “o aumento da violência, a degradação ambiental, especulação imobiliária, ocupação desordenada do espaço urbano, etc.” (OLIVEIRA; MATA; QUEIROZ, 2007, p. 670).

Dessa forma, como afirma (LUCHIARI, 2007, p 36), o turismo de natureza enseja uma contradição no sentido de que,

(...) enquanto induz e conscientiza para a preservação e a conservação do nosso patrimônio natural, promove a ampliação de sua exploração e de seu consumo. As próprias formas que vão mediar a relação entre o turismo e o território configuram-se a partir de um arsenal de objetos técnicos (infraestrutura urbana e turística) que, no limite, colocam em risco a sustentabilidade de inúmeros ecossistemas.

Esse fato enseja certa contradição, uma vez que as áreas que deveriam ser mais conservadas são aquelas mais visadas para a exploração turística. Essa constatação nos coloca um problema que diz

respeito à gestão do território, “pois as mesmas áreas que devem ser preservadas e mantidas distantes da lógica do capital e da especulação imobiliária são as mais atrativas para receber os empreendimentos de padrão internacional” (SERRANO; LUCHIARI, 2005, p. 508). Nesse seguimento, (LUCHIARI, 2007, p. 27) ressalta que a patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural. De acordo com a autora, a patrimonialização da natureza “tem funcionado, contraditoriamente, como a catalisadora de interesses de apropriação e uso das paisagens naturais selecionadas como excepcionais e, por isso mesmo, atrativa para o olhar turístico”. Dessa forma,

Extensas áreas do território nacional foram sendo tomadas dessas populações, para transformarem-se em Unidades de Conservação e serem excluídas da dinâmica de mercado, elas foram reincorporadas ao mercado, por meio da apropriação e valorização dos empreendimentos turísticos (LUCHIARI, 2002, p. 33).

Seguindo essa lógica, uma questão surge em relação ao desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, que diz respeito à conciliação de interesses entre a população local, os empreendedores turísticos e os próprios turistas. Ou seja, qual a melhor forma de utilização e gestão dessas áreas de forma que concilie o bem-estar e qualidade de vida da população local, os interesses econômicos, e o uso fruído desse espaço com fins de lazer e recreação, respectivamente?

No caso de Bombinhas, Santa Catarina, a realidade local não difere do que acontece em outras áreas do litoral brasileiro. Lugares que apresentam atrativos turísticos naturais passam a incorporar a natureza como um produto a ser consumido. O processo de mercantilização da paisagem de Bombinhas foi analisado por (BARETTA, 2009, p. 35), que observou o fato de muitas imobiliárias divulgarem seus empreendimentos associados a elementos naturais, numa tentativa de vincular a compra do imóvel com a aquisição de um espaço próximo a natureza, “mesmo que o empreendimento não respeite a legislação ambiental e esteja construído em áreas de restinga, mangue ou outros lugares irregulares”.

Nessa perspectiva, o município de Bombinhas representa um caso emblemático no que diz respeito ao processo de crescente especulação imobiliária nas áreas litorâneas brasileiras. O mercado imobiliário aliado ao segmento turístico de sol e praia é comercializado de maneira conjunta com a paisagem e a beleza natural do lugar. Como podemos perceber,

Bombinhas consegue agregar qualidades e um potencial turístico que a coloca como um dos destinos turísticos mais procurados do litoral de Santa Catarina. Seus atrativos naturais são apontados pelos turistas como principal atrativo da cidade e conseqüente motivo que os levaram a conhecer o lugar. Suas praias de águas claras e tranquilas em torno da Mata Atlântica, suas trilhas e costões, fazem de Bombinhas um balneário turístico único.

Sendo assim, neste trabalho, partimos da hipótese de que o turismo vem impulsionando a criação de unidades de conservação no município de Bombinhas, como medida compensatória, pelos impactos socioambientais negativos causados pela intensificação na construção de infraestrutura turística. A criação dessas áreas naturais tem sido motivada muito mais por interesses econômicos mercadológicos do que pela conservação da biodiversidade e melhoria do bem-estar das populações locais. Essa afirmação se fundamenta no fato de que, no caso de Bombinhas, o ordenamento espacial do solo muitas vezes tem atendido às exigências de uma especulação imobiliária que investe em uma estrutura verticalizada, onde ocorre o aproveitamento máximo da área construída. Esse processo de turistificação do lugar vem se caracterizando como um dos principais responsáveis pelas transformações das paisagens, pela perda da qualidade ambiental e por formas de expropriação nos modos de vida da população local.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância da criação de unidades de conservação para proteção dos ecossistemas naturais, podemos observar a existência de outra lógica subjacente a esse processo, onde o que tem prevalecido é o interesse em vender a natureza, ou os atrativos naturais como uma mercadoria, um produto turístico, sem uma preocupação mais ampla com os aspectos socioambientais do lugar.

Por outro lado, em muitos casos, a criação de parques naturais não tem garantido sua efetiva proteção, pois como vem sendo demonstrado a partir de alguns estudos, a maior parte dessas unidades de conservação podem ser consideradas como “Parques de Papel” (MORSELLO, 2001; GANEN; 2011). De acordo com (BRITO, 2000, p. 16) muitas das unidades de conservação brasileiras são consideradas “ficções jurídicas”, pois nunca saíram do papel. Além disso, a autora ressalta que,

(...) a forma de gestão das unidades brasileiras não garantiu representatividade equitativa aos biomas nacionais, não favoreceu a administração da diversidade presente nas unidades criadas, ao

mesmo tempo que também não permitiu a participação e não buscou o envolvimento dos atores sociais envolvidos.

Na concepção de (BENSUSAN, 2006, p. 50), os chamados “parques de papel” estão relacionados ao fato histórico da escassez de recursos para implementação das unidades de conservação no Brasil. Desse modo, a autora ressalta que esse fenômeno apresenta um aspecto negativo no processo de criação das áreas protegidas, pelo fato de que,

(...) os “parques de papel” entram nas contagens oficiais de áreas protegidas e apesar de, como já foi visto, colaborarem na diminuição das taxas de desmatamento, não podem ser computados como áreas onde se tem uma efetiva conservação da biodiversidade, mas, em geral, são contados como tal. O resultado é que tais unidades de conservação contribuem para diminuir o apelo para criação de novas áreas, mesmo não cumprindo seus objetivos de conservação.

Na concepção de (CAMPOS; CASTRO, 2006, p. 134),

(...) o atual sistema de Unidades de Conservação no Brasil foi uma grande conquista, embora ainda apresente um alicerce frágil para suportar as pressões sobre a nossa biodiversidade, pois que as UCs estão em geral mal manejadas, carecem de pessoal e não raro, não cumprem os objetivos para as quais foram estabelecidas, além do fato de que a fiscalização é insuficiente ainda ou passível de conflitos que se perdem nos largos caminhos jurídicos.

Somado a esses problemas está a questão da inexistência do plano de manejo da grande maioria das unidades de conservação brasileiras. Nesse caso, (BENSUSAN, 2006) destaca a dificuldade no processo de implementação e gestão quando da criação de uma unidade de conservação, de modo que essa dificuldade se reflete na alocação dos recursos públicos, que são mais fáceis de conseguir para o estabelecimento de novas áreas do que para sua implementação e manejo. Nesse sentido, a questão dos procedimentos de manejo a serem adotados para assegurar a manutenção dos processos biológicos dessas áreas

protegidas demanda decisões difíceis, que vão desde o manejo de populações animais ou vegetais até as relações da unidade com as comunidades do entorno.

Nesse caso, podemos dizer que aquelas unidades de conservação que já apresentam plano de manejo definido se baseiam, em sua grande maioria, em uma concepção ecológica técnica científica, preterindo o conhecimento profundo que as populações locais detêm sobre esses ecossistemas (DIEGUES, 2007; REIS, 2015).

Nesse contexto, (PÁDUA, 2002) faz uma crítica em relação à forma como estão sendo criadas algumas unidades de conservação no Brasil em todos os níveis de governo. A autora assinala que muitas unidades vêm sendo criadas sem base técnica e a partir de interesses políticos locais, ou apenas interesses pessoais de representantes políticos. Sendo assim, essas práticas têm levado a inauguração de unidades de conservação sem estudos prévios, sem planejamento, sem consulta pública, sem recursos e menos ainda para implantação e manejo dessas áreas (PÁDUA, 1997).

Por essas razões, é preciso analisar como estão sendo criadas as unidades de conservação no Brasil, ou seja, se essas áreas estão cumprindo com os objetivos a que se propõe que são, a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, e se estas tem participado do processo de implementação e gestão desses espaços protegidos. As áreas naturais protegidas se constituem em lugares privilegiados para prática do turismo, recreação e educação ambiental. É importante considerar, no entanto, que em muitas dessas áreas que hoje são valorizadas para o segmento do turismo de natureza, vivem algumas comunidades locais que estabelecem uma relação diferenciada com seu meio natural. Trata-se de uma relação diferente daquela que as populações urbanas estabelecem com a natureza, pois, algumas dessas comunidades locais têm seu modo de vida ligado às atividades produtivas que exercem, seja a pesca, a agricultura, o extrativismo, etc. Assim, é relevante reconhecer o valor do conhecimento tradicional dessas comunidades locais, pois, muitas vezes, elas conhecem a dinâmica dos ecossistemas e das espécies presentes na região.

Aliados ao reconhecimento do direito de manter seu modo de vida e transmitir seu conhecimento local às próximas gerações, essas comunidades devem ser respeitadas e integradas às políticas de conservação e desenvolvimento dentro de áreas protegidas.

Recentemente, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Turismo, o ICMBio e a Embratur assinaram um acordo de cooperação para desenvolver o turismo ecológico em unidades de conservação (UCs)

federais. Sendo assim, se a política ambiental brasileira tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio do turismo ecológico nas unidades e seus arredores, essa medida governamental deve estar efetivamente fundamentada na garantia da inclusão social com a participação das comunidades situadas nas áreas de influência.

Portanto, a conservação da natureza e a criação de áreas protegidas não devem estar desvinculadas da preocupação com a justa distribuição dos benefícios econômicos e socioambientais que essas áreas podem proporcionar para as populações locais, que, por sua vez, são diretamente afetadas por novas configurações territoriais e uso desses espaços protegidos. A gestão das unidades de conservação se apresenta como um grande desafio que pode ser superado com políticas públicas voltadas para participação social através do fortalecimento dos conselhos consultivos e conselhos gestores das UCs. O envolvimento e a participação da população local na gestão e manejo dessas áreas se apresentam como fatores positivos para o êxito da unidade de conservação, no sentido de atingir seu objetivo de proteção da biodiversidade e bem-estar socioambiental.

Nesse trabalho, defendemos a ideia de que é possível conciliar os objetivos do turismo com a conservação, através de uma gestão compartilhada entre o poder público e a população local, com uma gestão do território com responsabilidade compartilhada, ou seja, onde exista uma efetiva cogestão, na qual a tomada de decisões seja acordada através de espaços formais de participação, com os comitês de gestão ocupados por pessoas locais.

2.2 CULTURA MATERIAL/IMATERIAL E MODO DE VIDA RELACIONADO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Nesse subitem abordamos algumas características do modo de vida dos pescadores artesanais e sua relação com o meio natural. Entendemos que é através dessa inter-relação que são produzidos os conhecimentos tradicionais. Para o presente trabalho adotamos a perspectiva de (DIEGUES, 1999, p. 30), que define o conhecimento tradicional “como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. Além disso, reforçamos a importância do conhecimento e manejo da biodiversidade pelas populações locais e a relevância em incorporá-las no processo de criação de políticas públicas relacionadas à conservação ambiental. Neste

trabalho concebemos o modo de vida como uma interface entre as práticas sociais de grupos humanos e suas condições materiais.

Essa discussão também se insere na temática sobre a valorização do patrimônio histórico-cultural e ambiental de determinados grupos sociais enquanto um bem de ordem material e imaterial. A questão do direito cultural enquanto um direito humano é reconhecido internacionalmente, desde 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nos últimos anos, os órgãos de direitos humanos têm voltado sua atenção para a necessidade de uma conceituação adequada dos direitos culturais no quadro dos direitos humanos (COURTIS, 2015).

No que se refere ao modo de vida ligado à pesca e a relação do ser humano com o mar, podemos dizer que os pescadores apresentam uma relação muito peculiar com o meio marítimo. Segundo (DIEGUES, 1995, p. 5), “essas populações humanas tem uma percepção complexa sobre o meio marinho e seus fenômenos naturais. Sendo assim, a inter-relação entre o homem e o mar se dá através de suas atividades cotidianas, de seu saber empírico sobre os fenômenos físicos e biológicos. Além disso, o pescador se apropria do território marítimo a partir de representações simbólicas e pelo imaginário dos povos do mar (DIEGUES, 1995). A pesca é caracterizada como uma atividade imprevisível, tanto no que se refere à disponibilidade de recursos pesqueiros, quanto à questão da imponderabilidade que marca o processo produtivo. Desse modo, podemos dizer que a produção de conhecimento sobre o meio marítimo acontece através de uma prática. Por ser essa prática antiga, de maneira a ser reproduzida e transmitida de forma geracional, carrega consigo a marca da tradição e da identidade e cultura pesqueira.

Nessa perspectiva, consideramos as comunidades marítimas como portadoras de um tipo de conhecimento reconhecido como um patrimônio cultural. A maneira como a pesca artesanal é realizada em algumas localidades do litoral de Santa Catarina, por exemplo, se caracteriza por técnicas indígenas que foram adotadas pelos colonos açorianos quando chegaram ao Brasil nos séculos XVIII e XIX (CARUSO; CARUSO 1996; CORTE REAL; PONTICELLI; 2008; BRENUVIDA, 2015). O saber-fazer indígena foi incorporado, de maneira complementar, aos conhecimentos que os açorianos possuíam sobre a pesca. Os descendentes dos colonos açorianos que habitam algumas localidades do litoral Sul do Brasil, ainda praticam a pesca de maneira tradicional, ou seja, a tradição está intimamente ligada a essa longa continuidade temporal da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1995).

Para falar sobre o modo de vida de pescadores artesanais, e de aspectos que fazem parte de sua cultura material e imaterial, é preciso definir alguns conceitos relacionados a essa temática.

O conceito de cultura, por exemplo, é primordial para entendermos, a partir de um olhar antropológico, a forma como determinados grupos sociais se organizam e se reproduzem. Para (HERSKOVITS, 1963, p. 47) a cultura é definida, de maneira breve, como “o modo de vida de um povo”. Ou ainda, “a cultura é a parte do ambiente feita pelo homem. Nela está implícito o reconhecimento de que a vida do homem transcorre em dois cenários, o habitat natural e o seu ambiente social (HERSKOVITS, 1963, p. 33). De maneira geral, podemos dizer que a cultura é uma propriedade humana que está fundamentada em uma dimensão simbólica e material, e envolve conteúdos diversos que são transmitidos de forma cumulativa através das interações humanas no interior de um grupo social. Desse modo, a cultura envolve tanto o plano das ideias, da subjetividade humana, como também é considerada um dado objetivo, consistindo num conjunto de artefatos humanos e em comportamentos e costumes diretamente observáveis, que se encontram associados a esses artefatos.

A categoria de patrimônio cultural é entendida aqui como possuidora de uma dimensão material e uma dimensão imaterial. Essas duas dimensões estão intimamente conectadas, já que não é possível conceber o patrimônio cultural material sem o significado que lhe é atribuído, assim como não é possível compreender o patrimônio cultural imaterial sem fazer referência à, pelo menos, um suporte material.

A preocupação com a preservação do Patrimônio cultural no Brasil surge oficialmente a partir do ano de 1930 (VIANNA, 2016). No entanto, nesse momento, o patrimônio nacional era contemplado exclusivamente pelo seu caráter material. A partir da década de 1980, a concepção sobre patrimônio torna-se mais ampla, contemplando uma dimensão antropológica. O marco legal para a política de patrimônio cultural imaterial no Brasil é a Constituição de 1988. No *caput* do artigo 216, o conceito de Patrimônio Cultural aparece estabelecido nas dimensões material e imaterial, sendo descrito da seguinte forma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988. Artigo 26).

Dessa maneira, o conceito abarca tanto os sítios arqueológicos, obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas – bens de natureza material -, quanto celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral – manifestações de natureza imaterial (VIANNA, 2016).

A classificação do patrimônio brasileiro está dividida em duas categorias: material e imaterial. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens classificados de acordo com sua natureza e registrados em quatro Livros Tombo: Arqueológico paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro: o Livro dos Saberes; o Livro das Celebrações; o Livro das Formas e Expressão; e o Livro dos Lugares (TRAZZI, 2008).

O Patrimônio Imaterial é um conceito adotado em muitos países e fóruns internacionais como complementar ao conceito de patrimônio material na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda dos patrimônios culturais. Usa-se também patrimônio intangível como termo sinônimo para designar as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações (VIANNA, 2016).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece que o patrimônio cultural imaterial é particularmente vulnerável por estar em constante mutação e multiplicação de seus portadores, e por essa razão, adotou no ano de 2003 a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Desse modo, segundo a definição da UNESCO, o Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível “compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos ou indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes” (UNESCO, 2018).

Desde a década de 1970 houve um interesse por parte de alguns países na proteção de seu patrimônio imaterial com foco na salvaguarda de seus conhecimentos tradicionais. Países com populações indígenas, como os da América do Sul, por exemplo, fizeram pressão para que os órgãos internacionais reconhecessem a importância atribuída aos detentores do patrimônio cultural imaterial. Nessa perspectiva, a Bolívia apresentou na UNESCO, no ano de 1973, um protocolo que tinha como objetivo proteger o folclore. Tal documento deveria ser adicionado à

Convenção Universal de Direito Autoral (*The Universal Copyright Convention*) (TEDESCHI, 2009).

Sobre esse aspecto, podemos destacar também o incentivo dado pela Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, adotada em 1992, propondo o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial e recomendando, no artigo 8º, que os Estados Parte devem,

Respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que envolvam estilos tradicionais de vida relevantes para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e promover a sua aplicação mais ampla, com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas e, encorajar para que os benefícios derivados da utilização desse conhecimento, inovações e práticas sejam equitativamente partilhados (UN, 1992).

Sendo assim, o reconhecimento do valor do patrimônio cultural imaterial para a identidade de determinados grupos sociais, assim como para manutenção de seus modos de vida, aponta para promoção da diversidade cultural em âmbito mundial.

No Brasil, o Plano de Salvaguarda de um bem cultural de natureza imaterial consiste em um instrumento de apoio e fomento de fatos culturais aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem referências de identidade para os grupos sociais envolvidos, que são registrados como Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme o estabelecido no Decreto nº 3.551²¹, de 4 de agosto de 2000 (IPHAN, 2018).

Segundo o IPHAN, Resolução 001 de 03 de agosto de 2006, o Patrimônio Cultural Imaterial,

(...) consiste nas criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural; ora, nesse contexto, entende-se tradição no sentido de dizer através dos tempos, significando práticas produtivas, rituais e

²¹Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo-se para o grupo em questão um vínculo do presente com o passado (IPHAN, 2006, p. 1)

A Resolução 001 de 03 de agosto de 2006 (IPHAN) demonstra, ainda, a importância do patrimônio imaterial e o relaciona com a questão da construção da identidade de determinados grupos sociais. Fundamentado no cotidiano das comunidades e vinculado aos seus territórios e as suas condições de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos formadores de sua identidade (IPHAN, 2006)

Sendo assim, a garantia e reprodução desses bens culturais dependem, entre outras coisas, do acesso ao território e dos recursos naturais presentes nele. Em outras palavras, o território se apresenta como espaço fundamental à reprodução da existência e manutenção da identidade relacionada à pesca. Como dito anteriormente, a pesca não representa apenas uma atividade econômica, embora os recursos advindos da sua prática tenham importância tanto no sentido de ajudar no sustento familiar, quanto na questão de ser um ofício que confere identidade cultural àquele a quem a exerce. O saber local relacionado à pesca artesanal se apresenta como um patrimônio sociocultural das comunidades marítimas, que se manifestam como expressão simbólica e material desses grupos sociais. Para alguns, o ofício de pescador é considerado uma arte, pelo fato desse trabalhador dominar certas técnicas e saberes de ampla complexidade, como, por exemplo, os ciclos da natureza. Além disso, a arte de pescar e fazer seus petrechos e técnicas de pesca também são elementos fundamentais e significativos para o modo de vida do pescador.

Em vista do exposto, (CASTRO,2001, p. 165) assinala que todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. Sendo assim, o trabalho recria continuamente essas relações, reúne aspectos visíveis e invisíveis e se caracteriza por ser algo que ultrapassa uma realidade simplesmente econômica. Desse modo,

A organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal,

responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco.

Dessa maneira, a adaptação das comunidades marítimas ao meio ecológico realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Segundo a autora, os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural que elas detêm (CASTRO, 2001).

O conhecimento das comunidades marítimas sobre seu meio natural passa a ser cada vez mais reconhecido e valorizado pela ciência biológica que estuda as práticas de manejo visando a proteção e manutenção da biodiversidade. Nessa visão, RAMIRES (2007) chama a atenção para importância dos estudos etnoecológicos que valorizam o conhecimento ecológico local. O Conhecimento Ecológico Local (CEL) é um conjunto de crenças e conhecimento acumulados a respeito do ambiente, passado culturalmente através de gerações (BERKES; FOLKES, 2000). De maneira complementar ao conhecimento científico, o conhecimento ecológico local se apresenta como um saber relevante para desenvolver estratégias de conservação e manejo pesqueiro (MORAES, 2012). Assim, acredita-se que os conhecimentos produzidos por essas populações a respeito do uso do ambiente podem contribuir, aliado a outras formas de conhecimento, para a preservação ambiental das regiões ocupadas por elas.

A relação entre o território e o direito ao seu uso se insere na perspectiva de (CASTRO; 2001) que põe em questão, ao mesmo tempo, a defesa da natureza, sua diversidade biológica e a proteção das culturas e dos saberes herdados do passado como patrimônio acumulado por gerações, argumentando que o direito deve integrar essa dupla perspectiva, social e ambiental. (CASTRO, 2001, p. 173) complementa, “é impossível proteger a diversidade biológica sem proteger, concomitantemente, a sociodiversidade que a produz e conserva”.

O Brasil é um país rico em diversidade cultural e se caracteriza por suas interações étnicas e pelo intenso processo de miscigenação desde o período colonial. As influências culturais dos povos indígenas, africanos e portugueses, e suas inúmeras combinações e reconfigurações, resultaram em uma cultura brasileira própria e diversa que geraram modos de vida muito particulares. Conforme Darcy Ribeiro (1995, p. 21), além da confluência de variadas matrizes formadoras, outras três forças atuaram na diversificação da formação sociocultural brasileira. Essas três forças são as seguintes,

(...) a ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses.

A sociodiversidade é reconhecida pela Constituição de 1988 ao considerar a composição culturalmente heterogênea da sociedade brasileira. Dessa forma, as citações do texto constitucional aos pescadores artesanais (Art. 195, parágrafo 8º e Art. 201, parágrafo 7º, II), reiteram o reconhecimento exposto pelo direito sobre a diversidade das formas de se viver existentes no território nacional.

Dentro dessas diferentes formas de se viver da cultura brasileira, existem aquelas representadas por comunidades pesqueiras que apresentam um modo de vida construído a partir da atividade produtiva que exercem. O modo de vida dessas populações está relacionado com certas práticas culturais cotidianas que são reproduzidas ao longo do tempo e que se assentam tanto no plano das ideias quanto no plano da materialidade. Essas práticas culturais são transmitidas através de saberes práticos e orais e vão assumindo formas próprias através das relações humanas e dos humanos com o ambiente. É justamente na forma como se configuram essas práticas culturais de maneiras tão diversas de atuação e interação, que residem suas singularidades, o que por sua vez, representam sua maior riqueza. A sociodiversidade se insere nessa perspectiva da heterogeneidade nas formas de organização dos grupos humanos na sociedade, sendo que no Brasil existem muitas populações que apresentam um estilo de vida com características que as diferenciam das populações típicas dos meios urbanos maiores e mais industrializados.

Por outro lado, a ideia sobre modos de vida envolve um caráter dinâmico, de mudanças estruturais e funcionais, assim como a própria concepção de cultura, já que esse conceito é definido também como a forma que os grupos sociais se organizam para viver.

Nesse sentido, podemos observar que nos últimos anos, houve um processo de turistificação de lugares onde vivem esses grupos sociais diferenciados. Muitos desses lugares se tornam turísticos justamente por serem ambientes que apresentam um alto nível de preservação e por isso atraem muitos visitantes em busca do turismo de natureza. A partir daí, o

modo de vida dessas comunidades locais sofrem modificações, pois, cada vez mais a atividade turística passa a ser a principal fonte de renda do lugar, enfraquecendo, ou mesmo substituindo, aquelas atividades econômicas tradicionais. Acontece, assim, a especulação imobiliária e o turismo traz como consequência, em muitos casos, a expulsão das comunidades pesqueiras dos seus territórios ou o impedimento do acesso a partir da privatização das terras.

A partir do exposto, entendemos que o processo de perda ou redução das tradições culturais afeta negativamente a conservação dos ecossistemas naturais costeiros. Em concordância com o exposto acima, (DIEGUES, 1995, p. 242) afirma que,

(...) a crescente desorganização das comunidades humanas costeiras e de sua cultura tradicional, tem caminhado junto com uma crescente destruição de importantes ecossistemas naturais tais como mangues, praias, recifes de corais, etc. por grandes interesses econômicos.

Neste aspecto, compreendemos que as políticas de proteção ambiental devem estar fundamentadas em estratégias de manutenção das culturas locais e modos de vida das populações litorâneas, pois, a destruição do hábitat natural dessas comunidades pode vir a comprometer seu próprio sistema cultural, e vice e versa. Um, sem o outro, torna-se insustentável.

Os objetos e práticas (que se manifestam através das dimensões materiais e imateriais) expressam valores importantes à comunidade que as cultivam, e esses valores são essenciais para manter a coesão da comunidade e perpetuar sua identidade no tempo. Esses objetos e práticas que constituem um modo de vida podem ser considerados bens culturais caros a esses grupos, pois carregam consigo a expressão de identidade e de valor.

Desse modo, podemos observar, de uma maneira geral, um enfraquecimento da pesca artesanal no país como consequência de problemas advindos da especulação imobiliária, turismo, pesca industrial, entre outros. Os autores (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011) abordam as transformações das estratégias de reprodução das famílias pescadoras de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina, que incorporam atividades extra pesca em setores de serviços e industriais ligados ao turismo como forma de compensar a queda na renda familiar proveniente da pesca. Essa compensação econômica se configura em uma estratégia para a

reprodução social das famílias de pescadores artesanais, fenômeno também conhecido como “pluriatividade”.

Podemos ressaltar, ainda, a importância do poder público para criar políticas públicas a fim de salvaguardar o território marítimo pesqueiro das famílias de pescadores artesanais, garantindo que essa atividade econômica seja desenvolvida junto com o turismo, de forma que este último seja realizado de maneira planejada e responsável. Essas políticas públicas devem criar estratégias para que a atividade da pesca seja conciliada com a atividade turística, de modo que essas atividades econômicas locais se potencializem mutuamente. A pesca se beneficia do turismo através da maior facilidade para comercializar o pescado, onde a venda é feita de forma direta para o consumidor (restaurantes, pousadas, turistas); já o turismo se beneficia da pesca através da provisão de alimentos frescos, e por ser uma atividade socioeconômica que confere identidade ao lugar turístico, o que o torna atrativo pelas suas singularidades naturais e socioculturais.

2.3 A QUESTÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Falar sobre o conceito de Sociobiodiversidade, um termo que pode ser considerado ainda em construção, e por isso mesmo ainda não aparece de forma recorrente nos estudos relacionados às políticas de conservação ambiental, se apresenta como uma tarefa difícil na escrita desta tese. De uma maneira geral, podemos dizer que o conceito de Biodiversidade²² já está mais difundido na sociedade ocidental, principalmente através das mídias que alertam sobre a importância da conservação da riqueza de espécies que compõem um ecossistema. Já o conceito de Sociodiversidade²³ vem sendo mais discutido desde o final do século XX e mais intensamente no começo do século XXI. Para tratar sobre o tema da Sociobiodiversidade é necessário fazer uma reconstituição histórica sobre a emergência dos respectivos conceitos a fim de se analisar as repercussões sociopolíticas, econômicas, culturais e ambientais que resultam de sua concepção.

²²A variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas” (Convenção sobre a Diversidade Biológica/Artigo 2).

²³Está relacionada à existência de diferentes grupos humanos com padrões próprios de organização social, com modelos diferentes de autoridade política, de acesso a terra, de padrão habitacional, de hierarquias de valores ou prestígio e etc.

Nesse subitem também realizamos uma discussão sobre a relação indissociável entre a biodiversidade e a sociodiversidade. O enfoque se dá em torno do fato da biodiversidade ser mais evidenciada no discurso ambientalista e por isso agregar uma valoração superior à sociodiversidade. Argumenta-se se essa assimetria no tratamento e concepção da importância dada à biodiversidade está associada a pouca visibilidade junto às populações ditas tradicionais ou comunidades locais e seus modos de vida nas áreas que se tornam unidades de conservação. Por conseguinte, propomos que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades locais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local. Sendo assim, partimos da ideia que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural (DIEGUES, 2005). Ou seja, a forma e o grau da diversidade biológica da maioria dos ambientes terrestres e costeiros, resultam da combinação de processos cíclicos ecológicos e climáticos e da ação humana passada.

O conceito de Biodiversidade remonta ao século XIX, com a Biogeografia, ciência desenvolvida nesse período e que procurava descrever a distribuição geográfica das espécies e caracterizar as espécies que existiam em cada tipo de ambiente natural e em cada região. A contração da expressão ‘diversidade biológica’ originou o termo biodiversidade.

Já no século XX, em 1985, o conceito de biodiversidade foi idealizado por WALTER G. ROSEN do National Research Council/National Academy of Sciences (NRC/NAS), enquanto planejava a realização de um fórum sobre diversidade biológica. O evento foi realizado nos Estados Unidos, em 1986, com o nome de National Forum on Bio Diversity (Fórum Nacional sobre Bio Diversidade). Mas foi somente em 1988 que a palavra Biodiversidade aparece publicada no livro organizado pelo biólogo Edward O. Wilson, que trazia o resultado do National Forum on Bio Diversity (FRANCO, 2013).

Na década de 1980 a preocupação com a extinção de algumas espécies da fauna e da flora, como consequência do impacto das ações antrópicas sobre os sistemas biológicos, levou alguns cientistas e ativistas a se engajarem em estudos/pesquisas e na conservação da diversidade biológica do planeta. Alguns autores enfatizam que a questão da biodiversidade está vinculada a preocupação com o desmatamento dos

ambientes naturais nos países tropicais, que concentram grande variedade de espécies (SOULÉ; WILCOX, 1980).

Podemos observar também que, se inicialmente a ideia de preservação estava direcionada aos espaços de beleza cênica, presente na concepção de conservação de áreas naturais surgidas no século XIX, no século seguinte, passa-se a incorporar uma dimensão relacionada à importância da conservação da biodiversidade, entendida como a manutenção da diversidade de espécies e os ambientes que lhe servem de suporte.

O Brasil é considerado um dos países com maior megadiversidade²⁴ do planeta, abrangendo a maior diversidade biológica continental. São 55 mil espécies vegetais ou 22% do total do planeta, 524 mamíferos (dos quais 131 endêmicos), 517 anfíbios (294 endêmicos), 1.622 aves (191 endêmicas) e 468 répteis (127 endêmicos), além de 3 mil espécies de peixes de água doce (BRASIL, MMA, 1998, p. 13). Nesse sentido, (GANEM, 2011, p.7) descreve que,

(...) Nosso território abriga entre 15% e 20% de toda biodiversidade do planeta e o maior número de espécies endêmicas, a maior floresta tropical (a Amazônia) e dois dos dezanove *hotspots*²⁵ mundiais (a Mata Atlântica e o Cerrado). A riqueza biológica nacional manifesta-se também na diversidade de ecossistemas: são seis biomas continentais – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa -, que abrangem 10

²⁴ O conceito “país de Megadiversidade” refere-se ao termo usado pela *Conservation International do Brasil* (CI), uma organização não governamental, para designar os países mais ricos em biodiversidade do mundo. O critério principal para tal classificação é o número de plantas endêmicas (aquelas que só existem no país e em nenhum outro lugar). Outros critérios se referem ao número de espécies em geral e ao número total de mamíferos, pássaros, répteis e anfíbios. O conceito foi criado pelo presidente da CI, Russel Mittermeier, quando realizava pesquisa de campo sobre primatas. Nesse período ele observou que 75% das espécies desse animal se concentravam em 4 países. Assim ele concluiu que da mesma forma que existem o grupo dos países que concentram a riqueza econômica do planeta, existem aqueles países que concentram a riqueza da biodiversidade. Os 17 países megadiversos, segundo a classificação de Mittermeier, são: Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Equador, Peru, Estados Unidos, África do Sul, Madagascar, República Democrática do Congo, Indonésia, China, Papua Nova Guiné, Índia, Malásia, Filipinas e Austrália (*Conservation International do Brasil*, 2006, p.1).

²⁵ Biomas que conjugam alto índice de espécies endêmicas com alto grau de ameaça pela atividade humana.

regiões fitoecológicas e 31 formações vegetais, entre florestas, savanas e estepes. Somam-se ainda as áreas de formações pioneiras, de influência marinha, fluvial e lacustre, como restingas e mangues, importantes berçários naturais, e, também, as de tensão ecológica, isto é, de contato entre diferentes regiões ecológicas. Além disso, há que se considerar os ambientes marinhos existentes a partir dos 7.367 km de costa litorânea.

Além das riquezas naturais, o Brasil também pode ser considerado um país detentor de grande riqueza sociocultural, como já exposto acima. Sua formação social e histórica é caracterizada pela diversidade étnica, resultante da miscigenação de índios, brancos e negros, o que culminou em uma cultura diversa e híbrida. Existem no Brasil grupos humanos que podem ser considerados socialmente diferenciados pelo fato de desenvolverem modos de vida próprios. Geralmente, são populações locais que residem em áreas naturais com grande biodiversidade, que vivem há gerações nesses lugares e estabelecem uma relação de simbiose com o seu meio.

A conservação da biodiversidade se refere ao conjunto de práticas destinadas à proteção da diversidade biológica. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 2000, define conservação como: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

A conservação da biodiversidade envolve inúmeros benefícios para a humanidade. Ela é fonte tanto de serviços ecossistêmicos, como a conservação da água, a manutenção do clima, a fixação do carbono, a conservação do solo, o controle de predadores, a polinização de plantas e a dispersão de sementes. Os ecossistemas tropicais, particularmente, são importantes mediadores e mantenedores dos fatores climáticos globais. Por outro lado, a biodiversidade também diz respeito aos recursos naturais, que são utilizados para uma infinidade de atividades humanas. Nesse sentido, ela é fonte de energia e matéria-prima para produção industrial. Outro aspecto relacionado à biodiversidade é que ela representa um componente importante da identidade cultural de

populações locais, e pode ser considerada a base do ecoturismo e do turismo rural (GANEM, 2012).

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992)²⁶ é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) e é considerado um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção define a biodiversidade como “o conjunto composto pela diversidade genética ou intraespecíficas, a diversidade de organismos ou entre espécies e a diversidade ecológica ou entre comunidades” (CDB, 2006, p. 15). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Convenção está estruturada sobre três bases principais – a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos. Dessa forma, a Convenção abarca tudo o que se refere direta ou indiretamente à biodiversidade, funcionando, assim, como uma espécie de arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como por exemplo, as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade (MMA, 2017).

O tema da biodiversidade foi bastante discutido durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), foi aprovada na Eco-92 e trouxe inovações no que se refere à gestão dos recursos biológicos, ao acesso a esses recursos, e o conhecimento tradicional a eles associado. As questões mais enfocadas foram o aumento do desmatamento das florestas tropicais e à crescente valorização dos recursos biológicos pelo desenvolvimento da biotecnologia.

Nessa perspectiva, como afirma (DIEGUES, 2000), a conservação é um termo relativamente recente e geralmente está associado aos aspectos técnicos e científicos do meio natural, sem discutir de maneira mais ampla com os estudos das relações entre seres humanos e a natureza. É sabido, no entanto, que o modo de vida da sociedade capitalista ocidental, baseada em um modelo de desenvolvimento econômico de forte apelo ao consumo, e movida principalmente por uma matriz energética de combustíveis fósseis, é responsável pela maior parte da

²⁶Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Disponível em <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb>>. Acesso em

perda da biodiversidade. Nesse sentido, o mesmo autor, em 2005, aponta que, nos documentos mais recentes da UICN, como o (*FROM STRATEGY TO ACTION*, 1988, p. 33), aparece uma primeira vinculação entre a manutenção da diversidade biológica e a diversidade cultural. Segundo esse documento, “a destruição da vida selvagem e florestas hoje tem relativamente pouco a ver com as espécies em si, mas é decorrência das relações entre a população e a natureza e das relações entre as pessoas”. O documento em questão ressalta a importância do conhecimento das populações locais para assegurar a diversidade biológica.

O predomínio de um enfoque biofísico no que se referem às políticas ambientais de conservação nos faz refletir sobre o fato da biodiversidade contemplar os recursos naturais em si, e por isso mesmo, serem mercadorias nas sociedades modernas. Por esse motivo a biodiversidade acaba representando uma valoração superior em relação à sociodiversidade, no que diz respeito à intervenção ambiental que ainda se baseia fundamentalmente num enfoque biofísico relegando o social ao segundo plano (ESCALERA, 2008; BALLESTEROS, 2011). Acontece que, geralmente, as áreas com maior biodiversidade são aquelas onde há a presença da ação manejadora ligada ao modo de vida de comunidades locais, que ali vivem por muitas gerações, e que são responsáveis pela qualidade dos habitats transformados em áreas protegidas.

Já o termo sociobiodiversidade se refere ao reconhecimento tanto por parte do Estado como pela sociedade, acerca do caráter pluricultural e multiétnico da composição da população brasileira. Segundo (FERREIRA, 2012, p. 153), com o surgimento do direito ambiental,

A questão da sociodiversidade, atrelada ao aspecto cultural, passa a adquirir novos contornos ensejando uma proteção jurídica que reconhece não só o direito da minoria étnica e culturalmente diferenciada, mas também a necessidade de se proteger a diversidade cultural frente ao direito de toda a sociedade em poder conviver e desfrutar da interação e variedade das formas de se viver.

Sendo assim, a perspectiva acima está retratada no Art. 215 da Constituição de 1988 que determina ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A sociodiversidade também tem sido usada mais recentemente no Brasil para expressar a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos tradicionais, comunidades locais e de agricultores familiares (SCARIOT, 2011). O reconhecimento por parte do poder público da diversidade de grupos sociais diferenciados em seus modos de vida levou a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais através do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. A partir daí, foi desenvolvido o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que tem como objetivo desenvolver ações integradas para promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (MMA, 2018).

Desse modo, podemos compreender a sociodiversidade como uma forma de riqueza imaterial, pois ela está relacionada com a variedade étnica e cultural brasileira.

O fato de a dimensão sociocultural ser relegada ao plano econômico é descrita por (PÁDUA, 2004, p. 17) ao analisar o modelo histórico de ocupação do território brasileiro e suas implicações socioecológicas. Segundo o autor,

A natureza e as populações tradicionais das diferentes regiões brasileiras são recorrentemente agredidas pela introdução de atividades econômicas de conteúdo homogeneizador. As sociedades locais são desprezadas em favor do lucro de agentes econômicos externos, que maquam seu auto interesse com o discurso abstrato do progresso e do desenvolvimento.

A história do Brasil, desde o processo de colonização, foi marcada por ciclos econômicos que tinham como característica comum a exploração intensiva dos recursos naturais aqui existentes, seja através da extração da madeira, seja pelo desenvolvimento das monoculturas da cana-de-açúcar, café e mais recentemente da soja.

As políticas públicas brasileiras no âmbito da conservação, desde o período colonial até os planos econômicos desenvolvimentistas, privilegiaram o extrativismo predatório, onde eram consideradas apenas as espécies economicamente interessantes, ou se voltavam para proteção somente quando havia um risco iminente de extinção de algum recurso natural. Desse modo, os interesses privados prevaleciam em detrimento do interesse público.

Em relação a essa concepção, onde a biodiversidade é submetida à lei de mercado, podemos citar o caso emblemático da biotecnologia, que, segundo (LAYMERT, 2003, p. 25) tem a possibilidade de “converter algo que tinha de direito um valor ambiental em algo que pode ter de fato um valor econômico”. Sendo assim, a biotecnologia explora a biodiversidade através do sistema de patentes e do direito de propriedade intelectual. Nesse contexto, podemos dizer que o que está por trás é a questão do conhecimento, pois é através dele que se confere valor comercial a matéria-prima.

A Convenção sobre a Biodiversidade (CB) pode ser considerada como o primeiro tratado ambiental que enfrenta os temas de propriedade intelectual e distribuição equitativa de benefícios oriundos da biodiversidade. A Convenção constitui-se atualmente no principal tratado internacional no que se refere ao reconhecimento e valorização oficiais dos conhecimentos e práticas originadas pelas comunidades locais relacionadas à biodiversidade. A partir desse tratado, tanto os recursos genéticos como os conhecimentos tradicionais associados a estes, deixaram de ser de livre acesso, criando-se critérios para sua regulação. No entanto, é possível perceber que a Convenção sobre a Biodiversidade foi estabelecida como um instrumento facilitador do controle e da propriedade sobre a biodiversidade. Presente principalmente nos países do Sul, pelos países do Norte, regulando dessa maneira o acesso aos recursos biológicos utilizados como matéria-prima para a indústria da biotecnologia.

Considera-se, então, que uma visão utilitária prevaleceu sobre a preocupação com a natureza, predominando uma visão antropocêntrica sobre a conservação dos recursos. A percepção sobre a escassez e finitude dos recursos naturais, da matéria-prima que forma a base material para usufruto humano, suscitaram a questão da valorização da biodiversidade.

A justificativa de preservar a biodiversidade por questões utilitárias, de maneira a enfatizar apenas seus benefícios em termos de vantagens materiais para o bem-estar das pessoas, segue uma lógica onde se procura estabelecer um valor para biodiversidade enquanto “capital natural”, permitindo-se, assim, reconhecer a impossibilidade de se avaliar a riqueza da biodiversidade tropical em termos econômicos. Desse modo, (LAYMERT, 2003, p. 21) faz uma crítica à ideia de combinar riqueza ambiental e lógica de mercado, constatando que “falar em ‘capital natural’ pressupõe, portanto, uma operação que converte algo que tem valor qualitativo, e como tal é único e incomensurável, em algo cujo valor é quantitativo”.

Seguindo esse ponto de vista, é impossível mensurar a destruição de uma floresta tropical, pois sua riqueza pode ser considerada de um valor incalculável. A floresta é algo inestimável, sendo impossível atribuir-lhe um valor monetário. Com essa mesma visão, (DEAN, 2004, p.23) afirma que as florestas tropicais,

(...) podem quase certamente ser destruídas, mas talvez nunca se restabeleçam nos lugares de onde foram eliminadas. Daí a tragédia. A destruição dessas florestas é irreversível no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. (...) o inventário de uma floresta tropical fica bem além de nossos recursos, atuais ou no futuro próximo. O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humanas.

Para o autor citado acima, o início da agricultura pelos índios tupi provavelmente surgiu como resultado de um incremento humano. Por outro lado, o autor sugere que possa ter ocorrido uma dilapidação da sua biota, as quais os índios haviam se acostumado a explorar sem cultivo. Em qualquer uma das hipóteses, pode-se supor que,

(...) o novo regime pode ter resgatado populações de plantas silvestres dos grupos humanos concorrentes, e pode tê-las salvo do esgotamento ou ameaça de extinção local por causa da exploração ultra-intensivas ou atividades concorrentes tais como a queimada controlada (DEAN, 2004, p. 44).

Essa suposição corrobora com a ideia da existência de um manejo humano da floresta no sentido de contribuir com a biodiversidade existente na Mata Atlântica, pois, “(...) em qualquer dos casos, as espécies silvestres foram recuperadas ao serem transferidas, como sementes ou mudas, dos seus domínios habituais” (DEAN, 2004, p. 44). O autor nos diz ainda:

(...) Com efeito, os homens se tornaram o principal agente de dispersão de tais plantas, circunstância sugestiva de uma forma peculiar de co-evolução. E a intencionalidade humana desempenhou um papel no processo – houve seleção e, potencialmente, hibridação que, por fim, distinguiram as populações de plantas manejadas pelo homem, inteiramente dependentes de cultivo para se propagarem, de suas congêneres silvestres.

Desse modo, alguns autores têm refutado a ideia de preservação baseadas na noção de natureza selvagem, composta de áreas originais de “florestas primárias” que teriam existido antes da interferência humana, funcionando em equilíbrio ecossistêmico (DIEGUES; et. al., 1999). Esses autores argumentam que a variabilidade induzida pelo homem no meio ambiente tropical favoreceu e favorece a diversidade biológica e o processo de especiação. Segundo (ARRUDA, 1999, p.87), “a floresta ‘primária’ tal como a conhecemos hoje co-evoluiu juntamente com as sociedades humanas e sua distribuição no planeta. É uma resultante de processos antrópicos característicos dos sistemas tradicionais de manejo”.

A perspectiva que concebe a Sócio e a Biodiversidade como indissociáveis se baseia na ideia de que o ser humano se inter-relaciona com seu meio e essa interação é que possibilita uma maior ou menor diversidade biológica. Segundo (DIEGUES, 1995, p. 13), muitos cientistas naturais e ecologistas ignoram que “as comunidades humanas tradicionais desenvolveram, ao longo dos séculos, formas engenhosas de conservação dos habitats marinhos e seus recursos, estabelecendo áreas onde os próprios homens não podem penetrar, por serem sagradas”.

A sobreposição do valor da biodiversidade acima da sociodiversidade (como se elas pudessem ser desvinculadas) evidencia o caráter mercantil e monetário atribuído ao recurso natural em si. Nesse sentido, (LOBÃO, 2006), ao discutir o mito do desenvolvimento sustentável, ressalta que o esforço em preservar a biodiversidade acaba por representar o princípio hierárquico que organiza as políticas, desde o nível local até o global. Dessa forma, segundo o autor,

(...) o desenvolvimento de políticas visando a equidade e justiça social, que buscam compatibilidade entre as metas sociais, políticas, econômicas e ambientais e o processo de ampliação da participação democrática, fica subsumido na busca pela preservação da

biodiversidade. O que era esforço assume o lugar da razão de ser da política (LOBÃO, 2006, p. 232).

O problema de colocar em segundo plano o tratamento das variáveis socioculturais é o fato de que as comunidades locais que habitam áreas de alta biodiversidade são muitas vezes invisibilizadas, no sentido de que não se evidencia seus modos de vida, nem a interação positiva e as práticas dessas comunidades com seu meio natural que resultaram em uma diversidade biológica dos ecossistemas. Nesse entendimento, (LOBÃO, 2006, p. 229) afirma que,

(...) muitas vezes o registro de tais práticas é valorizado, mas em dois sentidos. Um deles é para ver se possuem valor comercial nos termos da sociedade moderna, globalizada e possa significar uma porta de entrada do grupo no mundo do mercado. O outro é o registro puro e simples, como se o registro escrito sem a prática tivesse para os grupos locais algum valor.

De acordo com o exposto acima, (SARKAR, 2000) parte de uma perspectiva que vê os padrões da vida humana e o mundo naturais intrinsecamente interligados. Essa visão se desenvolveu numa ciência da conservação totalmente diferente, surgida na Índia na década de 1980. Trata-se da Ecologia Social, que afirma que as sociedades tradicionais requerem alta diversidade de recursos naturais, e que estas sociedades ainda existem porque desenvolveram práticas culturais de utilização dos recursos que mantêm a biodiversidade. Consequentemente, assegurar a sobrevivência dessas práticas é um excelente método para conservar a diversidade biológica. Nesse sentido, (SHIVA, 2001. p. 92) afirma que a crise da biodiversidade não está relacionada somente com o desaparecimento de espécies úteis como matéria-prima para gerar lucros para os empreendimentos empresariais, ela é, fundamentalmente, uma crise que ameaça os sistemas de sustentação da vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas nos países do Terceiro Mundo, pois, segundo a autora, “a biodiversidade é um recurso do povo”.

A partir desse ângulo, (RAMACHANDRA GUHA, 1997) critica a ideia de conservacionismo imposta pelos países do Norte aos países do Terceiro Mundo e afirma que essas concepções acerca da conservação podem ser qualificadas como neocolonialistas, pois se caracterizam por apresentar um caráter urbano-industrial, de alta tecnologia e que serve aos interesses dos países e classes sociais abastadas.

Essa temática também se insere no debate sobre a mercantilização da natureza, ou seja, a incorporação do discurso de proteção ambiental e conservação da biodiversidade para criação de um produto comercial, como é feito no segmento do Ecoturismo. Existe uma apropriação por parte do mercado, que se dá através de valores comerciais dos recursos biológicos dentro e no entorno das áreas protegidas. Essas áreas hoje passam por um rápido processo de incorporação à economia de mercado, onde as atividades turísticas emergem como o principal vetor de expansão. A zona costeira, dada a sua vocação para o uso turístico, é a porção do território que vivencia com maior intensidade na atualidade esse processo.

A maneira como o turismo é realizado em alguns lugares segue a mesma lógica da ideia de preservar para comercializar. Ou seja, o uso e a ocupação do espaço são mediados por interesses econômicos que avaliam determinado território turístico pela sua capacidade/potencial de gerar lucros, de retorno financeiro (SANTOS, 2006).

Dessa forma, o desafio que se apresenta é o de se construir formas alternativas de conservação da natureza a partir das realidades dos países tropicais, onde prevaleça, dentro da política pública ambiental, tanto na teoria quanto na prática, uma perspectiva socioecológicas para conservação de espaços naturais. Na perspectiva de (LITTLE, 2001, p.199), “os esforços da conservação devem identificar e promover os processos sociais que permitem às comunidades locais conservar e aumentar a biodiversidade como parte de seu modo de vida”.

Sob esse aspecto, é importante promover um diálogo entre o conhecimento técnico científico e o conhecimento ecológico tradicional, a fim de desenvolver novas estratégias de conservação da biodiversidade. Nesse sentido, (DIEGUES, 2005, p. 5) propõem um novo olhar sobre essa questão, relacionada a uma “nova etnociência da conservação”.

Portanto, partimos da ideia de que é preciso estabelecer um diálogo mais profundo entre as ciências da natureza e as ciências sociais, no sentido de possibilitar uma melhor compreensão sobre a complexidade das interações que caracterizam as dinâmicas dos sistemas socioecológicos. Uma compreensão mais holística sobre os sistemas socioecológicos possibilita uma concepção mais ampla e contextualizada sobre a criação e gestão das unidades de conservação brasileiras, com foco na participação e reconhecimento das comunidades locais como portadoras de um conhecimento fundamental para conservação socioambiental.

3 BOMBINHAS

Nesse capítulo apresentamos o município de Bombinhas, seus aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Realizamos um levantamento sobre as principais características do município e analisamos essas informações para descrição de cada um desses aspectos.

Ao descrever as mudanças socioambientais ocorridas em Bombinhas nas últimas décadas, chamamos a atenção para o processo de ocupação territorial da cidade que foi impulsionado pelo crescimento turístico do lugar. Sendo assim, analisamos seu ordenamento físico territorial a partir de suas Macrozonas determinadas pelo Plano Diretor do município.

A partir da contextualização do objeto de estudo, fazemos uma abordagem sobre a importância da pesca artesanal, também definida como pesca local, ou pesca de pequena escala, descrevendo sua relevância socioeconômica e cultural para algumas comunidades litorâneas que passaram por mudanças em seus modos de vida a partir do desenvolvimento turístico, como é o caso da cidade de Bombinhas.

Na última parte desse capítulo, apresentamos as unidades de conservação que fazem parte do município de Bombinhas. Procedemos à descrição dessas unidades de conservação de modo a analisar em que contexto as mesmas foram criadas, ressaltando sua importância enquanto espaços com objetivos de proteção da biodiversidade e da qualidade de vida das populações locais. Além disso, a partir dessa análise, discutimos sobre o fato da criação dessas áreas naturais protegidas se apresentarem atualmente como uma estratégia para frear o processo de especulação imobiliária e crescimento urbano desordenado que vem ocorrendo no município de Bombinhas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS

O município de Bombinhas está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, distante 70 km da capital Florianópolis. Os limites do município são, ao norte e oeste, com o município de Porto Belo, ao sul com o município de Tijucas, e a leste, com o Oceano Atlântico. Suas coordenadas geográficas são latitude 27°14'22''S e longitude 48°51'01''W (BOMBINHAS, 2013).

Figura 2 – Localização do Estado de Santa Catarina no mapa do Brasil



Fonte: Google, 20018 (Adaptado por Marina Mujica de Paiva)

O mapa acima mostra a localização do Estado de Santa Catarina no mapa do Brasil, localização do município de Bombinhas no estado de Santa Catarina (Fig. 2²⁷ e Fig.3) e as principais praias de Bombinhas (Fig. 4)²⁸.

²⁷**Fig. 2:**Disponível no Google. Acesso em 17 de setembro de 2018;
https://www.google.com.br/search?q=praia+de+mariscal+bombinhas+sc&tbm=isch&tbs=simg:CAQSIQEJkkwMG8wFF94aiQELEKjU2AQaAggVDAsQsIynCBpiCmAIAXIomwuJF4cM9hWPC5oX1Aj5FYyMxWKK40rjCuZOZiQ7j64N4grhyunKR0wig6AIecbH9W4F_1HWZApdi44NZMrxWmMbgSeSoQ_1RD2q1y6BgIQueuBnM8IRZqFBKIAQMCxCOrv4IGgoKCAgBEgQgARSYDA&sa=X&ved=0ahUKEwiVi_a1t8LdAhXGEPAKHZs-DgEQwg4IJSgA

Figura 3- Localização do Município de Bombinhas no Estado de Santa Catarina²⁹



Fonte: Google, 2018 (Adaptado por Marina Mujicade Paiva)

²⁹Fig.3: Disponível no Google. Acesso em 17 de setembro de 2018; https://www.google.com.br/search?q=praia+de+mariscal+bombinhas+sc&tbm=isch&tbs=simg:CAQSIQEJkkwMG8wFF94aiQELEKjU2AQaAggVDAAsQsIynCBpiCmAIAXIomwuJF4cM9hWPC5oX1Aj5FYIMxWKK40rjCuZOZlq7j64N4grhyunKRo wig6AIecbH9W4F_1HWZApdi44NZMrxWmMbGSeSoQ_1RD2q1y6BgIQeuBnM8IRZqFBKIAQMCxCoRv4IGgoKCAgBEgQgARSYDA&sa=X&ved=0ahUKEwiVi_a1t8LdAhXGEPaKHZs-DgEQwg4IJSgA

Figura 4 – Principais Praias de Bombinhas, SC³⁰

Fonte: Imagem Google 2018(Adaptado por Marina Mujica de Paiva)

Bombinhas pertence à microrregião geográfica de Itajaí e integra a Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Essa associação é composta por 11 municípios, sendo eles, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Itajaí, Navegantes, Ilhota, Penha, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras e Luís Alves.

³⁰Fig. 4: Disponível no Google. Acesso em 17 de setembro de 2018

https://www.google.com.br/search?q=praia+de+mariscal+bombinhas+sc&tbm=isch&tbs=simg:CAQSIQEJkkwMG8wFF94aiQELEKjU2AQaAggVDAAsQsIynCBpiCmAIAXIomwujF4cM9hWPC5oX1Aj5FYyMxWKK40rjCuZOZIq7j64N4grhyunKR0wig6AIEcbH9W4F_1HWZApdi44NZMrxWmMbgSeSoQ_1RD2q1y6BgIQeuBnM8IRZqFBKIAQMCxCOrv4IGgoKCAgBEgQgARSYDA&sa=X&ved=0ahUKEwiVi_a1t8LdAhXGEpAKHZs-DgEQwg4IJSgA

Figura 5 – Mapa dos municípios da Região da Foz do Rio Itajaí³¹



Fonte: Imagem Google 2018 (Adaptado por Marina Mujica de Paiva)

Bombinhas está localizada numa península³² cuja formação geográfica é rara em todo litoral brasileiro. Esta península é única no Sul do Brasil e apresenta muitas paisagens como praias, costões, córregos e ribeirões, estuários, restingas e o bioma da Mata Atlântica (POLETTE;

³¹ Fig. 5: Disponível no Google. Acesso em 17 de setembro de 2018.

https://www.google.com.br/search?q=Fotos+da+Região+C3%A3o+da+Foz+do+Rio+Itaja%C3%AD+SC&tbm=isch&tbs=rimg:Ce3ejIhFd3qoIjhk0f0k92t6LbuKWCNj-GiCvt7iyK0k7EFTQert2WE-n2xTsxA4Rd2InTfNOHA9qXUMFr76zRtqFS0SCWTR_1ST3a3osEWpvVgHdGGwOKhIJG4pYI2P4aIIRtZC8sNuP6GQqEgm-3uLIrSTsQRGMkeB6Ar9txSoSCVNB6u3ZYT6fEcuV6BYxN0jyKhIJbFOzEDhF3YgRXs42CbONGqEqEgmdN804cD2pdREAdOigFVSprSoSCQwWvvrNG2oVEX-B9kWQsXYC&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwjgk9uPpMPdAhUKlpAKHthNB2MQ9C96BAGBEBg&biw=1440&bih=763&dpr=1#imgdii=7d6MgWF3eqh7gM:&imgrc=DBa--s0bahUU4M:

³² Península é uma porção de terra cercada quase completamente pelas águas do oceano, sendo ligada ao continente por uma estreita faixa de terra chamada de istmo.

CAVEDON, 2001). Essas riquezas naturais, com ambientes belos e diversos, conferem à cidade de Bombinhas um grande potencial turístico, com foco na natureza, representado pelo segmento turístico de sol e praia.

Existem cinco ilhas oceânicas próximas ao litoral de Bombinhas (Fig. 6). Essas ilhas são denominadas de Ilha da Galé, Ilha Deserta, Ilha do Arvoredo, Calhao de São Pedro e Ilha dos Macucos. As quatro primeiras compreendem a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo³³, Patrimônio Natural da Humanidade, criada pelo governo federal, abrangendo uma área de 17.600 hectares de superfície (ICMBio, 2015).

Figura 6 – Ilhas Oceânicas do Litoral de Bombinhas



Fonte: Google, 20018 (Adaptado por Marina Mujica Paiva)

De acordo com a resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990, a península onde está localizada a cidade de Bombinhas faz parte da área de amortecimento da Reserva Biológica do Arvoredo (10 km da Reserva). Esta Resolução busca proteger o meio ambiente nas áreas de entorno da Reserva (Bombinhas e Porto Belo) a fim de evitar que as atividades antrópicas desenvolvidas afetem a qualidade ambiental das Unidades de Conservação. A Ilha dos Macucos fica a cerca de 1 km de

³³ No subitem 3.3.1 da tese, intitulado “Caracterização das Unidades e Conservação de Bombinhas”, apresentamos a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.

distância do continente e, apesar de não fazer parte dos limites da Reserva, possui a mesma influência geoambiental da mesma, fazendo parte do Parque Municipal do Morro do Macaco, que é uma unidade de conservação localizada no bairro de Canto Grande em Bombinhas.

A vegetação de Bombinhas é composta pelo bioma Mata Atlântica. Trata-se de uma formação florestal que acompanha a linha da costa leste brasileira, vizinha ao Oceano Atlântico. A Mata Atlântica é reconhecida mundialmente como reserva da biosfera devido a sua biodiversidade, abrigando extraordinária variedade de espécies e de ecossistemas, e devido ao seu caráter endêmico, ou seja, espécies da flora e da fauna somente existentes nesse ambiente. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, atualmente os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos cerca de 20% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração (BRASIL, MMA, 2017). A fisionomia da vegetação da Mata Atlântica varia de acordo com a sua altitude, constituindo-se de vegetação aluvial, das terras baixas, submontana, montana e alto montana. A vegetação natural de Bombinhas é do tipo floresta ombrófila densa, sendo que seu fito ecossistema se caracteriza por vegetação densa de terras baixas a densa submontana. Sua vegetação recebe influência marinha e encontra-se em estágio secundário em função de regeneração. Suas florestas ocorrem principalmente nos fundos de vales, encostas e topos de morros. As florestas das partes profundas dos vales são as de maior exuberância e com o maior porte (BOMBINHAS, 2017).

Seu mapa fito geográfico, que mostra a distribuição geográfica das espécies de plantas no município, apresenta uma diversidade de vegetação que vai desde a faixa marginal litorânea até a floresta pluvial da encosta atlântica (HILLESHEIM, 2005). A predominância natural é de canela preta (*Ocoteacathainensis*), laranjeira do mato (*Sioonea guianeses*) e palmitreiro (*Euterpes edulis*), que ainda ocorrem próximos aos promontórios³⁴ rochosos da península, bem como nos morros isolados que ocorre na porção litorânea, sendo que nas planícies ocorre a vegetação litorânea ou de restinga (POLETTE, 2001). Uma característica muito singular da região conhecida como Costa Esmeralda, da qual Bombinhas faz parte, é a predominância de praias, em baía, onde os ventos não são fortes, propiciando que árvores consigam sobreviver bem perto da linha da maré (GRAIPEL; et. al., 2013). Outro tipo de vegetação encontrada

³⁴Um promontório, cabo, ponta ou pontal é um acidente geográfico formada por uma massa de terra que se estende por um oceano ou mar que lhe está adjacente.

em Bombinhas são as epífitas sendo essas espécies representadas principalmente pelas samambaias, orquídeas e bromélias.

Em relação à sua fauna, destacamos a presença dos seguintes animais: tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), macaco-prego (*Cebus apella*), preguiça (*Bradypus variegatus*), bugio (*Alouatta fusca*), paca (*Agouti paca*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), gambá (*Didelphis spp.*), aracuã (*Ortalissa squamata*), entre outros (POLETTE, 2001).

Em relação aos aspectos geológicos e geomorfológicos, o município apresenta a estrutura geológica continental do embasamento do complexo cristalino, sendo caracterizado por planícies inundáveis e encostas de granito com características físicas próprias e peculiares, onde grande parte é montanhosa, com elevadas taxas de umidade e precipitação. Segundo (POLETTE, 2001, p. 34),

Esta unidade do litoral catarinense caracteriza-se por apresentar rochas bem variadas, com unidades geológicas e de relevo diferenciadas, tais como as planícies costeiras, correlacionados com os processos de elevação do nível do mar ocorridos durante os últimos milhares de anos, e ainda, por um conjunto de morros e colinas com diferentes altitudes.

Dessa forma, as variações do nível do mar, ao longo do tempo, promoveram a formação de promontórios, que podem ser considerados monumentos naturais que atribuem grande beleza e singularidade paisagística à cidade de Bombinhas.

Geomorfologicamente ocorrem no litoral de Bombinhas as praias arenosas, pontas, enseadas, baías, ilhas e serras, com encostas íngremes e vales profundos, que são mais baixas em direção ao mar (BOMBINHAS, 2017). Sendo assim, o município é caracterizado pela unidade de relevo planície costeira, com litoral bastante recortado. Segundo (POLETTE, 2002), é possível notar ainda muitas áreas de formação recente, que se caracterizam por serem áreas muito sensíveis ao manejo humano. Nesse sentido, é importante levar em consideração os limites de capacidade de suporte desses ambientes para que Bombinhas não comprometa seu patrimônio natural.

Em relação ao clima, o tipo predominante em Bombinhas é subtropical, mesotérmico, quente e úmido, sem uma estação seca definida. A média anual de precipitação é de 1.600 mm. O mês mais

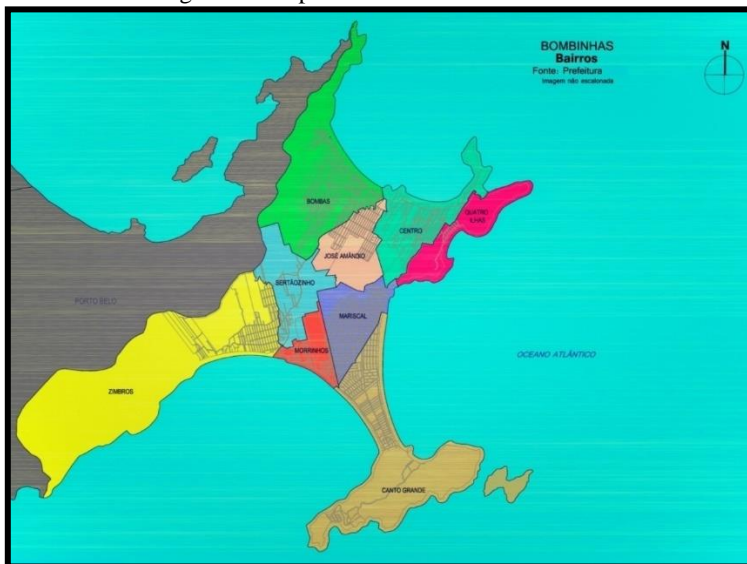
chuvoso é janeiro, com uma média de 1.900 mm e o mais seco é julho com 92,6 mm. O mês mais quente é janeiro, onde as temperaturas atingem até 39,5°C. Sendo assim, em janeiro ocorrem as maiores temperaturas, mas também é o mês com maior precipitação pluviométrica. A temperatura média anual é de 19,5°C e durante o mês de julho podem ser observadas temperaturas relativamente baixas. A umidade relativa do ar no verão chega a 85,2%. Levando em consideração suas características climáticas, é possível constatar que o clima é um dos fatores que tem influência sobre a alta sazonalidade no que diz respeito à visitação turística em Bombinhas, pois o turismo se concentra principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, ou seja, no período do verão onde a incidência solar é maior.

Possui uma altitude de zero a 568 metros acima do nível do mar, nos pontos mais altos. O morro da Costeira de Zimbros apresenta a maior altitude, quase 600 metros acima do nível do mar (BOMBINHAS, 2017).

No que diz respeito a sua extensão territorial, Bombinhas é o menor município de Santa Catarina, com uma área de aproximadamente 34,5 km² (IBGE, 2017). O crescimento populacional nos últimos vinte anos na cidade foi bastante significativo, pois a população mais que triplicou nesse período de tempo, passando de 5.823 pessoas em 1996, para 18.052 pessoas em 2016 (IBGE, 2017).

Em relação à configuração territorial urbana, existem atualmente nove bairros em Bombinhas (Figura 7): Bombas, Canto Grande, Centro, José Amândio, Mariscal, Morrinhos, Quatro Ilhas, Sertãozinho e Zimbros.

Figura 7 - Mapa dos bairros de Bombinhas.



Fonte: Prefeitura de Bombinhas, 2017.

O bairro de Zimbros pode ser considerado atualmente um dos mais isolados. Podemos dizer que esse bairro ainda não passou por um processo tão intenso de verticalização e descaracterização significativa de sua configuração territorial (Figura 7). Antigamente, por volta do século XIX, com a vinda de imigrantes açorianos, era a região mais povoada, onde viviam muitos grupos familiares. O bairro de Zimbros é considerado um dos principais redutos da pesca e da maricultura. A Colônia de Pescadores de Bombinhas, a Z-22, está localizada nesse bairro. Um grande número de embarcações fica atracada na enseada de Zimbros, pois é um local de conserto e manutenção dos barcos (Figura 8). Na enseada de Zimbros também existem os cultivos de marisco que recebem o apoio da instituição EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).

Figura 8 - Enseada de Zimbros



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Figura 9 - Embarcações em Zimbros.



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Os bairros de Morrinhos e Canto Grande também são ocupados, em sua maioria, pela população local, composta por descendentes de açorianos. São bairros que ainda conservam muitas características culturais locais, mas, ao mesmo tempo, passaram por intenso processo de ocupação territorial, com a construção de casas de veraneio e infraestrutura turística. O bairro de Canto Grande, especificamente, apresenta alta concentração de construções, especulação imobiliária e projetos de aproveitamento máximo do solo, com foco na verticalização. No entanto, até pouco tempo atrás, como afirmaram alguns moradores locais durante as entrevistas, este bairro ainda apresentava características de vila, que refletiam o modo de vida e a cultura pesqueira local.

Figura 10 - Vista do alto do Morro do Macaco das Praias do Canto Grande de Dentro e Morrinhos (esquerda) e Praias do Canto Grande de Fora e Mariscal (direita)



Fonte: Deividson Gatto, 2017.

O bairro de Mariscal apresenta uma praia bela e extensa e atualmente passa por um processo intenso de construção de prédios. A liberação, no ano de 2017, de um loteamento destinado a construção de um condomínio de prédios, vem levantando uma série de questionamentos acerca da cobertura de saneamento básico, capacidade de suporte e a qualidade ambiental do bairro.

Bombas e Bombinhas são os bairros mais densamente construídos e modificados pela expansão da infraestrutura turística da cidade. Esses

dois bairros reúnem uma grande parte dos imóveis destinados à locação durante o período da alta temporada. Além disso, concentram a maioria dos estabelecimentos comerciais voltados para a atividade turística.

Figura 11 - Praia de Bombinhas, Centro



Fonte: João Eduardo Rays, 2018.

Já os bairros do Zé Amândio e Sertãozinho são um pouco mais afastados da praia. O bairro do Zé Amândio está localizado próximo ao centro e apresenta imóveis com preço mais baixo em relação a outros bairros de Bombinhas. Esse bairro passou por um processo de expansão nas últimas décadas, pois muitas pessoas que vieram de outras cidades, para trabalhar e morar em Bombinhas, acabaram se instalando nesse bairro, como é o caso da população proveniente do Estado do Maranhão, que encontrou nesse bairro moradias anuais com o preço dos aluguéis mais acessíveis.

O bairro Sertãozinho apresenta características de área rural e atualmente também passa por um processo de expansão.

O bairro Quatro Ilhas é famoso para os turistas brasileiros e estrangeiros devido a sua bela praia. A praia de Quatro Ilhas é conhecida pelos moradores mais antigos como Praia de Fora, devido sua localização característica de mar aberto. O nome Quatro Ilhas deve-se às quatro ilhas

avistadas desde a praia: a Ilha do Macuco (próxima ao continente), a Ilha das Galés, Deserta e Arvoredo (que compõem a Reserva do Arvoredo). A praia também é conhecida pela grande cruz instalada em suas areias. Contam os moradores, que antigamente, após terem encontrado a cruz na beira do mar, ficaram tão impressionados que resolveram fincá-la no mesmo local onde a acharam. Segundo os moradores e pescadores daquela região, após esse acontecimento realizaram um lance (pesca) de tainhas jamais vistas, tal a abundância do pescado. Desde então, todos os anos, no dia 3 de maio, alguns pescadores adornam a cruz com flores e fazem pequenas preces, para que haja sempre a mesma fartura na pesca da tainha. Assim como em outros bairros de Bombinhas, a taxa de ocupação dos imóveis de Quatro Ilhas é bastante baixa durante a maior parte do ano, ou seja, a maioria das habitações desse bairro só é ocupada durante a alta temporada.

Figura 12 - Cruz de madeira da Praia de Quatro Ilhas



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Em relação ao acesso à cidade de Bombinhas, o principal é pela rodovia estadual SC-412, pavimentada em 1995, que se inicia na BR-101, atravessa a cidade de Porto Belo e termina em Bombas. O segundo acesso à cidade de Bombinhas é pela estrada de chão que atravessa o morro de Zimbros. Existe um projeto em andamento para criar um terceiro acesso

à cidade de Bombinhas. Esse projeto apresenta duas propostas: uma delas é a possibilidade de asfaltar esse segundo acesso já existente que passa pelo morro de Zimbros, sendo essa proposta conhecida como “Rodovia Turística Porto Belo-Bombinhas”. Essa alternativa é menos viável, pois, como demonstra os estudos realizados por ambientalistas, o nível de desmatamento seria muito grande, uma vez que os trechos da rodovia cruzam duas unidades de conservação: uma Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro de Zimbros (RPPN) e o Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros. No ano de 2006 foram realizadas obras para construção da Rodovia, no entanto, as obras foram paralisadas pelo Ministério Público de Santa Catarina, que considerou que a Rodovia foi construída sobre Área de Preservação Permanente ³⁵(APP). Desse modo, a reabertura e alargamento da Rodovia provocaram a degradação do meio ambiente ao suprimir vegetação de Mata Atlântica nos estágios médio e avançado de regeneração, trazendo prejuízo aos mananciais ali existentes.

A outra proposta de acesso à cidade de Bombinhas é através da construção de um túnel que ligaria Porto Belo a Bombinhas. A proposta do túnel é apoiada por um grupo de associações de moradores e entidades ambientalistas de Porto Belo. O túnel e seus acessos se mostra uma alternativa menos devastadora já que evitaria que uma grande área fosse desmatada, ou seja, diminuiria o dano ambiental, ao reduzir à área que seria retirada a cobertura vegetal da Costeira de Zimbros.

Por outro lado, o município de Bombinhas apresenta grande potencial náutico e de transporte fluvial. O transporte fluvial seria uma atividade complementar interessante para os pescadores, no sentido diversificar a economia local. Essa modalidade de transporte poderia ser mais bem aproveitada tanto pelo turismo e também como forma de facilitar o deslocamento para outras cidades.

O crescimento urbano de Bombinhas como consequência da forte especulação imobiliária e do aumento do turismo na península tem gerado forte pressão sobre os ambientes naturais, tais como manguezais, restingas, remanescentes de Mata Atlântica, matas ciliares, encostas e topos de morros (VERAS, 2007). Essas áreas são consideradas áreas de preservação permanente (APP) e possuem valor inestimável para

³⁵ Conforme a definição da Lei nº 12.651/2012, Área de Preservação Permanente (APP) é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

conservação dos ecossistemas naturais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a manutenção das APP's em meio urbano possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural e construído (de valor ecológico, histórico, cultural, paisagístico e turístico) (MMA, 2017).

Os impactos negativos do crescimento urbano espontâneo e desordenado também incidem sobre os aspectos socioculturais da comunidade local bombinense. Com a valorização financeira das terras, que passam a ser incorporadas pelo mercado imobiliário para fins turísticos, muitos nativos têm vendido suas propriedades e gradativamente vão se ocupando em atividades relacionadas ao turismo, deixando de exercer atividades econômicas tradicionais que fazem parte da cultura local, como por exemplo a atividade da pesca. Nesse sentido, (VERAS, 2007, p. 3) afirma que,

Em relação à pesca, a ocupação da orla da praia, o comprometimento da qualidade da água (poluição), a destruição de ecossistemas integrados à atividade pesqueira e o aumento do custo de vida na localidade exercem pressão negativa tanto no exercício da atividade, quanto na renda gerada, daí outras atividades econômicas.

Por conseguinte, com o desenvolvimento turístico da região, o modo de vida local passou por grandes transformações. A população local se inseriu na atividade turística, o que, por sua vez, trouxe benefícios econômicos aos moradores, mas, por outro lado, o processo de apropriação territorial através da construção de casas de veraneio e de infraestrutura voltada para o turismo, também ocasionou formas de expropriação material e simbólica para comunidade local. Nesse contexto, é possível observar a presença de conflitos socioambientais gerados a partir das disputas pelo uso e ocupação do território e por formas desiguais e injustas de apropriação territorial na cidade de Bombinhas.

3.1.1 Aspectos Históricos e Geográficos

Os primeiros habitantes dessa região foram os indígenas pertencentes à nação tupi-guarani. Posteriormente passaram a ser denominados de Carijós. O termo Carijó trata-se de um etnônimo³⁶

³⁶ É o termo que designa o nome de uma tribo, casta, etnia, nação, etc.

elaborado no bojo da sociedade colonial. “Carijó” era como os bandeirantes chamavam os índios de língua guarani que viviam no litoral catarinense nos séculos XVI e XVII. “Carijó” vem de “Cari-yó”, uma palavra derivada de “Cari”, que significa “branco” em Tupi. “Cari” vem em alusão à pele mais esbranquiçada dos índios guaranis do litoral catarinense.

No litoral situavam-se os índios da grande nação tupi-guarani, ‘da língua geral’ e que regionalmente foram denominados cariujós” (PIAZZA, 1983, p. 73). Os aborígenes que viviam na costa sul da Capitania de São Vicente, desde Cananéia até o Rio Grande, constituíam a nação Cariujó, à época da descoberta, e todos os que tiveram contato com eles afirmaram que eram “o melhor gentio da costa. (CABRAL, 1968. s/p.).

Existem diversos registros históricos da presença indígena na região onde está localizada Bombinhas. Foram encontrados sambaquis e inscrições rupestres em algumas praias e terrenos de igrejas em Bombinhas, como as dos bairros de Zimbros e Canto Grande. A presença dos índios cariujós foi identificada a partir dos sítios arqueológicos, materiais líticos, cerâmicos e humanos encontrados nessa região. Em 1950, foram realizadas escavações que descobriram um precioso sítio arqueológico em Canto Grande, que se tratava de um cemitério indígena. Outro registro da presença indígena na região é percebido pelas “panelas de bugres”, lugar onde os índios preparavam suas ferramentas e armas. De acordo com (KOHL, 2001, p. 19),

(...) Na beira da praia, afloramentos rochosos apresentam marcar resultantes dos trabalhos de polir, caracterizadas por concavidades em formas circulares, e de afiar, representadas por reentrâncias em forma de canaletes nas quais usava-se areia, água e uma pedra mais dura.

Em Bombinhas ainda se encontra estes vestígios da presença indígena nas proximidades do trapiche das escolas de mergulho entre a Prainha e a Praia do embrulho.

Figura 13 - Oficinas líticas na Praia do Embrulho



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Figura 14 - Oficinas líticas na Praia do Embrulho



Fonte: João Eduardo Rays

Segundo a Prefeitura de Bombinhas, muita coisa desse patrimônio foi sendo destruído por escavações que nada tinham a ver com pesquisa. Nesse sentido, “sambaquis foram destruídos pela ação inconsequente de moradores, por projetos imobiliários, construções e aberturas de ruas para loteamento, comprometendo esse patrimônio histórico e arqueológico” (BOMBINHAS, 2015).

Figura 15 - Sambaquis



Fonte: Foto: Lucas Martins / InfoEscola

Sambaquis são montes compostos de moluscos (de origem marinha, terrestre ou de água salobra), esqueletos de seres pré-históricos, ossos humanos, conchas e utensílios feitos de pedra ou ossos. É resultado de ações humanas, ou seja, são montes artificiais, com dimensões e formas variadas. A palavra “sambaquis” tem origem Tupi, e é a mistura das palavras *tamba* conchase *ki* (amontoado). (Pacievitch. Thais. 2018, s/p)

A partir do século XVI, a história da ocupação das terras catarinenses teve início com as frequentes visitas das costas brasileiras por navios franceses, holandeses e espanhóis. Apesar de Portugal ter descoberto essas terras em 1500, somente trinta anos depois se empenhou em colonizá-las de forma concreta. Por outro lado, a Espanha se esforçou para incorporar as terras catarinenses sob seu domínio, pois “seus

navegadores conheciam a costa catarinense, visitavam-na de passagem para os mares do sul e aproveitaram-se da sua ótima situação como ponto de reabastecimento e de aguada” (CABRAL, 1968, p. 45). Dessa maneira, os primeiros colonizadores a chegarem a Santa Catarina foram os espanhóis.

Existem registros de que no ano de 1504 o francês Binot Paulmier de Gonneville aportou no litoral catarinense. Quase trinta anos depois, em 1530, a serviço da Espanha, Sebastião Caboto, voltando de sua viagem ao Rio da Prata, desembarcou na baía das Tijucas, à qual chamou de São Sebastião. Após obter as provisões de que necessitava a sua armada, Caboto arrebatou quatro indígenas, filhos de chefes locais, levando-os para Espanha. Em troca, dois homens de sua esquadra, fartos da brutalidade de Caboto, desertaram, preferindo conviver com os nativos (CABRAL, 1968).

Foi apenas no século XVII que Portugal, libertado do domínio espanhol, consolidou alguns núcleos de colonização em terras catarinenses. Foram formados então três principais núcleos de povoamento: Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, em 1658, Nossa Senhora do Desterro, em 1673 e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1682 (CABRAL, 1968).

O governo português, no intuito de garantir o domínio sobre a nova colônia, enviou uma expedição comandada por Manoel Gonçalves de Aguiar no ano de 1711, que aportou na Enseada das Garoupas, nome dado à região de Porto Belo devido à existência de muitos exemplares dessa espécie de peixe (BOMBINHAS, 2017).

Nesse período, uma das atividades econômicas que impulsionou o crescimento da Capitania de Santa Catarina foi a pesca da baleia. Foram construídas armações com o objetivo de preparar o óleo de baleia que era usado como combustível para iluminação pública e privada (BOITEUX, 1950).

No período entre 1735 e 1756 foram enviadas para o estado de Santa Catarina cerca de 6.071 pessoas oriundas das Ilhas dos Açores. Os novos colonos fixaram-se em todo litoral catarinense e trouxeram suas práticas e cultura popular, que subsistem até hoje, como as técnicas de pesca, o carro de boi, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa e a renda de bilro (CABRAL, 1968).

Até o século XVIII a ocupação da península era inexpressiva. Em 1775 é fundada a povoação da Enseada das Garoupas com a chegada de 60 casais oriundos dos arquipélagos de Açores e Madeira. Em 1817, Justino José da Silva se propôs a formar, na Enseada das Garoupas e em

Zimbros, um estabelecimento para pescarias à maneira dos do Reino de Algarves, pois era muito abundante o peixe nestas regiões. E assim,

(...) uma vez resolvido que neste local se desse início a uma colônia de pescadores vindas de Ericeira, uma pequena vila de pescadores próximo a Lisboa, o ministro entregou a tarefa de organização do arraial a localização ao atual capitão (CABRAL, 1968).

Diferentemente dos indígenas que habitavam próximos ao mar, como comprovam os sítios arqueológicos encontrados junto às praias, os colonos preferiram ocupar as áreas de morro, dedicando-se, sobretudo, à agricultura. O comércio era feito a base de troca de mercadorias (BOMBINHAS, 2017). A comunidade caracterizava-se pela auto-suficiência quase total, pois plantava, pescava, fazia farinha, açúcar, café em pó e escalava o peixe para conservar. Produzia suas roupas e, também, cestos, louças de barro, sabão e óleo (de peixe) para a iluminação. As mulheres utilizavam o barro para confeccionar utensílios e fazer os fornos de torrar café e farinha. Possuíam teares e algumas mulheres faziam a renda e o crivo. Já os homens confeccionavam tipitins, balaios e samburás (MENDONÇA, 1989).

O início do movimento turístico em Bombinhas está atrelado à história do município de Porto Belo, pois, até os dias atuais, para se chegar a Bombinhas é necessário passar pela cidade de Porto Belo. O turismo passou a ser mais frequente nessa região que abrange a península de Porto Belo e Bombinhas a partir de 1955, mas só por volta da década de 1960 é que o município foi “descoberto” pelos veranistas. Então, já na década de 1970, surgiram os primeiros loteamentos nos bairros de Bombas, Bombinhas, Zimbros e Mariscal, os quais eram feitos por alguns posseiros, pescadores e alguns construtores que passaram a ter conhecimento das terras (KOHL, 2001). Desse modo,

A vinda dos primeiros veranistas prenunciava uma profunda transformação na localidade e uma rápida ocupação; já na década de 70 cresceu assustadoramente o número de casas de praia dos veranistas. Este afluxo de pessoas fez com que as terras fossem valorizadas chamando a atenção dos especuladores, principalmente porque havia muitas sem escritura e documento de posse (SOUZA; EMÍLIO; LUCHTENBERG et. al., 2002).

Podemos dizer que até a década de 1970 Bombinhas era um distrito isolado, de difícil acesso, que apresentava uma infraestrutura básica bastante precária até mesmo para atender a demanda das vilas de pescadores que formavam o contingente local. A partir da década de 1980 já se inicia um processo de ocupação territorial mais intensa em Bombinhas. Os primeiros loteamentos destinados à construção de casas de veraneio ocorreram em Bombas, promovidos por investidores de Blumenau e Itajaí. Os lotes foram sendo oferecidos aos moradores das cidades vizinhas, mais especificadamente Itajaí, Blumenau e Joinville, a fim de que adquirissem uma “casa de praia” (BARETTA, 2008).

As formas de ocupação do solo em Bombinhas também foram descritas por (COUTINHO, 1999), que observou, ao analisar a urbanização do bairro de Bombas, o deslocamento das moradias da população nativa para áreas mais afastadas do mar, pois esses espaços passam a ser cada vez mais valorizados para construção de infraestrutura e habitações para uso turístico. Segundo o autor, o crescimento da forma de ocupação do uso do solo no bairro de Bombas ocorre de forma paralela à praia, sendo que, “as maiores densidades estão próximas ao mar, diminuindo a medida que se aproximam ao fundo do vale” (COUTINHO, 1999, p. 71). Nesse sentido, quanto mais próximo do mar, maior o valor de troca. Desse modo, a valorização de áreas litorâneas acabou desencadeando processos de desterritorialização da população local.

Além da perda por parte da população local do acesso a morar próximo à praia, ocorreu também a retirada de ranchos de pesca localizados a beira mar. A supressão dos ranchos de pesca prejudicou o desenvolvimento da pesca artesanal, dificultando a acessibilidade do pescador nativo e sua forma de organizar e exercer sua atividade socioeconômica. É possível observar, que desde o período da década de 1990, a pesca local em Bombinhas vem passando por um processo de enfraquecimento. Por outro lado, as políticas públicas municipais têm se voltado exclusivamente para promoção do turismo e deixado em segundo plano a atividade pesqueira, no sentido de não dar o devido reconhecimento à importância socioeconômica e cultural da pesca para cidade de Bombinhas. O que ocorre é que, cada vez mais a população local passa a depender da renda gerada pelo turismo. Os espaços que outrora eram usados para pesca passam a ser apropriados com finalidades turísticas, seja para construção de prédios, para serem alugados durante a temporada de verão, como para construção de comércio (bares, restaurantes, lojas pousadas).

A emancipação de Bombinhas da cidade de Porto Belo ocorreu em março de 1992. Em 1991, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovou uma resolução que autorizava o plebiscito para saber a opinião pública sobre a emancipação de Bombinhas. O plebiscito foi realizado no dia 15 de março de 1992, quando 1.454 cidadãos votaram a favor e 75 contra a emancipação. Com o resultado do plebiscito, o Distrito se desmembrou de Porto Belo, sendo criado o município de Bombinhas em 30 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 8.558, publicada no Diário Oficial do Estado nº 14.414 de 1º de abril de 1992. A partir desse momento, Bombinhas passou por um processo intenso de construção de prédios, casas de veraneio e infraestrutura voltada para o turismo.

3.1.2 Aspectos ambientais e demográficos

Os Bombinenses possuem uma identidade cultural que tem origem na descendência portuguesa. Grande parte da população de Bombinhas é descendente do povo das ilhas dos Açores e Madeira e da cidade portuguesa de Ericeira. Além da matriz indígena, a presença de afro descendentes, compõe a formação étnica da população local de Bombinhas.

O crescimento urbano de Bombinhas, nas últimas três décadas, ocorreu de forma espontânea, e foi impulsionado principalmente pelo aumento significativo de equipamentos turísticos na cidade. Esse intenso processo de urbanização e ocupação territorial desordenada influenciado pelo turismo gerou forte especulação imobiliária na cidade de Bombinhas. Dessa forma, o uso e ocupação do espaço pelo turismo vêm causando diversos tipos de impactos socioambientais ao lugar.

Dentre os principais problemas ocasionados pelo crescimento espontâneo do município de Bombinhas, podemos destacar a questão do sistema de saneamento básico e o abastecimento de água da cidade. Esses problemas se acentuam no período da alta temporada quando o número de habitantes quintuplica durante essa época do ano. Segundo (HILLESHEIM, 2005, p. 70), “o sistema de saneamento é um dos grandes problemas enfrentados pelo município, principalmente em épocas de temporada quando a população fixa torna-se de oito a doze vezes maior que a população local”.

De acordo com os dados do Diagnóstico Urbano de Bombinhas (2017), realizado pela Prefeitura, sobre o esgotamento sanitário, mostra que atualmente Bombinhas coleta e trata apenas 18% do esgoto produzido na cidade. Apenas o bairro do Centro possui rede coletora de esgoto. Os

demais bairros utilizam sistemas individuais de tratamento, tais como fossa, sumidouro ou vala de infiltração (Figura 16). A atual empresa responsável pelo gerenciamento do sistema de abastecimento e tratamento de água e esgoto da cidade é a Águas de Bombinhas. Dentre as metas do contrato de concessão para empresa está o investimento de 135 milhões de reais em saneamento básico, sendo 100 milhões nos primeiros cinco anos de contrato (BOMBINHAS, 2017).

Figura 16 - Lançamento do esgoto in natura direto no mar



Fonte: Autor desconhecido, 2017.

Sobre essa perspectiva, o estudo de (BARETTA, 2009) demonstra que o processo de crescimento turístico desordenado no município de Bombinhas vem ocasionando diversos tipos de impactos socioambientais negativos em uma região que abriga delicados ecossistemas costeiros e de remanescentes de Mata Atlântica. A pesquisa de (BARETTA, 2009) também constata que o modo de vida da população local, principalmente daqueles que vivem da pesca artesanal, vem sendo pressionados pela forte ocupação da cidade nos últimos vinte anos. Ao descrever os problemas causados pela expansão desordenada da construção civil, (BARETTA, 2009, p. 55) destaca, a partir da Leitura Técnica do Plano Diretor do ano de 2006, onde foram identificadas,

Várias edificações localizadas em diversos bairros de Bombas até a praia da Sepultura, cujos projetos foram aprovados em área de interesse ambiental;

há ainda construções localizadas em morros, acima da cota 20³⁷ e na faixa de areia, muito próximas ao mar, e que não observam a capacidade socioambiental, natural e econômica. Num período de 10 anos, 1995 à 2005, a área construída aumentou 200% no município. Os bairros de Canto Grande e Mariscal passam por um processo de adensamento do uso residencial de alto padrão, mesmo as localidades não possuindo infraestrutura básica para essa concentração populacional, além dessas construções interferirem no patrimônio natural e histórico local, formado pelas vilas de pescadores e paisagem natural.

De acordo com o exposto acima, (VERAS, 2007) identifica em Bombinhas um processo comum em todo território brasileiro de valorização financeira dos lotes, que vem causando o desalojamento das formas de ocupação tradicionais anteriores, como a pesca e a agricultura, pois tem incentivado a venda de propriedades pelos habitantes locais e cuja atividade socioeconômica tradicional não se insere nas perspectivas de desenvolvimento criadas pelos empreendedores do ramo turístico.

³⁷ Legislação municipal que proíbe edificações acima dos 20 metros do nível do mar. A Lei Orgânica do Município estabelece que a vegetação situada acima da cota 20 é patrimônio do Município e não pode ser cortada. Estas áreas são importantes porque geralmente acima da cota 20 está localizada a Floresta da Mata Atlântica, considerada Patrimônio Nacional e protegida pela legislação ambiental.

Figura 17 - Construções a beira mar na Prainha e Praia do Embrulho



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Desse modo, com a expansão da cidade, houve um aumento significativo de sua população, sendo Bombinhas uma das cidades catarinenses que apresentou um dos maiores crescimentos populacionais nos últimos anos. A população estimada em 2016 pelo IBGE foi de 18.052 habitantes, sendo 50,33% homens e 49,64% mulheres, distribuídos em uma área de aproximadamente 36 km², correspondendo a uma densidade demográfica de 397,99 hab/km².

Diante disso, é relevante considerar o crescimento demográfico do município, em um espaço de tempo relativamente curto, pois nas últimas duas décadas a população de Bombinhas triplicou seu número de habitantes, como demonstra a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Dinâmica demográfica de Bombinhas, Santa Catarina e Brasil (1996 a 2016)

Ano	Bombinhas	Santa Catarina	Brasil
1996	5.823	4.844.212	156.032.944
2000	8.716	5.356.360	169.799.170
2007	12.456	5.866.252	183.987.291
2010	14.293	6.248.436	190.755.799
2016	18.052	6.910.553	206.081.432

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1996, 2000, 2007, 2010, 2016.

A população de Bombinhas é jovem, pois a partir da análise da pirâmide etária da cidade, as faixas de idade mais representativas no contexto geral são de 10 a 30 anos, tornando assim a população potencialmente representativa no contexto econômico local.

Um dado interessante sobre os habitantes de Bombinhas, apresentado pelo Diagnóstico Urbano para revisão do Plano Diretor do município, revela que das 14.293 pessoas recenseadas pelo IBGE em 2010, 3.295 delas não residiam em Bombinhas em 2005, ou seja, um percentual de 23,05 de migrantes. Os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de países estrangeiros, são as origens das maiores quantidades de migrantes presentes na cidade. Segundo o Diagnóstico Urbano, este fenômeno está associado à grande atratividade turística da cidade e da região que, além dos veranistas com características sazonais, atrai cada vez mais moradores fixos na região. Com isso a cidade cresce economicamente, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento na quantidade de unidades domiciliares.

Atualmente vem ocorrendo um aumento do número de migrantes vindos do Estado do Maranhão. Muitos maranhenses migram para Bombinhas atraídos pelas vagas de emprego na construção civil e no comércio. Esse fato, observado pela presente autora durante o trabalho de campo, demonstra que a cidade de Bombinhas ainda está em processo de expansão urbana rápida, que se caracteriza por forte especulação imobiliária e aumento do número na construção de prédios e infraestrutura turística, tendo como mão de obra um número grande de operários maranhenses. Podemos dizer que a relação entre Bombinenses e maranhenses se caracteriza, por um lado, por certo estranhamento e, em alguns casos, por um conflito aberto geralmente causado por choque cultural e uma dose de preconceito.

Um dado relevante sobre a dinâmica domiciliar da cidade de Bombinhas se refere à baixa ocupação dos imóveis totais disponíveis na cidade, pois apenas 32,5% dos domicílios são permanentes – ou ocupados – ou seja, lugar em que as pessoas utilizam para moradia o ano inteiro. Esse baixo índice de ocupação das unidades domiciliares de Bombinhas gera uma grande quantidade de imóveis ociosos, os quais são ocupados apenas durante o período de verão (BOMBINHAS, 2017).

Esse dado confirma a visão de que já existe atualmente uma infraestrutura urbana de prédios significativa na cidade de Bombinhas, mas que é usada apenas em um determinado período do ano. É possível perceber que esse processo de transformação da cidade em ritmo

acelerado permanece até os dias atuais no que se refere à forte especulação imobiliária, ou seja, a construção civil está voltada para atender as demandas do mercado turístico imobiliário. O Diagnóstico Urbano da Cidade realizado pela Prefeitura do município reconhece que a não ocupação de imóveis pode gerar uma série de problemas de gestão urbana, como, por exemplo, a proveniência de infraestrutura urbana, pois,

Se mais unidades habitacionais são construídas, mais rede de água, luz, esgoto, pavimentação, a Prefeitura precisa fazer para atender estes moradores. Em contrapartida, o recurso investido serve apenas para um período do ano. Se a ocupação fosse uniforme, e com menos unidades ociosas, estes investimentos poderiam ser realocados para outras áreas que necessitam de recursos e porventura não têm (BOMBINHAS, 2017, p. 21).

Dessa maneira, os dados referentes à característica dos domicílios, onde apenas 33% dos domicílios particulares são ocupados, enquanto 67% desses domicílios particulares não estão ocupados, demonstra a necessidade de um planejamento urbano que não amplie ainda mais o processo de expansão de áreas construídas, o que incorre no risco de piorar alguns problemas já existentes, como a questão do saneamento básico, que existe apenas em uma pequena parte da cidade de Bombinhas, além do problema do abastecimento de água.

A mesma realidade de pouca ocupação dos imóveis pode ser constatada quando se separa a situação dos domicílios por bairro³⁸ (Tabela 3). Apenas dois, dos nove bairros de Bombinhas, apresentam uma porcentagem maior de domicílios ocupados; são os bairros do Sertãozinho e José Amândio. Uma das possíveis causas da maior porcentagem de ocupação nesses dois bairros pode estar associada ao fato de que são áreas um pouco mais afastadas das praias, o que, por sua vez, corrobora com a já mencionada especulação imobiliária nas áreas litorâneas. Esses dados também evidenciam como as unidades domiciliares mais ociosas se concentram nas praias mais famosas turisticamente.

³⁸No relatório do Diagnóstico Urbano da Cidade, no que tange a dinâmica domiciliar, não são apresentados os dados referentes ao bairro de Quatro Ilhas.

Tabela 3 – Característica dos domicílios do município de Bombinhas

CARACTERÍSTICA DOS DOMICÍLIOS				
Situação dos Domicílios	Particular – ocupado	Particular – não ocupado – uso ocasional	Particular – não ocupado - vago	Coletivo
Bairros				
Centro	23%	27%	47%	3%
Bombas	27%	51%	21%	1%
Zimbros	44%	46%	9%	1%
Canto Grande	24%	38%	35%	3%
Morrinhos	25%	51%	24%	0%
Mariscal	26%	61%	12%	1%
Sertãozinho	85%	6%	9%	0%
José Amândio	68%	9%	23%	0%

Fonte: Prefeitura de Bombinhas, 2017.

Essa dinâmica urbana foi descrita por (HILLESHEIM, 2005), quando associa as principais transformações da paisagem natural ao crescimento turístico e ao aumento do número de casas de veraneio. As atividades turísticas, somadas ao fenômeno do veraneio, deram um rápido impulso na construção de equipamentos voltados para o turismo para atender a uma demanda muitas vezes maior do que o número da população fixa da localidade, o que provocou uma transformação considerável na infraestrutura local. Assim, (HILLESHEIM, 2005) observa que a transformação da paisagem no município de Bombinhas apresenta tendências que emergem cada vez mais ao declínio de sua qualidade, o que pode representar um ponto bastante negativo para o turismo na região.

Seguindo essa perspectiva, (BARETTA, 2009), ao investigar quais foram os agentes modeladores do espaço urbano de Bombinhas e de como estes atuaram no processo de urbanização da cidade, chama a atenção para as formas de mercantilização da paisagem, já que o município é reconhecido internacionalmente por possuir características naturais de alto valor paisagístico. Em seu estudo, (BARETTA, 2009) investiga o processo de evolução da paisagem. O estudo indica que a década de 1980 foi o período em que a paisagem passou pelas primeiras transformações de um crescimento socioeconômico e populacional. A partir da década de 1990, é possível perceber uma grande série de ocorrências de elementos negativos na composição da paisagem. Esse período foi marcado pela vinda de turistas argentinos e pelo desenvolvimento estrutural do município. Desse modo, nos anos 90 se inicia o processo de verticalização

do município, sendo a construção civil apontada como principal detrator da paisagem local da época. Nesse sentido,

(...) o adensamento humano concentra-se em áreas próximas ao mar e já atinge as encostas dos morros, proximidades de córregos e até mesmo o entorno de manguezais, já que a área existente para comercialização de lotes residenciais e comerciais é relativamente escassa (BARETTA, 2009, p. 17).

Como consequência da transformação socioespacial em um espaço de tempo curto, houve uma alteração significativa da qualidade ambiental. Nesse entendimento, é importante reconhecer que ambientes naturais degradados representam uma ameaça tanto para atividade turística, que tem no potencial paisagístico um dos seus principais atrativos, assim como para a atividade extrativa da pesca e qualidade de vida da população local. Sendo assim, a utilização direta (pesca) e indireta (turismo) dos recursos naturais e a constatação de que esses recursos formam a base da economia local, são evidências suficientes para se desenvolver um planejamento turístico responsável com baixo impacto socioambiental sobre a comunidade em questão.

No entanto, podemos observar que vem ocorrendo justamente o contrário em Bombinhas, pois, no período de alta temporada, que vai do mês de dezembro à março, a população ultrapassa o número de 100 mil pessoas, o que vem causando diversos tipos de impactos socioambientais negativos (BARETTA, 2009). Os dados referentes à demanda de turistas nos últimos vinte anos, no período da alta temporada, evidenciam uma carga extremamente superior às condições desse ecossistema litorâneo e da fragilidade que caracteriza a península onde está localizada a cidade. O rápido crescimento populacional em Bombinhas demonstra a importância de se desenvolver um estudo de capacidade de suporte a fim de dar embasamento ao planejamento urbano.

Cerca de 80 imobiliárias atuam na locação de casas e apartamentos que recebem grande fluxo de turistas em cada temporada de verão. Segundo a última pesquisa de demanda turística, a locação de casas ou apartamentos foi a escolha da maioria dos turistas, representando 51,63%, enquanto 31% dos turistas se hospedaram em pousadas e hotéis.

Segundo dados da Secretaria do Turismo e Meio Ambiente de Bombinhas, no último verão (2017/2018) foi registrado um aumento de 11% no fluxo de turistas em relação à temporada anterior, totalizando, aproximadamente, 1,5 milhões de visitantes no período que compreende

1º de dezembro à 1º de abril. A pesquisa de Demanda Turística revelou que 67,83% dos visitantes são brasileiros, sendo que os Estados que mais emitem turistas para a cidade são Rio Grande do Sul e Paraná. Em relação aos turistas estrangeiros, esses correspondem a 32,17%, sendo que desse total, 29,75% são de turistas argentinos. Os dados também mostraram uma redução de 8% no número de turistas estrangeiros em relação ao mesmo período do ano passado (BOMBINHAS, 2018). Devido a sua grande vocação turística, os municípios de Bombinhas, Porto Belo e Itapema, se uniram numa parceria para implantar o projeto turístico Costa Esmeralda, visando desenvolver a infraestrutura turística de seus municípios de forma organizada e de acordo com suas possibilidades e necessidades. O nome “Costa Esmeralda” é uma alusão à clareza das águas associada ao verde da Mata Atlântica.

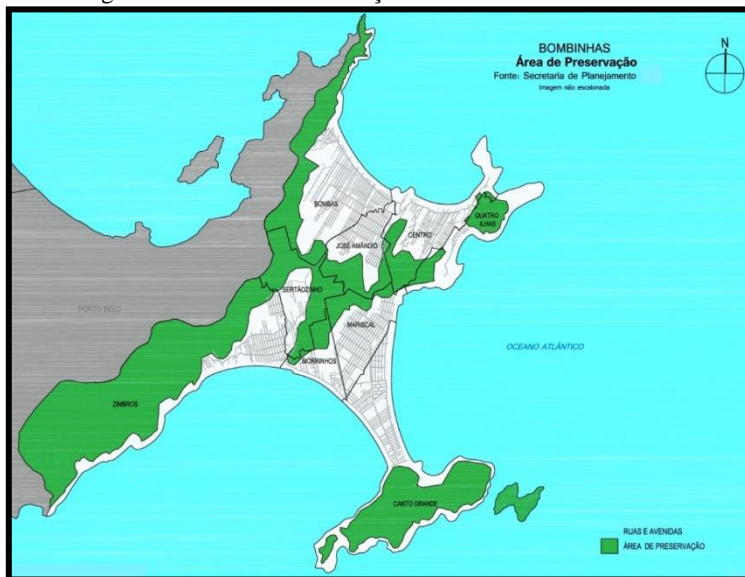
A sazonalidade é uma característica marcante de Bombinhas. É possível considerar dois tempos que regem o ritmo e a dinâmica da cidade. Esses dois tempos são o turismo e a pesca. Durante o verão a cidade de Bombinhas recebe um enorme contingente de turistas e a movimentação aumenta consideravelmente. Podemos dizer, sem exagero, que se trata de duas cidades distintas, pois, após o período da alta temporada, que vai de novembro a março, a cidade retorna a ser o que ela realmente é, um lugar tranquilo e sossegado, com ares de comunidade.

O fluxo de veículos é um dos grandes problemas durante o período da alta temporada (novembro a março). A mobilidade urbana tem sido uma questão importante para repensar a forma de turismo que está sendo desenvolvido em Bombinhas, pois há que se considerar que se trata de uma península que apresenta um ecossistema rico, porém frágil, com uma dimensão territorial relativamente pequena. O tempo da pesca é caracterizado pelo esvaziamento da cidade, o início da pesca da tainha se dá, de maneira cíclica com a proximidade do período dos meses mais frios do ano, de maio a julho.

Dentro de sua pequena extensão territorial, Bombinhas apresenta uma significativa porcentagem do território com finalidades de conservação (Figura 18). O número total, em quilômetros quadrados (km²), de áreas destinadas à conservação é de 19,5 km², o que equivale a mais de 50% do território em relação à área total do município (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012)³⁹.

³⁹<<http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/SC/bombinhas/reservas-e-areas-protegidas>>

Figura 18 - Área de Preservação Ambiental em Bombinhas



Fonte: Prefeitura Bombinhas (2017).

O Plano Diretor de um município é um instrumento estratégico importante para ordenar o uso e ocupação do solo de uma cidade de maneira social e economicamente justa. Segundo o Diagnóstico Urbano de Bombinhas, o Plano Diretor do município é definido como o instrumento orientador básico e estratégico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e o determinante para os agentes públicos e privados que atuam no território municipal. Seu objetivo principal é ordenar o desenvolvimento territorial, levando-se em conta a função social da cidade e da propriedade urbana (BOMBINHAS, 2017).

A lei complementar nº 107/2009, instituiu o Plano Diretor do município de Bombinhas. Atualmente o Plano Diretor passa por um processo de revisão, que, segundo o Poder Público Municipal, tem sido acompanhado pela sociedade civil, a qual tem participado desse processo.

A Lei Complementar nº 106/2009 dispõe sobre o perímetro urbano, o zoneamento, uso e ocupação do solo do município de Bombinhas. De acordo com essa lei, todo o território municipal de Bombinhas é caracterizado como Zona Urbana (Art. 1º). Essa lei tem como objetivos, estabelecer os critérios de ocupação e utilização do solo (conforme Plano Diretor); orientar o crescimento da cidade, minimizando os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis; definir zonas, a partir da

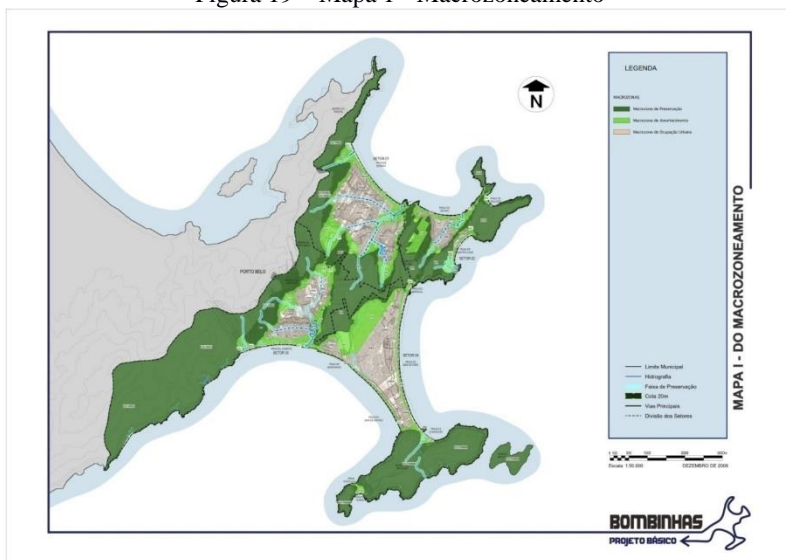
eficiência das atividades urbanas, a equidade na distribuição e o acesso aos serviços, equipamentos públicos e infraestrutura básica; e prever e controlar densidades demográficas e de ocupação de solo urbano (Art. 4º). Ou seja, o Zoneamento trata da divisão da área do município em zonas para as quais são definidos os parâmetros de uso e ocupação do solo, nos termos dos critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor.

No atual Plano Diretor (Lei nº 107/2009), o município de Bombinhas foi dividido em Macrozonas. As Macrozonas são definidas como “as áreas do território municipal que, em virtude de suas características socioespaciais, possuem necessidades semelhantes e objetivos gerais comuns para políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e territorial” (Art. 7). O macrozoneamento de Bombinhas divide-se em:

- I – Macrozona de Ocupação Urbana;
- II – Macrozona de Amortecimento; e
- III – Macrozona de Preservação.

A Macrozona de Ocupação Urbana são as áreas já parceladas e áreas destinadas à expansão urbana. A Macrozona de Amortecimento é o espaço destinado à proteção do ambiente e da paisagem situadas na área de transição entre a Macrozona de Ocupação Urbana e a Macrozona de Preservação. Fazem parte dessa área o perímetro urbano ao longo da orla da praia, proximidades de morros, áreas lindeiras às áreas de mangue e entorno das unidades de conservação e áreas protegidas. Já a Macrozona de Preservação é o espaço destinado à proteção do patrimônio ambiental e da paisagem. Fazem parte dessa Macrozona as Áreas de Preservação Permanente, as Unidades de Conservação demarcadas, remanescentes de fauna e flora, entre outras. Nos documentos anexos, presente no fim da tese encontra-se um quadro com a caracterização das respectivas Macrozonas (Apêndice I). O quadro descreve cada uma dessas áreas, suas subáreas e alguns de seus objetivos.

Figura 19 – Mapa 1 - Macrozoneamento



Fonte: Prefeitura de Bombinhas

Segundo (HILLESHEIM, 2006, p. 73), o Plano Diretor da cidade de Bombinhas foi sendo modificado desde a sua emancipação no ano de 1992, “buscando ajustes que nem sempre favoreceram o ordenamento espacial do solo com finalidades de preservação ou conservação ambiental, por muitas vezes atendendo as exigências de uma especulação imobiliária e de aproveitamento máximo da área”. Essa constatação ainda se mantém atual no que diz respeito ao processo de adensamento e verticalização que vem ocorrendo na cidade.

Para analisarmos as modificações que ocorreram mais recentemente nas Leis de Zoneamento da cidade de Bombinhas, podemos citar o caso da Zona de Ocupação Costeira (ZOC) que passou por alterações que repercutem diretamente na dinâmica das mudanças territoriais de Bombinhas. No ano de 2016, a partir da reivindicação de moradores e movimentos sociais, foi aprovado o seguinte Parágrafo Único dado pela Lei Complementar nº 258/2016:

Na Zona de Ocupação Costeira (ZOC) será permitida exclusivamente construções unifamiliares, ou seja, aquelas destinadas à residência de uma só família, sendo vedadas construções multifamiliares, mistas, edificações

coletivas, conjuntos habitacionais, condomínios horizontais e edificações destinadas à hospedagem em geral (Redação acrescida da Lei Complementar nº 258/2018).

O Parágrafo citado acima foi revogado pela Lei Complementar nº 276/2017 que dispõe sobre o Instrumento Urbanístico de Promoção das Políticas Urbanas, Transferência do Potencial Construtivo e disciplina a Seção I da Lei Complementar nº 107/2009 (Lei que institui o Plano Diretor do Município de Bombinhas). Desse modo, a Lei complementar nº 276/2017 ao revogar o Parágrafo Único que restringe o adensamento na Zona de Ocupação Costeira, abre a possibilidade para construção de imóveis unifamiliares ou multifamiliares, com finalidade de aluguel que visam atender a crescente demanda dos meses de alta temporada de veraneio, ficando fechadas e sem função de moradia durante a maior parte do ano.

Dessa forma, ao analisarmos as Leis Complementares que modificaram partes do Plano Diretor de Bombinhas podemos constatar que estas leis se distanciam dos objetivos de desenvolvimento socioeconômico com responsabilidade ambiental, pois é visível a intenção do poder público em promover um forte potencial construtivo sem a realização de estudos mais profundos sobre a capacidade de suporte do município em questão.

O potencial construtivo de seis andares já é uma realidade na cidade de Bombinhas. As alterações realizadas no Plano Diretor através das Leis Complementares aprovadas pelos vereadores ao longo dos últimos anos, além de terem sido realizadas sem as audiências públicas para consultar os moradores, vem demonstrando a forte influência que as construtoras exercem sobre as leis de uso e ocupação do solo no município de Bombinhas. Essa afirmação se baseia no fato de continuidade do processo de expansão urbana e verticalização das construções para atender interesses econômicos externos à comunidade local.

Desse modo, a partir do exposto acima e baseado no trabalho de campo realizado durante a pesquisa, é possível constatar que o contexto vivenciado atualmente em Bombinhas, é o de luta, por parte dos moradores e organizações ambientais locais, pela restrição do potencial construtivo aprovado por essas leis complementares. Esse potencial

construtivo⁴⁰ está voltado para o aproveitamento máximo da área a ser construída, impactando no Coeficiente de Aproveitamento Básico⁴¹, tendo como respaldo o fundamento da outorga onerosa⁴², prevista pela Lei Complementar nº 278/2017.

Desse modo, a questão do aproveitamento máximo construtivo em Bombinhas se apresenta como uma medida contrária aos princípios norteadores do Plano Diretor do município no que diz respeito à conservação do equilíbrio ambiental, com especial atenção ao saneamento ambiental e as políticas de planejamento e desenvolvimento territorial sócio ambientalmente sustentáveis (Art. 7º, V, VIII, 2009). Além disso, como previsto no Plano Diretor da cidade, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende, dentre outros, ao seguinte requisito: “compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a manutenção da qualidade do ambiente urbano e natural, bem como da preservação do equilíbrio ecológico” (Art. 10, II, 2009).

Sendo assim, existe um engajamento por parte das organizações ambientalistas locais para que volte o texto original do Plano Diretor vigente, ou seja, que na quadra do mar seja permitido apenas a construção de dois pavimentos, contando a garagem, sendo constituído de térreo mais dois andares no máximo.

As obras de urbanização realizadas na orla da praia de Bombas, com a construção de um calçadão foi um fator de polêmica. Durante a pesquisa de campo, e através das entrevistas realizadas com os moradores locais apresentam opiniões divergentes sobre essa obra. Alguns moradores alegavam que não houve nenhuma consulta pública para informar ou consultar a população sobre o calçadão.

⁴⁰ É o produto resultante da multiplicação da área do terreno pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico da zona em que se encontra (Art. 3º, Inciso I, Lei Complementar nº 278/2018).

⁴¹ É um índice que indica o quanto pode ser construído no lote sem que a edificação implique numa sobrecarga de infraestrutura para o Poder Público.

⁴² É um dos instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade. A Outorga Onerosa do Direito de Construir refere-se à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestado pelo beneficiário.

Figura 20 - Construção do calçadão da Praia de Bombas



Fonte: Mauricio Pereira, 2017.

Figura 21 - Construção do calçadão da Praia de Bombas.



Fonte: Mauricio Pereira, 2017-05-17.

3.1.3 Aspectos Socioeconômicos e Culturais

Como descrito anteriormente, os índios Tupi guaranis precederam os colonizadores europeus, e, posteriormente, foram trazidos negros da África, compondo dessa maneira a formação étnica da população na península. A vinda de imigrantes açorianos conferiu a cultura local uma

identidade própria. Os colonos açorianos mantiveram suas atividades agrícolas e pesqueiras adaptando-as e integrando a aquelas que já existiam no lugar, como, por exemplo, a adoção da canoa de voga, canoa de um pau só e a pesca da tainha entre maio e agosto (VERAS, 2007). Desse modo, a pesca, que já era uma tradição herdada de raízes açorianas, se associa aos conhecimentos indígenas originando uma cultura local fortemente ligada ao ambiente.

Figura 22 - Canoa de um pau só utilizada na pesca da tainha.



Fonte: Grupo Saragaço, 2017.

Outro aspecto cultural indígena que foi adotado e adaptado pelos colonos açorianos se refere à confecção de artefatos e equipamentos relacionados à pesca. A vinda de colonos de Ericeira, uma pequena vila de pescadores próxima a Lisboa, propiciou uma boa adaptação, já que a Enseada das Garoupas e Zimbros era considerada uma região muito abundante em peixe.

Segundo a descrição de (KOHL, 2001, p. 60),

(...) Os colonizadores copiaram dos índios a construção das canoas, apenas mudou a técnica. Enquanto o índio se utilizava do fogo e ferramentas de pedras duras para produzir a cavidade necessária, o europeu empregou ferramentas mais modernas. As canoas podiam chegar a 12 metros.

Eram feitas da figueira brava ou de guapurubu. Para aumentar a sua capacidade de carga, podiam ser equipadas com um suplemento de madeira, a bordadura.

Em vista disso, podemos perceber a influência indígena no modo de vida do colono açoriano tanto no que se refere à atividade pesqueira, quanto no cultivo da mandioca.

Os engenhos de farinha têm forte tradição em Bombinhas. A mandioca faz parte integrante da alimentação dos grupos indígenas brasileiros. Os índios Carijós conheciam e faziam uso dessa planta e transmitiram seus conhecimentos para os primeiros povoadores. “Os índios preparavam com a mandioca uma massa que assavam sobre uma placa de cerâmica, resultando em uma espécie de pão conhecido por beijú, e ainda o cauím, uma bebida preparada com a planta, cozida e fermentada” (KOHL, 2001, p. 153). Os açorianos já tinham experiência e habilidade com a tecnologia das atafonas, azenhas e moinhos de vento. Dessa maneira, os colonos açorianos aliaram seus conhecimentos, trazidos da Ilha dos Açores, ao saber dos povos e da cultura dos grupos indígenas presentes em Bombinhas.

Segundo a descrição de (KOHL, 2001), os engenhos eram movidos, em sua maioria, por tração animal e funcionavam em galpões ou ranchos. Havia engenhos que só produziam farinha de mandioca, outros produziam farinha, açúcar e cachaça e um terceiro tipo produzia só açúcar e cachaça, este último tipo em menor proporção que os demais. O comércio da farinha de mandioca tinha grande importância para a economia da província. Segundo a descrição de (KOHL, 2001, p. 155), sobre o cultivo da mandioca nessa área e seu reflexo na composição da vegetação local,

(...) toda a mata de Porto Belo e adjacências é constituída por uma vegetação que é qualificada tecnicamente como sendo: floresta secundária em estágio médio de regeneração, e isto em função das áreas terem sido exploradas na fabricação da farinha de mandioca num passado recente.

Um prato típico da cultura Bombinense é o pirão d’água, preparado com farinha de mandioca e água quente, que é consumido acompanhado de peixe e frutos do mar. Atílio Antão, poeta bombinense, conta sobre sua

infância em forma de versos. Ao se referir à alimentação, o autor resgata de sua memória essa tradição e assim a descreve,

1

No tempo que me criei
O alimento era apurado
Criei-me com açúcar grosso
Mas muito bem trabalhado
O café que a gente tomava
No torrador era passado
E na força de nossos braços
No pilão era socado

2

Para contar aqueles tempos
Aqui em versos eu venho
Farinha de mandioca
Que passava nos engenhos
Cada vez que eu me lembro
Ainda saudade tenho

3

Aquele pirão de farinha
Comido com peixe assado
Feito com muita limpeza
Com cautela e com cuidado
Mas só tinha uma vantagem
Nada era envenenado

Atílio Antão, 2017, p. 12

Em outra passagem o autor diz,

5

A mesa uma esteira de pirí
Estendida pelo chão
Mas ali a gente comia
Aquele gostoso pirão
Com carne ou peixe do mar
Fazia-se a refeição

A agricultura em Bombinhas foi um dos principais modos de produção da comunidade até a metade do século XX. Além dos engenhos de mandioca e açúcar, existia também o cultivo de café e a criação de animais. Em relação à atividade da pesca, esta era realizada semanalmente para consumo de subsistência e a pesca para fins comerciais tinha períodos definidos durante o ano. “O peixe era escalonado e vendido em arrobas, sendo transportado por embarcações” (SOUZA, 2001, p. 1). Além das atividades de engenho, a partir da produção de café se fazia um licor típico da região chamado “consertada”.

Em relação às manifestações culturais, podemos destacar algumas festas, costumes e tradições. As festas religiosas, as populares quermesses (festas em homenagem aos santos padroeiros), são realizadas em alguns bairros com missas e procissão. A festa da Nossa Senhora dos Navegantes é uma importante celebração com a procissão por mar, e as embarcações decoradas em homenagem à Santa. A festa do Sagrado Coração de Jesus também é bastante celebrada (SOUZA, 2001).

Algumas manifestações culturais de Bombinhas vêm resistindo com o tempo, mas se encontram prejudicadas pelas mudanças socioculturais e ambientais que impulsionam o crescimento da cidade. O pau de fitas, por exemplo, é uma manifestação folclórica e consiste em um espetáculo de dança, dançada em pares soltos, independentes ou coletivos, onde há um mestre sala que leva o pau de fitas até o centro do salão e fica ali o sustentando durante toda a dança. “A dança consiste em trançar as fitas e depois desfazer o trançado ao ritmo da cantoria” (SOUZA, 2001, p. 5). Segundo Souza (2001), “antigamente, as pessoas iam de casa em casa dançando o pau de fitas. Hoje ela pode ser apreciada, principalmente, em apresentações nas festas juninas da comunidade”.

Outras manifestações culturais importantes, e que vem sendo resgatadas, são o Boi de Mamão e o Terno de Reis. O Boi de Mamão é um folguedo popular em todo litoral catarinense que envolve música, canto e dança em torno do tema épico “morte e ressurreição do boi”. O Terno de Reis é composto por grupos de três cantadores, acompanhados ou não de instrumentos musicais. É através de cantorias que anunciam o nascimento de Jesus e visitam as casas. Era cantado nas festas de fim de ano. Atualmente as apresentações de Terno de Reis são mais raras (SOUZA, 2001).

Um costume antigo, herança dos imigrantes açorianos, é o chamado Boi de Campo, que se trata de uma brincadeira praticada em alguns lugares ao longo do litoral catarinense. Segundo (SOUZA, 2001, p.6), “os antigos moradores das cidades litorâneas de Santa Catarina a

chamavam de ‘brincadeira de boi bravo’, ‘boi de campo’ ou ‘boi na vara’. Nos últimos trinta anos tornou-se conhecida como ‘farra do boi’”. A brincadeira consiste em soltar o boi no mato, antes de ser abatido, aticando-o, e fazendo o animal correr atrás das pessoas que participam. É uma brincadeira polêmica, pois pode acarretar acidente para aqueles que participam dela. Além disso, a partir da década de 90, essa brincadeira passou a ser criminalizada, pois grupos defensores dos direitos animais consideravam que os animais sofriam maus tratos, e por isso foi proibida. No entanto, a Farra do Boi ainda acontece às escondidas no período que antecede a Semana Santa.

Outras duas ricas tradições culturais de Bombinhas que merecem ser mencionadas são o “Pão por Deus” e o “Pasquim”. O Pão por Deus é uma brincadeira popular praticada pelos descendentes de açorianos. Essa brincadeira significa uma prova de amizade e de amor em que se pedia uma prenda, presente, casamento, namoro, etc. As pessoas faziam e enviavam um coração de papel, geralmente com um versinho, acompanhado de um presente, e a pessoa que mandou recebia outro em troca.

Já o Pasquim faz parte da literatura popular do descendente de açoriano catarinense. Ao descrever o Pasquim, (SOUZA, 2001, p. 7) explica que este é um meio de comunicação apócrifo, ou seja, “sem autor confesso”, de modo a proporcionar:

(...) às comunidades uma forma de comunicação escrita espontânea. Estes manuscritos, sempre em forma de versos, eram achados aqui em Bombinhas da mesma maneira que em outras localidades, ou seja, postos debaixo de portas ou colocados em locais públicos (bares, vendas), sempre que um assunto ‘fofoca’ envolvesse alguém da comunidade. Os boatos e as gozações se espalhavam rapidamente sem que se identificassem as fontes dos mesmos, para desespero dos envolvidos, pois não sabiam se seriam elogiados ou mal falados.

Já a partir de 1940, a população local passa a transferir sua moradia, que estava localizada nos morros, para lugares próximos ao mar. A partir dessa nova configuração na ocupação territorial de Bombinhas, a agricultura começou a declinar, pois muitos jovens membros das famílias de lavradores já não iam mais para roça e passaram a se preparar para atuar na atividade pesqueira. Pelo fato da pouca utilização dessas

terras pela comunidade local, aquelas passaram a ser comercializadas por preços irrisórios (SOUZA, 2001).

Após 1960, a população local passa a ocupar a parte plana da cidade, localizada nas áreas mais próximas ao mar, desocupando totalmente as áreas de morro. A comunidade passa a se voltar para atividade da pesca. Segundo (SOUZA, 2001), a pesca artesanal do camarão, peixes e diversos outros frutos do mar são a base da economia de muitas famílias estabelecidas, principalmente nos bairros de Canto Grande e Zimbros. Esses dois bairros também são grandes produtores de mariscos, sendo que essa atividade se apresenta atualmente como importante fonte de alimento e renda para a população dessas áreas. A pesca de maior tradição é a da tainha, que é realizada em quase todas as praias de Bombinhas, do mês de maio até julho. Essa pesca é tradicional para cultura local e movimenta toda a comunidade.

A partir desse período dos anos 70 e 80 o modo de vida local passa por transformações que vão se intensificando a medida que o lugar vai se tornando mais visitado por turistas durante a temporada de verão (SOUZA, 2001).

Como descrito anteriormente, a partir da década de 1970, Bombinhas passa a ser conhecida como um balneário, o que gerou um aumento na construção de casas de veraneio e também um crescimento do fluxo de veranistas para localidade. Ocorreu também um processo de urbanização da localidade, com a aparente melhoria das estradas de rodagem, disponibilidade de transporte coletivo, rede de água e eletricidade. Com o desenvolvimento e aumento do turismo em Bombinhas, ocorre uma mudança no que se refere à ocupação da população local, que passa a ser empregada pelos veranistas, para cuidar de suas casas, fazendo serviços como capinar, limpar e vigiar. Desse modo, outras atividades, relacionadas ao crescimento do turismo no lugar, começam a compor a renda familiar (SOUZA, 2001).

O processo de ocupação territorial e de urbanização da cidade de Bombinhas ocorreu em um espaço de tempo relativamente curto e de forma acelerada. Dessa maneira, muitas mudanças aconteceram sem levar em consideração critérios “de fragilidade e as características ambientais das áreas urbanizadas levaram à ocupação e descaracterização de muitas áreas de preservação permanente, como: dunas, restinga, manguezal, topos de morro e Mata Atlântica” (POLETTE; CAVEDON, 2001, p. 75). Os autores destacam o problema da perda de seu patrimônio natural, o que compromete a qualidade de vida da população local e seus meios de

subsistência como o turismo e a pesca, que dependem diretamente da qualidade ambiental.

Dentre os problemas ocasionados pelo turismo mal planejado podemos destacar a descaracterização da paisagem natural, descaracterização cultural/social da população local, deterioração da qualidade da água (balneabilidade), problemas na pesca artesanal, áreas de maricultura prejudicadas por problemas de contaminação orgânica, destruição das dunas, manguezais e matas ciliares, aumento excessivo de lixo, problemas de abastecimento de água e energia elétrica.

Podemos evidenciar como um dos piores problemas do município de Bombinhas a questão da ocupação desordenada do espaço. Nos últimos anos a especulação imobiliária vem aumentando e causando impactos socioambientais negativos (POLETTE; CAVEDON, 2001). Desse modo, atualmente, ressaltamos o problema da verticalização do município a partir do intenso processo de construções voltadas para o turismo. A especulação imobiliária e a concentração urbana durante o período do verão vêm causando sérios problemas ambientais, o que por sua vez, geram um nível maior de poluição na cidade. De uma maneira geral, o aumento da poluição afeta diretamente a população local e suas atividades como a pesca, a maricultura, as espécies marinhas, o turismo, o mergulho, e os mananciais de água que abastecem a cidade. A questão do saneamento básico tem sido um ponto chave para discutir o problema da continuidade do processo de expansão construtiva no município, pois cada vez mais se torna evidente que a capacidade de suporte de Bombinhas já está no seu limite (POLETTE, 2001).

A pesca artesanal em Bombinhas veio perdendo importância desde a década de 80, principalmente em razão do surgimento da pesca industrial. Segundo (VERAS, 2007), a competição com os barcos industriais mais a falta de incentivos governamentais para manutenção da atividade da pesca artesanal já eram fatores bastante prejudiciais, porém o fenômeno da urbanização intensificou os problemas já existentes a medida que vem consumindo os espaços onde a atividade é realizada, como os terrenos próximos a orla da praia, que passam a ter um alto valor imobiliário pois são lugares privilegiados para a construção de casas de veraneio, hotéis e pousadas. Nesse sentido, a urbanização além de ocupar as áreas que tradicionalmente eram territórios da pesca artesanal compromete o meio ambiente, poluindo rios, aterrando mangues e despejando afluentes com esgoto doméstico, etc.

3.2 A PESCA ARTESANAL

Neste subitem abordamos a pesca artesanal brasileira, também conhecida como pesca de pequena escala ou pesca local, apresentando sua importância como atividade econômica e sociocultural no cenário nacional.

Não existe um consenso, ou uma definição única acerca do significado do termo pesca artesanal. A pesca artesanal é desenvolvida em todo litoral brasileiro, assim como também ocorre em águas lacustres e fluviais. Sendo assim, o fato de a pesca artesanal ser realizada de diferentes formas contribui para falta de um conceito único para defini-la. De uma maneira geral, esse tipo de pesca se caracteriza por se realizar de maneira oposta à pesca em larga escala, de tecnologia alta e investimentos acessíveis apenas a uma classe capitalista (PLATTEAU, 1989; apud SILVA, 2014, p. 9). Desse modo, podemos observar que a pesca se dá em várias escalas: Industrial, Comercial, Pequena Escala, Artesanal, Subsistência e Amadora.

Por muito tempo a pesca artesanal permaneceu sem definição jurídica no Brasil. A regulamentação jurídica da atividade da pesca artesanal é dada pela lei n. 11.959 de 29 de julho de 2009, que dispõem sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras em substituição ao Código de Pesca de 1967. A referenciada Lei de 2009 define a pesca artesanal como,

Modalidade de pesca comercial, realizada diretamente pelo pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios, ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (Art 8º, Lei nº 11.959/2009).

Consideram-se ainda, atividade pesqueira artesanal, os trabalhos de confecção e de reparo de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (Seção II, parágrafo único). Para além dessas definições jurídicas, como assinala (CARDOSO, 2001, p. 35), a pesca artesanal não pode ser compreendida apenas através do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias, que envolvem, por sua vez, “uma diversidade de modalidades técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros,

formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos”. Desse modo, a definição de pesca artesanal na legislação brasileira vem sendo discutida, pois ainda apresenta muitas imprecisões na forma como é classificada.

Segundo (DIEGUES, 1983), até a década de 1960 a atividade pesqueira no Brasil se limitava à pesca artesanal e a produção dos armadores, proprietários de algumas embarcações. Em 1967, o Governo brasileiro lançou um programa de incentivos fiscais a fim de acelerar os investimentos privados na pesca, aumentando a produção do pescado. Através do Decreto Lei nº 221, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca decidiu fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, com o objetivo de criar uma pesca empresarial capitalista no Brasil (DIEGUES, 1983). Com a adoção dessa política, houve um aumento do capital empregado nos meios de produção pelo crescimento do número de barcos médios (acima de 20 toneladas brutas). Essa política foi amplamente criticada pelo fato de estar assentada na exploração do pequeno pescador, embarcado, e também dos próprios recursos naturais.

Desse modo, nesse período, o governo brasileiro priorizou o investimento na pesca industrial, e não deu o devido reconhecimento a importância da pesca artesanal enquanto relevante atividade socioeconômica, assim como para produção de alimento e direito de manutenção do modo de vida das populações costeiras (CARDOSO, 2001).

Ao analisar os efeitos colaterais da política pública de investimento na pesca industrial, (DAURA-JORGE, 2007, p. 6) ressalta que,

(...) Inicialmente a produção industrial cresceu e substituiu a produção artesanal, porém este crescimento não tardou a estagnar; a indústria não se mostrou competitiva para o mercado externo; a sobrepesca e a destruição de ecossistemas revelam grandes conflitos ambientais; o pescador passou a ser explorado pela dinâmica do capital; surgem disputas pelo pescado e conflitos entre a pesca artesanal e industrial; e, além de muitos outros efeitos, a exploração de um bem comum beneficia apenas poucos detentores dos meios de produção.

A pesca artesanal, ou de pequena escala, é uma importante atividade extrativista ao longo da costa brasileira. Esse tipo de pesca se manifesta de maneiras diversas a partir de seus contextos socioculturais e ambientais.

Segundo documento da FAO (2018) a pesca de pequena escala desempenha um papel importante na segurança alimentar e nutrição, na erradicação da pobreza, no desenvolvimento equitativo e na utilização sustentável dos recursos. Esse documento também reconhece que para muitos pescadores e trabalhadores da pesca de pequena escala, “a pesca está firmemente enraizada nas comunidades locais, refletindo ligações históricas com os valores, as tradições e os recursos pesqueiros existentes e contribuindo para coesão social” (FAO, 2018, p. 10)

Outro aspecto importante relacionado à pesca artesanal refere-se à continuidade dessa atividade tradicional para muitas comunidades que se identificam como pesqueiras. Dessa forma, a pesca artesanal também se caracteriza como uma atividade geradora de elementos subjetivos, ou seja, uma atividade sociocultural responsável pela manutenção de vínculos humanos e comunitários.

O conceito de Atividade Pesqueira encontra-se em (CAISAN - Câmara Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁴³, p. 2)

A atividade pesqueira, conforme Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009⁴⁴, compreende todos os processos de pesca, exploração² e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. O RGP⁴⁵, portanto, compreende informações de todos aqueles que lidam diretamente com a atividade pesqueira.

Pesquisando no (1º Anuário Anual de Pesca e Agricultura, 2014, p.13)⁴⁶ podemos verificar que na evolução da atividade pesqueira

⁴³ Disponível em: CAISAN - Câmara Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional , p.2 apud <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2014/subsidios-da-caisan-para-a-discussao-sobre-201co-papel-da-pesca-artesanal-e-da-aquicultura-familiar-na-seguranca-alimentar-e-nutricional201d-na-xiv-plenaria-do-consea>.

⁴⁴**Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009.** Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm> Acesso e. 20/09/2018.

⁴⁵RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira.

⁴⁶Disponível em: 1º Anuário Anual de Pesca e Agricultura.

<http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf> Acesso em 20/09/2018, p 13.

brasileira há um crescente mercado interno e externo, assim, constatamos que:

A atividade pesqueira brasileira gera um PIB nacional de R\$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A meta do Ministério da Pesca e Aquicultura é incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil alcance a expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e se torne um dos maiores produtores do mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Hoje o País ocupa a 17ª posição no ranking mundial na produção de pescados em cativeiro e a 19ª na produção total de pescados.

Conforme dados apontados pelo (Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, 13, p. 13)⁴⁷

(...) uma produção de 1,4 milhões de toneladas em 2011, sendo 803 mil advindo da pesca, considerando-se que a pesca industrial ocorre com mais intensidade no sul e sudeste (cerca de 20% da produção quando somados), podemos inferir que a pesca artesanal ainda é responsável pela grande maioria do pescado consumido no Brasil. Este setor contribui significativamente para colocar o Brasil na 23ª posição dos maiores países pesqueiros do mundo e o 4º da América do Sul.

Santa Catarina foi um Estado de destaque neste processo. De acordo com o (Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, 2011, p. 21):

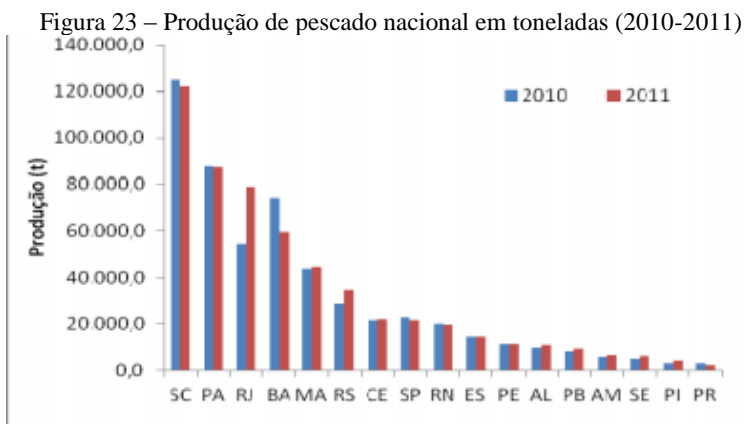
Em 2011, o Estado de Santa Catarina foi o maior produtor de pescado oriundo da pesca extrativa marinha, com 121.960,0 t, contribuindo com 22% da produção nacional desta modalidade (Tabela 6; Figura 4). Contudo, foi constatado um decréscimo

⁴⁷Disponível em: MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. 2011

<<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/191/Boletim%2520MPA%25202011FINAL3%5B1%5D.pdf?sequence=1>>.

de 2,4% em relação a 2010, quando foram produzidas 124.977,0 t.

O quadro abaixo mostra a produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha em 2010 e 2011 discriminada por Unidade da Federação.⁴⁸, p. 21.



Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Ano 2011.

No Brasil, até a década de 1930, com exceção das grandes cidades urbanas, a atividade pesqueira era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil, ou seja, dentro das unidades familiares ou de vizinhança nas inúmeras comunidades de pequenos pescadores espalhados pelo litoral. Diversas comunidades pesqueiras localizadas ao longo da costa brasileira combinavam a agricultura e a pesca (DIEGUES, 1983).

A denominada pesca artesanal é definida a partir de diferentes critérios. De maneira geral, entendemos a pesca artesanal como uma forma de pesca simples, de pequena escala, cuja produção se destina ao consumo familiar e ao mercado interno. Ela também se caracteriza por ser um tipo de pesca autônoma, marcada por uma estrutura de organização

⁴⁸Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Ano 2011.

<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2014/subsidios-da-caisan-para-a-discussao-sobre-201co-papel-da-pesca-artesanal-e-da-aquicultura-familiar-na-seguranca-alimentar-e-nutricional201d-na-xiv-plenaria-do-consea>
Acesso em 20/09/2018, p. 21.

hierarquizada em cujo topo se encontra a figura do mestre ou capitão de pesca (MALDONADO, 1993)

Tratamos nessa tese dos pescadores artesanais que se caracterizam pela simplicidade da tecnologia empregada na forma como a pesca é realizada e pelo baixo custo da produção. Além disso, a produção é realizada, na maioria das vezes, por grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos barcos. Para este tipo de pescador, a pesca representa uma de suas principais fontes de renda, sendo que “a produção volta-se para o mercado, sem perder, contudo o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização” (MALDONADO, 1986, p. 15). Sendo assim, a pesca de pequena escala também tem como característica o poder de decisão sobre aquilo que os pescadores produzem. Sobre esse aspecto, (MALDONADO, 1993, p. 172) afirma que,

As mudanças que ocorrem de modo mais recorrente no âmbito das relações de produção são o assalariamento dos pescadores e a concentração da posse dos meios de produção pelas empresas de pesca. Nessa conjuntura, o pescador é expropriado do acesso à posse dos meios de produção que tradicionalmente lhe era facultado pelo pertencimento a um corpo social, a sua comunidade, assim como das habilidades náuticas e pesqueiras que adquiriu ao socializar-se, tornando-se um pescador.

Nessa perspectiva, o descaso com inúmeras populações que viviam e ainda vivem da pesca nas áreas litorâneas brasileiras se reflete na falta de políticas públicas que incentivassem e subsidiassem a atividade da pesca exercida de maneira artesanal. A demora na criação de um ministério próprio para pesca corroborou com esse panorama.

Em junho de 2009, foi regulamentada a atividade pesqueira pela Lei Nº 11.959, de 26 de junho de 2009 como sendo aquela que:

(...) compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. O RGP, portanto, compreende informações de todos aqueles que lidam diretamente com a atividade

pesqueira... (BRASÍLIA. CAISAN - Câmara Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional. XIV Plenária do CONSEA. Brasília, 28/05/ 2014).

Na concepção de (DAURA-JORGE, 2007, p. 9) o declínio da pesca artesanal se apresenta como um processo comum na costa brasileira. Essa realidade também pode ser observada no litoral centro-norte de Santa Catarina. Segundo o autor,

(...) estas comunidades estão gradativamente em estado claustrofóbico, sendo sufocadas e marginalizadas em terra pela expansão urbana, e expulsadas do mar pela pesca industrial, um competidor desigual pelos limitados recursos marinhos.

No presente estudo é possível identificar a presença de diferentes tipos de pesca artesanal, ou seja, consideramos tanto aquelas formas que se aproximam de uma pesca semi-industrial, como a pesca que apresenta um caráter mais tradicional de subsistência.

De acordo com a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, CONVENÇÃO 188⁴⁹, p. 42 do texto:

(e) “pescador” significa toda pessoa empregada ou engajada a qualquer título que seja ou exercendo uma atividade profissional a bordo de uma embarcação de pesca, incluindo pessoas que trabalham a bordo e que são remuneradas com base em participação da captura, mas exclui pilotos, pessoal naval, outras pessoas a serviço permanente de um governo, pessoas baseadas em terra encarregadas de realizar trabalhos a bordo de uma embarcação de pesca e observadores de peixes.

Partindo do pressuposto de que o pescador é um tipo específico de trabalhador, (MALDONADO, 1986) argumenta que o espaço marítimo se caracteriza por ser um ambiente arriscado, indivisível e inapropriável

⁴⁹Disponível em Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, CONVENÇÃO 188⁴⁹, http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242715/lang--pt/index.htm, Acesso em 30/05/2017.

juridicamente. Essas particularidades também são descritas por (DIEGUES, 1995) quando afirma a existência de um alto grau de imponderabilidade na pesca marítima, pois, por um lado, há risco pela própria natureza dos recursos naturais e por outro, pelo fato do mar ser um bem “comum”, de livre acesso. Nesse sentido, (DIEGUES, 1995, p. 31) afirma que o mar é “um espaço de competição”.

Deste modo, a pesca é considerada uma atividade arriscada e imprevisível, seja pela questão da segurança física do pescador, quanto pela questão da necessidade de comercialização rápida da produção, devido à perecibilidade do pescado. A questão da imprevisibilidade também está relacionada à dependência aos fatores naturais, ou seja, na capacidade de renovação dos estoques pesqueiros e no caráter móvel do pescado.

Outra característica relacionada à pesca artesanal é que esses trabalhadores, de uma maneira geral, dependem dos atravessadores, que são os intermediários que comercializam o produto, devido à perecibilidade e por não disporem de infraestrutura para a conservação e de meios para transportar o pescado para os mercados mais distantes.

Uma característica específica no que se refere à organização social do trabalho na pesca artesanal é a importância da família como unidade de produção e consumo. A pesca simples/artesanal se caracteriza pela utilização do parentesco como critério de organização e de divisão do trabalho. Deste modo, (MALDONADO, 1993) chama a atenção para as análises sócio antropológicas que evidenciam a relevância do parentesco na formação dos grupos de trabalho, sendo essas relações familiares um dos principais mecanismos de reprodução da pesca simples. Nesse ponto de vista, o trabalho da pesca em família pode ser considerado,

(...) Além de um mecanismo social da ordem do afetivo que minimizaria os riscos e tensões inerentes à convivência com o mar, a utilização do parentesco como referencial produtivo também é uma forma de garantir a confiança na competência dos pescadores entre si pelo pré-conhecimento e a experiência familiar. (...) Também é uma forma de gerenciamento da força de trabalho, de estruturar o poder e de reproduzir a tradição (MALDONADO, 1993, p. 72).

A importância da família para a reprodução do processo produtivo da atividade pesqueira também é descrita por (DIEGUES, 1983), quando

evidencia o uso da força de trabalho familiar para reprodução dessa forma de organização.

No contexto desse referencial, podemos afirmar que os mestres são figuras centrais na divisão hierárquica do trabalho na pesca. São eles que organizam a pescaria, “desde as condições do instrumental cuja avaliação é responsabilidade sua, até a decisão de onde e quando pescar” (MALDONADO, 1993, p.74). O mestre é a autoridade máxima de uma embarcação, seu conhecimento e experiência são requisitos essenciais para uma boa pesca. Ao falar sobre a ‘mestrança’, (MALDONADO, 1993, p. 74) destaca que é esperado do mestre que, “localize os cardumes e seja capaz de articular a presença do peixe com a chegada do seu bote ao ponto certo, de modo a manter pelo tempo mais longo possível aquele território, aquele “pesqueiro”⁵⁰. Além disso, o mestre de pesca, “concentra na sua pessoa tanto a responsabilidade técnica e náutica, como a autoridade necessária à coordenação da atividade da pesca e a manutenção da ordem e da harmonia das relações dos tripulantes no mar e com o mar” (MALDONADO, 1993, p. 79).

Dessa maneira, (MALDONADO, 1993, p. 146) evidencia que as culturas marítimas tratam os conteúdos da mestrança como capital simbólico, como uma forma de conhecimento transmitido pelos mestres aos filhos, outros parentes ou até mesmo aos pescadores de sua confiança que façam parte do seu círculo de amizade ou tenha com eles relações pessoais próximas. Assim, “o aprendizado se transmite no fazer e pela via de informações e relatos orais”.

O mestre de pesca representa, através de sua mediação, uma autoridade simbólica, técnica e principalmente política, pois são considerados pelos pescadores como um membro indissociável da produção (MALDONADO, 1993).

Seguindo essa mesma perspectiva, (DIEGUES, 1983, p. 37) descreve a mestria como,

(...) uma capacidade pessoal, um conhecimento raro que exige o conhecimento do mar e dos cardumes, padrões de migração dos peixes e localização dos melhores locais de pesca, além de uma certa capacidade em tratar com a tripulação em condições quase sempre difíceis e extenuantes.

⁵⁰ “Os ‘pesqueiros’ podem ser definidos como pontos de abundância situados em zonas de pesca, periodicamente utilizados por um bote, por uma tripulação ou uma família, sendo esses padrões de usufruto definidos pelo costume” (MALDONADO, 1993, p. 74)

Além disso, a mestria só se consegue através de anos de experiência e é dificilmente adquirível através de cursos formais.

Logo, a partir dessa lógica, podemos constatar que “o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies” (MALDONADO, 1986, p. 36).

Sobre a conservação da natureza e o cuidado com a sobrepesca e a diminuição ou possível esgotamento de muitos recursos marítimos renováveis no litoral, a apropriação do mar, por parte dos pescadores artesanais, é realizada de acordo com as necessidades produtivas para a sua sobrevivência. Assim sendo,

(...) Vivendo da reprodução cíclica dos estoques, movimentando-se num mar cujas rotas aprenderem a reconhecer e percorrer através da educação recebida desde crianças, os pescadores sabem quando e onde encontrar os diversos peixes ou tipos de pescado que lhes interessam. Conhecendo também os limites da coleta, de acordo com o ritmo da natureza marinha, o pescador artesanal tem como condição da sua reprodução a manutenção do equilíbrio ambiental (MALDONADO, 1986, p. 42).

Não se pretende nesse trabalho idealizar a figura do pescador artesanal a partir de uma visão romântica, ou seja, como alguém que tem naturalmente incorporado um pensamento e atitude voltada para conservação dos recursos pesqueiros. Porém, não deixamos de reconhecer que sua intenção e atuação, no que diz respeito à forma de explorar a natureza, diferem substancialmente do modo da pesca industrial, por exemplo. Dessa forma, concordamos com (DIEGUES, 1983, p. 101) quando afirma que a percepção que o pescador tem sobre o meio ambiente varia de acordo com as formas de produção em que estão inseridos. Nesse sentido, podemos distinguir racionalidades específicas ao analisarmos a atividade pesqueira realizada dentro de formas de produção diferenciadas.

É evidente que, à medida que o peixe se transforma em uma mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Em vista da limitação dos recursos pesqueiros, a maior probabilidade de se obter êxito na pescaria se mostra através da pressa em capturar o pescado. E nessa lógica, (DIEGUES, 1983, p. 102) constata que,

(...) Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidas, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória. Rompe-se a solidariedade grupal e o resultado final é o abandono puro e simples da pequena pesca que já não permite nem a produção dos meios de subsistência nem a transformação dos pequenos pescadores em proletários do mar que passam a participar diretamente na pilhagem dos oceanos.

Segundo (DIEGUES, 1995) a percepção que o pescador tem sobre os mares e oceanos não é aquela que provém da ciência moderna-positivista, ou seja, ela não está baseada apenas em um conhecimento da realidade físico-biológica. As populações marítimas apresentam uma visão complexa sobre o meio marinho, pois mantém um contato direto com o mar e dele retiram sua subsistência. Dessa forma, esse ambiente natural se configura a partir de referenciais materiais e simbólicos que são construídos através do fazer, da oralidade e se reproduz de maneira geracional. Nessa interpretação (DIEGUES, 1995, p. 6) afirma que,

De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (ventos, marés, reprodução dos cardumes de peixes) que hoje começa a ser explorado pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar.

Nos últimos anos a pesca passou por diversas transformações no Brasil. Houve um crescimento significativo da ocupação das áreas litorâneas com o desenvolvimento do turismo de sol e praia. Muitas localidades pesqueiras, que apresentavam um alto nível ambiental e paisagístico, tornaram-se famosos destinos turísticos. Em um primeiro momento, de uma maneira geral, surgem às casas de veraneio, ocupando majoritariamente grande parte das orlas desses lugares. Posteriormente, de maneira rápida e espontânea vão sendo criadas as infraestruturas turísticas, remodelando essas localidades litorâneas de forma a atribuir novos usos e ocupações a esses espaços. Esse processo de ocupação das áreas contíguas ao mar se intensificou nos últimos trinta anos gerando uma dinâmica de desterritorialização das comunidades pesqueiras. Esse

fenômeno de turistificação de lugares litorâneos pode ser encontrado em alguns casos do litoral brasileiro, assim como vem ocorrendo na dinâmica territorial do município de Bombinhas.

3.2.1 A pesca artesanal no município de Bombinhas

Nesse subitem abordamos a pesca artesanal no município de Bombinhas apresentando sua importância como atividade econômica e sociocultural para comunidade local. Procuramos abordar a questão das mudanças sociais ocorridas nas comunidades de pescadores artesanais litorâneos.

No litoral de Santa Catarina encontra-se um dos maiores contingentes de pescadores artesanais costeiros. No litoral centro-norte catarinense existem muitas comunidades de pesca de diferentes tamanhos, hábitos e organização (DAURA-JORGE, 2007). Uma comunidade de pesca pode ser definida como aqueles núcleos pesqueiros que apresentam aglomerações de embarcações, galpões (ranchos) e residências de pescadores (WAHRLICK, 2009).

A atividade da pesca artesanal em Bombinhas remonta aos primeiros habitantes, os índios tupi-guarani, denominados Carijós. O número considerável de *sambaquis*⁵¹ encontrados ao longo da costa de Santa Catarina reflete a importância dos recursos pesqueiros para as populações que habitavam essa região desde o período pré-histórico (BECK, 1972).

⁵¹ ARQUEOLOGIA: acumulação pré-histórica de moluscos marinhos, fluviais ou terrestres realizada por índios, em que freq. se encontram ossos humanos, objetos de pedra, chifre e cerâmica.

GEOLOGIA: Depósito de origem natural realizado pelos agentes geológicos, constituindo terraços

Figura 24 - Pesca em Bombinhas



Fonte: Acervo pessoal Marcos Aurino Pinheiro/Site da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas

Com a chegada de colonos açorianos no século XVIII, a pesca de subsistência torna-se uma atividade importante na vida dos habitantes litorâneos, que passam a abandonar progressivamente as suas práticas agrícolas (FILOMENO, 1989). No início da colonização açoriana, a principal atividade da população da Ilha de Santa Catarina era a agricultura, e a pesca artesanal era praticada de forma subsidiária. A partir da segunda metade do século XIX, a pesca começa a assumir maior relevância contribuindo na formação da identidade cultural associada à atividade pesqueira (LAGO, 1996). Desse modo, só a partir do início do século XX que a pesca passa a figurar como atividade econômica, sendo explorada pelos moradores da Baía de Tijucas desde 1819, com a emigração dos colonos da Ericeira, Portugal continental. Sendo assim,

São os ericeirenses que ao fundarem a Colônia Nova Ericeira (com sede na atual Porto Belo, espalhava-se por nove municípios atuais, incluindo Bombinhas, Tijucas e Governador Celso Ramos) incluem na prática dos moradores da Baía de Tijucas as técnicas de construção naval e de pesca oceânica (NUNES, 2009 Apud. MARTINS; TOMAZI; BRENUVIDA, 2018, p. 22).

Como dito anteriormente, a cultura dos colonos açorianos apresentava forte ligação com o meio marítimo, o que possibilitou o desenvolvimento da atividade pesqueira, a partir da combinação das técnicas coloniais com as experiências indígenas assimiladas pelos açorianos. Essa interação cultural propiciou uma adaptação favorável do colono às condições locais.

Entre os séculos XIX e XX a pesca passa a ser praticada como uma atividade comercial, porém ainda de forma familiar e/ou coletiva. Segundo (DAURA-JORGE, 2007, p. 5), “os instrumentos de trabalho eram restritos, geralmente, a uma canoa-de-pau-só e uma tarrafa de algodão, gravatá ou tucum, mas eram suficientes para a produção necessária para a economia familiar”.

Seguindo essa perspectiva, (DIEGUES, 1983, p. 123) afirma que,

Os migrantes açorianos, que no século XIX vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram, sobretudo, agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal, cujo produto uma vez vendido fornecia o dinheiro necessário para a compra de mercadorias que eles não produziam. Efetivamente a pesca da tainha e da anchova era realizada com pequenas redes de praia e canoas a remo, dentro dos moldes das companhias, marcadas por um certo igualitarismo. A pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sitiantes do litoral catarinense.

Podemos caracterizar a atividade pesqueira no município de Bombinhas a partir de pesquisa realizada pelo projeto inforMAR – Tubarões e Raias. Este estudo apresenta uma caracterização da frota pesqueira e artes de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras da Baía de Tijucas, da qual Bombinhas faz parte. Foram mencionados sete tipos principais de embarcações utilizadas pelos pescadores, são elas: “bote (39%), barco (24%), baleeira (13%), bateira (8%), canoa de guarapuvu e parelha (6%) e traineira (4%)” (MARTINS; et. al., 2018, p. 32). O bote, canoa e a bateira, são considerados de pequeno porte, por apresentarem menor tempo de embarque, com menor capacidade para captura de peixes e acomodação de tripulantes. São consideradas embarcações de grande porte a traineira, a parelha e alguns tipos de barcos

pesqueiros por serem motorizadas e apresentarem grande capacidade de tripulação e carga.

Em Bombinhas são realizados diferentes tipos de pesca. Em levantamento realizado pelo projeto inforMAR (2018, p. 33), os pescadores artesanais da Baía de Tijucas citaram 12 artes-tipos de pesca, são elas: “o arrasto (37%), malha (26%), a espera (12%), a parelha (9%), a traineira (6%), o espinhel (3%), a rede de cação (2%), o mar novo, a tarrafã, cerco e também o molinete (1%)”. Cada período do ano é marcado pela pesca de determinadas espécies de peixes. Por isso, ao serem questionados sobre o que mais pescou/capturou durante a vida no mar, o estudo identificou que os cinco itens mais citados foram o camarão (43%), seguido pela corvina e tainha (20% cada) e os cações e a pescadinha (10% cada) (inforMAR, 2018, p. 34).

Esses pescados são explorados comercialmente e apresentam um caráter cíclico e móvel. (DIEGUES, 1983, p. 83) explica que esse ciclo advém do fato de que algumas espécies são passíveis de exploração somente em algumas épocas do ano, “pois passam por diversas fases até chegar à maturidade”. A mobilidade do pescado está relacionada ao fato de não ocuparem um nicho ecológico fixo, podendo ultrapassar não só fronteiras marítimas de países, como à capacidade de se deslocarem de um oceano a outro.

Segundo (POLETTE; CAVEDON, 2001), a pesca artesanal é uma atividade socioeconômica à qual se dedica muitos bombinenses, principalmente nos bairros de Canto Grande e Zimbros. A pesca faz parte da cultura da comunidade, que herdou essa tradição de seus ancestrais açorianos. Os pescadores estão organizados e protegem seus interesses através da Colônia de Pesca Z-22, localizada no bairro de Zimbros (Figura 4).

Figura 25 - Colônia de Pescadores Z-22 de Bombinhas.



Fonte: João Eduardo Rays, 2017.

Segundo os dados de (POLETTE; CAVEDON, 2001), em 1994 foi realizado um censo parcial que constatou a existência de 237 chefes de família que tinham como principal atividade econômica a pesca. A produção total da comunidade pesqueira de Canto Grande no ano de 1994 foi de 132.550 kg. “No verão se pesca camarão, garoupa, cação, pescada e robalo, e no inverno a pesca é de tainha, camarão, pescada, corvina e anchova” (POLETTE; CAVEDON, 2001, p. 59). Os respectivos autores ressaltam a importância da pesca como meio de sustento das famílias bombinenses e destacam que essa atividade tem sido bastante prejudicada, inclusive com a diminuição dos lucros, pela falta de apoio do governo à pesca, pela concorrência desleal da pesca industrial, pela degradação do meio ambiente, pelo desrespeito às normas sobre a pesca, e pelo conflito que acontece muitas vezes entre as atividades ligadas ao turismo e a pesca.

Em entrevista realizada na Colônia de Pescadores Z-22, durante a pesquisa de campo em Bombinhas, foi relatado que existem por volta de 800 pescadores associados à Colônia, sendo que, em atividade atualmente existe o cadastro de 300 a 400 pescadores. Desse total, 40 são mulheres. A Colônia de Pescadores Z-22 foi fundada em 25 de maio de 1994. Antes disso, os pescadores eram associados à Colônia de Pescadores de Porto Belo, a Z-8. Dentre as espécies de pescados mais capturados estão o

camarão branco, a anchova, a corvina e a tainha. O defeso ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. O defeso da anchova ocorre de dezembro a março; o do camarão, de março a maio e o da corvina, de maio a junho. Em relação à existência de alguma reivindicação para criação de um Território Pesqueiro ou Reserva Extrativista Marinha em Bombinhas, o entrevistado relatou sobre o interesse na criação de uma área com essa finalidade na Baía de Zimbros.

Outra atividade econômica extrativista desenvolvida em Bombinhas é o cultivo de mariscos. Essa atividade tem se mostrado uma importante fonte de alimento e alternativa de renda para população das áreas costeiras, que podem desenvolver o cultivo no seu próprio ambiente natural. O Estado de Santa Catarina se destaca nacionalmente na produção e comercialização de mariscos. Segundo dados do Epagri (2016) foram produzidos no Estado 15.381 toneladas de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras). Foram identificados 604 maricultores que atuaram na produção, e estão distribuídos em 12 municípios do litoral, compreendidos entre Palhoça e São Francisco do Sul. O município de Bombinhas se destaca como segundo maior produtor de mexilhões (*Perna perna*), com uma produção de 1405t. Além disso, Bombinhas é o segundo lugar com maior número de produtores (83), só perdendo para o município de Palhoça que concentra 223 produtores (EPAGRI, 2016).

No município de Bombinhas a maricultura surgiu como uma alternativa econômica para os pecadores artesanais, diante da diminuição dos lucros vindos da pesca. Existem em Bombinhas duas áreas de cultivo localizadas em Zimbros e Canto Grande.

Uma das maiores tradições de Bombinhas é a pesca artesanal da tainha, que é realizada com a canoa-de-um-pau-só. As Canoas-de-Um-Pau-Só são um meio de transporte herdado dos índios, e são assim chamadas porque são feitas a partir de um único tronco do Garapuvu (árvore símbolo de Bombinhas). Ela foi adotada pelos açorianos para prática da pesca artesanal. A pesca da tainha é realizada com a canoa-de-um-pau-só que faz o cerco no cardume. Esse modo de pesca é praticado há mais de cem anos de maneira totalmente artesanal, através do ritmo das remadas e para ser realizada requer um alto nível de conhecimento sobre fatores físico-naturais.

O vigia, com seu olhar experiente, se posiciona em um lugar privilegiado para avistar os cardumes de tainha. Ao localizar o cardume, o vigia alerta o rancho mais próximo para o cerco. As canoas são lançadas ao mar, descrevendo um semicírculo, enquanto lançam as redes para captura. A adrenalina continua no puxar das redes, até a beira do mar,

quando, então, os pescadores e sua camaradagem avaliam o tamanho do chamado “lanço”. Uma ajuda também é sempre bem-vinda no puxar das redes, e recompensada com uma tainha fresca.

Figura 26 - Homens puxando a rede durante a temporada de pesca da tainha



Fonte: Grupo Saragaço, 2017.

As tainhas, cuja espécie pertence ao gênero *Mugil*, da família dos mugilídeos, são peixes migratórios. No começo do inverno, deixam a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, para desovar em águas mais quentes no norte, quando seguem as correntes marítimas, chegando à grande parte do litoral de Santa Catarina, incluindo Bombinhas. Como espécie altamente gregária⁵² migra em grandes cardumes, buscando principalmente águas costeiras. Quando se aproximam dos pontos de captura, os cardumes são facilmente identificados pelos vigias, pelo tom avermelhado que mancha o mar. É o momento ritual do cerco e da captura.

Existem lendas e superstições que cercam a secular pesca da tainha. Elas formam um verdadeiro conjunto de regras que devem ser respeitadas para que a pesca seja farta. Dentre essas regras está a proibição de correr na praia, pois as pisadas fortes ecoam até o cardume, afastando-o. Mulheres grávidas também afastam os cardumes. Até hoje, alguns ranchos apelam para as benzedeiças, que benzem canoas e redes.

⁵² Que vive em grupo.

Os cardumes também são espantados quando há muita luminosidade artificial à noite. Por isso, é possível notar a redução da iluminação nas praias durante o período.

A prática do surf em Bombinhas, durante o período da pesca da tainha, só é permitida nos dias em que a ressaca ou o mar agitado não permitam a atividade da pesca. Para tanto, é estabelecido o sistema de bandeiras. Na cor verde indica autorização. A cor vermelha proíbe a prática do surf. A delimitação da área para o surf é feita pelo padrão da pesca artesanal destes locais.

Por ser uma atividade extrativista, a pesca da tainha segue rígidas normas do IBAMA. Existe a Instrução Normativa 171 do IBAMA que determina que, durante o período de 1º de maio a 15 de julho de cada ano, nas praias onde há pesca da tainha, a proibição das práticas abaixo relacionadas – a menos de 800 metros das praias licenciadas (todas de Bombinhas) e 300 metros dos costões rochosos.

São proibidos:

- Pesca de cerco.
- Captura de isca viva.
- Redes da caça, de malha, de trolha, de emalhar fixas.
- Uso de cercos flutuantes, físgas, garatéias, farol manual, pesca de espada e tarrafas.
- A pesca da tainha de arrastão de praia só é permitida aos pescadores artesanais.
- Também são proibidas por lei as práticas esportivas como motonáutica e vela.

A pesca artesanal da tainha é patrimônio imaterial estadual e municipal. A Lei Estadual nº 15922, de 06 de dezembro de 2012 “declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Pesca Artesanal da Tainha” e a Lei Municipal nº 1285 de 04 de julho de 2012 “declara a Pesca da Tainha integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Bombinhas”. Em Bombinhas a atividade é regulamentada pelo Decreto de Lei Municipal 1320/2013, “que proíbe a prática de esportes náuticos e limita a navegação de embarcações de lazer e industrial de pesca de tainha, como forma de incentivo a pesca artesanal local e autoriza contratação de servidores para fiscalização” (FUNDAÇÃOMUNICIPAL DE CULTURA DE BOMBINHAS, 2018)

Em relação às inovações tecnológicas mais amplamente adotadas pela pesca tradicional se deram pela adoção de materiais sintéticos utilizados na confecção de redes e linhas de pesca, que eram

confeccionadas antigamente com tecido de algodão. Tais inovações são denominadas por (MALDONADO, 1986, p. 38) como “atualização da pesca artesanal”.

(MALDONADO, 1993) assinala que, para muitos pescadores mais velhos, a adoção de novos instrumentos, de novas tecnologias, é vista com certa reserva pela tradição pesqueira que reage em defesa da sua identidade e do seu saber.

É nesse sentido que a pesca artesanal, enquanto uma forma de pesca simples envolve um rol de conhecimentos. Nessa ótica, (MALDONADO, 1986, p. 68) considera que,

Esse “ser pescador” “marcando” o espaço à maneira simples é importante neste tipo de pesca. Tão importante ou mais do que eventuais avanços tecnológicos. Nesse contexto, o nível de desenvolvimento das forças produtivas sendo mais baixo do que na pesca industrial, a dependência das condições climática e do tipo de relevo marinho marcam mais as formas de organização e de exploração, o que exige do pescador um conhecimento detalhadíssimo dos fundos marinhos, dos ciclos biológicos, dos costumes e da distribuição das espécies.

O processo de mudança territorial, impulsionado principalmente pela construção de infraestrutura com finalidade turística, vem desencadeando formas de expropriação material e imaterial para diversos grupos de pescadores no Brasil e, especificamente em Bombinhas (DIEGUES, 1995; MALDONADO, 1986; CORIOLANO, 2007). É possível observar, em muitos casos, uma crescente dependência por parte dos nativos dos lugares que se tornam turísticos da renda gerada por essa atividade econômica. No entanto, a sazonalidade que caracteriza o turismo, faz com que muitas famílias locais dependam da ajuda financeira fornecida pela atividade pesqueira.

Esse processo de mudança socioespacial nas áreas litorâneas é identificado por (MALDONADO, 1986, p. 44) quando constata que,

As áreas de praia onde geralmente estão situadas as comunidades de pesca artesanal têm sido ocupadas por empresas imobiliárias, turísticas e hoteleiras, o que afasta o pescador do contato sistemático e frequente com o mar, elemento imprescindível à

formação individual e à reprodução do grupo. Esse tipo de intervenção no ambiente também contribuiu grandemente para desarticulação dos grupos e marginalização do pescador.

Entendemos nessa tese que o turismo e a pesca são atividades econômicas complementares e não excludentes, pois cada uma delas tem a possibilidade de se beneficiar mutuamente, seja a pesca através da comercialização direta do pescado para o mercado consumidor, aumentando sua margem de lucro, seja o turismo, que tem na pesca um atrativo cultural que atribui um valor de singularidade ao lugar, através do reconhecimento e valorização do modo de vida da cultura local.

No entanto, para que ambas as atividades tenham continuidade e possam contribuir para o desenvolvimento local de Bombinhas, é preciso que elas sejam planejadas e geridas com responsabilidade, de maneira que não comprometa a qualidade ambiental e afete a qualidade de vida da população local. Uma alternativa seria integrar as atividades do turismo com a atividade pesqueira, aliando a questão econômica com a promoção e valorização da cultura e identidade local.

3.2.2 Território Tradicional Pesqueiro

Nesse subitem apresentamos a definição de Território Tradicional Pesqueiro e as reivindicações e mobilizações do grupo de pescadores e pescadoras artesanais no Brasil e em Bombinhas.

Podemos afirmar, de maneira geral, que as sociedades marítimas apresentam uma cultura própria, com características singulares que estão relacionadas ao seu ambiente natural e ao seu modo de produção. Essa especificidade dos povos dos mares pode ser compreendida a partir da visão de que,

As comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas. A constituição histórico-cultural dessas comunidades marítimas está relacionada, de alguma forma, com o distanciamento da “terra” enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sociocultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca empresarial-capitalista, passam uma parte

considerável de seu tempo (GEISTDOEFER apud DIEGUES, 1995, p. 19)

Dessa forma, o espaço marítimo se configura como ambiente produtivo de posse comum, e referencial ideológico e espacial dos pescadores.

(MALDONADO, 1986) fala sobre a identidade própria do pescador marítimo. Esse trabalhador do mar apresenta maneiras específicas de apropriação do seu ambiente, já que seu lugar de trabalho, no caso o mar, é concebido enquanto meio arriscado, indivisível e inapropriável juridicamente. O ofício de pescador se realiza através do saber fazer, da prática, e se baseia em um profundo conhecimento sobre a natureza. Sobre esse conhecimento e maneira diferenciada de apropriação do espaço marítimo (MALDONADO, 1986, p. 33) descreve que,

(...) A forma de divisão ou de delimitação do espaço produtivo no mar é feita através do estabelecimento tradicional de bancos de pesca explorados por um ou mais grupos. Através do conhecimento dos caminhos marítimos e do comportamento das diversas espécies de peixe e crustáceo os pescadores realizam o acesso aos bons locais de pesca. Aqui é importante a tendência ao segredo e a ocultação de rotas, comportamento bastante frequente num processo de apropriação simbólica do recurso.

Essa forma de apropriação do espaço marítimo pelo pescador se caracteriza pelo processo de *marcação*, que é descrito por (MALDONADO, 1993, p. 97) como “uma das instâncias em que se constrói se expressa e se atualiza a territorialidade dos pescadores”. A marcação é considerada por Maldonado como um dos marcos culturais da pesca, junto com o bote e a mestrança (MALDONADO, 1993, p. 24). Segundo a autora, a marcação pode ser definida de modo objetivo como, “o sistema de descoberta e uso de banco de peixes, é o acesso aos recursos marinhos mediante o conhecimento dos pesqueiros, das rotas, dos lugares” (MALDONADO, 1993, p. 127). Nesse sentido,

As zonas de pesca ou “mares” são grandes áreas baseadas na profundidade, composição do fundo e nos tipos de pescado de cada lugar e essa forma de

divisão básica do espaço é praticamente universal entre pescadores marítimos. Os bancos, pesqueiros ou “pedras”, “grounds” ou “fishing spots” são áreas menores dentro de cada “mar”, onde os botes ancoram e pescam a partir da sazonalidade da produção pesqueira que determina que espécies poderão ser perseguidas e capturadas em cada lugar (MALDONADO, 1993, p. 98).

Sendo assim, a marcação está relacionada com formas de conhecimento sobre o meio marinho e sobre fenômenos naturais como a direção dos ventos, o movimento do mar, o voo de aves marinhas, entre outros, que permitem identificar e mapear os melhores locais de pesca.

Desse modo, os conhecimentos sobre a espacialidade pesqueira são construídos e transmitidos ao longo do tempo e por gerações através da prática e da oralidade e são considerados de grande complexidade e significação para identidade do pescador. Nesse sentido, podemos entender a marcação como “uma prática social ligada à territorialidade, conceito que informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que a ela se associam na construção do horizonte de relacionamento das sociedades pesqueiras com o real” (MALDONADO, 1993, p. 98).

Nesse entendimento, é possível identificar a forma como os pescadores constroem seus territórios e defendem seus direitos de usufruto do mar. Essa inter-relação do pescador com o seu meio é denominada por (MALDONADO, 1993, p. 15) de “cultura marítima”. Segundo a autora, a cultura marítima está associada à existência de noções e princípios “que estão além do momento da produção e que também a antecedem, perpassando a ordem social, a lógica e os valores das sociedades de pescadores marítimos” (MALDONADO, 1993, p. 34).

Em relação às formas de apropriação e uso do espaço marítimo, (DIEGUES, 1983) explica que em sociedades de pescadores onde o desenvolvimento das forças produtivas é baixo, o controle sobre determinados pontos de pesca se faz através da capacidade do pescador em, tendo-o descoberto, poder conservá-lo. Deste modo, (DIEGUES, 1983, p. 87) afirma que,

(...) Em muitos casos, o melhor pescador é aquele que pode localizar e conservar para si ou sua família (unidade de produção) o maior número possível de pontos sem que esses sejam descobertos pelos concorrentes potenciais. Esses

pontos podem ser explorados temporariamente e depois abandonados por outros melhores, bem como constituem a herança que um mestre pode passar aos seus descendentes (p. 87).

Essas formas de direito sobre águas marinhas se manifestam a partir de um senso de territorialidade relativo aos locais de pesca. Nessa perspectiva, o mar se apresenta como espaço indiviso onde são construídos os códigos simbólicos que constituem a territorialidade marítima, que permitem viabilizar e ordenar a apropriação da natureza pelos pescadores. Essa indivisão se fundamenta em formas complexas e elaboradas de divisão, o que pressupõem um conhecimento empírico sobre o meio marítimo. Nesse sentido (MALDONADO, 1993, p. 34) afirma que,

(...) Sendo o mar considerado patrimônio da humanidade e meio de posse comum, a sua exploração se viabiliza nas formas em que cada grupo social o percebe, delimita e divide, construindo territórios marítimos. Essas formas territoriais são construtos significativos e complexos das culturas marítimas, que se constituem de maneira muito específica a partir do estilhaçamento dos pescadores em unidades de trabalho que se distanciam para pescar, as tripulações dos barcos.

Nesta tese, é possível identificar, ao longo das últimas três décadas, uma reorganização espacial da cidade de Bombinhas aonde vem prevalecendo a prioridade do uso e ocupação do solo voltado para o desenvolvimento da atividade turística. Nesse sentido, o processo de urbanização da cidade foi impulsionado pela expansão de infraestrutura turística, com a construção de hotéis, restaurantes e casas de veraneio, que por sua vez, causaram uma dinâmica de desterritorialização da população local. Com isso, a pesca foi perdendo seu espaço e sua importância econômica, a medida que a renda proporcionada pelo turismo passou a representar a maior parte da renda das famílias locais envolvidas com a atividade turística. Esse fato pode ser observado a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo que demonstrou a grande dependência dos nativos em relação à renda gerada pelo turismo no período da alta temporada.

Apesar da importância da pesca de pequena escala para segurança alimentar e nutrição, erradicação da pobreza, desenvolvimento equitativo e utilização menos intensa dos recursos naturais, muitos pescadores e trabalhadores da pesca artesanal continuam a ser marginalizados no seu direito de posse das terras costeiras. Esse direito se mostra fundamental para garantir e facilitar o acesso à pesca, para facilitar as atividades complementares de transformação e comercialização do pescado e para a habitação e outros apoios aos meios de subsistência das comunidades locais pesqueiras.

Nessa perspectiva, o Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP) através de um projeto de lei de iniciativa popular, vem reivindicando a criação de algum dispositivo legal que assegure e reconheça o Território Pesqueiro a partir de um conceito mais amplo, englobando terra e água. Entendendo, dessa forma, que os territórios tradicionais são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica das comunidades pesqueiras. Essa reivindicação se fundamenta na ideia de que o pescador tem um modo de vida e cultura própria. Por isso, o projeto de lei define o Território Tradicional Pesqueiro da seguinte forma:

As extensões em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como a sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (CARTILHA do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro, s/a).

O bairro de Zimbros é considerado pelo Zoneamento urbano uma Zona de Ocupação Tradicional. No bairro de Zimbros existem muitos pescadores e maricultores que dependem do mar enquanto fonte de renda. No entanto, essa dependência com o meio marítimo não se dá apenas no plano econômico, pois a relação do homem com o mar é construída a partir de uma territorialidade marítima. Nesse sentido, a atividade pesqueira se caracteriza não só como um ofício, mas como referencial identitário relacionado a um modo de vida próprio.

Desse modo, podemos dizer que muitos pescadores (as) e trabalhadores (as) da pesca de pequena escala e suas comunidades, dependem diretamente do acesso aos recursos pesqueiros e a terra.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOMBINHAS

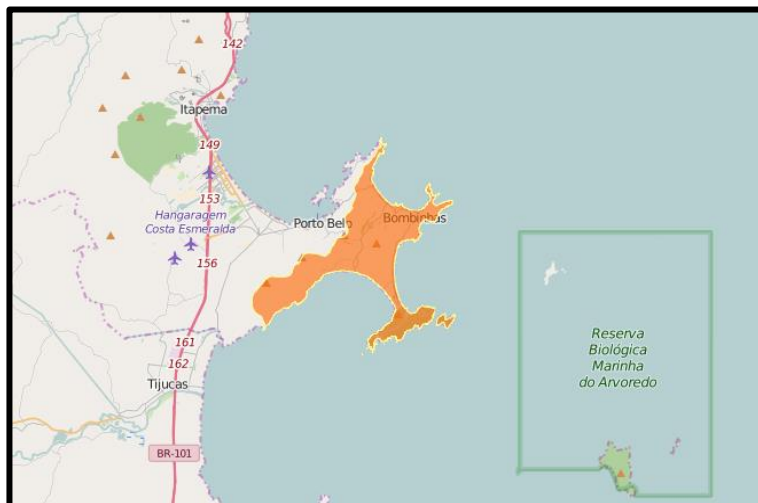
Nesse subitem descrevemos as principais características das Unidades de Conservação de proteção integral que fazem parte do município de Bombinhas e que estão localizadas no seu entorno. Existem atualmente em Bombinhas três Unidades de Conservação que são três Parques Naturais Municipais. Falaremos brevemente sobre a Reserva Ecológica da Ilha do Arvoredo pelo fato da cidade de Bombinhas estar localizada na zona de amortecimento dessa unidade de conservação. Abordamos também quais são as perspectivas em relação à criação dos planos de manejo dos Parques Naturais.

3.3.1 Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo é uma unidade de conservação federal, de proteção integral e foi criada em 12 de março de 1990, através do Decreto Federal nº 99.142. Essa unidade de conservação é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e tem como objetivo proteger um pequeno espaço da costa brasileira que apresenta grande importância biológica. As Reservas Biológicas são Unidades de Conservação que visam à preservação integral da biota e demais atributos naturais sem interferência humana direta ou modificações ambientais. A visitação pública é proibida, exceto para realização de pesquisa científica, os quais dependem de prévia autorização do ICMBio.

A Reserva do Arvoredo está localizada no litoral do estado de Santa Catarina entre os municípios de Florianópolis e Bombinhas, a 11 quilômetros da costa. Com uma área de 17.600 hectares de superfície, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo abriga em seu interior as ilhas do Arvoredo, Galé, Deserta, Calhau de São Pedro uma grande área marinha que circunda esse arquipélago.

Figura 27 - Localização da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em relação à Bombinhas



Fonte: Google, 2018

Essa unidade de conservação se caracteriza pela alta diversidade de ambientes marinhos e terrestres que abrigam uma infinidade de espécies, sendo muitas delas raras e ameaçadas de extinção. As ilhas apresentam remanescentes de Mata Atlântica, locais de reprodução para aves marinhas e sítios arqueológicos com sambaquis e inscrições rupestres. Além disso, os ambientes marinhos da Reserva fornecem abrigo para reprodução e crescimento para diversas espécies de peixes, o que contribui para manutenção dos estoques pesqueiros no entorno. Outra característica da Reserva é a alternância de correntes quentes e frias, costeiras e oceânicas, que permite que em um mesmo local sejam observados pinguins, baleias-francas e lobos marinhos nadando sobre fundos com peixes, corais, esponjas, equinodermos e crustáceos característicos de mares quentes (ICMBIO, 2017). Em relação a sua flora e fauna, podemos destacar que a Reserva se caracteriza por sua alta biodiversidade, com espécies ainda por serem descritas e estudadas. Na unidade são encontradas cerca de 32% das espécies da flora de macroalgas vermelhas descritas para a costa brasileira, sendo, dessas, seis com registro novo para o Brasil. A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo abriga, ainda, o único banco de algas calcárias do litoral sul (ICMBio, 2015).

Na Rebio do Arvoredo é permitido realizar trabalhos com objetivos educacionais e de pesquisa científica, desde que autorizados pelo ICMBio. É permitido o trânsito de embarcações nas Rotas de passagens definidas pelo Plano de Manejo da Reserva, mantendo sempre o afastamento mínimo de quinhentos metros das ilhas. Em casos de mar ruim, quando a segurança da navegação ficar comprometida, é permitido que as embarcações busquem abrigo em áreas protegidas no interior da Reserva (arribada).

Na Baía do farol (Ilha do Arvoredo), a pesca é proibida a menos de 200 metros da ilha. Na Baía Mansa e Saco do Capim (Ilha do Arvoredo) a pesca é proibida a menos de 100 metros da ilha, exceto para pesca de lula com zangarilho, permitida a distância mínima de 50 metros do Calhau de São Pedro. O lado leste do Calhau está dentro da Reserva, onde a pesca é proibida. Na Área de Normatização da Pesca e Turismo da REBIO do Arvoredo é proibida a pesca com embarcações com mais de dez toneladas de arqueação bruta (10AB). A pesca de arrasto é proibida na Baía de Tijucas e nas enseadas de Porto Belo, Bombinhas, Mariscal e Zimbros (ICMBio, 2015).

Alguns pescadores artesanais entrevistados durante a pesquisa de campo deste estudo comentaram que a Reserva foi criada sem a participação dos mesmos no que diz respeito ao Plano de Manejo da ilha. Por isso, pôde-se perceber que apesar dos pescadores reconhecerem a importância dessa unidade de conservação para renovação do estoque pesqueiro, eles alegam que seu conhecimento sobre aquele ecossistema marinho não foi incluído quando da realização do diagnóstico que serviu de base para criação do plano de manejo da área. Os pescadores reivindicam que em determinadas épocas do ano poderia ser permitido capturar os peixes de passagem no entorno da ilha.

3.3.2 Parque Natural Municipal da Galheta

O Parque Municipal da Galheta é uma Unidade de Conservação criada por iniciativa popular da Associação dos Amigos e Moradores da Praia de Bombas (COUTINHO, 1999). A Lei Municipal nº 97 de fevereiro de 1994, dispõe sobre a criação do Parque da Galheta que tem como objetivos: “I - preservar a flora, a fauna e a paisagem; II - preservar a formação rochosa existente; III - desenvolver a educação ambiental; IV - oferecer oportunidade para recreação pública; e V - proporcionar facilidades para a investigação e outros fins de índole científica” (Art. 2º). De acordo com Coutinho (1999), a legislação da iniciativa popular teve como finalidade conservar as Áreas de Preservação Permanente (APPs)

daquele promontório e proibiu, segundo o 5º artigo da mesma Lei, “(...) em toda a área do Parque Municipal da Galheta, qualquer espécie de parcelamento do solo, assim como alterações e remoção das edificações ora existentes, ainda que de forma parcial” (COUTINHO, 1999, p. 31)

Segundo dados da dissertação de Coutinho (1999), o Parque Municipal da Galheta possui aproximadamente 1,32 km², que ocupa 15,3% da área das morrarias e 11,7% da área total das morrarias e planícies pertencentes à microbacia de Bombas. Já em relação à Bombinhas, o Parque Municipal da Galheta ocupa 3,6% da área do município (Idem).

Essa unidade de conservação engloba Zonas de Preservação Especial (ZPE) e de Interesse Turístico (ZIT) dos municípios de Bombinhas e de Porto Belo, sendo que, a porção localizada no município de Porto Belo foi ocupada por construções residenciais. A Zona Residencial denominada ZR-2ª é classificada como Área de Preservação Permanente (APP). Um aspecto negativo destacado por (VERAS, 2007), em relação ao Parque da Galheta, é a sua desconectividade com outras áreas verdes conservadas de maneira a compor um corredor ecológico com o Morro de Bombas e o Morro da Costeira de Zimbros. Desse modo, suas espécies endógenas tiveram seu intercâmbio e fluxo genético interrompido, comprometendo, dessa forma, suas populações.

3.3.3 Parque Natural Municipal do Morro do Macaco

O Parque Municipal do Morro do Macaco foi criado através da Lei nº 113, em maio de 1994. Assim como o Parque da Galheta, os objetivos da criação do Parque do Morro do Macaco são a preservação da fauna e flora; o desenvolvimento da educação ambiental, o uso dessa unidade de conservação como um espaço de recreação e com fins de pesquisa científica.

O Parque Natural Municipal do Morro do Macaco tem uma área de 267 hectares e está localizado integralmente no município de Bombinhas. Essa unidade de conservação também abrange a ilha do Macuco (ou do Amendoim). É também administrado pela FAMAB.

O Morro do Macaco, como é popularmente conhecido esse Parque, é um ponto turístico muito visitado por moradores e turistas em Bombinhas, pois sua trilha leva ao segundo ponto mais elevado da cidade, com aproximadamente 180 metros de altitude, onde se tem uma vista panorâmica de todo o município. Além disso, em sua porção mais alta, tem-se uma vista panorâmica de toda península, da Reserva Biológica do

Arvoredo e parte da baía norte da Área de Proteção Ambiental Federal do Anhatomirim.

Uma parte de seu território é Zona de Preservação Permanente (ZPP), outra parte de seu território é classificado como Zona de Preservação Especial (passível de ser edificada), sendo que parte de seu território já é ocupado por um luxuoso condomínio de casas de veraneio. Nesse sentido, por ser passível de ser edificável, está sujeita à especulação imobiliária. Segundo (VERAS, 2007, p. 9), “a abertura de vias de circulação tem acentuado o processo erosivo, comprometendo a paisagem, a balneabilidade de algumas praias e os recursos hídricos presentes”. Outro aspecto negativo descrito por (VERAS, 2007), diz respeito à ocupação residencial na parte sul e os problemas de caráter sanitário, pela adoção de fossas sépticas e a dificuldade na coleta de lixo nessa localidade.

3.3.4 Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros

A Costeira de Zimbros está localizada no extremo sul do município de Bombinhas. A Unidade de Conservação está totalmente inserida no Bioma Mata Atlântica. Segundo diagnóstico sobre a flora e vegetação da Costeira de Zimbros, sua localização e geomorfologia, faz com que o morro de zimbros e seu conjunto de praias possuam uma variação de ambientes e micro climas muito peculiares, condicionando uma grande variedade de comunidades vegetais em seus ecossistemas (BOMBINHAS, 2013). O relevo da região é caracterizado por uma série de morros isolados. Os morros são de origem gnáissica⁵³, sendo que suas altitudes variam desde o nível do mar, nos ambientes praianos. As feições geomorfológicas dos morros são representadas por ambientes praiais, lacustres, vales e encostas.

A criação dessa unidade de conservação tem os seguintes objetivos: Proteger as características naturais extraordinárias dos

⁵³**Rochas granito-gnáissica** são os complexos que incluem granito, gnaisse e rochas similares a essas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no complexo granito-gnaisse ocorrem rochas granítico-gnáissicas de origem magmática e/ou sedimentar de médio ou alto grau metamórfico, sendo encontradas em terrenos contendo granitos e sequências de rochas verdes. A associação do material que origina rochas graníticas-gnáissicas se dá com a interação com o clima e a ação micro-orgânica e é controlada pelo relevo. A litologia fabrica um ambiente de solo diversificado, embora derivado de um mesmo material.

Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rocha_granito-gn%C3%A1issica> Acesso em 02/10/2018.

ecossistemas continentais; garantir a proteção de remanescentes da Mata Atlântica; proteger fauna e flora silvestres, proteger os recursos hídricos; e disciplinar o uso e ocupação do solo e fomentar o turismo ecológico e educação ambiental.

A administração da Costeira de Zimbros, assim como das outras unidades de conservação do município está a cargo da Fundação de Meio Ambiente de Bombinhas (FAMAB).

Essa unidade de conservação era categorizada até o ano de 2015 como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Através de manifestação popular com a participação de ONGs e principalmente pela iniciativa da Associação de Moradores de Zimbros a unidade de conservação se tornou um Parque a partir do Decreto nº 2123 de 17 de novembro.

O Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros possui importante valor histórico, natural e paisagístico. Atualmente, a Costeira de Zimbros, como é popularmente conhecida, tem se apresentado como um espaço usado com foco no turismo e na realização de atividades de lazer e recreação.

A vegetação da Costeira de Zimbros é bem diversificada, com a presença de ecossistemas associados à Mata Atlântica, como restingas e manguezais. Além de seu rico patrimônio natural, a Costeira de Zimbros apresenta diversos sítios arqueológicos. Segundo (Diagnóstico Histórico-Cultural Imaterial, 2013, p. 3) realizado para criação do Plano de Manejo da área,

Este ambiente abrigou ocupações humanas diversas, com distintos marcadores espaciais, como pode ser observado através de vestígios arqueológicos, do período colonial e de comunidades tradicionais que ali permanecem, além de outras mais recentes.

Assim, essa área era habitada por grupos humanos que se dedicavam à atividade agrícola, extração de madeira e pesca. Em meados dos anos 60 a lavoura começa a ser abandonada e a pesca assume papel preponderante na economia local.

A trilha de acesso ao Parque da Costeira é caracterizada como linear de caminho simples, com várias praias pelo percurso, além de cachoeiras e locais paradisíacos. Seu percurso tem duração aproximada de 4 a 7 horas e apresenta uma distância de 4.500 m.

O Parque apresenta uma linha de costa com cerca de 7 km de extensão. As praias são de pequena extensão tanto em largura como em comprimento e apresentam baixa energia de arrebatamento, sendo sua conformação influenciada pela localização geográfica, ao fundo de uma baía, protegida de correntes oceânicas e ventos fortes. Existem quatro praias dentro da unidade de conservação da Costeira de Zimbros. As extensões das faixas de areia são: Praia do Cardoso (285,59 m), Praia da Lagoa (305,73 m), Praia Triste (382,10 m) e a Praia Vermelha (566,54 m). São praias desertas de grande beleza natural e paisagística. Segundo diagnóstico sobre sua vegetação, além dos ambientes de praias, grande parte da linha de marés é composto por costões rochosos, os quais expõem grandes formações rochosas em contato direto com o mar, formando contornos com grande valor paisagístico, definindo ambientes muito peculiares em relação aos solos, exposição solar e maritimidade, influenciando diretamente em sua cobertura vegetal.

Alguns dos problemas destacados por (VERAS, 2007), em relação à Costeira de Zimbros, são a falta de fiscalização e controle da ocupação humana, pois tem ocorrido a abertura de vias de circulação inadequadas, desrespeitando fatores como declividade, afetando, dessa forma, as áreas de preservação permanente, com impactos negativos em sua capacidade de suporte, com o acelerado desmatamento e descaracterização da paisagem local.

4 PESCA ARTESANAL, TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS EM BOMBINHAS: MUDANÇAS TERRITORIAIS E ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Lucro (Descomprimindo)

*Tire as construções da minha praia
 Não consigo respirar
 As meninas de mini saia
 Não conseguem respirar
 Especulação imobiliária
 E o petróleo em alto mar
 Subiu o prédio eu ouço vaia.*

*Eu faço figa pra essa vida tão sofrida
 Terminar bem sucedida
 Luz do sol é minha amiga
 Luz da lua é minha instiga
 Me diga você, me diga
 O que é que sara a tua ferida*

*Lucro,
 Máquina de louco
 Você pra mim é lucro
 Máquina de louco.*

*Roosevelt Ribeiro de Carvalho
 Roberto Dalcom Bastos Barreto
 Banda BaianaSystem*

Neste capítulo apresentamos a discussão sobre o processo de apropriação e expropriação territorial a partir do desenvolvimento turístico em áreas protegidas da zona costeira brasileira e seus efeitos na população local, sobretudo na pesca artesanal, utilizando como referência o município de Bombinhas (SC). O caso de Bombinhas se mostra emblemático para compreender uma lógica que muitas vezes está subjacente ao processo de turistificação do litoral brasileiro, onde o uso e a ocupação do território estão sendo conduzidos por forte especulação imobiliária e interesses majoritariamente mercadológicos, causando, dessa maneira, formas de desterritorialização das comunidades locais.

Nessa tese, o processo de apropriação/expropriação territorial é analisado a partir de dois eixos. O primeiro eixo diz respeito ao crescimento turístico e os impactos socioculturais e ambientais causados

por essa atividade em Bombinhas. O segundo eixo trata da criação das unidades de conservação e as consequências socioambientais dessas mudanças territoriais. Sendo assim, discutimos sobre a criação de unidades de conservação em Bombinhas e se esse processo tem sido realizado com a participação da população local, no que diz respeito à criação do plano de manejo dessas áreas.

Nesse capítulo também abordamos a importância da resiliência cultural como um diferencial no processo de desenvolvimento turístico de um lugar. Partimos da ideia de que a presença dessa característica em determinadas comunidades, as quais passaram por mudanças socioambientais, contribuem para reafirmar o valor da cultura e do modo de vida da população local. Dessa forma, entendemos que o patrimônio histórico cultural e ambiental de um lugar é o que o torna atrativo turisticamente, e, por isso, o reconhecimento de seu valor, por parte da população local, representa uma ação e uma prática importante para o planejamento turístico da cidade.

Para finalizar, falamos sobre a relação entre a resiliência cultural e a questão da sociobiodiversidade como aspectos importantes para o planejamento turístico sustentável do município de Bombinhas.

4.1 BOMBINHAS E O TURISMO

Como descrito no capítulo 3, o município de Bombinhas passou por um processo intenso de adensamento territorial, nos últimos trinta anos, causando significativos impactos socioculturais e ambientais no lugar. Esse processo de mudanças socioespaciais, ocorreu em um período de tempo relativamente curto, evidenciando que o crescimento da cidade aconteceu de forma espontânea e desordenada, ou seja, sem uma preocupação maior com os impactos negativos causados pela intensiva intervenção construtiva naquele meio.

Esse crescimento urbano se caracteriza por forte adensamento, com investimento em projetos construtivos com tendência a verticalização, ou seja, a construção de prédios tem se expandido, e tem se realizado através do aproveitamento máximo do espaço construído. Esse potencial construtivo vem comprometendo áreas que são consideradas de preservação permanente como encostas de morro, restingas e curso de rios (POLETTE, 2001; HILLESHEIM, 2005). Além disso, as mudanças socioespaciais vêm causando impactos socioculturais na comunidade local, pois a construção do espaço tem obedecido a interesses econômicos externos, de modo a descaracterizar a paisagem natural e cultural local, afetando, dessa maneira, algumas atividades

socioeconômicas tradicionais, tais como a infraestrutura relacionada à atividade pesqueira (VERAS, 2007).

Podemos considerar a separação de Bombinhas do município de Porto Belo, no ano de 1994, como um evento marcante no que se refere à configuração socioespacial para Bombinhas. A partir do momento em que o município se emancipou de Porto Belo, houve um considerável aumento do investimento no setor imobiliário da construção civil. Desse modo, a partir da década de 1990, ocorre o crescimento e expansão da construção civil na cidade, que se volta, nesse primeiro momento, para o mercado imobiliário com a construção de casas de veraneio.

Nesse contexto, ao falar sobre as mudanças que ocorreram em Bombinhas nas últimas décadas, uma moradora local relata as principais transformações que a cidade passou. Segundo a entrevistada,

*(SIC)*As principais mudanças são em relação ao meio ambiente, a construção civil. Porque a gente, até vinte e poucos anos atrás nós éramos uma comunidade bem pequenininha, era mais a população local, a gente não tinha muita gente de fora. A partir da década de 90, por ali, é que deu aquele ‘boom’, que Bombinhas mudou bastante, em questão de infraestrutura, que antes a gente tinha uma infraestrutura mais precária. Hoje a gente já tem um pouco mais de pavimentação, escolas, postos de saúde (...) Teve uma melhoria, mas um crescimento muito acelerado, meio desordenado também, né? Não foi aquela coisa tão organizada (Moradora local do bairro de Morrinhos, 42 anos)

O relato de outro morador local evidencia esse processo do crescimento espontâneo da cidade de Bombinhas,

*(SIC)*O nosso município cresceu de forma desordenada, e por quê? Era uma vila de pescadores, primeiro passo, era uma vila. O que acontecia? Todo mundo queria passar o veranico aqui, vinha aqui passar um turismozinho, não tinha acesso, mas quando ele chegava aqui, geralmente pessoas de grandes capitais, grandes cidades, Porto Alegre, Curitiba, Itajaí e essas cidades, Joinville, Brusque, todas essas cidades, o que acontecia? Aqui era muito fácil adquirir uma terra, então o

cara vinha aqui com uma moto velha: - Ah! Não quer trocar pelo teu terreno? Ai o cara não tinha enxada, - Eu trago duas enxadas, dois carrinhos de mão. E ai trocava por um pedaço de terra. - Ah! Então eu vou construir minha casa aqui mesmo. Plano Diretor? Aonde? Aqui pertencia a Porto Belo, porque não tinha uma prefeitura com 10, 20 funcionários, então não teve planejamento nenhum. Tu vê o que é Morrinhos, lá sim, devia ter o Projeto Orla. Derrubava tudo e fazia um calçadão, ai eu ia estar dizendo: agora nós estamos dando um passo pra frente no progresso. É o único lugar que é perfeito para fazer um Projeto Orla (Morador local da Praia de Bombinhas).

O local ao qual o interlocutor se refere é o bairro de Morrinhos, uma praia onde foram construídas casas a beira mar, dificultando o acesso à praia de moradores e turistas. O acesso à praia é feito através de estreitos corredores.

Figura 28 - Praia de Morrinhos com casas a beira mar.



Fonte: Marina Mujica de Paiva, 2018.

Além da reconfiguração do território para atender exclusivamente os interesses de pessoas externas à comunidade, a urbanização turística por casas de veraneio ao longo da praia levou ao impedimento de contemplação da paisagem marítima para quem está na cidade, uma vez que o padrão de construção utilizado pelos veranistas funciona como um tamponamento da visão do mar. A dificuldade de acessar a praia tanto fisicamente como paisagisticamente se revela como uma perda tanto para moradores como para turistas. Essa proximidade com o mar, das casas construídas na orla do bairro de Morrinhos tomam o espaço que pertence naturalmente ao mar, não respeitando nem a legislação que obriga a distância de 30 metros da Marinha. Essa configuração territorial de ocupação do espaço corrobora com uma concepção de privatização do espaço, pois o mar e suas áreas contíguas são áreas da União e, por extensão, públicas, bens comuns ou coletivos.

A ocupação irregular da orla do bairro de Morrinhos também é mencionada por uma moradora local, que critica a forma como aquele espaço foi apropriado e construído, corroborando, dessa forma, com o exposto acima. Na percepção dessa moradora,

(SIC) Isso aqui (Morrinhos), antes de ter essas casas todas, na casa da minha sogra, eles tinham uma foto, bem na frente (praia) que eles moravam, de como era antes de construir essas casas, é um absurdo. E outra, eles tomam conta da praia, tomam conta das saídas da praia, como se a praia fosse só deles. E vem aqui em Morrinhos assim, 15, 20 dias só, não é igual em Bombinhas, em Bombas, que eles vêm uma temporada bem definida, uns três meses. Ai depois, no próprio verão, é tudo fechado essas casas ai na orla. Não sei se vai ter alguém com coragem para tirar isso dai não (Moradora local do bairro de Morrinhos).

A fala acima evidencia a percepção da moradora sobre o processo de ocupação desordenada da área litorânea de Bombinhas, pois segundo ela,

(SIC) Na orla, eu acredito que não vão continuar a construir, só se eles estiverem loucos, os vereadores, e a prefeitura, e se o povo não se unir e deixar que aprovelem construção como aqui (se referindo à Morrinhos), como Bombinhas também.

Porque Bombinhas foi construída acima da praia, e eram todas casas de nativos que foram vendendo, infelizmente, e hoje já não tem mais nada (Moradora local do bairro de Morrinhos, 42 anos).

Esse processo de desterritorialização da população local pelo desenvolvimento turístico do lugar pode ser encontrado em muitas outras cidades do litoral brasileiro. Representado pelo segmento turístico de sol e praia, essa forma de turismo geralmente está associada ao turismo de massa, que se caracteriza pelo crescimento espontâneo e desordenado da localidade turística. O processo de turistificação do litoral brasileiro é evidenciado por (CORIOLANO, 2009, p. 283) que destaca que o

Ponto crucial resultante do avanço do turismo no litoral foi a decadência e desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a renda, o labirinto, pela substituição de atividades ligadas à hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Comunidades litorâneas que sempre viveram da pesca, da agricultura de subsistência e do artesanato, acabam abandonando estes trabalhos tradicionais, pela concorrência promovida pela pesca industrial, e pela perda das terras com a aquisição de terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima.

Desse modo, o intenso e acelerado processo de crescimento da cidade de Bombinhas vem demonstrando a importância em se desenvolver um planejamento urbano e turístico, no sentido de que estes sejam acompanhados por estudos de capacidade de suporte do lugar, a fim de analisar as consequências socioambientais em longo prazo para aquela localidade.

No caso de Bombinhas, podemos constatar que o crescimento da cidade tem sido motivado principalmente por interesses ligados ao mercado imobiliário em consonância com o desenvolvimento de um tipo de turismo mais identificado com o segmento do turismo de massa. O fluxo intenso de turistas, durante os meses de alta temporada, aliado à expansão da construção de infraestrutura voltada para o turismo, tem caminhado na direção oposta ao discurso apresentado pelo poder público municipal, que diz estar voltado para promoção do turismo sustentável local. Dentre os principais problemas encontrados atualmente na cidade, podemos destacar a questão da baixa cobertura de saneamento básico, a

liberação de licença ambiental para construir em áreas cobertas com vegetação nativa, o aumento da poluição e o interesse por parte do mercado imobiliário na verticalização das construções (POLETTE, 2001; HILLESHEIM, 2005; VERAS, 2007; BARETTA, 2009; CASELLA, 2011).

Nessa perspectiva, o crescimento da construção civil, impulsionado pelo desenvolvimento do turismo em uma localidade, tem causado muitos danos socioambientais em pequenas cidades que tem na natureza um dos seus grandes atrativos turísticos. O ordenamento do espaço e as formas que ele vai assumir passam por relações que são assimétricas no que tange a definição de como aquele espaço vai ser ocupado, construído e utilizado (SANTOS; 2000). A contradição existe quando prevalece uma lógica de construção do espaço estritamente focada no mercado, onde a natureza se torna também uma mercadoria a ser comercializada e a cidade torna-se um centro de investimentos, que acabam por atrair alguns empreendimentos que não tem um comprometimento socioambiental com o lugar. No entanto, o discurso e a imagem do turismo que se quer passar são de preocupação com a questão ambiental.

A percepção da população local em relação às mudanças socioespaciais, e o processo de verticalização da cidade, demonstram a preocupação com o crescimento desordenado em função do turismo e da especulação imobiliária. Nessa perspectiva, um mestre de pesca evidencia que,

(*SIC*)A administração municipal tem que cuidar disso (construção de prédios). Nós aqui, se você for fazer um levantamento, uma entrevista, de ponta a ponta de Bombinhas, só aqui no centro de Bombinhas, pra deixar a praia mais limpa, deixar a praia só com casa baixa, como tem hoje, o pessoal apóia você, se começar a dizer que quer mais prédio, ninguém mais quer, mas os políticos grandes de fora, de Camboriú, Itapema, que acabaram com tudo lá. Entendeu? Aquilo lá era a coisa mais linda que eu conheci, sem nada, hoje tá uma barbaridade, uma coisa... Então, se começar a fazer isso aqui em Bombinhas acabou também (Mestre de pesca, 84 anos)

As novas configurações que o espaço vai assumindo acabam por acarretar conflitos socioambientais em relação à forma de uso desses

mesmos espaços, que antes eram acessados livremente pela população local. Um exemplo para ilustrar uma situação conflitante de uso e ocupação do território é descrita pelo mesmo mestre de pesca, que conta que,

(SIC) Existiu uma briga de não atravessar pra cá. Hoje, se todo mundo vem aqui, agradeça a isso aqui, senão ninguém entrava mais aqui. Eles cortaram a estrada, fizeram lá por cima aquelas curvas brabas, só porque eles não queriam que nós entrasse mais aqui. Ai nós fomos pra justiça, fomos pro juiz, pro advogado e fomos pro juiz de direito de Tijucas, a comarca na época. Hoje é Porto Belo a comarca daqui, naquela época era Tijucas. Aqui não era município ainda, pertencia a Porto Belo. Nós briguemo um bocado, o juiz chegou a vir aqui no nosso rancho, e disse: - Pode ficar sossegado que eu vou mandar tirar tudo isso ai, ai eles mudaram a estrada. Compraram esse terreno ai e fizeram um Seminarista, um Seminário, pros seminaristas, era os padres, quer dizer, ai depois vieram a fazer um camping pro comércio, pro turismo e o seminário acabou (Mestre de pesca, 84 anos).

Sendo assim, a maneira como o turismo vem sendo desenvolvido em Bombinhas, tem acarretado diversos tipos de danos ambientais que em longo prazo podem vir a comprometer a qualidade ambiental, comprometendo as atividades econômicas do lugar, como o turismo e a pesca. Nesse contexto, a pesca artesanal, por exemplo, se encontra vulnerável diante do processo de degradação ambiental causado pela expansão urbana e construção civil em um espaço que já se encontra deficiente de saneamento básico. Outra atividade que é diretamente afetada pelos problemas ambientais é a prática esportiva do mergulho. A cidade de Bombinhas é considerada um dos melhores lugares no Brasil para a prática do mergulho.

Desse modo, ao considerarmos os aspectos geomorfológicos da península onde está localizada a cidade de Bombinhas, podemos constatar que se trata de um ecossistema de formação recente e por isso considerado um ecossistema ecologicamente sensível (POLETTE, 1999). Além disso, essa região contém importantes remanescentes de Mata Atlântica, bioma brasileiro muito alterado pelo processo histórico de ocupação do litoral

do país. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, originalmente, este bioma ocupava mais de 1,3 milhões de km², porém, devido à ocupação e atividades humanas na região litorânea, hoje resta apenas menos de 30% de sua cobertura original (MMA, 2018)

Outro aspecto ambiental importante a ser considerado é que a área onde está localizada a cidade de Bombinhas faz parte da zona de amortecimento ⁵⁴da Reserva do Arvoredo, ou seja, essa área concentra uma diversidade de espécies marinhas singulares (MMA, 2018). Essas características do ambiente natural da região, onde está localizada Bombinhas, demonstram a importância em se desenvolver um turismo responsável, onde não prevaleça apenas o interesse do lucro, superando, dessa forma, o foco na quantidade, e priorizando a qualidade do turismo desenvolvido localmente. Dessa maneira, levando-se em consideração essas precauções, é possível caminhar em direção a um tipo de turismo que não afete negativamente, e de maneira tão intensa os ecossistemas naturais, mantendo, dessa forma, a qualidade de vida e bem-estar da população local.

Por outro lado, a atividade turística representa uma fonte de renda muito importante para cidade e seus moradores. O turismo é considerado a principal atividade econômica do município de Bombinhas. O turismo é responsável por 70% do PIB do município (BOMBINHAS, 2017). Esse dado demonstra a importância da renda e do benefício econômico gerado pelo turismo para muitas famílias bombinenses. O aspecto do benefício econômico proporcionado pelo turismo foi comentado por todos os entrevistados que afirmaram ser essa atividade crucial para compor a renda familiar da comunidade local. A dependência econômica, por parte da população local, da renda gerada pela atividade turística foi aumentando à medida que o turismo foi se desenvolvendo em Bombinhas. A princípio, já desde a década de 1980, os bombinenses foram se inserindo em atividades relacionadas ao turismo, conciliando a atividade pesqueira com ocupações e serviços para atender essas novas demandas geradas pelo desenvolvimento turístico. Desse modo, a pesca vai se constituindo, cada vez mais, em uma atividade econômica acessória na constituição da renda familiar.

Dessa forma, o turismo apresenta um caráter dúbio, pois, se por um lado, traz os recursos financeiros para população e a cidade, por outro,

⁵⁴ É a área de entorno da unidade de conservação (UC), onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (art. 2º da Lei Federal n. 9.985/00).

tem sido uma atividade econômica apontada pelos entrevistados como causadora da perda da qualidade ambiental e qualidade de vida do lugar. A fala de um morador do bairro do Canto Grande demonstra essa relação ambígua entre a população local e o turismo, pois, na sua percepção,

*(SIC)*O turismo traz pra nós uma fonte de renda. Vem muita gente, você vende o nosso marisco, as nossas coisas, os nossos peixes, nós vendemos pro turismo. Porque tem bastante gente, é na época que tu vai até o comércio, é uma situação boa, porque chega no inverno não temos comercialização, tem os atravessadores, e com o turismo nós vendemos direto. A coisa ruim do turismo é quando começa a depredar tudo. Pra mim, a coisa ruim do turismo é assim, quando a pessoa é interesseira, vem de lá, cheia de dinheiro, chega e compra um negócio assim ó (mostra um monte de prédios pequenos na orla da praia), igual a esse aqui. Isso aqui era uma casinha de pescador. Comprou, já fez uma mansão ai. Isso aqui é uma destruição pra mim, mas é tudo assim, turismo traz isso aqui pra nós (Mestre de pesca, 58).

*(SIC)*Tô dizendo pra ti, eu não vou na fama do turismo, vivo de turismo, vendo peixe na temporada, claro, porque isso daqui enche de gente e eu sou obrigado a fazer alguma coisa, tenho uma casa de aluguel, tenho uma casinha, pra viver agora no inverno, mas, se não tivesse, eu vivia do mesmo jeito (Idem).

Desse modo, a partir da fala acima, podemos observar que os bombinenses, de uma maneira geral, embora dependam da renda gerada pelo turismo, apresentam uma percepção negativa sobre como o turismo vem sendo desenvolvido atualmente no município de Bombinhas, pois este vem se caracterizando como um turismo de massa, onde não está sendo respeitada a capacidade de suporte do lugar, além de vir contribuindo para a descaracterização da paisagem sociocultural e ambiental da cidade.

Nessa perspectiva, um morador local do bairro de Bombas, ao comentar sobre os aspectos negativos relacionados ao crescimento turístico na cidade, relata o seguinte:

(SIC) Se você faz uma crítica ao turismo, à vinda de muitos turistas, dizem que você é contra o desenvolvimento do lugar. Mas o quê eles estão chamando de “desenvolvimento”? É a construção de um bloco de concreto, de não sei quantos andares? Não acho que isso seja desenvolvimento. Porque no momento que está construindo o prédio, até que gera emprego, mas e depois? Já as pousadas geram emprego durante o ano todo (Comerciante, 46 anos).

Desse modo, podemos observar que determinados tipos de empreendimentos, onde as construções são verticalizadas e concentram uma grande quantidade de apartamentos para locação são característicos, de um tipo de turismo que traz mais prejuízos do que benefícios para a cidade. Uma vez que, uma grande parte desses empreendimentos pertence a pessoas de fora do lugar turístico, podemos dizer que os ganhos econômicos gerados pela locação desses imóveis não permanecem na cidade. E, desse modo, seguindo uma perspectiva de desenvolvimento turístico focada na quantidade, e não na qualidade, podemos identificar que, na realidade, o que permanece na cidade são os custos socioambientais causados por um crescimento espontâneo do turismo marcado por forte especulação imobiliária.

A situação descrita acima pode ser encontrada na fala de uma moradora local do bairro de Bombas, que relata o fato de que quando a construção civil aumentou no município de Bombinhas, a população se prejudicou no sentido de que ela tinha que baixar o preço da sua casa de aluguel para concorrer com esses novos empreendimentos. Nesse sentido, a entrevistada conta que,

(SIC) As construtoras vêm, constroem o maior número de apartamentos, porque daí elas alugam no verão, é alto o valor da diária, eles ganham um bom dinheiro, só que eles não estão aqui dentro, não tão morando aqui dentro, então para eles tanto faz, tanto fez. (...) As grandes construtoras sugam o lugar, só que aqui fica o esgoto, fica o lixo, sem falar dos poluentes que ficam no ar, por causa da fumaça dos carros e tudo mais (Moradora do bairro de Bombas, 27 anos).

A questão da construção civil em Bombinhas aparece em todas as 17 entrevistas realizadas com os nativos. Para grande maioria, o processo rápido de adensamento da cidade desencadeou diversos tipos de problemas socioambientais gerando conflitos relacionados às formas desiguais de uso e apropriação do solo. Nas entrevistas aparecem críticas direcionadas ao poder público no que se refere à organização do crescimento da cidade. Nesse contexto, um morador diz o seguinte:

*(SIC)*Eu achava que deviam de dar uma trancada, uma freada é na construção civil aqui. Eu sempre vou na reunião (Audiência Plano Diretor), falo, mas não adianta bater de frente, porque eles tocam na mesma tecla e nunca resolvem nada. Outra coisa, esses prédios que fizeram em Balneário Camboriú, eu fui à Balneário Camboriú. Eu vou lá, passo um dia, tenho amigo, parente... Não dá pra ficar em Balneário, é sombra essa hora, não tem sol. Eu achava que as autoridades deviam dar uma parada, uma freada nisso (construção civil). Não querer construir prédio, liberar projeto. O Plano Diretor do município, nós sempre vamos lá, eles querem mexer com força, querem derrubar isso com força (o limite dos andares), pra construir prédio de 10, 12 andares, agora tá em 3 pavimentos. Eles querem derrubar esse projeto, não temos como deixar. Mas eles fazem escondido (Morador local do bairro Canto Grande, 58 anos).

Para ilustrar o processo de continuidade da expansão construtiva que vem ocorrendo em Bombinhas, podemos citar o caso do Loteamento Mariscal. O caso do Loteamento Mariscal, que recentemente conseguiu a licença para liberação da construção civil em uma área de vegetação nativa, demonstra a incoerência entre o discurso e a prática da gestão pública municipal no que se refere à questão ambiental. A Associação dos Moradores e Amigos do Mariscal (AMAR), em 2005, entrou com uma Ação Civil Pública contra a empresa Empreendimentos Imobiliários Mariscal e o próprio município de Bombinhas e conseguiu que essa área, aonde seria construído o Loteamento fosse embargada.

A área foi embargada pelo Decreto nº 790 de 11 de novembro de 2005, que fixou uma medida de emergência para proteção ao meio

ambiente. Esse Decreto se fundamenta no art. 63 da Lei nº 328/97⁵⁵ (Lei do Meio Ambiente) e parte do princípio da prevenção e precaução, que devem ser aplicados de planos nos casos de risco de dano ao Meio Ambiente. Considerando ainda, que o embargo do Loteamento se caracteriza como uma situação de emergência, e que tem como objetivo evitar os danos de difícil reparação ao meio ambiente e a necessidade de inspeção técnica, com a finalidade de verificar o potencial lesivo do empreendimento ao meio ambiente local, o Poder Público Municipal de Bombinhas decretou a seguinte Lei,

Fica suspenso, até decisões futuras a serem proferidas nos autos da Ação Civil Pública nº 2005.72.08.004008-5, o licenciamento e/ou aprovação de projetos para execução de obras particulares com fins habitacionais, comerciais, industriais, consultas de viabilidade, alinhamento, abertura de ruas, cortes de vegetação dentro da área correspondente ao embargo do IBAMA Loteamento Mariscal acima delimitado e constante no mapa em anexo (art. 1º)

O Loteamento Mariscal recebeu, em junho de 2017, a decisão do Ministério Público Federal pelo fim do embargo no local. A liberação do Ministério Público se deu mediante acordo em que ficou decidida a preservação de parte da área. A Secretaria de Planejamento do município já havia aprovado projetos para essa área, mas existia o impedimento da construção de novas residências. O Loteamento Mariscal possui um total de 1.866 lotes numa área de 118,68ha e, pelo acordado, serão destinados 701 lotes para a área verde preservada. Nessa área verde estão sendo plantadas mudas nativas como medidas compensatórias (BOMBINHAS, 2018). No entanto, muitos moradores locais enxergam com receio o processo de expansão e o crescimento de maneira verticalizada do bairro do Mariscal.

Outro grave problema em Bombinhas é o grande volume de veículos que entram na cidade durante a alta temporada. Essa entrada

⁵⁵ Dispõem sobre a Política de Proteção, Conservação, e Recuperação do Meio Ambiente do município de Bombinhas. “A Política do Meio Ambiente do Município de Bombinhas tem como objetivo manter ecologicamente equilibrado o meio ambiente, considerado bem de uso comum do cidadão e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as gerações presentes e futuras” (Título I, art. 1º).

intensa de veículos gera grandes engarrafamentos que impactam negativamente na questão da mobilidade urbana da cidade. As filas de carros geram transtornos para moradores e turistas. Além disso, a quantidade excessiva de carros que entram na península gera tipos de poluição ambiental, tais como a atmosférica e a sonora. Sendo assim, a entrada massiva de carros na cidade durante a alta temporada leva a questionamentos acerca do desenvolvimento turístico sustentável do município em questão.

Nesse contexto, a cobrança da Taxa de Preservação Ambiental (TPA), por parte da Prefeitura Municipal de Bombinhas, levanta algumas controvérsias, tanto por parte da população local quanto pelos turistas, sobre a efetividade e o cumprimento do objetivo a que se destina a justificativa de criação dessa taxa. Segundo a Prefeitura, essa taxa de preservação foi criada com o fim de minimizar os impactos ao meio ambiente causados durante a alta temporada, e em decorrência do volume excessivo de pessoas e veículos, num pequeno espaço territorial e período de tempo relativamente curto.

A Taxa de Preservação Ambiental (TPA) foi instituída pela Lei nº185 de 19 de dezembro de 2013⁵⁶. Desde o verão de 2015 a TPA é cobrada, e, desde então, a cobrança ocorre todos os anos no período que vai de 15 de novembro a 15 de abril. No primeiro ano de cobrança da taxa, como mostra a tabela, o município de Bombinhas arrecadou mais de R\$ 4 milhões; no ano de 2016 arrecadou mais de R\$ 7 milhões; no ano de 2017 arrecadou também mais de R\$ 7 milhões; e, em 2018, na quarta temporada de cobrança, obteve a arrecadação de mais de R\$ 6 milhões. No montante geral, somados os quatro anos de arrecadação (2015-2018), a TPA arrecadou o considerável valor de R\$ 24.829.284,77 (BOMBINHAS, 2018).

Tabela 4 - Arrecadação anual da TPA (2015-2018)

ARRECAÇÃO TOTAL TPA			
(2015 – 2018)			
TOTAL		R\$ 24.829,284, 77	
2015	2016	2017	2018
R\$ 4.441.665,19	R\$ 7.236.041,87	R\$ 7.068.389,90	R\$ 6.083.187,81

Fonte: Prefeitura de Bombinhas

Existe um conselho gestor da TPA, composto por representantes do Poder Executivo Municipal e representantes da Sociedade Civil. O

⁵⁶Lei que institui a Taxa de Preservação Ambiental – TPA e dá outras providências.

Conselho Gestor tem por finalidade acompanhar e participar da gestão dos recursos oriundos da arrecadação, bem como sua aplicabilidade de acordo com o artigo 7º da Lei Complementar de nº 185/2013.

O artigo 7º da seguinte Lei prevê que,

Os recursos obtidos através da Taxa de Preservação Ambiental deverão ser aplicados nas despesas realizadas em seu custeio administrativo; em infraestrutura ambiental; manutenção das condições gerais de acesso e preservação dos locais turísticos de natureza ambiental; preservação do meio ambiente com seus ecossistemas naturais; fiscalização, autuação de arbítrios cometidos contra o meio ambiente, inclusive nas áreas de costões rochosos; regulação de áreas ambientais de preservação permanente sujeitas à visitação; projetos de educação ambiental; limpeza e conservação das áreas ambientalmente protegidas; e limpeza pública e ações de saneamento (art. 7º Lei nº 185/2013).

Até o momento, de acordo com a Prefeitura, metade do valor arrecadado com a TPA foi utilizado para despesas administrativas e a outra metade do recurso será aplicado em ações de preservação ambiental. Durante a apresentação da prestação de contas, realizada em junho de 2018, a Prefeitura Municipal de Bombinhas apresentou algumas despesas pagas com os recursos da TPA. Dentre as destinações aonde foram empregados os recursos da TPA estão, a limpeza das praias, a aquisição de veículos, a aquisição de lixeiras, a aquisição de materiais diversos, contratação de funcionários, locação de banheiros, manutenção de trilhas dos parques municipais, entre outros. Por outro lado, foi possível identificar, durante a pesquisa de campo, muitas críticas relacionadas à arrecadação e a questão da transparência quanto à prestação de contas, no que se refere ao uso dos recursos gerados por essa cobrança.

Por outro lado, podemos observar que na prática, a TPA não tem cumprido com a finalidade de minimizar os impactos negativos ocasionados pela superlotação da cidade. Se fizermos uma análise mais crítica, podemos perceber que essa taxa tem funcionado mais como uma permissão para continuar com o processo de degradação ambiental que ocorre nos períodos do verão. Ademais, a taxa tem se apresentado como um pedágio, funcionando como uma compensação, para continuar a poluir e impactar negativamente o meio ambiente.

Sendo assim, a TPA se mostra uma medida ineficaz em sua intenção socioambiental de promover o desenvolvimento sustentável local, pois não atua nos problemas cruciais que geram um dos maiores impactos ambientais negativos que é o controle da quantidade de veículos que entram no município. Embora seja uma medida que geraria muita polêmica com opiniões divergentes, pois limitaria a entrada de turistas, essa hipótese poderia ser pensada como uma forma de minimizar os danos ambientais futuros.

O controle sobre a quantidade de carros que poderiam entrar na cidade diariamente, teria como fundamento a prevenção sobre os impactos socioambientais negativos que o turismo de massa vem causando na cidade de Bombinhas. Outro benefício proporcionado por essa medida diz respeito à qualidade da experiência turística vivenciada pelos turistas, sem desorganizar ou prejudicar a qualidade de vida dos moradores locais.

A preocupação do Poder Público Municipal em trazer a água do rio Tijucas para o abastecimento da cidade de Bombinhas também pode ser considerada uma medida política que visa garantir a continuidade do processo de expansão do mercado imobiliário, que tem como foco o investimento em construções verticalizadas, ou seja, prédios. Para isso, é preciso ampliar a rede de abastecimento de água para que a expansão construtiva tenha continuidade.

O abastecimento de água da cidade atualmente vem do rio Perequê. O que ocorre é que durante o período da alta temporada o fluxo massivo de turistas acaba quintuplicando o número da população e, com isso, o consumo de água nessas cidades aumenta consideravelmente, principalmente em Bombinhas.

A intenção por parte do poder público em continuar o processo de adensamento territorial no município de Bombinhas, tendo como carro chefe o mercado imobiliário de investimentos, com forte especulação imobiliária, tem causado muitos danos ambientais na famosa Praia de Quatro Ilhas. Essa praia, considerada por muitos turistas brasileiros e estrangeiros uma das praias mais bonitas do litoral brasileiro, passou recentemente por um processo de remoção de sua vegetação nativa para a construção de prédios que posteriormente foram embargados a partir de um movimento em defesa dessa praia. O movimento “SOS 4Ilhas” é composto por moradores de Bombinhas que se uniram para denunciar o processo de expansão construtiva que vem causando danos ambientais a partir da supressão de vegetação nativa. O movimento SOS 4ilhas, em conjunto com outros grupos como, a Associação de Surf Bombinhas (ABS) e Unidos por Bombinhas protestaram através de um abraço

simbólico, e pediram a preservação da área e a revisão do Plano Diretor, reivindicando que as construções nessa área fossem vetadas. O fato que culminou na manifestação foi o desmatamento e abertura de uma rua em área de Mata Atlântica, composta por vegetação de restinga, próxima ao mangue, sendo esse ecossistema considerado uma Área de Preservação Permanente (APP). Existem muitos interesses comerciais e especulativos na construção de condomínios voltados para locação durante a temporada de verão na Praia de Quatro Ilhas.

O caso da Praia de Quatro Ilhas demonstra a incompatibilidade entre o discurso de preocupação ambiental, apresentado pelo poder público municipal e uma prática recorrente por parte dessas instituições públicas governamentais no que se refere à concessão de licença para construir em áreas de preservação permanente, onde existem, por exemplo, remanescentes de Mata Atlântica. Essa contradição, entre um discurso ambientalmente sustentável e uma prática com foco apenas no crescimento do lucro gerado pelo turismo, pode ser encontrada naqueles projetos onde são construídos condomínios de prédios e apartamentos para locação durante a alta temporada.

Nesse contexto de crescimento urbano, um nativo bombinense, morador da Praia dos Ingleses, conhecida também como Praia do Retiro dos Padres, evidencia que,

(SIC) Os caras querem prédios, os caras não pensam, eu vou dizer pra ti, eu acredito, tomara que não, mas Bombinhas vai ficar igual Balneário (Camboriú), igual Itapema. Porque tu passa em Bombinhas no verão, duas horas da tarde, e você vê aquelas redes de esgoto tudo estourando. O pessoal reclamando, mas não faz nada, é triste. Tem que ter a fé, eu acredito, eu espero, ficar velho e ver isso aqui bonito assim. Eu acho que a única sorte nossa é que aqui, lá fora, nós temos uma rede, uma força de maré muito forte, então ela consegue trabalhar isso, levar a sujeira. Eu não sei até quando, ninguém sabe até quando. Você cava ali para botar um guarda sol, a areia já tá preta, é triste. E vai afetando também porque têm pescadores artesanais, que o pessoal pesca com a rede a anchova, pesca a tainha, e o peixe não vai vim, né? Onde tá poluído ele não vem. E o povo aqui vive ou da pesca ou do turismo (Pescador, 31 anos).

Nessa perspectiva, trabalhos acadêmicos vêm demonstrando que o turismo de massa tem causado muitos impactos socioambientais negativos nas destinações turísticas litorâneas (CORIOLANO, 2007; RUSCHMANN, 2000). Essa forma de desenvolvimento turístico vem sendo questionada a algum tempo por estar fundamentada em uma lógica econômica, de curto prazo, de exploração do lugar, podendo vir a comprometer a própria continuidade dessa atividade em virtude de seu crescimento espontâneo, ou seja, sem planejamento.

Nas entrevistas realizadas com os bombinenses, surgem constantes relatos de preocupação com a questão da poluição das praias. Nessa perspectiva, um bombinense evidencia os impactos negativos causados pela falta de infraestrutura de saneamento básico e as consequências para qualidade ambiental das praias. Nesse relato aparece menção ao aumento do nível de poluição nas praias:

*(SIC)*Uma cidade não deve crescer se não apresenta uma rede de tratamento de esgoto, porque senão vai virar um Balneário Camboriú. Depois que viram que a areia tava preta e a água tava podre, não tinha mais o que fazer. A gente, a um tempo atrás, cavava um buraco, a gente cavava um metro e meio pra baixo e era só areia branca, ou um pouco mais escura por causa da água. Hoje em dia se tu pega numa praia, cava meio metro, a areia é preta. Se tu cavar um Bombinhas 10 centímetros já encontra a areia preta (Morador local da Praia dos Ingleses, 31 anos).

Na percepção de alguns entrevistados, o turismo em Bombinhas deveria ser desenvolvido em conformidade com os anseios dos moradores locais, de maneira mais afinada com uma proposta de desenvolvimento local com foco na sustentabilidade socioambiental. Podemos identificar essa perspectiva através de entrevista concedida por um morador local, que afirma o seguinte,

*(SIC)*Não tem por que a comunidade tá copiando o que tem em outro lugar. Eu acho isso errado. Acho que tem que ser um desenvolvimento sustentável, aonde a comunidade daqui muitas vezes decida, assim como o turismo cresça também (...) O que tu tem que fazer é um turismo de qualidade. E que tenha mais o quê? Que tenha valor, que o cara

venha pra cá e continue tendo sossego, né? Um lugar de segurança com a sua família, não é? Que ele possa ter uma praia limpa, não ver arranha-céu, ver apartamentos, prédios de 10, 12 andares por aqui; isso é coisa de lavagem de dinheiro, com as imobiliárias (...).O lugar continua crescendo, mas com o que já existe hoje (Morador local da Praia de Bombas, 46 anos).

Existem atualmente em Bombinhas algumas Organizações não governamentais (ONGs) que atuam em prol da conservação ambiental e defendem uma proposta de desenvolvimento turístico mais responsável e comprometido com as questões socioambientais do lugar. As principais ONGs e associações que atuam em Bombinhas são: a Associação Bombinhas Surf (ABS), Unidos por Bombinhas, SOS 4ilhas, Associação de Moradores do Mariscal (AMAR).

Sendo assim, na percepção de uma entrevistada, moradora local do bairro Morrinhos, o turismo em Bombinhas deveria ser pensado da seguinte forma:

(SIC) Bem organizado, bem trabalhado, não olhado com olhos de, vamos virar um super município, um município riquíssimo e tal, não com esses olhos, com o olho só do financeiro, mas com os olhos do cuidado, com os olhos de preservar. A palavra hoje é preservar, até mesmo porque, o que a gente tem de mais rico e que atrai o turista, são as nossas praias, porque acabando isso, pode esquecer. Porque a gente mora num país que é belíssimo, tem um litoral enorme, maravilhoso, praias muito lindas, então, se a gente deixar o nosso local, nosso recurso natural, principalmente as praias e o meio ambiente degradar, esquece... Ai nós vamos virar ao invés de um município com grande potencial, nós vamos virar uma cidade fantasma, não sei, assim, pobre, porque a gente não tem um setor mais forte, de uma indústria, a gente não tem nem área pra instalar indústria ou outro tipo de coisa. (Moradora local do bairro de Morrinhos)

É inegável o potencial turístico de Bombinhas. O turismo, por sua vez, tem se apresentado na atualidade como uma atividade socioeconômica que, se bem planejada e conduzida de forma responsável

por aqueles que dela participam, seja o poder público, seja os empresários, assim como turistas e os moradores locais, mostra-se como um setor econômico estratégico capaz de gerar o desenvolvimento local.

Dessa forma, considerado a principal atividade econômica do município e sendo a principal fonte de renda de muitos bombinenses, o turismo se apresenta como um setor imprescindível para economia da cidade. No entanto, a maneira como o turismo vem se desenvolvendo em Bombinhas, exige cautela em relação aos impactos socioambientais que vem sendo causados nas últimas décadas no lugar. A construção civil vem se expandindo horizontalmente e verticalmente, levantando questionamentos acerca do tipo de turismo que se quer desenvolver em um lugar tão especial como Bombinhas.

Sua singularidade advém do fato de ser um pequeno município, mais especificamente uma península, que concentra uma riqueza socioambiental inestimável. Mais da metade do território de Bombinhas é composto por áreas preservadas de remanescentes de Mata Atlântica. Agregado a esse valor do seu meio natural, a cidade de Bombinhas também possui rico patrimônio histórico cultural, com um modo de vida ligado a pesca e composto por tradições de origem açoriana.

O potencial turístico de Bombinhas e a possibilidade em se desenvolver um planejamento turístico voltado para a sustentabilidade socioambiental do lugar se mostram uma alternativa para promover o desenvolvimento local através dessa atividade econômica. O fato de ser um pequeno município, o menor município em extensão territorial do Estado de Santa Catarina, se constitui em uma vantagem no que se refere ao desenvolvimento de formas de participação e gestão da atividade turística mais afinada com a realidade do município. Nesse sentido, Bombinhas agrega uma infinidade de elementos positivos, tendo todas as condições para se tornar uma referência no que diz respeito ao desenvolvimento de um projeto de turismo que integre a questão ambiental ao desenvolvimento local.

Para isso, é importante criar políticas públicas de incentivo e valorização de pequenos empreendimentos turísticos, caracterizados como microempresas, especialmente aqueles que pertencem à população local. Essa perspectiva aponta para criação de empreendimentos voltados para o turismo de base local, que se mostra mais favorável à comunidade, pois gera benefícios econômicos diretamente para população local. Além disso, o turismo de base local tem como uma de suas premissas o respeito pela capacidade de suporte do lugar e o reconhecimento do valor da cultura local, considerando-a um importante patrimônio e atrativo turístico.

4.2 BOMBINHAS E A PESCA

Como apresentado no capítulo 3, a pesca tem uma importância ancestral para muitos bombinenses. As primeiras famílias que povoaram esse território, desde o período colonial brasileiro, tinham uma forte relação com essa atividade. Os povos que se fixaram na península já praticavam a pesca em seu modo de vida e trouxeram de sua terra de origem, as ilhas dos Açores, muitos conhecimentos práticos, que depois foram combinados com as técnicas indígenas brasileiras. Dessa forma, historicamente essa foi uma das principais atividades econômicas de Bombinhas, de forma conciliada com as lavouras de mandioca, cana-de-açúcar, café e arroz.

Podemos dizer que a pesca ainda representa uma atividade econômica bastante importante para o município. Essa atividade é transmitida de forma geracional, ou seja, os conhecimentos e saberes sobre a pesca artesanal em Bombinhas são transmitidos dos pais para os filhos. A maioria dos pescadores entrevistados relatou que seus bisavôs passaram esse conhecimento para seus avôs, que por sua vez transmitiram para seus pais, até chegar às gerações mais jovens. Existem falas em comum, de diferentes pescadores entrevistados, que a narrativa se desenvolve de maneira muito parecida. Ao relatar sua história de vida relacionada à pesca, muitos pescadores artesanais relatam o seguinte:

*(SIC)*Nasci na pesca, meu pai foi pescador, desde pequenininho já ia com meu pai pescar (Mestre de pesca, 58 anos, Morador local do bairro Canto Grande)

*(SIC)*Aprendi a pescar com meu avô, com meus tios. Boa parte da família trabalha com pesca. Já estou envolvido com a pesca desde bebê. Com 3 anos ganhei a primeira tarrafa, meu avô me pegava no colo e me levava pra tarrafeiar (Pescador e maricultor, 16 anos, Morador local do bairro Canto Grande).

A pesca artesanal realizada em Bombinhas envolve uma série de conhecimentos. Sendo assim, como afirma um pescador, esse saber, “não está escrito em lugar nenhum, esses conhecimentos estão na memória de cada um”. Essa fala evidencia o fato de que o processo de transmissão e

aprendizagem da atividade pesqueira acontece através da oralidade e de uma prática marcada pela hereditariedade.

Nas entrevistas realizadas com os pescadores bombinenses, aparecem relatos de como era praticada a pesca artesanal há algumas décadas atrás. As Artes de pesca constituem todos os instrumentos e métodos que permitem a captura de peixe, moluscos ou crustáceos. Podemos considerar a rede um dos principais artefatos que melhor simboliza os saberes relacionados à pesca. Segundo (Diagnóstico Histórico-Cultural Imaterial, 2013, p. 18), em Bombinhas, “as redes são confeccionadas com diferentes tramas, maiores ou menores, adequadas às espécies que se pretende capturar. Assim, malhas de trama mais abertas são utilizadas na pesca da corvina e cação e malhas menores, ou mais fechadas, na pesca do camarão”. Nessa perspectiva, um mestre de pesca se refere às redes de pesca da seguinte forma:

*(SIC)*A rede, ninguém faz a rede, aqui muitos poucos entendem de rede. Só os filhos dos pescador mesmo pode entender e ainda é muito pouco. Mas os meus filhos entendem, dois, um não. Mas a gente ainda faz, remenda. Remendar tem que ser com a mão, tem que ter agulha e a faca na mão pra remendar. Ai tem a rede que a gente faz aqui na mão, a gente faz com dois nós e a fábrica faz com um nó e a rede com um nó só, ela corre com o peso do peixe ou não emalha o peixe, o peixe abre ela (Mestre de pesca, morador local do Centro, 84 anos).

Antigamente os materiais de pesca, como o fio para fazer a rede, eram mais difíceis de serem adquiridos e confeccionados. As redes de pesca, por exemplo, eram confeccionadas com barbante de algodão. Segundo o relato de dois mestres de pesca,

*(SIC)*Era uma linha importada que eles fabricavam. Eles fiavam cabo de piteira, ai depois veio um material do exterior, eles chamavam de caruá, que na ponta é muito perigoso, então aquilo que era bom, forte. Então a gente cortava, veio umas mudas de lá, meu pai plantou bastante aquilo e cresceu, o caruá. E ai, cortava ali embaixo, botava, fazia tudo, depois botava dentro de uma água de rio assim, pra curtir, quando ela tava curtida, a casca, ai você tirava, limpava ela, ficava

só o linho, ficava o linho branquinho, bonito, forte. Aquilo ali era o tecido pra fazer a rede. Lá na Alemanha, naquela época, até o meu conhecimento, vinha de lá, esse material, vinha preparado, era o barbante. Aqui nós chamavacaruá, lá eles chamavam barbante, barbante hamburguês. Ai vinha pra aqui, tinha uns turcos em Porto Belo, vieram pra cá, tinham loja aqui e depois eles iam lá e traziam aqui pro pessoal fazer a rede. Ai então já melhorou muito a pesca. Depois veio esse nylon, do meu tempo pra cá veio esse nylon, foi de 1970 pra cá, o poliéster, ou polietileno, poliamida, que tem diversos nomes (Mestre de pesca da Praia de Bombinhas).

*(SIC)*Antigamente tinha que se fazer tudo a mão. Antigamente era o barbante, hoje a rede é feita com o nylon. No tempo do meu pai era barbante, que era feito de algodão, era bem mais pesado. A rede a gente que fazia, dava um pedaço para uma pessoa fazer, dava outro pedaço para outra... eu fiz (a rede) com o meu pai, eu aprendi a fazer com a idade de 6, 7 anos já fazia. Hoje em dia ainda faço, tem muita rede ali que é feita a mão. Agora tem uma mulher lá no Zimbros, eu paguei pra ela fazer uma rede. (Mestre de pesca da Praia de Bombas, 74 anos).

Esse conhecimento e saber fazer relacionado à pesca passou por algumas transformações ao longo do tempo. Sendo assim, outro material utilizado para confeccionar um apetrecho de pesca, e que foi citado pelos pescadores artesanais entrevistados, foi o uso da embira⁵⁷. Esse material era trabalhado da seguinte forma, como relata um mestre de pesca:

*(SIC)*De primeiro, eles iam no mato, tiravam embira, curtiam na água, ai depois de tecer, pra fazer tralha, pra entralhar as redes e fazer cabo pra puxar as redes (Morador local da Praia de Bombas, 78 anos).

⁵⁷ Qualquer casca ou cipó usado para amarrar/cipó resistente

Ao serem questionados sobre os apetrechos de pesca utilizados antigamente, muitos pescadores mencionaram o catuto⁵⁸, um cabaço pequeno, que pode ser usado como bóia e também como cuia para retirar a água de dentro da embarcação. Segundo um mestre de pesca,

(SIC) Plantava-se o catuto, não era todo catuto que era bom, os catutos que fazia a bóia e tinha uns que era duro de casca, chamavam catuto ferro. Ai rachava no meio, fazia duas cuias com cada catuto, nós ainda temos ai, agora acabou, agora acabou-se as terras pra plantar (Mestre de pesca da Praia de Bombinhas, 84 anos).

Outra mudança relacionada à forma como a pesca era realizada diz respeito às canoas de rolo que eram utilizadas na pesca da tainha. Sobre essa canoa um mestre de pesca descreve o seguinte:

(SIC) As canoas rolavam em cima dos troncos, cada uma tinha dois rolos (passava sebo do boi). O sebo é na quilha, usava uns ‘pau’ que era de coqueiro rachado, rachava o coqueiro, fazia duas hastes, colocava umas tábuas de madeira, um de lá, outro de cá, ele ia deslizando em cima das tábuas. Era até bom a embarcação de rolo, só usavam na pesca da tainha, mas nas outras atividades não. Era só para tainha. Quando a canoa caia na água pra cercar, ela boiava logo, não precisava ta botando pau lá embaixo pra ela... porque senão ela encalhava. Aquela não encalhava, ela deslizava, era rapidinha, descia do rolo, todo mundo já tocava na tainha rapidinho. Ia lá fora fazer o cerco, não precisava muito remo, uma viradinha só ela virava, e essas ai não (Mestre de pesca da Praia de Bombinhas, 84 anos).

(SIC) Antigamente usava a canoa de rolo, passava banha de boi para deslizar melhor. Agora usa canoa com estiva, e foi feita uma quilha embaixo da canoa para deslizar melhor (Filho de mestre pescador, 46 anos).

⁵⁸ [Botânica] Cabaço de colo (*Cucurbita lagenaria*)

Além disso, foram citados outros apetrechos que eram mais comumente utilizados na pesca artesanal tais como, o cabo de cipó para fazer o balaio, o “puxador”, feito da capa da bananeira e o chumbo de barro na rede foi substituído pelo “sachêzinho” que é de “areião”.

Em relação à percepção dos pescadores sobre os aspectos que melhoraram ou pioraram a pesca artesanal nos últimos anos, podemos destacar, em relação à melhora, que quatro pescadores, de um total de 12 entrevistados, disseram sobre a facilidade para aquisição dos apetrechos de pesca e o auxílio dos instrumentos e da tecnologia. Já na visão de outros dois pescadores, não houve nenhuma melhora na pesca artesanal, só piorou.

Em relação aos fatores apontados como responsáveis por uma piora da pesca artesanal no município, a questão da pesca industrial foi comentada por oito pescadores e a falta de fiscalização foi citada por três pescadores. Outros dois pescadores indicaram a falta de apoio governamental para pesca artesanal. Segundo um morador local da Praia dos Ingleses,

*(SIC)*As traineiras deram uma diminuída na pesca artesanal. A pesca industrial é uma pesca que, pegam, vendem o peixe e deu. A pesca artesanal não, a artesanal tem várias famílias que comem, né? Essa pesca, várias pessoas participam, se nós dá um cerco, vem várias pessoas ajudar, vem os camaradas, várias famílias se alimentam daquele peixe. A pesca industrial não, eles vão lá e pegam, vendem toneladas pra matar , deu e pronto (Pescador, 31 anos).

Desde a década de 1980 a pesca veio perdendo importância econômica na cidade. Desse modo, a maioria dos pescadores artesanais entrevistados atribui à pesca industrial como uma das principais causas do enfraquecimento da pesca artesanal. Na percepção dos pescadores artesanais, além da pesca industrial, existem outros fatores que contribuíram para a diminuição da pesca nos últimos anos em Bombinhas. Dentre os diversos fatores mencionados, destacamos a fiscalização falha, por parte do órgão ambiental que autuam as traineiras que ultrapassam o território de pesca que pertence aos pescadores locais. Além disso, houve um aumento da quantidade de pessoas pescando. Outro fator apontado pelos pescadores, que contribuiu para a diminuição dos estoques pesqueiros, foi à poluição. O aumento das construções, e a reduzida

cobertura de infraestrutura de saneamento básico na cidade, vêm causando impactos ambientais negativos no meio marinho. Nesse sentido, um mestre de pesca afirma o seguinte:

*(SIC)*Hoje é muita poluição. Porque o peixe sente a poluição daqui a 50 km, ele sente a poluição. Então isso também dificultou muito o peixe, a pesca artesanal. Porque quando eu era mais novo, eu ainda ajudei a fazer, a gente saía daqui (praia de Bombas), pegava uma rede de arrastão, ia lá naquela prainha (praia da Sepultura), e lá o pessoal dava um lance, com cem braça de cabo, eles tinham que deixar a rede lá pra trazer o peixe na embarcação. E no dia que resolviam ir lá buscar a rede, eles iam, chegavam lá, e diziam: - *Ah, vamo dá um lancinho?* - *Vamo, vamo, vamo.* Ai embarcava a rede e corriam o lancinho. Assim, tornava a deixar a rede pra trazer o peixe, era fácil porque tinha peixe naquela época. A gente saía daqui também (praia de Bombas), ia na praia de Bombinhas, dava um lança lá, era 6, 7 cesto de peixe, tudo quanto era qualidade, e tudo qualidade boa. Hoje você pega um arrastão ai, dá um lança, não dá nem pra um gato comer um peixinho. Eu sei que, na minha experiência, o peixe artesanal acabou-se (Pescador, 78 anos).

Muitos pescadores entrevistados também reclamam que não recebem incentivo governamental para se manterem na pesca artesanal. Uma parte dos pescadores entrevistados, quatro no total, disseram que a pesca tem perdido território em Bombinhas. Nesse sentido, um pescador artesanal relata que,

*(SIC)*Tá muito ruim pra tudo. De licença pra nós, eu tenho uma embarcação, ela tem 10 metros, quer dizer, uma baleeira. Meu filho trabalha, ele mais dois homens, trabalham em três. O óleo tá um absurdo, não temos subsídio do óleo, porque nós somos artesanal, o governo não dá apoio nenhum pros artesanal. Tem que ter licença de peixe, licença de pesca, licença de barco, eles não dão. Quem tem teve, quem não tem, tem que manter o que tem, senão não tem mais apoio nenhum, cada

vez mais ruim (Mestre de pesca do bairro Canto Grande, 58 anos).

Por outro lado, na percepção de outros quatro pescadores entrevistados, a pesca artesanal não tem perdido território e está a mesma coisa nos dias atuais. O restante dos entrevistados, 04 pescadores (de um total de 12), não responderam diretamente se acham que a pesca tem perdido território em Bombinhas.

Figura 29 - Grande lanço de tainhas em 2017 na Praia dos Ingleses (Retiro dos Padres)



Fonte: Grupo Saragaço, 2017

De maneira geral, a pesca artesanal em Bombinhas segue um ciclo que marca um calendário específico voltado para captura de diferentes tipos de pescado. Um morador do Canto Grande, que representa uma nova geração da pesca artesanal em Bombinhas, faz um resumido relato sobre esse ciclo da pesca:

(SIC) A gente é isso, no verão a gente vai pra lula, pra corvina e pescadinha. Vai virar o ano, a gente vai começar na anchova. Trabalha um mês na anchova, tira a aparelhagem da corvina e da anchova e vai só pra tainha. Tá terminando a época da tainha, é corvina e anchova de novo, ai a gente consegue acompanhar o ano todo. A maricultura é o ano todo (Estudante e pescador, 16 anos, Canto Grande).

Após o período da pesca da tainha que vai de maio à final de junho, inicia-se a pesca da anchova, que é realizada com rede de espera. A pesca do camarão também é muito importante para comunidade local, iniciando em 15 de junho e seguindo até final de fevereiro, quando começa o período de defeso (DIAGNÓSTICO HISTÓRICO CULTURAL IMATERIAL, 2013).

Figura 30 - Puxada de rede, na pesca da tainha, Praia de Bombas



Fonte: Grupo Saragaço, 2017.

A partir do trabalho de campo e das entrevistas realizadas foi possível observar que os territórios pesqueiros e seus ranchos estão desaparecendo gradativamente em Bombinhas devido à ocupação da orla marítima por casas de veraneio e infraestruturas voltadas para o turismo. A perda de espaço dos ranchos de pesca na praia, para construção de casas, prédios e infraestruturas turísticas, já vem ocorrendo há algum tempo e vem pressionando pescadores a se adaptar a uma realidade desfavorável para manutenção e transmissão da prática da pesca artesanal para as futuras gerações.

(SIC) Foi no ano passado (2016), eles destruíram todos os ranchos, não souberam explicar direito o porquê de destruir os ranchos, tudo que tinha rancho, o do Seu J. eles desmancharam, todos. Ai eu digo assim, o próprio município que é pra dá o

apoio, que é pra tá ajudando, tá junto, tá esquecendo, né? Não entrando para parte de política, mas, de todos os vereadores que tem hoje, só um defende o pescador, o povo daqui. Os outros, não tô dizendo que não, mas eles não defendem com a mesma essência, entendeu? Não ter o nativo, as leis nativas, porque é uma atividade cultural (Estudante e pescador, 18 anos).

(SIC) Se é pra deixar a cidade bonita, tranquilo. Só que não tira o rancho, entrem num consenso que é assim: a gente quer fazer isso, tal e tal. Beleza! Tu melhora teu rancho. Ali vai passar o calçadão, no caso lá em Bombinhas. Tu tem teu rancho, sabe o que tu faz? Tu não quer tirar o teu rancho, tranquilo. Tu deixa tua canoa como se fosse um museu. Um negócio tipo, o turista vai chegar, sabe que em tal lugar tem um negócio pra visitar. E é um negócio que se o povo se unir, se a prefeitura der esse incentivo vai ajudar muito (Idem).

Dessa forma, podemos observar que não existe uma estrutura, como um grande rancho ou um galpão para o pescador artesanal trabalhar e guardar seus instrumentos de pesca. Sendo assim, na Seção III do Plano Diretor do município, que trata do Programa de Reconhecimento e Valorização do Patrimônio Socioambiental, são incentivadas as ações e políticas voltadas para pesca artesanal. No entanto, embora o Poder Público municipal, em determinados momentos, reconheça e homenageie a atividade pesqueira tradicional local e venha promovendo eventos para enaltecer e reconhecer a pesca como uma atividade local relevante, por outro lado, parece existir uma intenção não declarada em invisibilizar a importância da pesca enquanto atividade não só econômica, mas principalmente por sua relevância sociocultural para os moradores locais. Essa intenção pode ser encontrada no processo de descaracterização da paisagem cultural a partir do crescimento espontâneo da cidade e na ausência ou ineficácia de ações de salvaguarda de patrimônios por parte do poder público. O relato de um neto de um mestre de pesca demonstra preocupação em manter essa rica tradição da cultura local:

(SIC) A pesca da tainha tá se acabando, os mais velhos tão indo, essas novas gerações não querem. Nós aqui mesmo, a última geração é eu aqui. As novas gerações ai é difícil, eu vejo pela minha

família, né? A última geração aqui é eu, agora os meus primos mais novos não querem saber. O meu avô já se foi, depois vão meus tios. É a coisa que meu avô nunca queria. Um dia ele falou: eu quero que isso nunca se acabe, quero que fique de geração para geração (Pescador, 31 anos).

Na percepção dos pescadores artesanais entrevistados, todos os 12 afirmaram que, atualmente, os jovens têm se interessado muito pouco pela pesca. São poucos os jovens que procuram ter acesso aos conhecimentos relacionados à pesca. Alguns pescadores mais velhos relatam que antigamente era comum o jovem sair para trabalhar embarcado na pesca. A questão da descontinuidade no quadro de reprodução da mão-de-obra voltada para atividade pesqueira é uma questão atual de algumas localidades litorâneas (CASELLA, 2011; MARTINS; et. al., 2018). O fato de poucos rapazes se interessarem pelos conhecimentos relacionados à pesca artesanal é comentado por um jovem pescador, que afirma o seguinte:

*(SIC)*O pessoal da minha idade não se interessa pela pesca, poucos. Muitos querem computador, celular... Eles querem fazer outras coisas, querem fazer mesmo é a faculdade, né? Não querem saber da pesca hoje em dia. Se perguntar assim: - O que é um balaio de taquarinha? Taquarinha é só de madeirinha, só de bambuzinho. – Sabe fazer uma rede? Não sei. Não sabe nem encher uma agulha. Eu já sei fazer rede, aprendi. São culturas que a molecada de hoje em dia não tá afim não. São poucos, eu conheço ali, deixa eu ver... , dá pra contar nos dedos (Morador local do Canto Grande, 18 anos).

Nos dias atuais, com o crescimento do turismo na cidade, muitos jovens procuram ocupações relacionadas a essas atividades, se empregando no comércio e no setor de serviços. Novas perspectivas surgem a partir do desenvolvimento turístico local, motivando os jovens bombinenses a se qualificar e investir em uma formação profissional. Nesse ponto, o crescimento do turismo tem estimulado as gerações mais novas a se qualificar e se preparar para o mercado de trabalho.

Ao tratar sobre o perfil dos pescadores entrevistados, no que diz respeito à escolaridade, podemos observar que o nível de instrução da

maioria dos pescadores é baixo. A média de escolaridade dos pescadores mais velhos entrevistados é até a 4ª série primária. Dentre os pescadores entrevistados, por exemplo, um possui nível superior, três jovens que pescam estão cursando o ensino médio e outros dois não chegaram a concluir o ensino médio. O maior nível de escolaridade entre os mais jovens, que se dedicam algum período do ano à pesca, demonstra uma perspectiva positiva no que se refere à continuidade da formação escolar das novas gerações.

Dentre o grupo de pescadores artesanais entrevistados para realização da presente pesquisa, três deles tinham entre 16 e 18 anos. Esses jovens tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos com os grandes mestres locais da pesca artesanal. Principalmente durante a temporada da pesca da tainha,

Na percepção de sete pescadores, o poder público deveria dar um incentivo para que os jovens se inserissem na atividade pesqueira local. Alguns pescadores sugeriram a promoção, por parte do poder público municipal, de uma maior integração entre a escola formal e as atividades socioculturais relacionadas à pesca, no sentido de trabalhar conhecimentos relacionados a essa atividade como um conteúdo complementar aos conhecimentos formais do nível fundamental de ensino. Sobre a pesca e os jovens:

(SIC) Isso ai era pra Prefeitura dá um apoio, trazer os tipos de materiais pra nós ensinar as crianças. Um aluno solto ai, uma hora, duas horas, uma tarde com nós, fica aqui fazendo um trabalho com nós, para nós ensinar, tem uns que fazem balaio artesanal (Mestre de pesca do Canto Grande).

Esse fato foi citado chamando a atenção pra falta de remadores para realizar o cerco na pesca artesanal da tainha. Durante as entrevistas surgiram sugestões e o desejo de que existisse uma escola de remo para os jovens de Bombinhas. Sendo que essa atividade poderia ser aproveitada tanto como um esporte como para ajudar na pesca da tainha. Essas escolas de remo poderiam ter um apoio da gestão pública municipal. Com esse projeto seria possível aliar vários benefícios para os jovens bombinenses, de maneira a fomentar tanto a cultura local como o esporte.

Na percepção de um entrevistado que pertence à nova geração que participa da pesca artesanal em Bombinhas,

(SIC)Hoje em dia estão fazendo de tudo para melhorar a pesca, leis, de tantos metros não pode entrar a embarcação. De uns anos pra cá eles (poder público) estão dando mais atenção pro pescador artesanal, porque é cultura, né? Só que aqui na nossa cidade tem praias que tão deixando de trabalhar por não ter os mais jovens. Porque antes, era assim, já tem uma idadezinha já vai acompanhar seu pai. Agora não, agora todo mundo foca estudo, vai pra profissão, faz tal coisa e outros incentivos. Tá sendo deixada de lado pela maioria dos jovens. Porque hoje em dia, se tu for ver, eu e o B., nós temos o privilégio de ser os únicos jovens, porque eu já peguei um cargo como remeiro numa canoa, coisa que é de extrema confiança, não é qualquer um que chega lá e já pega de remeiro. O B. é chumbereiro, é outro que é de extrema confiança, não é qualquer um que chega que pode entrar na canoa. Só que nós vamos ficando velhos, e quem é novo não quer mais aprender, né? O pessoal da nossa idade não quer mais aprender. Eles acham legal, mas eles querem mais é estudar (Morador do Canto Grande, 18 anos).

A presente tese parte da perspectiva de que a pesca artesanal em Bombinhas apresenta uma importância não só econômica, mas representa uma referência identitária, que se fundamenta no reconhecimento do patrimônio histórico cultural presente no modo de vida local. Esse reconhecimento está respaldado pelo Plano Diretor do município de Bombinhas que reconhece no Artigo 22, a valorização da identidade local, especialmente no que tange à memória e às raízes históricas e culturais (PLANO DIRETOR, Título III, Cap. I, 2009).

Nessa perspectiva, podemos reconhecer um elemento importante relacionado à pesca artesanal em Bombinhas, que é a questão da identidade cultural associada à atividade pesqueira transmitida e praticada ao longo das gerações. Um exemplo sobre a relevância da pesca em Bombinhas pode ser encontrado na tradição da pesca artesanal da tainha. Podemos dizer que a temporada da pesca da tainha marca um ciclo que se repete a cada ano e se caracteriza por ser uma prática que renova e reafirma a cultura e as tradições culturais locais. Nesse período do ano, essa prática sociocultural e econômica pode ser entendida como um movimento de reiteração e fortalecimento das relações sociais de caráter mais comunitário, atuando como uma estratégia que se contrapõem a todo

o processo de mudanças socioambientais que vem contribuindo para descaracterização da paisagem e modo de vida local.

O evento chamado **Saragaço**, criado em 2016, está relacionado com a tradicional pesca da tainha. Trata-se de uma gincana entre alguns ranchos de pesca de Bombinhas, que também tem o objetivo de celebrar o encerramento da pesca artesanal da tainha. Esse evento, que já está no seu terceiro ano de realização foi idealizado inicialmente por um advogado e uma designer gráfica bombinense. A ideia inicial do Saragaço era criar um evento que pudesse movimentar a cidade durante o período do inverno, e que fosse voltado para integrar a comunidade, tendo como foco a valorização da cultura local. A celebração de encerramento da pesca da tainha, através do evento Saragaço, foi responsável pela mobilização da comunidade, no sentido de resgatar brincadeiras e práticas culturais locais que estavam sendo perdidas ao longo do tempo. Além disso, a gincana entre os ranchos de pesca da cidade de Bombinhas tem agregado a população local, estreitando os laços de amizade entre as famílias que tem como característica cultural essa vivência com a atividade pesqueira.

Foi também através do Saragaço que tive a oportunidade, enquanto pesquisadora, de participar como voluntária na organização do evento, e, dessa forma, pude me inserir no trabalho de campo da pesquisa, de modo a estabelecer um contato direto com os meus interlocutores, ou seja, com os pescadores locais e suas famílias.

Figura 31 - Equipe e participantes do Evento Saragaço 2017



Fonte: Saragaço, 2017.

Com o título de “Pesca da Tainha: Memória, Herança e Tradição”, o Saragaço pode ser mais bem compreendido através do texto abaixo, o qual foi escrito pela equipe que organiza o evento. Segundo o texto,

E por um momento parecia que a pesca da tainha era só mais uma peça, uma tradição que se enfraquecia ao longo do tempo, o progresso chegou e com ele a maioria dos ranchos estava indo embora, ranchos sem nome, sem identidade, vendidos como uma fatia de história sem valor, derrubados como árvores sem raízes...

Foi nesse momento que nasceu o Saragaço, uma ideia simples que procurava unir todos aqueles que ainda sentiam a emoção no coração ao ver um cerco de tainha, ao ver a alegria nos rostos dos familiares, ao se recordar das brincadeiras de infância. E essa simples ideia se transformou na maior festa de encerramento da pesca da tainha do Brasil.

Hoje os ranchos têm nome, tem bandeira hasteada, as praias têm orgulho de voltar a suas origens.

Vocês já são a história... Vocês são a lenda viva da praia onde vivem e ninguém ousa dizer o contrário. O Saragaço continua, nossa luta é fazer com que cada vez mais as canoas voltem as suas praias, os ranchos voltem a se erguer, e assim vocês vão falar sem medo e sem dúvida...

NÓS SOMOS OS DONOS DESSE LUGAR!

CÂMBIA!!! (Equipe Saragaço, 2018).

O evento Saragaço, desde o primeiro ano de realização, ocorrido em 2016, contou com a colaboração e patrocínio de empresas privadas que ajudaram com a premiação em dinheiro dos três primeiros ranchos vencedores da gincana. O patrocínio dado por algumas empresas de Bombinhas, também ajudaram a custear gastos com a infraestrutura do evento, as atrações musicais, a divulgação e os materiais utilizados nas gincanas. Os três anos de realização do Saragaço também contaram com o apoio da administração pública municipal, para Fundação Municipal de Cultura.

4.3 BOMBINHAS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação de unidades de conservação em Bombinhas tem se apresentado atualmente como importante estratégia para conter o

processo de ocupação territorial em áreas preservadas de remanescentes de Mata Atlântica. Embora a criação de unidades de conservação venha contribuindo para preservação ambiental de Bombinhas, podemos constatar certa incoerência, por parte do poder público municipal, que diz assumir uma perspectiva com foco na questão ambiental, mas na prática, a maneira como vem sendo conduzido o planejamento urbano demonstra uma política de ocupação territorial descomprometida com a capacidade de suporte do lugar. Essa constatação advém do fato de que a cidade tem crescido de maneira desordenada, ou seja, sem um acompanhamento mais profundo sobre as consequências em longo prazo, dos impactos negativos causados pelo alto índice de construções que vem sendo realizadas mais intensamente nas últimas décadas.

Podemos dizer, de uma maneira geral, que a preocupação com a qualidade ambiental motivou a criação de Unidades de Conservação em Bombinhas. As unidades de conservação existentes no município de Bombinhas foram criadas durante a década de 1990. A criação dessas áreas ocorreu após a emancipação da cidade, que antes pertencia ao município de Porto Belo. Antes de se tornarem áreas protegidas, esses espaços eram ocupados com as lavouras de café, de cana-de-açúcar e com os engenhos de farinha. Alguns entrevistados descrevem que esse processo de mudança territorial foi ocorrendo à medida que a cidade se expandiu em termos de construções e cresceu sua população. No relato abaixo, aparece menção ao fim das lavouras na cidade de Bombinhas. Segundo uma bombinense,(sic)

(sic)A lavoura foi acabando por conta do turismo. As pessoas foram vendendo as terras. Porque a partir do turismo, eles foram vendendo os lotes, igual na minha família, era uma faixa de terra que ia da praia até o morro. Então, da praia, até a metade, ali, mais ou menos depois da avenida (Centro), eles venderam e ficaram com as casas, pra traz era tudo roça, ai eles foram vendendo, ai foi acabando as lavouras, aqui e em todo município (Moradora de Morrinhos, 42 anos).

Em outro relato, o morador conta sobre o fim das lavouras em Bombinhas:

(sic)Quando começou a se desenvolver, que eles emanciparam o nosso município, ai o ambientalista, eles vieram e já começaram a

proteger tudo. Hoje tu não pode mexer em nada, não pode plantar o café, não pode plantar a mandioca, não pode mexer em nada, então, quer dizer, os engenhos foram se acabando por isso. Hoje não temos mais engenho nenhum. Aqui nós tínhamos oito engenhos (Pescador, morador de Bombinhas, 78 anos).

Como já descrito no capítulo 3, as unidades de conservação que existem atualmente em Bombinhas foram criadas através de decretos. O Parque da Galheta, por exemplo, foi criado a partir da pressão da sociedade civil organizada, que reivindicou que aquela área, composta por remanescentes da Mata Atlântica deveria ser protegida. O caso da Costeira de Zimbros também contou com a participação dos moradores e ONGs locais para que aquela unidade de conservação mudasse sua categoria de ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) para Parque Natural.

Segundo as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, a maioria dos entrevistados diz nunca ter sido chamado, ou não ter participado de nenhuma reunião para falar sobre a criação, importância e finalidade das unidades de conservação. De um total de 17 pessoas entrevistadas, 13 pessoas disseram nunca ter participado de nenhuma reunião sobre unidades de conservação no município. Outros dois entrevistados, que participaram de uma audiência sobre a Costeira de Zimbros, comentaram que houve pouca divulgação no chamamento da população, ressaltando que são sempre as mesmas pessoas que participam, ou seja, que estão engajadas na luta em prol do meio ambiente. Desse modo, foi possível constatar que a criação dessas áreas protegidas não contou com uma divulgação mais ampla por parte do poder público municipal, no sentido de convocar a população local para participar do processo de criação dessas áreas e do seu Plano de Manejo.

Através das entrevistas, foi possível observar que a maioria dos bombinenses é favorável à criação das unidades de conservação. No entanto, uma entrevistada ressalta que o processo de criação deveria ser mais participativo, e nesse sentido, a criação dessas áreas deveria ocorrer da seguinte maneira:

(sic) De forma coerente, nada que seja muito radical, como foi a criação da Reserva do Arvoredo, pois os pescadores daqui, as pessoas ficaram bem desestruturadas também na questão financeira, na questão de renda, então foi muito

ruim, porque foi injusta, porque não teve a participação da população. Eles chegaram e impuseram aquilo e acabou. Os mais interessados ficaram de fora dessa questão, então foi muito prejudicial. Eles teriam que ouvir o pescador, porque uma coisa é tu tá no banco de uma universidade dando a teoria, outra coisa é viver a prática, o povo, a nossa experiência de vida é o que vale, não adianta tu querer ensinar pra um pescador como é que ele tem que pescar. Ele sabe, então, a principal figura foi deixada de fora e também em relação à criação de novos lugares e tal, eu acho que é importante que a população participe também. Então tu vai barrar tudo, e aí? Tens que ver como é que vai ser feito pra poder, de uma forma organizada, ordenada, consciente, que não é difícil também, não é impossível, reunir as duas coisas, a preservação com o turismo, né? Pelo contrário, que hoje, cada vez mais, as pessoas procuram lugares da natureza, pra revitalizar as energias, pra paz, calma de espírito. Então, não é difícil conciliar. A questão é não querer olhar com os olhos da ganância, do dinheiro, entendeu? Não olhar por esse lado (Moradora de Morrinhos, 42 anos).

Apesar dos parques naturais do Morro do Macaco (Canto Grande) e da Galheta (Bombas) terem sido criados a mais de vinte anos, essas unidades de conservação ainda não apresentam nenhum conselho consultivo ou gestor. Por isso, as unidades de conservação, que no caso de Bombinhas são três Parques Naturais, ainda não apresentam o Plano de Manejo dessas áreas. Nessa perspectiva, uma entrevistada se refere às unidades de conservação da seguinte forma,

(*sic*)Eu conheço algumas (unidades de conservação), não sei se todas do município. E também assim ó, a partir de onde que é área de proteção, acima de quantos metros pode construir eu não sei. A gente sabe das reservas, dos parques municipais, mas assim, dizer que conheço profundamente, que posso até explanar a respeito disso. Nunca fui convidada para participar de reunião sobre áreas protegidas [...] A gente sabe que existe essas áreas, mas não sabe, por exemplo,

o que pode fazer lá dentro. Tem toda essa questão que a maioria desconhece (Moradora de Morrinhos, 42 anos).

Ao serem perguntados se conheciam as unidades de conservação existentes em Bombinhas, a maioria dos pescadores reconhecia e citava primeiramente a Reserva do Arvoredo. Sendo assim, muitos moradores demoraram a associar os Parques Naturais como espaços protegidos por lei federal e denominados de Unidades de Conservação. Nesse sentido, podemos dizer que não houve uma campanha de educação ambiental, por parte do poder público, voltada para inserção da comunidade local no que diz respeito à participação e gestão dos Parques Naturais. Essa realidade se reflete na ausência, até os dias atuais, da formação de conselhos consultivos e gestores, compostos por integrantes das associações de moradores locais, para ajudar no planejamento e na gestão das unidades de conservação de Bombinhas.

Todos os 17 bombinenses entrevistados se mostraram favoráveis a existência e criação de áreas protegidas, por entenderem que são ambientes importantes para manutenção e não degradação dos ecossistemas naturais.

Por outro lado, a criação de Unidades de Conservação não tem conseguido impedir o aumento do nível de degradação ambiental que vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos, já que, como exposto anteriormente, o Poder Público Municipal de Bombinhas, embora apresente um discurso voltado para questão ambiental, ao mesmo tempo concede licença para construir em áreas de preservação permanente. Nesse sentido, de acordo com (VERAS, 2007, p. 17),

Apesar das estratégias de zoneamento espacial e a criação de Unidades de Conservação, não se reverteu o quadro de deterioração cultural, ambiental e econômica, onde poucas pessoas “privatizam os lucros” do modelo de desenvolvimento vigente e compartilham com todos os danos gerados por tal.

Uma proposta interessante, que poderia ser implantada em Bombinhas, seria a formação de um grupo de guias ambientais que trabalhassem nas unidades de conservação da cidade, no caso, os Parques Naturais Municipais. Esse grupo de guias ambientais seria composto por moças e rapazes jovens (estudantes do ensino médio, por exemplo) que teriam como função monitorar trilhas, praias e pontos turísticos

localizados dentro das unidades de conservação. Os guias iriam acompanhar grupos de turistas que quisessem conhecer mais sobre a fauna, a flora, a história e a cultura local. Esses guias receberiam uma formação sobre os aspectos ambientais e socioculturais da cidade de Bombinhas.

Esse projeto teria um caráter permanente e estaria vinculado à FAMAB (Fundação de Meio Ambiente de Bombinhas). Uma parte dos recursos advindos da TPA (Taxa de Preservação Ambiental) custearia os gastos com a manutenção do projeto, que se renovaria anualmente através dessa dotação orçamentária que poderia proporcionar uma remuneração para os guias ambientais.

Esse projeto estaria afinado com uma proposta de turismo inclusivo, com foco na preservação, manutenção e transmissão dos conhecimentos sobre a fauna, flora e cultura local. Além disso, um projeto de guias ambientais se constitui em uma alternativa de renda para população jovem local, de maneira a integrá-las nas atividades turísticas, sendo uma estratégia interessante para gerir as unidades de conservação, com foco na preservação ambiental, transmissão de saberes e o desenvolvimento local, algumas premissas encontradas no turismo de base local ou turismo de base comunitária.

A unidade de conservação da Costeira de Zimbros, que mudou de categoria no final do ano de 2015, passando de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) para se transformar em um Parque Natural, se encontra atualmente em um processo mais avançado no que se refere à formação de conselhos consultivos para criação do plano de manejo dessa área. No ano de 2013, o Projeto Simbiosis, coordenado e executado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizou diversos estudos sobre a Costeira de Zimbros, com a finalidade de produzir um diagnóstico socioambiental sobre essa área. Esses estudos realizaram amplo levantamento sobre a fauna, flora e aspectos socioculturais sobre essa área. Essa unidade de conservação tem estado mais em evidência e vem sendo acompanhada pela população local, pois a criação do parque partiu da própria associação de moradores de Zimbros, que temiam pela construção de casas de veraneio, nessa área que abriga importantes espécies da Mata Atlântica. A luta pela preservação da Costeira de Zimbros se mostra um acontecimento atual, pois existem muitas dúvidas em relação à demarcação territorial e a real extensão da área que constitui a Costeira de Zimbros.

Diante disso, podemos afirmar que os ecossistemas naturais são características marcantes da cidade de Bombinhas, pois, das 17 pessoas

entrevistadas, oito afirmaram ser a natureza a principal característica do lugar. Esses moradores consideram a natureza a alma de Bombinhas. Nesse sentido, segundo uma moradora de Morrinhos afirma, “a nossa alma, a nossa essência é a natureza”. Já para outros seis nativos, a praia é a característica mais marcante da cidade. Para outras duas pessoas entrevistadas, a pesca da tainha foi considerada a característica que representa seu lugar de origem.

Portanto, sendo o patrimônio natural e histórico-cultural os grandes atrativos do lugar, é importante que o planejamento turístico de Bombinhas esteja voltado para o uso responsável e justo desses recursos tão significativos, quanto necessários à população local. Sendo assim, a partir de uma gestão e manejo mais participativos, que leve em consideração os aspectos ambientais e socioculturais e não apenas econômicos, os benefícios gerados pelo turismo possam vir a contribuir efetivamente com o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

4.4 RESILIÊNCIA CULTURAL E SOCIODIVERSIDADE: PERSPECTIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO MAIS SUSTENTÁVEL

Apresentamos o conceito de Resiliência Cultural, a partir de uma perspectiva das áreas da sociologia e antropologia. Essa tese parte da hipótese de que quando há um reconhecimento por parte da comunidade local do valor de seu patrimônio histórico cultural, pode-se considerar que esses grupos humanos apresentam uma maior resiliência aos impactos negativos causados pela desorganização do seu modo de vida. Vista a partir dessa perspectiva, a resiliência cultural se configura como uma forma de resistência e um fator estratégico no que diz respeito à questão da existência de sociodiversidade.

O conceito de resiliência é utilizado por diversas áreas de conhecimento, que analisam processos de mudança nos contextos que se referem à aspectos biológicos, humanos e sociais. De uma maneira geral, a resiliência pode ser compreendida a partir de três características essenciais. A resiliência é a medida (1) da quantidade de mudanças que um sistema pode suportar, sem perder o controle sobre sua estrutura e suas funções; (2) do nível que o sistema é capaz de alcançar em termos de auto-organização; e (3) da habilidade de criar e aumentar progressivamente a capacidade de aprendizagem e adaptação (RESILIENCE ALLIANCE, 2001; apud. VIEIRA; et. al., 2005).

Nessa perspectiva, a resiliência pode ser considerada uma propriedade crucial, pois o seu aumento afasta um dado sistema de

limiares críticos, sendo que sistemas que apresentam alta resiliência têm uma capacidade maior de absorver estresses e perturbações inesperadas sem perda de controle estrutural e funcional. Por isso, são sistemas capazes de auto-organização e estão em condições de criar e aumentar progressivamente a capacidade de aprendizagem e adaptação. Desse modo, a ideia de resiliência se baseia no pressuposto de que a mudança cíclica é uma característica essencial de todos os sistemas sociais e ecológicos (VIEIRA; et. al., 2005).

No que se refere à Antropologia, o conceito de resiliência está relacionado às novas abordagens acerca da relação sociedade-natureza e cultura. Para alguns autores da área da Antropologia, o conceito de resiliência refere-se a uma visão interdisciplinar de processos híbridos que requerem um olhar dialógico entre as ciências humanas e naturais. Nesse sentido, segundo a perspectiva de (ESCALERA; BALLESTEROS, 2011), a resiliência socioecológica pode ser entendida:

[...] Como a capacidade de um socioecossistema sujeito a algum tipo de stress – no tipo mais básico do termo – o de mudança profunda – não necessariamente negativa – para regenerar-se a si mesmo sem alterar substancialmente sua forma e funções, em uma espécie de conservação (p. 111)

Ao tratar o conceito de resiliência na área das ciências humanas, entendemos que ela está relacionada com as situações de mudança social, ou seja, a resiliência pode vir a se manifestar em momentos onde algum evento adverso interfira no modo de reprodução sociocultural de uma sociedade. No caso específico que tratamos nessa tese, partimos da ideia de que o turismo, ao se desenvolver de forma espontânea, ou seja, sem nenhum planejamento a médio e longo prazo, pode ocasionar um processo de desorganização ou, por outro lado, de rearticulação no funcionamento e estrutura de um grupo social.

Entendemos a mudança social a partir da ideia de transição de uma forma de se organizar a produção social em outra. Está relacionada também com as alterações socioeconômicas e culturais. Algumas dessas mudanças são maneiras de adaptação a situações de ordem ecológica e socioeconômica, mas que não altera em definitivo o sistema de produção e dominação existentes. Algumas mudanças podem surgir dentro de um modo determinado de produção por causas e fatores internos, enquanto que outras mudanças surgem fora das comunidades, pela articulação com outras formas de produção, seja pela introdução de relações de

assalariamento ou alterações na estrutura fundiária por venda da terra a interesses imobiliários (DIEGUES, 1995).

Nessa perspectiva, a resiliência cultural se apresenta como uma forma de manutenção de traços culturais locais pela comunidade receptora, mesmo após a possibilidade de intenso contato com culturas diferentes proporcionadas pelo turismo. É uma forma encontrada pela população nativa de reafirmar sua cultura e sua identidade local, através da conscientização a respeito de seu patrimônio histórico, cultural e natural. Nesse sentido, podemos interpretar a resiliência cultural relacionada ao turismo, como uma forma de resistência à tendência de homogeneização dos lugares turísticos influenciada pelos processos da globalização. Essa forma de resistência está respaldada pelo reconhecimento e valorização da cultura local pelos moradores do lugar turístico.

Aspectos de resiliência e sustentabilidade nos sistemas socioecológicos para adaptação aos momentos de crise vêm sendo amplamente discutidos na comunidade científica (VIEIRA; et. al., 2005; BEGOSSI, 2013; FOLKE, 2006). A partir de uma perspectiva interdisciplinar e sistêmica, a resiliência poderia fornecer um foco de análise estratégica para o fenômeno do crescimento turístico, uma vez que enfatiza os aspectos críticos do funcionamento de todo o sistema: a continuidade, apesar das mudanças. Segundo (BALLESTEROS, 2011, p. 665),

(...)The nature of tourist development that aims to be socioecologically sustainable makes resilience a central element to consider. The inclusion of socioecological resilience as a dimension in tourist studies and evaluations could add a more solid meaning to the analysis of sustainability in tourism. Tourism cannot be treated purely as a productive activity since its effects are much farther reaching.

Compreender a capacidade menor ou maior de resiliência nas comunidades locais forneceria um quadro para análise e discussão, tanto para as comunidades quanto para as organizações de cooperação e órgãos públicos interessados no desenvolvimento do turismo em comunidades locais e as formas que estas devem adotar para atingir a sustentabilidade socioecológica.

Desse modo, para abordar o tema da resiliência cultural, analisamos esse conceito a partir de três eixos considerados importantes

para auferir a presença dessa característica em comunidades que passaram por mudanças significativas a partir do crescimento turístico no seu lugar de origem, a saber, a construção da identidade a partir do território; a manutenção ao longo do tempo de atividades econômicas tradicionais passadas de geração a geração e a questão da memória e oralidade no que tange aos saberes e fazeres, os quais envolvem um conhecimento tradicional, que também é transmitido de maneira geracional.

4.4.1 Território, construção da identidade e resiliência cultural

Nesse subitem retomamos a discussão iniciada no capítulo I da presente tese, que fala sobre a concepção de território numa perspectiva culturalista, ou seja, como referência para o processo de construção da identidade cultural. Partimos da visão de que é a partir do território que são construídos os referenciais materiais e imateriais sobre a ideia de pertencimento, enraizamento, identificação e diferenciação. O sentimento de pertencimento dos moradores locais em relação ao seu lugar de origem é concebido nesse trabalho como um fator de resiliência.

O território é aquele espaço que envolve não só as relações de poder, de uso e apropriação de seus recursos, mas pressupõem o lugar do habitar, do viver cotidiano, do que vai além do que um mapa pode apreender. Um território em um sentido culturalista abrange a subjetividade, a percepção, as emoções e o afeto. É nesse sentido que a inter-relação e a ligação entre uma pessoa e um determinado território se identificam com a resiliência cultural.

Segundo (MALDONADO, 1993, p. 35), a territorialidade corresponde tanto às realidades geográficas quanto as representações simbólicas presentes nas relações sociais. Nesse sentido a autora afirma que,

A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração à outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive o espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*. Estes comportamentos levam a fenômenos da ordem da ocupação e da posse, de exclusão, de distanciamento e de pertencimento que constituem elementos fundamentais a cada cultura e a todo ser.

Por outro lado, os processos de turistificação do espaço desencadeiam novas e diferentes territorialidades entre turistas e residentes. A modificação do espaço material e imaterial a partir do desenvolvimento turístico pode gerar, em muitos casos, formas de “desprendimento” cultural em relação a lugares específicos, devido a não identificação de seus moradores com o lugar habitado. Essa situação relaciona-se com os processos de desterritorialização. É nesse sentido que podemos estabelecer a relação entre território e identidade e chamar a atenção para os problemas da descaracterização cultural, da efemeridade dos lugares, a partir de mudanças socioespaciais radicais (AUGÉ, 2004).

A desterritorialização também pode se configurar como forma de expropriação e exclusão de determinados grupos sociais do espaço urbano à medida que a cidade expande sua área urbana. Esse processo pode ser identificado com as diversas formas de refuncionalização do espaço, produção imobiliária, privatização do espaço público e a degradação socioespacial (FONSECA; COSTA, 2004).

Ao analisar as mudanças socioespaciais ocorridas na cidade de Bombinhas, (BARETTA, 2009, p. 59) observa que a refuncionalização do espaço,

(...) é a primeira forma de segregação socioespacial que ocorreu no caso do município de Bombinhas, e está relacionada com a substituição das atividades nos espaços antes ocupados pela pesca e a agricultura, pelas segundas residências e empreendimentos voltados para atividade turística.

Podemos dizer que a resiliência cultural se manifesta no fato de que a existência de um sentimento de pertencimento, por parte dos moradores ao seu lugar de origem, contribui para a permanência da população local no lugar, mesmo na hipótese de ter sofrido forte pressão espacial pelo processo de ocupação da faixa de terra localizada ao longo da praia por casas de veraneio.

Nessa perspectiva, a resiliência cultural pode ser compreendida como uma capacidade, ou um movimento de organização interna que se fundamenta em uma iniciativa contra-hegemônica de massificação de lugares e culturas (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2002). A resiliência cultural se fundamenta na ideia da força do lugar enquanto um espaço onde são atribuídos referenciais simbólicos e identitários por aqueles que vivenciam o território. É nesse sentido que ele se torna um território, a partir de seus elementos identitários que o turismo deve ser

desenvolvido de forma mais afinada com a cultura e modo de vida local. O turismo de base local, por exemplo, surge como uma alternativa ao turismo de massa. Acredita-se que uma visão endógena no planejamento e gestão do turismo seja um elemento importante na construção do turismo de base local, o qual tem grandes possibilidades de promover o desenvolvimento nas comunidades envolvidas.

4.4.2 Atividade econômica como fator constitutivo da resiliência cultural

Quando nos referimos à atividade econômica como fator constitutivo da resiliência cultural, nos voltamos para categoria de trabalho, a qual representa função primordial no processo de produção e reprodução da vida social dos grupos humanos.

Na concepção de (MARX, 1985), o trabalho pode ser considerado a base fundamental para constituição do homem enquanto ser social, de maneira a superar a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e transforma seu meio para garantir sua existência. No processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. Nessa perspectiva, (MARX, 1985, p. 153) afirma que, “o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas. Nesse sentido, o trabalho é considerado uma atividade tipicamente humana, por estar orientada por uma finalidade que é concebida no plano das ideias e materializada através das ações com vistas a atingir um fim estabelecido.

Em uma perspectiva similar, (ARANHA, 1996, p. 37) entende que o trabalho,

(...) - que é a ação transformadora do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. É nesse sentido que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura.

Nesse trabalho, consideramos a continuidade de determinadas atividades econômicas tradicionais de um lugar como um fator de resiliência, pelo fato desses ofícios serem transmitidos de forma geracional e se constituírem em elementos integrantes da cultura local. A

manutenção de atividades econômicas, tais como a pesca artesanal, por parte dos moradores locais, mesmo após a transformação da cidade de Bombinhas pelo crescimento do turismo, demonstram que essa comunidade apresentou uma capacidade de se reorganizar diante das profundas modificações socioespaciais pelas quais passou.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da pesca artesanal como uma das principais atividades econômicas de Bombinhas. A partir de uma análise histórica, podemos constatar que essa atividade econômica tem origem nas populações indígenas (Carijós pertencentes à nação tupi-guarani) que ocupavam esse território num momento anterior ao processo de colonização. Essa atividade extrativista se manteve forte mesmo após a vinda dos imigrantes açorianos que adotaram muitos costumes e técnicas dos nativos, como é o caso da canoa de um pau só, utilizada até hoje na pesca artesanal da tainha (BOMBINHAS, 2015). Embora exista atualmente a percepção, por parte dos pescadores artesanais de Bombinhas, da dificuldade de sobreviver exclusivamente com a renda obtida nessa atividade, a pesca artesanal, representa uma atividade tradicional de grande importância sociocultural.

Sendo assim, a atividade pesqueira enquanto um ofício constituído por tipos de conhecimentos oriundos da prática geracional envolve o processo de transmissão de uma série de saberes e fazeres ligados aquele modo de vida. Em contextos onde predomina a pesca simples, ou de pequena escala, a transmissão dessas informações é feita oralmente. Esses saberes e fazeres se relacionam com a importância da sociodiversidade enquanto promotora da biodiversidade.

Dessa maneira, a atividade pesqueira apresenta diversas particularidades que irão refletir na forma como o trabalho será realizado. Por ser uma atividade econômica extrativa ela se baseia, sobretudo, nos ciclos naturais, sendo as forças produtivas da natureza de importância central no processo produtivo (DIEGUES, 1983). Desse modo, é possível identificar, em sociedades que vivem da exploração direta da natureza (como a pesca, a agricultura), uma correlação importante entre a reprodução social e a reprodução natural.

Portanto, nesse contexto, a pesquisadora parte da hipótese de que a manutenção e transmissão da atividade econômica da pesca artesanal ao longo do tempo em Bombinhas constituem um aspecto de resiliência cultural, pois, apesar do município ter passado por uma série de transformações e impactos socioambientais, destacando-se a especulação imobiliária e a pesca industrial, a pesca artesanal tem se afirmado como identidade e modo de vida da cultura local.

4.4.3 Memória coletiva e a transmissão de saberes e fazeres

Nesse subitem abordamos a questão da transmissão dos conhecimentos tradicionais que envolvem a pesca artesanal e os outros conhecimentos da cultura local de Bombinhas.

Entendemos que o sentido da memória perpassa pela legitimação de comportamentos compartilhados, se relacionando com o caráter identitário que tem como função a preservação da sobrevivência de um grupo. Nesse sentido, a memória cumpre um papel no aspecto da transmissão cultural de um grupo. Sendo assim, a seleção de determinados conteúdos que são transmitidos através dos grupos sociais, se mostram como estratégia de organização, manutenção e construção identitária por parte dos seus membros.

A memória remete à cultura e vice e versa. É impossível falar sobre cultura sem recorrer aos processos da memória. A cultura pressupõe transmissão entre gerações, transferência de conhecimentos, valores, regras e normas. Todos esses conteúdos que são transmitidos e se permanecem vivos na memória. Segundo (LE GOFF, 1990, p. 420), “os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, nada mais são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”. Desse modo, se a cultura contém e está contida na memória, esta última pressupõe um mecanismo de importância vital para ideia de pertencimento e identidade. Ao mesmo tempo, a memória representa não só o que contém valor simbólico para um grupo, mas abrange o próprio saber fazer, a experiência cotidiana, os ofícios, que por sua vez asseguram a reprodução do grupo.

Nesse sentido, a memória sendo considerada como um elemento constituinte do sentimento de identidade está relacionado ao conceito de resiliência cultural, já que esta se define pela ideia de pertencimento e valorização de uma história e cultura comum ao grupo. Ou seja, se o conceito de resiliência cultural se baseia na questão da identidade, do reconhecimento de si através do outro, e da coesão do grupo, podemos considerar esses elementos presentes na concepção do que vem a ser a memória coletiva.

É possível, desse modo, estabelecer uma relação entre a memória coletiva e a resiliência cultural. O fato de uma determinada comunidade valorizar seu modo de vida e tudo que está relacionado a ele, perpassa a ideia de uma memória coletiva, de um passado em comum, que é pensado e resignificado constantemente. Este é um espaço de disputa, ou seja, de

relações de poder, pois existe uma seleção dos conteúdos transmitidos de geração para geração. A cultura e seu caráter dinâmico apresentam um cenário onde novos elementos culturais concorrem ou se mesclam a conteúdos remanescentes presentes na vida material e simbólica das comunidades locais.

Esse patrimônio histórico cultural se revela por meio da tradição oral. Essas memórias coletivas reforçam o reconhecimento do valor da memória da cultura local. São conhecimentos e saberes transmitidos de forma oral.

Nessa perspectiva, a memória que se transforma em uma narrativa, é transmitida, em grande parte, através de uma história oral para as novas gerações. Esses conhecimentos e práticas se materializam na vida social de uma comunidade. Poderíamos até mesmo dizer que a memória perpassa a própria condição de existência da sociodiversidade.

No entanto, existem situações onde os processos de transmissão desses conteúdos presentes na memória de um grupo podem sofrer interferências, no sentido de desorganizar relações interpessoais pré-existentes. Uma situação exemplar é aquela caracterizada pelo desenvolvimento do turismo de forma espontânea e desordenada, ou seja, sem nenhum tipo de planejamento prévio. Um dos efeitos do desenvolvimento do turismo desordenado em áreas naturais habitadas por comunidades locais está relacionado aos impactos socioculturais negativos causados nas destinações turísticas, ou seja, a imposição de costumes e valores culturais exógenos aos moradores tem frequentemente causado a desagregação dos laços comunitários locais historicamente estabelecidos, muitas vezes causando sofrimento psicossocial a parte da população residente. Sendo assim, a dimensão social e cultural da atividade turística, antes negligenciada, atualmente vem recebendo uma atenção maior por parte dos estudiosos, pois o turismo em sua essência promove o contato e compartilhamento de culturas diferentes.

Se por um lado, o encontro entre culturas diferentes através do turismo tem causado diversos tipos de impactos negativos, existe, por outro lado, a ideia de que essa atividade seja capaz de contribuir para a valorização social das comunidades locais, e de seus hábitos culturais, trazendo para os autóctones efeitos e impactos positivos. Adotando-se uma perspectiva histórico-cultural, o turismo “pode ser um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos do valor da cultura autóctone e do significado do patrimônio (material ou imaterial, natural ou cultural) e do empenho por sua preservação” (SAVILOLO, et. al., 2005, p. 19). Nesse sentido, entendemos que o processo de reconhecimento e valorização da cultura local por parte dos moradores do

lugar turístico perpassa a questão da memória e da transmissão de certos conteúdos que são significativos para coesão dessa comunidade. Dessa maneira, a transmissão dos saberes e fazeres que caracterizam o modo de vida local cumprem um papel fundamental na manutenção de seu patrimônio histórico, cultural e natural.

4.5 BOMBINHAS E A VALORIZAÇÃO CULTURAL: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA DE UM LUGAR

Existe uma relação muito profunda entre o nativo bombinense e sua terra natal. Essa relação é caracterizada pela afetividade, ou seja, uma relação de amor com seu lugar e sua história. A cidade ainda conserva um ritmo próprio quando passa o período da temporada de verão, ou seja, ela volta a ser o que realmente é: uma pequena cidade composta por comunidades que são vivenciadas no âmbito dos seus respectivos bairros. A pesca artesanal da tainha é um evento que marca o calendário anual bombinense. Passada a estação do verão, ainda durante o período do outono, muitos habitantes locais se voltam para a temporada da pesca da tainha. Podemos dizer, então, que esse momento é constituído por elementos socioculturais muito significativos para comunidade local. Nessa perspectiva, a pesca artesanal da tainha pode ser considerada um evento onde são vivenciados e ressignificados os valores que fazem parte da cultura local bombinense.

É importante observar que a cultura local bombinense ainda resiste apesar de todas as transformações pelas quais o lugar passou nas últimas décadas. Sendo assim, por um lado, torna-se fácil entender o motivo pelo qual os nativos bombinenses se orgulham tanto do seu lugar de origem. Bombinhas é uma cidade com uma beleza natural excepcional. Sua natureza é exuberante, e desperta muito orgulho nos bombinenses que apreciam essa riqueza. Não é a toa que se tornou uma cidade famosa turisticamente em uma dimensão internacional.

O processo de mudanças socioespaciais ocorrido em Bombinhas chama a atenção pela forma rápida pela qual a cidade se transformou. Nesse sentido, é possível identificar, a partir da percepção de uma entrevistada, que essa transformação rápida do seu lugar de origem, até hoje causa estranhamento, causando impactos socioculturais negativos no modo de vida local. Nessa perspectiva, uma nativa bombinense, moradora do bairro de Morrinhos relata que,

(sic)O que mais impressiona a gente, as vezes eu fico assim, chocada, né? É na questão de tão rápido,

20, 30 anos... e é por isso que as vezes a gente recebe muitas pessoas de fora, de Estados variados, não é só aqui da nossa região não, é de longe mesmo. E até pra nós nascidos aqui, se adaptar com esse novo estilo de vida, em tão pouco tempo, não é fácil, não é fácil mesmo... Algumas vezes, algumas pessoas que são de fora reclamam que o pessoal daqui é fechado, né? Só que é uma questão que a gente ainda tem essa certa resistência, porque a gente percebe que a nossa cultura, os nossos valores estão se perdendo por conta dessa..., dessa..., invasão (Moradora de Morrinhos, 42 anos).

Desse modo, ao pensar sobre a comunidade bombinense, que até pouco tempo atrás se apresentava com uma realidade socioespacial totalmente diferente, onde as relações sociais ainda eram bastante familiares e de caráter comunitário, me posicionei mentalmente em um tempo passado, para tentar compreender um pouco sobre a percepção da população local em relação às transformações do seu lugar.

Nesse sentido, ao serem perguntados se o turismo contribuiu para cultura local, 12 pessoas entrevistadas responderam que não. Ou seja, para mais da metade dos entrevistados, são poucos os turistas que valorizam a cultura bombinense. Alguns entrevistados comentaram que o turismo de massa além de não valorizar a cultura local, de certa forma, desorganiza o modo de vida do lugar. Em contraposição, todas as 17 pessoas entrevistadas afirmaram que os nativos valorizam sua própria cultura, de forma a demonstrar orgulho de suas origens e, no caso de alguns nativos, ressaltando sua identidade relacionada à pesca.

Para exemplificar a relação forte que o bombinense tem com seu lugar de origem, podemos citar uma das perguntas da entrevista semiestruturada, que perguntava se o entrevistado tinha vontade de morar em outra cidade. Todos os entrevistados disseram que não tinham vontade de sair de Bombinhas em nenhuma hipótese, como se pode ver nas transcrições abaixo:

(sic) Não tenho vontade de sair de Bombinhas, não troco Bombinhas por nada. Porque é um lugar tranquilo, o povo é um povo humano, um povo amigo. (Morador do canto Grande)

(*sic*) Não tenho vontade de morar em outro lugar em hipótese alguma. Porque aqui é a raiz da gente. É uma cidade tão boa ainda de se morar, de criar os filhos, a gente sente aquela liberdade, que não existe mais nas grandes cidades, de poder caminhar tranquilo, de poder confiar em outras pessoas, então eu não tenho vontade alguma, e até quando eu viajo, eu sinto muita saudade (Moradora de Morrinhos)

(*sic*) Não tenho vontade de morar em outra cidade não, Bombinhas pra mim é tudo, nasci aqui, quero morrer aqui. A cultura, o lugar, aqui o nosso lugar é lindo, temos praias lindas. Tu vê só, o turista quer morar aqui. Por quê? Porque aqui é muito lindo, verde. Daqui não quero sair não. Aqui é incrível, né? (Morador do Canto Grande)

Na fala de uma entrevistada, não existe por parte do Poder Público municipal, desde a sua emancipação, uma política efetiva “que puxe com força pelas nossas raízes”. A partir disso, é possível constatar que as mudanças ocorridas em Bombinhas não têm contribuído para manutenção e reprodução da cultura local. E nesse sentido, segundo um morador,

(*sic*) Eles (pessoas de fora) vem pra aqui, compra uma casa, logo em seguida ele bota uma imobiliária, ele não quer saber que você tem a tua cultura, a tua tradição, então ele bota uma imobiliária. Se ele pode passar por cima, ele passa. Compra o terreno dele pra fazer isso dali para o outro lado, o cara tá te prejudicando em tudo, ele não tá te apoiando na tua cultura, não tá te apoiando em nada. Então, o que tá vindo pra nós aqui, o turismo que tá vindo, os cara tão botando comércio, tão botando comércio grande, mas não pensam (na cidade), eles são de fora, eles ficam pra lá, eles ganham o dinheiro e levam pra lá (Morador do Canto Grande).

Durante o período que vai de abril a novembro, embora Bombinhas pareça uma comunidade, caracterizada por relações sociais bem próximas e permeadas por ligações familiares, a maioria dos entrevistados relataram que os bombinenses, de uma maneira geral, não são unidos. A

união pode ser encontrada entre aqueles que residem no mesmo bairro. Ou seja, cada bairro tem seu núcleo forte, porém, quando parte para o todo, prevalece a questão do bairrismo. Nessa perspectiva, foi perguntado se a comunidade local criou alguma estratégia para lidar com os aspectos negativos causados pelo turismo e o crescimento desordenado da cidade. Das 17 pessoas entrevistadas, sete pessoas comentaram sobre as Associações de bairro que antigamente eram muito atuantes no sentido de se organizarem para reverter os problemas socioambientais desencadeados pelo crescimento espontâneo da cidade.

Defendo a tese de que as mudanças que ocorreram em Bombinhas, embora tenham impactado negativamente o modo de vida e a cultura local, a partir da transformação do espaço, fez com que emergisse um forte reconhecimento, por parte da população local, da importância e do valor da identidade bombinense e de seu rico patrimônio material e imaterial. Embora, por questões políticas, as Associações de bairro atualmente estejam desarticuladas, com pouca atuação e baixa capacidade de organização, podemos identificar, por outro lado, um processo de fortalecimento das organizações não governamentais que lutam pela questão ambiental e o desenvolvimento sustentável da cidade de Bombinhas. Esses movimentos populares agregam as causas socioambientais tanto dos nativos como daquelas pessoas que escolheram viver em Bombinhas e se identificam com o modo de vida e cultura local. O engajamento em defesa de um crescimento organizado da cidade está voltado para valorização da identidade local contra a descaracterização do lugar.

É importante considerar que a atividade turística proporciona muitos benefícios socioeconômicos à comunidade de Bombinhas. Por outro lado, existem outros segmentos sociais presentes em Bombinhas que tem como interesse o investimento e ampliação da oferta imobiliária com fins especulativos. Desse modo, alguns grupos de investidores se caracterizam por ter como principal objetivo o lucro, sem apresentar um comprometimento maior e responsabilidade de cuidados com o lugar.

Sendo assim, acredita-se nessa tese, que o turismo pode ser desenvolvido de maneira mais responsável, integrada ao modo de vida e cultura local, entendendo essa última como um valioso atrativo turístico, pois contém a riqueza dos patrimônios material e imaterial que existem na cidade. Segundo a perspectiva de alguns moradores entrevistados, esse turismo teria como foco a qualidade e não a quantidade, voltado para o desenvolvimento local a partir da participação da população local para comunidade e para preservação ambiental, ou seja, respeitando as peculiaridades e limites daquele espaço. Respeitando também a história

do lugar, sua cultura, suas tradições, suas singularidades que a fazem dela um lugar, no sentido na geografia humanista. Nesse sentido, como destaca uma moradora bombinense, “quando você extingue uma tradição de um povo, ele fica meio perdido, sem identidade também”. A perspectiva acima se insere naquilo que (IRVING, 2009, p. 112) assinala ao tratar o turismo de base comunitária visto como um resultado da demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, “e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica”. Pois como ressalta (IRVING, 2009), a valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento.

A presença de resiliência em um grupo social se mostra importante naqueles casos onde tenha ocorrido uma mudança profunda nas configurações socioespaciais, a ponto de descaracterizar um lugar, no sentido de criar uma cidade dentro de uma cidade.

A descaracterização da paisagem, sendo essa última entendida a partir de seus elementos ambientais e sociais, pode vir a ocasionar uma perda de referenciais identitários por parte da população local em relação ao seu ambiente cultural. Essa perspectiva pode ser encontrada na ideia de lugar para a Geografia Humanista (TUAN, 1983). Nesse sentido, podemos dizer que ocorre a criação de referenciais identitários e afetivos a partir do lugar que se habita. Sendo assim, quando ocorre uma modificação muito intensa de um espaço que é cotidianamente vivenciado por uma comunidade, esses referenciais ambientais, socioculturais e afetivos que são construídos desde a infância pela população local, consequentemente irão passar por modificações de modo a refletir na inter-relação do ser humano com seu ambiente.

Quando esse lugar passa por uma transformação intensa, esses referenciais são ressignificados, ou seja, vão assumindo novos significados que às vezes são feitos tanto sentido para aqueles que mantinham uma relação particular com aquele lugar. Sendo assim, a descaracterização do meio físico natural, através da construção de prédios e infraestrutura turística reflete de maneira negativa em uma também descaracterização sociocultural.

Nessa perspectiva, de acordo com (FARIAS, 2009, p. 275),

Acreditamos que o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua identidade étnica e cultural, e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar, podem

impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado.

Portanto, a riqueza cultural de um lugar turístico deve ser reconhecida, valorizada e promovida, não só como um atrativo turístico, mas principalmente como um direito humano de poder expressar sua cultura e modo de vida. Além disso, cada vez mais, o desenvolvimento do turismo, a partir de uma perspectiva da sustentabilidade tem se voltado para valorização dos patrimônios histórico e culturais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir o relato de uma pesquisa, qualquer que seja a sua natureza, é sempre uma tarefa complexa, principalmente quando este momento corre o risco de ser entendido como proposições rígidas para a solução dos problemas elencados e possíveis soluções.

O turismo atualmente se mostra uma atividade socioeconômica muito promissora para diversas localidades, principalmente para aquelas que apresentam rico patrimônio natural e cultural. No entanto, a atividade turística desenvolvida de forma espontânea, com foco apenas em aspectos econômicos, mesmo demonstrando sua capacidade de causar diversos tipos de impactos socioambientais negativos nas destinações turísticas, ainda vem sendo promovido em muitas cidades litorâneas brasileiras que se tornam alvo da especulação imobiliária, como é o caso do município de Bombinhas.

A partir do reconhecimento dos impactos negativos causados pelo turismo de massa, por parte da sociedade e das instituições em geral, constata-se a necessidade de se desenvolver formas alternativas de turismo, que levem em consideração, além da dimensão econômica, a dimensão social, histórico-cultural, ambiental, espacial e político-institucional nos projetos de desenvolvimento turístico.

Diversos estudos e órgãos internacionais vêm demonstrando que o turismo desenvolvido de forma mais sustentável deve estar integrado à cultura local da destinação turística (RUSCHMANN, 2000; OMT, 2003; IUCN, 2006; BENEVIDES, 2006; CORIOLANO, 2007; IRVING, 2007;). Ou seja, cada vez mais o planejamento turístico tem valorizado as questões socioculturais enquanto atributos que conferem identidade e singularidade ao lugar turístico. Desse modo, ao considerar os atributos culturais de uma localidade, além de se estar agregando mais valor ao produto turístico, se está também contribuindo para a manutenção e reprodução do patrimônio histórico-cultural daquele lugar.

Por outro lado, podemos constatar que uma das principais características do crescimento turístico em uma localidade é a sua capacidade de causar transformações socioespaciais e ambientais significativas nas cidades que passam por um processo de turistificação. Geralmente, por conta da valorização da terra, ocorre uma dinâmica de desterritorialização da população local e de mudanças nas formas de uso e ocupação daquele espaço. Dependendo da participação maior ou menor da população local, no que diz respeito à decisão de como esse processo de ocupação territorial se realizará, as chances de prevalecer os interesses

externos, a comunidade será minimizada quanto maior for a participação dos moradores para decidir qual tipo de turismo se mostra mais benéfico para população local. De uma maneira geral, podemos dizer que as modificações socioambientais que ocorrem nas destinações turísticas, por estarem mais voltadas para atender as demandas do público que irá consumi-la, acabam por descaracterizar a paisagem cultural dos lugares que se tornam turísticos. Esse fato pode ser observado naqueles lugares onde o desenvolvimento turístico é promovido com fins majoritariamente econômicos, por empreendimentos imobiliários que, por exemplo, não respeitam a capacidade de suporte da cidade. Nessa perspectiva, por não haver uma preocupação mais profunda dos investidores com os aspectos socioambientais, nem com os aspectos arquitetônicos e estéticos das construções feitas, os lugares que deveriam ser preservados, enquanto ambientes importantes para identidade e cultura local, são ocupados por equipamentos voltados para o turismo.

É imprescindível reforçar que a preservação de determinados sítios é importante tanto por questões ambientais, como é o caso das Áreas de Preservação Permanente (APP's), como as encostas dos morros, os manguezais e cursos dos rios, como também são de crucial relevância enquanto espaços referenciais para construção da identidade e cultura local. Alguns desses espaços são considerados a própria base para realização de certas atividades socioeconômicas vitais para reprodução do patrimônio histórico-cultural local. Quando esses ecossistemas são modificados a ponto de alterar sua qualidade ambiental ou não mais permitir que seja um espaço para realização de atividades socioculturais importantes para comunidade, podemos dizer, então, que essa descaracterização socioambiental impactou negativamente aquele lugar.

Essa constatação corrobora com a perspectiva que afirma existir uma relação indissociável entre os aspectos sociais e ambientais no modo de vida de um grupo humano. Sendo assim, entendemos que a conservação da diversidade biológica deve caminhar junto com a conservação da diversidade cultural (DIEGUES, 1998). E, dessa maneira, podemos afirmar que tanto a biodiversidade, quanto a diversidade cultural são recursos de valor inestimável para comunidade local e para a atividade turística de Bombinhas.

Desse modo, apresentamos nessa tese o conceito de resiliência cultural, que está relacionado à força do lugar e a valorização da identidade local. Esse conceito se mostra interessante para pensar as mudanças socioambientais ocorridas em uma localidade que se transforma rapidamente em função do crescimento turístico. Sendo assim, a presença de resiliência cultural no contexto apresentado acima, pode ser

considerado importante, pois permite lidar com situações novas, que nem sempre são boas, no sentido de aprender a superá-las, se organizando de maneira adaptativa, tornando-se, dessa forma, mais flexível diante das mudanças. Além disso, a resiliência cultural só pode ser compreendida como uma capacidade que faz parte de um processo dinâmico de mudanças. Dessa maneira, a resiliência cultural atua positivamente naqueles casos onde as populações locais dos lugares turísticos precisam constantemente se reorganizar a fim de superar os diversos tipos de impactos socioculturais e ambientais, causados pelo turismo de massa. Assim, partimos da perspectiva de que lugares onde existe uma valorização cultural por parte dos próprios moradores, em relação ao seu estilo de vida, suas tradições, seus costumes, suas identidades, são lugares onde os moradores apresentam uma maior resiliência frente às mudanças sociais provocadas pelo turismo. Portanto, a resiliência se apresenta como uma capacidade para lidar com os fatores negativos intrínsecos as mudanças culturais.

O município de Bombinhas, embora tenha passado por um processo de crescimento urbano desordenado nos últimos vinte anos, continua a expandir seu potencial construtivo, ampliando sua infraestrutura turística tanto pela iniciativa privada, quanto pelo poder público. No entanto, uma grande parte desses empreendimentos vem sendo realizados a partir do aproveitamento máximo construtivo, ou seja, o processo de verticalização das construções é visível e preocupante, pois não são acompanhados por um estudo mais aprofundado sobre a capacidade de suporte do lugar. Somado a isso, existe a questão do território pesqueiro e seus ranchos, pois os mesmos estão desaparecendo em função da ocupação da orla marítima por casas de veraneio e infraestrutura urbana e comercial voltada para o turismo.

Entendemos nessa tese que o reconhecimento e valorização, por boa parte dos moradores dos lugares turísticos, de seu patrimônio histórico-cultural se constituem em fatores positivos para estimular a participação desses atores nos processos decisórios de planejamento e gestão da atividade. Essa participação seria uma forma de minimizar os possíveis impactos negativos gerados pelo turismo. Promover a participação dos moradores dos lugares turísticos amplia a possibilidade dessas pessoas terem voz e força para defender seus interesses e com isso poderem gerir melhor os impactos (sociais, culturais, ambientais, econômicos) produzidos pela atividade turística.

Nessa perspectiva, (FARIAS, 2013) afirma que,

O patrimônio, considerado em seu conjunto, pode tornar-se, nas mãos dos gestores e da população local, um instrumento de luta pela definição de políticas em nível local e regional para preservação de recursos naturais, bens patrimoniais e do próprio modo de vida da comunidade tradicional, além de orientar o ordenamento da ocupação (s.p).

Desse modo, um dos caminhos para se pensar o desenvolvimento turístico do município de Bombinhas é primeiramente saber qual o tipo de turismo que se mostra mais afinado com as questões socioambientais locais. Pois, como foi apontado por uma entrevistada, nos dias atuais não é difícil conciliar o desenvolvimento turístico com a questão ambiental. Trata-se de superar aquela velha retórica do discurso que se diz a favor do desenvolvimento sustentável local, mas que na realidade utiliza esse mesmo discurso como forma de vender sua mercadoria: a natureza. Nesse trabalho, não concebemos o turismo apenas como uma atividade adversa ou prejudicial. Acreditamos que essa atividade pode vir a contribuir com o desenvolvimento local através da geração de trabalho e renda. Além disso, o turismo pode vir a contribuir com a própria valorização do patrimônio local. O que procuramos problematizar é a questão dos custos ambientais que terão que ser enfrentados pela população local. Geralmente, os custos socioambientais, causados pelo turismo desenvolvido de forma espontânea recaem principalmente sobre aqueles que dependem diretamente daquele território e se encontram mais vulneráveis em relação aos seus meios de vida, pois é prejudicado pelo fato de a degradação ambiental comprometer as principais atividades econômicas do lugar como o turismo e a pesca. Desse modo, há que se considerar a fragilidade dos patrimônios ambiental e sociocultural em relação à pressão advinda do processo de urbanização do município de Bombinhas.

Por esta razão, ao se pensar em um turismo responsável, devemos ter como premissa a preocupação efetiva com as questões socioambientais, ou seja, com a conservação da sociobiodiversidade do lugar. Pois, atribuímos a sociobiodiversidade o motivo pelo qual um lugar torna-se especialmente turístico.

Além disso, enfatizamos sobre a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a capacidade de suporte do município de Bombinhas, a fim de compreender a magnitude dos impactos socioambientais negativos causados pela construção civil.

Nessa direção, defendemos que, é através da participação da população local, nos processos decisórios relacionados ao planejamento e gestão dessa atividade, que se encontra um dos caminhos para o desenvolvimento do turismo sustentável. A participação é entendida aqui com base no conceito de Arnstein (1969, p.216) que a define como sendo “a distribuição de poder que permite que os cidadãos marginalizados, presentemente excluídos do processo político e econômico, sejam deliberadamente incluídos no futuro”.

Ressaltamos ainda, a importância da criação de **Conselhos Consultivos e Gestores** para realização dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes em Bombinhas. Por essa razão, a criação destes Conselhos deve garantir a participação efetiva da população local, de modo que os estudos socioambientais realizados para o levantamento dos dados e informações sobre a área e a região das unidades de conservação integrem os conhecimentos técnico-científicos aos saberes, práticas e conhecimentos tradicionais locais.

Assim, através de uma participação efetiva da população local, que poderia se realizar através da reativação e fortalecimento das Associações de Bairro, é possível construir um turismo mais justo, onde os benefícios econômicos gerados por essa atividade sejam mais bem distribuídos, se realizando de maneira mais inclusiva e democrática, com o fim de minimizar as consequências negativas e indesejadas que são inerentes ao processo de desenvolvimento turístico. Portanto, entendemos que um planejamento turístico participativo é um dos fatores que contribui para uma gestão turística sustentável.

Concluimos, portanto, que a construção de um turismo desenvolvido de forma sustentável é um desafio atual para muitas localidades brasileiras e de outras partes do mundo, por ser esta uma atividade econômica que segue as mesmas leis de mercado onde o lucro e a concentração da renda gerada ficam sob o domínio de poucas pessoas. Por outro lado, o turismo também se apresenta como uma alternativa econômica para o desenvolvimento local, mas essa possibilidade só se torna viável quando existe uma responsabilidade por parte daqueles que participam dessa atividade, seja o poder público, os investidores privados, assim como a população local. De uma forma ampla, o que é imprescindível reconhecer, é a importância da inter-relação entre os aspectos ambientais e socioculturais de um lugar, enquanto patrimônios, que devem ser efetivamente mantidos e preservados através de um planejamento turístico e suas implicações, a fim de garantir o

desenvolvimento sustentável das comunidades locais consideradas como um direito fundamental do ser humano.

Reconhecemos, no entanto, que este trabalho não se encerra com este relatório de pesquisa. Os problemas e soluções levantados necessitam ser constantemente avaliados e complementados com os resultados de novas pesquisas sobre este tema de complexidade tão singular.

REFERÊNCIAS

ABREU, F.; VASCONCELOS, F. P. O Litoral em Questão: Caracterização e descaracterização do território. In: CORIOLANO, L. N. M.T.; VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **O Turismo e a relação Sociedade-Natureza**. realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Eduece, 2007, p. 327-354.

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e democracia. In: Desenvolvimento Sustentável. **Revista Proposta**.dez/fev., n. 71, FASE, 1997. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n%C2%BA-71-1997-02.pdf> Acesso em Nov. de 2018.

_____. Ambientalização das lutas sociais - O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), São Paulo, 2010.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010> Acesso em: jun. 2016.

ALMANAC. 1949.

ANTÃO, A. F. **Causos do Atílio Antão**: histórias daqui: Atílio Francisco Antão, Fundo Municipal de Cultural. Bombinhas: Impressul, 2017.

ARANHA, M. L. **História da Educação**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1996, p 37.

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil**: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

ARAÚJO, L. M.; BRAMWELL, B. Participação de *Stakeholders* no planejamento turístico sustentável. In: **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: Edufal, 2004.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 1998.

ARNE NAEISS. 1912 – 2009.

ARNSTEIN, S. Ladder of citizen participation. **Jornal of the American Institute of Planners**. London, n. 35, v. 4, p. 216-224, 1969.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos Naturais em unidades de conservação. **Ambiente&Sociedade**, Campinas, v. II, n. 5, p. 79-92, 1999.

_____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos Naturais em unidades de conservação. **Ambiente&Sociedade**, Campinas, v. II, n. 5, p. 87, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma Antropologia da super-modernidade. São Paulo: Papirus, 2004.

BALLESTEROS, E.R. Social-ecological resilience and community-based tourism. An approach from Agua Blanca, Ecuador. **Tourism Management** 32, 655-666, 2011.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**. V. 6, n. 14, p. 107-114, fev. 2005. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380/8679> Acesso em: ago de 2016.

BARETTA, J.L. O. **O turismo e as transformações no município de Bombinhas (SC): O papel dos agentes modeladores do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, p. 05 - 84. 2009.

BEGOSSI, A. **Ecological, cultural, and economic approaches to managing artisanal fisheries**. *Environment, Development and Sustainability*, p. 1-30, 2013.

BECK, A. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis, litoral de Santa Catarina**. 1972. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BELTRÁN, O.; PASCUAL, J.; VACCARO, I. (coord.).

Patrimonialización de la

Naturaleza. El marco social de las políticas ambientales. Donostia: Akulengi Antropología Elkarte, 2008.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176 p.

_____ Conservação da biodiversidade e presença humana: é possível conciliar? Brasília: [s.ed], 2002. 1-5 p. (Terra dos Índios - Revista Eletrônica sobre a Questão Fundiária Indígena no Brasil).

Biblioteca da FUNAI. Disponível em:

http://www.funai.gov.br/ultimas/e_revista/artigos/biodiversidade_nurit.pdf> Acesso em: dez. 2015.

BERKES, F.; FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: BERKES, F & FOLKE, C. Linking social and ecological systems. **Management practices and social mechanisms for building resilience.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. **Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptative management.** *Ecological Applications*, v. 10, n. 5, p. 1251-1262, 2000.

BOITEUX, L. A pesca da baleia. **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense.** Florianópolis: Oficial, 1950.

BOMBINHAS. Diagnóstico Histórico Cultural (Imaterial). **Projetos Parques e Fauna: Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros.** Prefeitura Municipal de Bombinhas, 2013. Disponível em:

https://static.fecam.net.br/uploads/476/arquivos/964337_Projeto_Parque_s_e_Fauna_Plano_de_Manejo_da_Area_de_Relevante_Interesse_Ecologico_da_Costeira_de_Zimbros__4_Diagnostico_Historico_Cultural_Imaterial.pdf Acesso em Dez. 2018.

BOMBINHAS. Prefeitura. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Bombinhas**. Diagnóstico Preliminar. Bombinhas, 2010. Disponível em: http://www.bombinhas.sc.gov.br/uploads/476/arquivos/34659_Ultima_versao_do_Plano_Municipal_de_Saneamento_Basico.pdf> Acesso em: jun. 2016.

_____ Site da Prefeitura de Bombinhas. **Localização**. 2013. Disponível em: <http://bombinhas.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/14731> Acesso em: ago. 2016.

_____ **DIAGNÓSTICO URBANO DE BOMBINHAS**, Revisão do Plano Diretor – LC 107/2009, Leitura Técnica do Município. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO URBANA. PLANO DIRETOR BOMBINHAS, 2017. Disponível em: Site da Prefeitura. Acesso em Jan. de 2018.

BOMBINHAS, Lei Complementar 106, de 23 de Dezembro de 2009. **Dispõe sobre o perímetro urbano, o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano do município de Bombinhas e dá outras providências**. Bombinhas, 23 de dezembro de 2009.

BOMBINHAS, Lei Complementar 107 de 23 de dezembro de 2009. **Institui o Plano Diretor do Município de Bombinhas**. Bombinhas, 23 de dezembro de 2009.

BOMBINHAS, Lei Complementar 258, de 08 de junho de 2016. **Dispõe sobre os Parâmetros Urbanísticos para a Zona de Ocupação Costeira – ZOC, disposta na Lei Complementar nº 106/2009 e dá outras providências**. Bombinhas, 08 de junho de 2016.

BOMBINHAS, Lei Complementar 276, de 09 de maio de 2017. **Altera a Lei Complementar nº 106, de 23 de dezembro de 2009 no tocante aos Parâmetros Urbanísticos para a Zona de Ocupação Costeira – ZOC**, alterada pela lei complementar nº 258/2016.

BOMBINHAS, Lei Complementar 278 de 27 de junho de 2017. **Dispõe sobre o Instrumento Urbanístico de Promoção das Políticas Urbanas, Transferência do potencial Construtivo e Disciplina a Seção I da Lei Complementar nº 107/2009 Plano Diretor do município de Bombinhas**.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENTHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRAND, F.S.; JAX, K. (2007). Focusing the meaning(s) of resilience as a descriptive concept and a boundary object. **Ecology and Society** 12(1): 23. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art23/>> Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BRASIL. MMA. Primeiro Relatório Nacional para a conservação da Biodiversidade Biológica. 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia**: Orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso em Ago. de 2018.

_____. **Ecoturismo**: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso em Ago de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Primeiro relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**: Brasil. Brasília, 1998. 283p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/intro.pdf> Acesso em Set. de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas Protegidas, 2012. Disponível em: <<http://http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/10-areas-protegidas?start=70>> Acesso em Dez. de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Estocolmo, 1972. Disponível em: Acesso em Dez. de 2018.

BRENUVIDA, W. W. Ganchos/SC: a mudança na denominação do município e o reflexo sobre a memória e o patrimônio histórico. In: ALVES, J. C. (Org.). **Colóquio NEA 30 anos de história**: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina. Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. NEA/UFSC, 2015.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.230 p.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. Histórico sobre a criação de unidades de conservação no Brasil. In: **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1999. Cap. VII, p.63-111.

BURSZTYN et. al. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R. et al. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ, Ministério de Turismo, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**, 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1968.

CALLICOTT, J. B.; CROWDER, L. B.; MUNFORD, K. Current normative concepts in conservation. **Conservation Biology**. v.13, n°. 1, 22-35, february, 1999. Disponível em: <http://www.pelagicos.net/MARS6400/readings/Callicott_et_al_1999.pdf> Acessado em: jan. 2018.

CÂMARA; CASTRO. 1986.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. de. Unidades de conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. In: **Amazônia. Goiânia**: Terra Livre, ano 22, v.I n.26, p.127-141, Jan-Jun/2006.

CAMPOS, J. B.; COSTA, L. V. Sistema ou conjunto de Unidades de Conservação? In: **Unidades de Conservação Ações para valorização da biodiversidade**. (Orgs.) CAMPOS, J. B.; TOSSULINO, M. G. P.; MÜLLER, C. R. C. IAP: Curitiba, 2006, p. 17-22, 348 pg.

CAPELESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: Estudo de caso dos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XIV, n. 2, p. 15-33, jul.-dez., 2011.

CAPRA, F. **A teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2001.

CARDOSO, E. S. C. (2001). **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 143p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCI, 1996.

_____ **A cidade**. São Paulo: Aleph, 2001, P. 26.

CARTILHA, s/a. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro**. Realização Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Brasil. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Cartilha-sobre-o-Projeto-de-Lei-da-Campanha-pelo-Territ%C3%B3rio-Pesqueiro.pdf>>Acesso em: jun. 2016.

CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. C. **Mares, e longínquos povos dos Açores**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1996.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. In: **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 2.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 165-182, 2001.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia 22 (1): 165-180, abr. 2010.

COCA, A.; QUINTERO, V. Los de fuera claman naturaleza. ¿Qué claman los de dentro?. In: VALCUENTE DEL RIO, J.; CARDIA, L. **Territorialização, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha**. Brasil, Universidade Federal do Acre, p.319-348, 2006.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C.D. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB). O papel fundamental da Biodiversidade. In: **Panorama da Biodiversidade Global 2**. Montreal, 81 p., 2006.

CORIOLO, L. N. M.T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Orgs.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 35-59.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. et al. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Laboratório de

Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ, Ministério de Turismo, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M.T.; SILVA, S. B.M. Turismo: Prática Social de Apropriação e Dominação de Territórios. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M.T.; VASCONCELOS, F.P. (orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Eduece, 2007.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CÔRTE REAL, J.; PONTICELLI, J. C. **A única saída: o paraíso**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 155.

COURTIS, C. Direitos culturais como Direitos Humanos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado. CUREAU, Sandra. **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2015.

COUTINHO, A. K. **Parque Municipal da Galheta em Bombinhas/SC: Uma avaliação das características e percepções dos visitantes e da comunidade da Praia de Bombas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 149, 1999.

CRAPANZANO, V. Anuário Antropológico 88. **Diálogo**. Brasília: UNB, p. 59-80, 1991.

CRUZ, R. C. A. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____; MACEDO, 2002; ABREU; VASCONCELOS, 2007; CORIOLOANO, 2007; VASCONCELOS, 2007; CORIOLOANO, 2007

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ. Letra e Imagem,

2009. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf> Acesso em Nov. de 2018.

DALLARI, P. Desenvolvimento sustentável em favor da justiça social no Brasil. In: PÁDUA, A. P. (Org.), **Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente**, Belo Horizonte: UFMG, São Paulo: Peirópolis, 2009, 324p.

DAURA-JORGE, F.G.; WEDEKIN, L.L.; HANAZAKI, N.A **pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina**. 55p. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Florianópolis, SC, Brasil, 2007.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In: THERBORG, J. et al. (orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFRP e Fundação O Boticário, 2002, p. 52-73.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 23- 44 – 238.

DIAGNÓSTICO URBANO DE BOMBINHAS, Revisão do Plano Diretor – LC 107/2009, Leitura Técnica do Município. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO URBANA. PLANO DIRETOR BOMBINHAS. Disponível em:

https://static.fecam.net.br/uploads/476/arquivos/1019740_Diagnostico_Urbano_de_Bombinhas.pdf

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. Ensaios 94. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. **Povos e mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995, p. 5 – 242.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 30.

_____ Etnoconservação da natureza. In: (Org.).

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB. 2000, p. 1- 24 – 46.

_____ Encontros e Caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. **Sociobiodiversidade**. Brasília, 2005.

_____ (org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C.; *et al.* Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. In: DIEGUES, A. C.(org.); *et al.* **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPQ. 1999. Disponível em:
<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: dez. 2015.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.), “Conceitos e definições”. In: **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA/São Paulo: USP, 2001.

DRUMMOND, J. A. **O sistema brasileiro de parques nacionais**: análise dos resultados de uma política ambiental. Niterói: EDUFF, 1997.

_____ BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian Environmental laws and policies: 1934-2002: a critical overview. **Law & Polity**, v. 28, n. 1, Jan. 2006, p. 346.

_____ FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEN, Roseli S. (org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**. Brasília: Editora Câmara, 2010, p. 350.

EPAGRI. **Síntese Informativa da Maricultura**. In: **SANTOS, A. A. dos; et. al. Centro de Desenvolvimento em Aquicultura a Pesca (Cedap)**, 2016.

ESCALERA REYES, J. Turismo, espacios naturales y resiliência socioecológica. **Actas Del II Congreso Latinoamericano de Antropología**. Costa Rica: San José, 2008.

ESCALERA REYES, J.; RUIZ BALLESTEROS, E. Resiliencia Socioecológica: Aportaciones y retos desde la Antropología. **Revista de Antropología Social**. 2011, 20, 109-135. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_RASO.2011.v20.36264 Acesso em Dez. 2018.

ELBERS, UICN, J. (Editor) (2011). **Las áreas protegidas de América Latina: Situación actual y perspectivas para el futuro**. Quito, Ecuador, UICN, 227 p.

FAO. 2018. El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2018. **Cumplirlos objetivos de desarrollo sostenible**. Roma. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

FARIAS, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R. S.; SANSOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra&Imagem, 2009, p. 275.

FERNANDES, J. L. Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização. In: CRAVIDÃO, F.; SANTOS, N. (coord.) **Turismo e cultura. Destinos e competitividade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 111-133, 2013. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37367/1/Turismo,%20precariedade%20territorial.pdf?ln=pt-pt> Acesso em Jul. de 2016.

FERREIRA, N. B. V.; FERREIRA, G. L. B. V. A proteção à sociodiversidade sob a perspectiva do Direito Ambiental. Belo Horizonte: **Veredas do Direito**, v.9, n. 18, p.151-167, Julho/Dezembro de 2012.

FILOMENO, M. D. **A Pesca em Santa Catarina**. Monografia de Graduação. Florianópolis, SC, Brasil, 1989, 233p.

FOLKE, C. **Resilience**: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. *Global environmental change*, v. 16, n. 3, p. 253-267, 2006.

FONSECA, M. P. da; COSTA, A. A. da. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Mercator*, Fortaleza, n. 6, p. 25-32, 2004. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo03.pdf>> Acesso em Dez. 2018.

FRANCO, J. L. A. **O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade**. *História (São Paulo)*. v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013 ISSN 1980-4369.

FRANCO, J. L. de A.; SCHITTINI, G.M.; BRAZ, V. S. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama geral. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015. Disponível em: Acessado em:

GALIMBERTI, U. Técnica e natureza: a inversão de uma relação. Trad. De S. A. Acessível em: **Socitec e-prints**, vol1. n. 1, jan-jun 2005, pp. 3-13.

GANEM, R. S.; DRUMMOND, J. A. Biologia da Conservação: as bases científicas da proteção da biodiversidade. In: GANEM, R. S. (Org.) **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2011, p. 11-46.

GANEM, R. S. Conservação da biodiversidade: das reservas de caça à Convenção sobre Diversidade Biológica. In: GANEM, R. S. (Org.) **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2011, p. 75-110

GANEM, R. S. Conservação da Biodiversidade: de Estocolmo à Rio+20. *Cadernos Aslegis*, ISSN 1677-9010, n.45, p. 95-120, jan/abr 2012.

GODELIER, M. **L'idéet le materiel**. Paris: Fayard, 1984.

GRAIPEL, M. E.; et. al. (Orgs) **Biodiversidade da Costa Esmeralda: Um patrimônio natural.** 1 ed. Florianópolis: Symbiosis, 2013, 144p.

GUHA, R. 1997. Radical American environmentalism and wilderness preservation: a Third World critique. In **Varieties of Environmentalism: Essays North and South**, ed. R Guha, J Martinez Alier, pp. 71–83. London: Earthscan.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 43-70.

_____. **Territórios Alternativos.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O Mito da Desterritorialização.** Do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 165-205.

HALL, S. **Identidade cultural e diáspora.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais,** 2011, 103-133.

HERSKOVITS, M. J. **Antropologia Cultural.** Tomo I. São Paulo: Editora MestreJou, 1963, p.33 – 47.

HILLESHEIM, C.B.V. **Turismo e paisagem: a influência da atividade turística na paisagem natural do município de Bombinhas**

(SC) entre 1960 e 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriu, 2005.

IBGE, 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br> Acesso em: nov., 2017.

ICMBio. **Conservação da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha de Santa Catarina.** Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2015.

IRVING, M. A. Revisitando Significados em Sustentabilidade no Planejamento Turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, ISSN: 1677-6976, vol. 5. N° 4, 2005.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? In: BARTHOLO, R. et al. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ, Ministério de Turismo, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IPHAN. **Decreto N. 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Presidência da República. Casa Civil.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em 02 de abril de 2018.

_____. Resolução IPHAN nº 1 de 03/08/2006. **LegisWeb LTDA. BR.** <<https://www.legisweb.com.br/produtos/consultoria/>> Acesso em 02 de abril de 2018.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for protected areas: management categories.** Gland: International Union for Conservation of Nature – IUCN, World Conservation Monitoring Centre – WCMC, 1994. <<https://www.iucn.org/>> Acesso em 02 de abril de 2018.

IUCN; UNEP-WCMC (2016). Protected Planet Report 2016. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK and Gland, Switzerland.
<<https://www.iucn.org/>> Acesso em 02 de abril de 2018.

KESSERLING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *REVISTA Ciência e Ambiente*, Santa Maria, UFSM, III(5), jul/dez 1992, pp. 19-39.

KNAFOU, R. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: ADYR, A.B.R. (org.) **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62 – 64 -74.

KOHL, Dieter H. B. **Porto Belo**: sua história, sua gente. 2 ed. Blumenau: Ed. Odorizzi, 2001.

LAGO, A.; PÁDUA, J. **O que é ecologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAGO, M. C. de S. **Modos de Vida e Identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1996.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LAYMERT, G. dos S. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003. 320p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LEFF, H. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 285.

LIMA, M. C. de. **Pescadoras e Pescadores artesanais do Ceará**: modo de vida, confrontos e horizontes. *MERCATOR*, Fortaleza, v. 05, nº 10. 39-54, 2006.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*. v. 8, n. 1, 2003.

Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>> Acesso em Dez. 2018.

_____ Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_____ Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. **Textos de História**, Brasília, Departamento de História, Universidade de Brasília, v. 2, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5757/4764>> Acesso em Ago de 2016.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 229 – 232 - 313. 2006.

LOVELOCK, J. **A Vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? **Redescobrimo a ecologia no turismo**. BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete (Orgs.). Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 2002. pp. 11 - 33-126.

_____ Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: LUCHIARI, M. D. T. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (orgs.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas: Papirus, 2007, p.36.

LUTZENBERGER, J. **Gaia, o planeta vivo**. Porto Alegre: L&PM, 1990.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MALDONADO, S. C. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima.

2.ed. São Paulo: Annablume, 1993, pp. 35 - 105

MARCELINO, A. M. T. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, T. M. et. al. A importância dos elasmobrânquios para a qualidade dos ecossistemas marinhos a partir do conhecimento local. In: MARTINS, T. M. et. al. (Orgs), **Informar: tubarões e raias**. Blumenau: 3 de Maio, 2018. 79 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas), p.153.

MEDEIROS, et. al. et. al. Diagnóstico sócio-econômico e cultural nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral Centro-Norte do Estado de Santa Catarina. Universidade do Vale do Itajaí – Faculdades de Ciências do Mar. **Notas técnicas da FACIMAR**, 1:33-42, 1997.

MENDONÇA, M. **Evolução da Ocupação da Península de Zimbros**. Monografia do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

MORAES, A. C. **Conhecimento Ecológico Local no estudo de mudanças ambientais, abundâncias de recursos e invasões biológicas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências. Porto Alegre, p. 74, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. 350p.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American Mind**. Yale: Yale Univ. Press, 1982.

OLIVEIRA, E. S.; MATA H. T. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: O caso do município de Itacaré. **X Encontro Nacional de Turismo de Base Local**, João Pessoa-PB, 2007.

OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais. **Publicação de Turismo e Ambiente**, 1995.

PACIEVITCH, T. **Sambaqui**. Arquivado em: Arqueologia, História. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/arqueologia/sambaqui/>> Acesso em Out. de 2018.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 1, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

_____ ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: MILANO, M.S.; TAKAHASHI, L.Y.; NUNES M.L. (Orgs.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. (Curitiba: Fundação O’Boticário de Proteção à Natureza, 2004, 208p.)pp. 12-19.

PAIVA, M. M. **Resposta local ao turismo: resiliência cultural e desenvolvimento local no Pontal de Coruripe**. Dissertação (mestrado interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009, pp. 9 – 10.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: Ed. UFSC/Ed. Lunardelli. 1983.

PIMENTEL, D. de S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 254 p. Piracicaba, 2008.

PLATEAU apud SILVA, 2004

POLETTE, M.; CAVEDON, F. **Construindo o desenvolvimento sustentável para o município de Bombinhas**. UNIVALI, Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar. Itajaí: CTTMar, 2001.

PUREZA, F.; et al. **Unidades de Conservação: Fatores e personagens que fizeram a história das categorias de manejo**. 1ed. São Paulo: Matrix, 2015, 240p.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais em relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, Brasília, n.54, p.13-28, 1983.

QUINTAS, J. S. Gestão Ambiental. In: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. (Org.). **Educação ambiental: curso básico à distância: Educação e educação ambiental I**. 2. ed. Brasília, DF: MMA: UFSC, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 144

RAMIRES, M.; et al. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, 20 (1): 101-113 março de 2007 ISSN 0103 – 1643. Disponível em:

REIS DA SILVA, A. T. A conservação da biodiversidade entre ossaberes da tradição e a ciência. In: **EstudosAvançados** 29 (83), 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100233>Acesso em: jun. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 21.

ROBSON, C. **Real world research**: a research for social scientists and practitioner-researchers. Oxford: Blackwell, 1993.

ROCHA, L. G. M. da; DRUMMOND, J. A.; GANEM, Roseli S. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, 205-226, Jun. 2010.

RODRÍGUEZ VICTORIANO, J. M. R.; MORA, M. R. La reinvencción de La autenticidad em el contexto de La mercantilización neoliberal. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 166-201. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a07v16n35.pdf>>Acessoem: jun. 2016.

RUNTE, 1979, apud Morsello, Carla. (2006). Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo.FAPESP. Annablume. 2001, p. 22

RUSHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, Paula Y. (Org.), 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 1.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SAHLINS, M. 1976 [2003] “Cultura e razão prática – dois paradigmas da teoria antropológica” In SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 61-127.

SANTAMARINA, B. De Parques y Naturalezas. Enunciados, cimientos y dispositivos. In: **Revista de Dialectología y tradiciones populares**. vol. 64, n. 1, pp. 297-324, enero-junio 2009. Disponível em:<<http://rdtp.revistas.csic.es/index.php/rdtp/article/viewArticle/78>>Acessoem: jun. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **A globalização e as ciências sociais**. 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 2005, 25-102.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARKAR, S. Wilderness Preservation and Biodiversity Conservation: Keeping Divergent Goals Distinct. **BioScience**, vol 49, n. 5, p. 405-412, 2000.

SAVIOLO, S.; DELAMARO, M. C.; BARTHOLO, R. Sustentabilidade, turismo, diálogo. In: SAVIOLO, S.; DELAMARO, M. C.; BADIN, L. (org.) **Turismo e Sustentabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.19.

SCARIOT, A. Panorama da biodiversidade brasileira. In: GANEM, R. S. (Org.) **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2011, p. 111-130.

SEABRA, L. Condicionantes ambientais para o turismo litorâneo no Estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs.). **Turismo e Sustentabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRANO, C.; LUCHIARI, M. D. T. P. Ecoturismo e Meio Ambiente no Brasil: Territorialidades e contradições. In: TRIGO, L. G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p.508.

SERRANO, C. Patrimônio, Natureza e Cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: LUCHIARI, M. D. T. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (orgs.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 73-102.

SILVEIRA, C. D. da. Rompendo as redes: **perspectivas e problematizações interdisciplinares sobre a gestão das pescas em Canto dos Ganchos/SC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 228 p. Florianópolis, 2015.

SOULÉ, M. E. & WILCOX, B. A. (Edited by). **Conservation Biology**: An evolutionary ecological perspective. Massachusetts: Sinauer, 1980.

SOUZA, D. C. M. Acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal de Bombinhas Cruz e Souza, **Bombinhas**,2001.

SOUZA, E.A.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, vol. 1, nº 6, ano 4, p. 126-148, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 77-116.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. v. 1, São Paulo: Aleph, 2000.

TEDESCHI, Patrícia P. A proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões de folclore. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 46, n. 184,245-252, out./dez., 2009. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194959/000881717.pdf?sequence=3>> Acessado em: jan. 2018.

TEDLOCK, Denis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 183-203, 1986.

TEIXEIRA, P. R.; MICHELIN, R. L. DALL'AGNOL, S. **Turismo e globalização: análise da relação com a identidade cultural**. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). Belo Horizonte, MG. Agosto 2008. Disponível em:
<<http://hipnos.ucs.br/turismo/admin/UPLarquivos/030920081826062.pdf>> Acesso em Jul. de 2016.

TRAZZI, A. (Coord.). **Educação patrimonial: olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro**. Espírito Santo: Petrobras, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980, p.72

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, p.4

UNESCO, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível em: <http://www.unesco.org.br> Acesso em Out. 2018.

URRUTIA, Jaime. Território Identidade e Mercado. In: RANABOLDO, C. e SCHEJTMAN, A. **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas**. Lima: IEP, RIMISP, 2009, p.9.

VASCONCELOS, F. P. Gestão Integrada da Zona Costeira: Ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral de Fortaleza. Fortaleza: Premium, 2008.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. M. N. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do Estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**8(2):259-275, 2008.

VERAS, D. V. **A sustentabilidade da produção artesanal nos municípios catarinenses da península de Porto Belo - SC,**

Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Tecnológicas, da Terra e do Mar da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007, p.17.

VIANNA, L. C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VIANNA, L. P. **De invisíveis à protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008, pP. 141 – 147 - 149 – 151.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação. **Política & Sociedade**, Florianópolis: PPGSP/UFSC, v. 4, n. 7, p. 139-162, out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1970/1720> Acesso em Nov. de 2018.

VINHAS, A. L. F. Identidade e território: A luta dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba Rio de Janeiro (RJ) pelo direito de pescar. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 15, 1-10, 2013, P. 7.

WAHRLICK, R.A **Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC) e a atividade pesqueira regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2009, p. 173.

WHITE, L. apud SAHLINS, M. in **Cultura e razão prática – dois paradigmas da teoria antropológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La pachamama y el humano**. Buenos Aires: Colihue, Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011. <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4478/4347> Acesso em Jul. 2016.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 8, n. 2, 1-14, ISSN 1677-6976, 2008.

ZHOURI, A.; et. al. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI. A. et. al. (Org.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-24.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FAMAB (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente de Bombinhas)

Data: _____

Local: _____

Essa entrevista foi realizada com

Quantos anos trabalha na FAMAB _____

1) Qual o mês e ano de criação das Unidades de Conservação de Bombinhas? Poderia comentar rapidamente como foi o processo de criação dessas UC's?

Galheta:

Morro do Macaco:

Zimbros:

2) Existe um conselho consultivo e gestor dessas UC's? Quando foi criado? Quem faz parte desses conselhos?

3) A criação das UC's de Bombinhas contou com a participação da população local?

4) Você sabe me dizer se houve uma consulta pública para a criação dessas UC's em Bombinhas? Pode comentar um pouco.

5) Já foram iniciados grupos de estudo para criação do plano de manejo dessas UC's? Como está esse processo de criação do plano de manejo dessas áreas?

6) Já foi ou está sendo realizado o zoneamento dessas UC's? É possível ter acesso a esses documentos? O que mostra a delimitação territorial dos parques.

7) No que diz respeito ao plano de manejo vigente dessas áreas, eles tem alguma relação ou incide de alguma forma sobre a pesca local/artesanal? Ou são restritas ao solo?

8) Como é a relação da FAMAB com a pesca artesanal e os pescadores artesanais locais? Existe algum projeto de parceria no sentido de fiscalização do território pesqueiro?

9) Quantos funcionários trabalham atualmente na FAMAB? Ocorre alguma modificação no quadro de funcionários durante a alta temporada?

10) Existe algum projeto ou iniciativa da FAMAB para incluir membros da comunidade para trabalhar como parceiros, guias ou guardas parque dentro e no entorno das UC's?

11) A FAMAB tem ou tem criado alguma estratégia para aproximar a instituição da comunidade local, tanto no sentido da participação da sociedade civil nas decisões, como no que diz respeito à conscientização ambiental? Você pode comentar um pouco sobre essas estratégias?

12) Você sabe me informar se existem grupos/associações/ongs em Bombinhas que tem por objetivo garantir a conservação do meio ambiente? Quais são elas (nomes)?

13) A comunidade local tem se mostrado receptiva quando convidada a participar de reuniões ou outros eventos relacionados à questão ambiental. Se sim, por quê? Se não, por quê?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA PESCADORES ARTESANAIS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, SANTA CATARINA

Nome: _____

Idade: _____ anos

Escolaridade: _____

Etnia: _____

Religião: _____

Tem alguma outra profissão além da pesca?

Não

Sim Qual? _____

Tempo de profissão: _____ anos

Renda média família: _____

Local de nascimento: _____

Bairro onde mora: _____

Sempre morou nesse bairro?

Sim

Não Qual(is) outro(s) bairro(s) morou? _____

Estado civil: _____

Tem filhos(as)?

Sim Quantos?

Não

1. Seus filho(s) trabalha(m) com a pesca ou maricultura?

Sim. A quanto tempo?

Não. Por quê?

2. Seus pais nasceram em Bombinhas?

3. Seus pais trabalham(vam) com a pesca?

Sim

Não sabe

Outra atividade Qual?

4. Com quem você aprendeu a pescar?

5. Já exerceu outro trabalho?

6. O que melhorou para pesca artesanal nos últimos anos?

7. O que piorou para pesca artesanal nos últimos anos?

8. Você participa de alguma associação e/ou Colônia? Quais? Para que servem?

9.A pesca artesanal sofreu alguma alteração ao longo dos anos?

() Sim Qual?

() Não

10.Tem alguma arte de pesca que você usava antigamente e não usa mais? Por quê?

11.Há alguma arte de pesca que você passou a utilizar recentemente? Qual? Por quê?

12.Você sente saudade de alguma coisa que existia no passado e que não existe mais hoje em dia?

13.Você tem vontade de morar em outra cidade? Por quê?

14.Você tem vontade de trabalhar em outra atividade? Ter outra profissão? Por quê?

15.Você acha que os mais jovens tem se interessado pela pesca? Em aprender esse ofício?

() Sim. Por quê?

() Não. Por quê?

16.Você já ouviu falar sobre Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação? Sabe o que é?

17.Se sim, qual sua opinião sobre as áreas protegidas/Unidades de Conservação?

18.Você acha que mudou alguma coisa na sua vida depois que criaram esses Parques/Unidades de Conservação?

19.Você sabe quais são as áreas protegidas/Unidades de Conservação de Bombinhas?

20.Você já participou de alguma reunião para ser consultado sobre a criação de áreas protegidas/Unidades de Conservação?

() Não

() Sim

21.Se sim, quando e quem chamou:

22.O que foi discutido na reunião?

23.Você participa de algum grupo ou associação que tem por objetivo garantir a conservação do meio ambiente?

24.Você acha que a criação de áreas protegidas em Bombinhas tem trazido benefícios pra pesca artesanal?

() Sim Por quê?

() Não Por quê?

25.Você acha que a criação de áreas protegidas/Unidades de Conservação em Bombinhas tem prejudicado a pesca artesanal?

() Sim Por quê?

() Não Por quê?

26.Como está a questão da pesca em Bombinhas?

27. Você acha que a pesca tem perdido território?
28. Você acha que a pesca artesanal tem melhorado ou piorado nos últimos anos?
29. O que você acha que tem prejudicado a pesca artesanal?
30. Tem alguma atividade econômica, social, cultural que vocês desenvolvem ou desenvolviam, mas que agora não seja mais praticada, ou seja proibida pela legislação ambiental? Qual?
31. O que você acha do turismo em Bombinhas?
32. O que você acha que mais mudou em Bombinhas depois da chegada do turismo?
33. Quais foram as principais mudanças na sua vida depois que o turismo cresceu na cidade?
34. Em sua opinião, quais são os pontos positivos do crescimento do turismo em Bombinhas?
35. Em sua opinião, quais são os pontos negativos do crescimento do turismo em Bombinhas?
36. Vocês têm feito ou já fizeram alguma coisa para reverter ou minimizar essas mudanças negativas?
37. Você saberia dizer se, ao longo dos anos, a comunidade local criou alguma estratégia/mecanismo de proteção do território e dos recursos pesqueiros, para lidar com o crescimento rápido da cidade de Bombinhas?
38. Você acha que o turismo contribui/contribuiu para valorização da cultura local, do saber fazer? Para afirmação de identidades e sentimento de pertencimento? Ou pelo contrário, desorganizou/descaracterizou o modo de vida local?
39. Em sua opinião, qual é a principal característica de Bombinhas?
40. **Outras observações:**

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS BOMBINENSES

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Etnia:

Religião:

Profissão:

Local de nascimento:

Bairro onde mora:

Sempre morou nesse bairro?

Sim

Não Qual(is) outro(s) bairro(s) morou? _____

Estado civil: _____

Tem filhos(as)?

Sim Quantos?

Não

Alguém da família trabalha na pesca?

Não

Sim Quem?

Função:

Tempo:

41. Seus pais nasceram em Bombinhas?

42. Seus pais trabalham(vam) com a pesca?

Sim

Não sabe

Outra atividade Qual?

43. Comente, a partir de suas percepções, sobre as principais mudanças ocorridas na cidade de Bombinhas nos últimos 20, 30 anos.

44. Em sua opinião, o que melhorou na cidade nos últimos anos?

45. E o que piorou?

46. Você tem vontade de morar em outra cidade? Por quê?

47. O que você acha do turismo em Bombinhas?

48. O que você acha que mais mudou em Bombinhas depois da chegada do turismo?

49. Quais foram as principais mudanças na sua vida depois que o turismo cresceu na cidade?

50. Em sua opinião, quais são os **pontos positivos** do crescimento do turismo em Bombinhas?
51. Em sua opinião, quais são os **pontos negativos** do crescimento do turismo em Bombinhas?
52. Você (s) tem feito ou já fez alguma coisa para reverter ou minimizar essas mudanças negativas?
53. Você acha que o turismo contribui/contribuiu para valorização da cultura local, do modo de vida de vida bombinense, do saberfazer? (para afirmação de identidades e sentimento de pertencimento?)
54. Você sente saudade de alguma coisa que existia no passado e que não existe mais hoje em dia?
55. Você acha o povo de Bombinhas unido? Por quê?
56. Em sua opinião, qual é a principal característica de Bombinhas?
57. Tem alguma atividade econômica, social, cultural que vocês desenvolvem ou desenvolviam, mas que agora já não fazem mais? Qual?
58. Você saberia dizer se, ao longo dos anos, a comunidade local criou alguma estratégia/mecanismo para lidar com o crescimento rápido da cidade de Bombinhas?
59. Você já ouviu falar sobre Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação? Sabe o que é?
60. Se sim, qual sua opinião sobre as áreas protegidas/Unidades de Conservação?
61. Você acha que mudou alguma coisa na sua vida depois que criaram esses Parques/Unidades de Conservação?
62. Você sabe quais são as áreas protegidas/Unidades de Conservação de Bombinhas?
63. Você já participou de alguma reunião para ser consultado sobre a criação de áreas protegidas/Unidades de Conservação?
- () Não
- () Sim
64. Se sim, quando e quem chamou:
65. O que foi discutido na reunião?
66. Você participa de algum grupo ou associação que tem por objetivo garantir a conservação do meio ambiente?
67. Você acha que a criação de áreas protegidas em Bombinhas tem bom para Bombinhas?
- () Sim Por quê?
- () Não Por quê?

Observações:

APÊNDICE D

ROTEIRO ENTREVISTA COLÔNIA DE PESCADORES Z-22

- 1) Quantos pescadores estão associados à Colônia?
- a) Quantos homens e quantas mulheres?
- 2) Quando foi a fundação da Colônia de Pescadores Z-22?
- 3) Quem é o presidente da Colônia?
- 4) Quais os tipos de pesca que são realizadas em Bombinhas?
- 5) Saberá me dizer se existe alguma reivindicação para criação de um Território Tradicional Pesqueiro ou Reserva Extrativista Marinha aqui em Bombinhas?
- 6) Você saberia me dizer quantos ranchos existiam e quantos existem hoje?
- 7) Se você pudesse propor para a gestão pública uma melhoria, uma reivindicação para a atividade da pesca, qual seria?

APÊNDICE E

ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (LEI COMPLEMENTAR 106/2009).⁵⁹

ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL			
MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS			
	Zonas, Zonas Especiais e Setores	Descrição	Alguns objetivos que orientam as políticas públicas dessas áreas
Macrozona Ocupação Urbana	Zona Residencial de Baixa Densidade (ZRBD)	Corresponde às ocupações predominantemente residenciais que também abriga comércio e serviços vicinais, de interesse cotidiano.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o predomínio de uso residencial com baixa densidade e usos comerciais compatíveis; • Qualificar o desenho e a paisagem urbana, fortalecendo as áreas de convivência no bairro; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização e adensamento populacional; • Proteger a paisagem urbana existente, marcada pela ocupação horizontal e de baixa densidade.

⁵⁹ Adaptado pela autora

	<p>Zona Residencial de Média Densidade (ZRMD)</p>	<p>Corresponde às ocupações predominantemente residenciais consolidadas, com tendência à verticalização que também abriga comércio e serviços vicinais, de interesse cotidiano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao predomínio de uso residencial multifamiliar com média densidade e usos comerciais compatíveis; • Qualificar o desenho e a paisagem urbana, fortalecendo as áreas de convivência no bairro; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização e adensamento populacional; • Proteger o compartimento de fragilidade ambiental onde está localizada, garantindo áreas de permeabilidade do solo, visando minimizar a possibilidade de enchentes.
	<p>Zona Residencial de Alta Densidade (ZRAD)</p>	<p>Corresponde às ocupações predominantemente residenciais multifamiliares consolidadas com tendência à verticalização, que também abriga comércio e serviços vicinais, de interesse cotidiano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao predomínio de uso residencial com alta densidade e usos comerciais compatíveis; • Concentração das edificações verticais, mediante utilização de instrumentos

			<p>urbanísticos de indução da ocupação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar o desenho e a paisagem urbana, fortalecendo as áreas de convivência no bairro; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização e adensamento populacional.
	Zona Mista de Baixa Densidade (ZMBD)	<p>Corresponde aos lotes com testadas voltadas para algumas vias, com tendência à concentração de atividades comercial e de prestação de serviços, além de habitações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de atividades de comércio e serviço de modo a otimizar a infraestrutura e os gastos públicos; • Indicação de padrões diferenciados mediante a utilização de instrumentos urbanísticos de indução de ocupação; • Qualificar o desenho e a paisagem urbana, fortalecendo as áreas de convivência no bairro; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de

			urbanização e adensamento populacional.
	Zona Mista de Média Densidade (ZMMD)	Corresponde aos lotes com testada voltada às vias citadas, de ambos os lados, determinadas nos Anexo II e Anexo VI, da Lei Complementar 106/2009, com tendência à concentração de atividade comercial e de prestação de serviços, além de habitações.	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de atividades de comércio e serviço de modo a otimizar a infraestrutura e os gastos públicos; • Indicação de padrões diferenciados mediante a utilização de instrumentos urbanísticos de indução de ocupação; • Qualificar o desenho e a paisagem urbana, fortalecendo as áreas de convivência no bairro; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização e adensamento populacional.

	<p>Zona Mista de Alta Densidade (ZMAD)</p>	<p>Corresponde aos lotes com testada voltados à via citada, de ambos os lados, determinadas nos Anexo II e Anexo VI, da Lei Complementar 106/2009, com tendência à concentração de atividade comercial e de prestação de serviços, além de habitações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de atividades de comércio e serviço de modo a otimizar a infraestrutura e os gastos públicos; • Concentração das edificações verticais, mediante utilização de instrumentos urbanísticos de indução da ocupação; • Indicação de padrões diferenciados mediante a utilização de instrumentos urbanísticos de indução de ocupação; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização e adensamento populacional.
	<p>Zona de Comércio e Serviços (ZCS)</p>	<p>Corresponde aos lotes com testada voltadas à via citada, em ambos os lados, determinadas nos Anexo II e Anexo VI, da Lei Complementar 106/2009, destinados a ocupação predominante de estabelecimento de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indução à localização de atividades comerciais e serviços de maior porte de modo a otimizar a infraestrutura e os gastos públicos;

		<p>comércio e serviços especializados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de atividades de comércio e serviços; • Concentração das edificações com indicação de padrões diferenciados, mediante a utilização de instrumentos urbanísticos de indução de ocupação; • Adequação das vias ao fluxo de veículos e pedestres.
	<p>Zona de Atividades Produtivas (ZAP)</p>	<p>Compreende os lotes destinados à ocupação predominante de estabelecimentos industriais de pequeno porte, comércio atacadista e serviços especializados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização da ocupação do solo, priorizando a instalação de novos empreendimentos em terrenos não edificados contíguos à empreendimentos já instalados; • Incentivo à instalação de indústrias com baixo impacto ambiental e de vizinhança; • Melhorar as condições de infraestrutura para servir as necessidades atuais e futuras de urbanização; • Incentivo à ocupação de atividades compatíveis,

			<p>como marcenarias, serranherias, depósitos de materiais de construção, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obrigatoriedade de licenciamento e monitoramento ambiental dos empreendimentos.
	Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	<p>São porções do território destinadas, prioritariamente, a regularização fundiária sustentável dos assentamentos habitacionais de baixa renda e a produção de Habitação de Interesse Social (HIS).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; • Induzir os proprietários de terrenos vazios a investir em programas habitacionais de interesse social, de modo a ampliar a oferta de terra para a produção de moradia digna para população de baixa renda; • Promover a regularização fundiária sustentável dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda;

			<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar os riscos de ocupações em áreas inadequadas ou, quando não for possível, reassentar seus ocupantes; • Ampliar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários nesses locais; • Assegurar a segurança da posse e a integração socioespacial dos assentamentos habitacionais de baixa renda ao conjunto da cidade; • Promover o desenvolvimento humano de seus ocupantes.
	Setor Especial Cívico (SECI)	Compreende os lotes destinados à implantação de edifícios públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar planos de urbanização que preserve esta área para implantação de equipamentos públicos de educação e lazer, com caráter cívico como: biblioteca pública, museu, dentre outras;
	Setor Especial de Ocupação	São áreas ocupadas por comunidades tradicionais, com	<ul style="list-style-type: none"> • Criar planos de urbanização que preservem

	Tradicional (SEOT)	economia ligada à pesca ou atividades de artesanato.	as características tradicionais da comunidade, mantendo as dimensões originais das vias existentes e proibindo a abertura de novas vias; <ul style="list-style-type: none"> • Promover políticas públicas que promovam a manutenção da população tradicional, fomentando a economia local.
	Setor Especial de Entretenimento e Lazer (SEEL)	Compreende os lotes que terão direito ao alvará de funcionamento noturno, desde que aprovado o Estudo do Impacto de Vizinhança (EIV) pelos órgãos competentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a ocupação de empreendimentos de lazer noturnos, de modo a aumentar a oferta de atividades ligadas ao turismo; • Regular a atividade evitando os transtornos decorrentes à população do entorno.
	Setor Especial de Preservação de Patrimônio Socioambiental (SEPPS)	Compreende os lotes que possuam bens de patrimônio socioambiental a serem preservados.	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar o patrimônio natural e histórico-cultural do território, como forma de valorização das potencialidades turísticas; • Normatizar a preservação e manutenção do

			patrimônio socioambiental de forma a garantir a sua perpetuação.
Macrozona de Amortecimento	Zona de Ocupação Costeira (ZOC)	Compreende à área localizada no perímetro urbano ao longo da orla da praia, com alto potencial de acesso à paisagem e necessidade de preservação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar a qualificação das condições de infraestrutura, evitando o adensamento construtivo; • Proteger a paisagem urbana existente, marcada pela ocupação horizontal e de baixa densidade; • Garantir a circulação e o acesso público às praias.
	Zona de Interesse Turístico (ZIT)	Está localizada em áreas de relevante interesse paisagístico para sustentabilidade da atividade turística do município em entornos protetivos de unidades de conservação e áreas protegidas.	<ul style="list-style-type: none"> • Amortecer o impacto da ocupação antrópica nas proximidades de áreas de relevante interesse paisagístico e ambiental; • Reservar áreas para a promoção e o desenvolvimento de atividades turísticas de grande porte.
	Zona de Interesse Ambiental (ZIA)	Compreende os lotes na base dos morros, áreas alagáveis, zonas de	<ul style="list-style-type: none"> • Criar planos de urbanização que preservem e harmonizem a

		<p>amortecimento de águas pluviais, em entornos protetivos de APPs urbanas, como fundos de vales, nascentes, e lotes de relevante interesse para o equilíbrio ecológico e sanidade da drenagem urbana.</p>	<p>ocupação residencial existente com a preservação ambiental;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amortecer o impacto da ocupação antrópica nas proximidades de áreas de relevante interesse ambiental; • Promover políticas públicas de preservação e recuperação das paisagens urbanas e naturais degradadas; • Proteção de áreas relevantes para preservação dos recursos hídricos da cidade; • Proteção e preservação de áreas importantes para garantir a qualidade da drenagem urbana do município.
<p>Macrozona de Preservação</p>	<p>Zona de Preservação Permanente (ZPP)</p>	<p>Corresponde às áreas do município com relevante interesse de conservação ambiental, sendo consideradas bens de interesse coletivo. Essas áreas deverão somente acolher atividades destinadas à prática de recreação e lazer, sendo vedados qualquer forma</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar a flora, a fauna e a paisagem existente; • Conservar os ecossistemas existentes que possam ser alterados pela ocupação humana; • Garantir o equilíbrio ambiental para preservação da

		de edificação ou impermeabilização.	hidrografia existente no município; <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação do abastecimento de água potável do município.
	Zona da Unidade de Conservação Costeira de Zimbros (ZUC/ZARIEC)	Corresponde à delimitação espacial descrita pelo decreto Municipal nº 418/01 e delimitação espacial descrita pelo Anexo II da Lei Complementar 106/2009, tendo como limites o município de Porto Belo e a Rodovia SC-412.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o plano de manejo de todo o território da UC; • Manter os ecossistemas de importância local e regional, regulando o uso admissível dessa área, de modo a compatibilizá-la com o desenvolvimento sustentável e o turismo, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, de acordo com a Legislação vigente.
	Zona da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Morro do Macaco (ZUC/PNMMM)	Corresponde a área assim denominada de acordo com o Anexo II da Lei Complementar 106/2009, incluindo-se a Ilha do Macuco, tendo como limites o Oceano Atlântico, a Zona de Interesse	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o plano de manejo de todo o território da UC; • Preservar fauna, flora, paisagem e formações rochosas; • Promover a educação ambiental;

		<p>Ambiental localizada na Praia da Conceição, Bairro do Canto Grande e loteamento Raviame, localizado na Praia da Tainha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir áreas de conservação ambiental públicas através de instrumentos compensatórios; • Possibilitar atividades turísticas e para recreação pública; • Proporcionar facilidades para pesquisa científica.
	<p>Zona da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal da Galheta (ZUC/PNMG)</p>	<p>Corresponde à área assim denominada de acordo com o Anexo II da Lei Complementar 106/2009, tendo como limites a divisa com o município de Porto Belo, o Oceano Atlântico e a SC-412, excetuando a Zona de Interesse Ambiental e a Zona de Interesse Turístico localizada na Praia de Bombas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o plano de manejo de todo o território da UC; • Preservar fauna, flora, paisagem e formações rochosas; • Promover a educação ambiental; • Possibilitar atividades turísticas e para recreação pública; • Proporcionar facilidades para pesquisa científica. • Adquirir áreas de conservação ambiental públicas; • Celebrar acordos para desapropriação de áreas particulares.

	Zona da Unidade de Conservação da Sepultura (ZUCS)	Corresponde à área assim denominada de acordo com o Anexo II da Lei Complementar 106/2009, tendo como limites o Oceano Atlântico, a Zona de Interesse Ambiental e a zona de Interesse Turístico localizada na Praia dos Ingleses.	<ul style="list-style-type: none">• Promover o plano de manejo de todo o território da UC;• Preservar fauna, flora, paisagem e formações rochosas;• Promover a educação ambiental;• Oferecer atividades de recreação pública;• Proporcionar facilidades para pesquisa científica.
--	--	---	---

APÊNDICE F



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “Resiliência Cultural e Sociobiodiversidade: contribuição para o desenvolvimento turístico sustentável do município de Bombinhas (SC), sob a responsabilidade da pesquisadora Marina Mujica de Paiva, a qual pretende investigar o processo de apropriação/expropriação territorial, através de dois vetores, o turismo e as unidades de conservação na zona costeira brasileira e seus efeitos na população local, sobretudo na pesca artesanal do município de Bombinhas.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas semi estruturadas. Salientamos que não existem riscos decorrentes de sua participação na pesquisa e, se você aceitar participar, estará contribuindo para que possamos analisar a importância cultural e socioeconômica da pesca para o município de Bombinhas. Se depois de consentir em sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Campus Universitário – Trindade – CEP 88040-900 – Florianópolis/SC – Brasil ou pelo telefone (48) 999698677.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____
_____, fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e

que posso me desligar se achar necessário. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura do participante

Data: ____/ ____/ ____

Assinatura do Pesquisador Responsável